

POPULAÇÃO E SOCIEDADE

A Nova Vaga da Emigração Portuguesa

Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade • 2014



Edições
Afrontamento

POPULAÇÃO E SOCIEDADE

A Nova Vaga da Emigração Portuguesa



 Edições
Afrontamento

Título

População e Sociedade – n.º 22 / 2014

Edição

CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade /
Edições Afrontamento
Rua do Campo Alegre, 1021/1055 – 4169-004 PORTO
Telef.: 22 607 37 70
E-mail: cepese@cepese.pt

Edições Afrontamento

Rua de Costa Cabral, 859 – 4200-225 PORTO
Telef.: 22 507 42 20
Fax: 22 507 42 29
E-mail: geral@edicoesafrontamento.pt
WWW.edicoesafrontamento.pt

Fundadores

Universidade do Porto
Fundação Eng. António de Almeida
Fernando de Sousa – Universidade do Porto
J. Manuel Nazareth – Universidade Nova de Lisboa
Jorge Arroteia – Universidade de Aveiro

Antigo diretor

Fernando de Sousa – 1995-2005

Diretora

Maria da Conceição Meireles Pereira

Comissão Editorial

Fernando de Sousa – Universidade do Porto, Universidade Lusíada
Teresa Rodrigues – Universidade Nova de Lisboa
Isilda Braga da Costa Monteiro – Escola Superior de Educação de Paula
Frassinetti
Paula Pinto Costa – Universidade do Porto
Carlos Amaral Dias – Instituto Superior Miguel Torga
Maria Luísa Maniscalco – Universidade “Roma Tre”
Sônia Gomes Pereira – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Izilda Matos – PUC / São Paulo
Manuel Rojas Gabriel – Universidade de Estremadura
Pedro Mendes – Universidade Lusíada do Porto

Comissão Consultiva

Carlos Diogo Moreira – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Jorge Arroteia – Universidade de Aveiro
Maria Helena Cruz Coelho – Universidade de Coimbra
Armando Luís Carvalho Homem – Universidade do Porto

Carlos Machado dos Santos – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
J. Manuel Nazareth – Universidade Nova de Lisboa
Maria Luís Rocha Pinto – Universidade de Aveiro
José Esteves Pereira – Universidade de Lisboa
Adriano Moreira – Academia das Ciências de Lisboa
Amadeu Carvalho Homem – Universidade de Coimbra
Ramon Villares – Universidade de Santiago de Compostela
Ismênia Martins – Universidade Federal Fluminense
Lorenzo Lopez Trigal – Universidade de León
Lená Medeiros de Menezes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Gladys Ribeiro – Universidade Federal Fluminense
Haluk Gunugur – Universidade Bilkent
Maria del Mar Lousano Bartolozzi – Universidade de Estremadura
David Reher – Universidade Complutense de Madrid
Philippe Poirrier – Universidade de Borgonha
Hipólito de la Torre Gómez – Universidade Nacional de Educação à Distância
Patrícia Alejandra Fogelman – Instituto Ravingani, Universidade de
Buenos Aires
Angelo Trento – Universidade de Nápoles
Matteo Sanfilippo – Universidade de Tuscia, Viterbo
Jan Sundin – Universidade de Linköping
Jonathan Riley-Smith – Universidade de Cambridge
Manuel Gonzalez Jimenez – Universidade de Sevilha
Jean-Philippe Genet – Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3
Neil Gilbert – Universidade da Califórnia, Berkeley
James Newell – Universidade de Salford
Renato Flores – Fundação Getúlio Vargas

Coordenadores do Dossier Temático

Ana Canavarro
Manuel Laranjeira Areia
Maria da Conceição Meireles Pereira

Design

João Machado

Execução Gráfica Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira
 Tiragem 500 exemplares
Depósito Legal n.º 94 133/95
ISSN 0873-1861-22

Créditos

Fotografias dos autores
IHRU, IP/SIPA
Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora

ÍNDICE

- 5** NOTA DE ABERTURA
Maria da Conceição Meireles Pereira
- DOSSIER TEMÁTICO
- 11** Emigração portuguesa: o que temos vindo a estudar e o que nos falta saber – uma análise bibliométrica entre 1980 e 2013
Pedro Candeias, Bárbara Ferreira, João Peixoto
- 33** Geodinâmicas contemporâneas na diáspora portuguesa
Helder Diogo
- 55** A emigração portuguesa contemporânea e o Estado: uma Nação dispersa, um Estado longínquo
José Carlos Marques, Pedro Góis
- 73** Discursos sobre emigração em tempos de crise: uma abordagem comparativa
Marta Silva, Yvette Santos
- 97** “Geração Europa?”: um estudo sobre jovem emigração qualificada para França
João Teixeira Lopes, Rute Teixeira
- 121** Mulheres portuguesas empreendedoras em Andorra
Maria Ortelinda Gonçalves, Judite Ferreira Coelho, Michaël Pereira
- 137** Portugal e a globalização das migrações. Desafios de segurança
Teresa Ferreira Rodrigues, Susana de Sousa Ferreira
- 157** Novos *media* e novos emigrantes portugueses: uma proposta de reflexão
Ana Canavarro
- VARIA
- 177** Vera Cruz de Marmelar: a intervenção de Afonso Peres Farinha
Lúcia Rosas, Paula Pinto Costa
- 195** A Sociedade estabelecida para a subsistência dos Teatros Públicos da Corte – uma “companhia pombalina”
Duarte Gonçalves
- 209** Da subsidiariedade da governação à importância do municipalismo em Portugal
Agostinho Cardoso
- 219** SOBRE OS AUTORES
- 225** RESUMOS/ABSTRACTS
- 239** NOTÍCIAS
- 249** POPULAÇÃO E SOCIEDADE – OBJETIVOS E PERFIL/AIMS AND SCOPE
- 253** CATÁLOGO DAS EDIÇÕES DO CEPSE

Nota de Abertura

Maria da Conceição Meireles Pereira

O presente número da revista *População e Sociedade*, relativo ao ano de 2014, apresenta um *dossier* temático que aborda uma matéria de premente atualidade – a nova vaga de emigração portuguesa – que, nos últimos tempos, tem sido alvo de numerosas abordagens nos *media* e aqui é tratada por especialistas de vários domínios com investigação consagrada na área.

Assim, sob coordenação dos professores Ana Canavarro, Manuel Laranjeira Areia e da diretora desta revista, este *dossier* compõe-se de oito estudos que, não obstante a pluralidade de aspetos de que o fenómeno se reveste, apresentam, no seu conjunto, algumas das linhas mestras da moderna diáspora portuguesa. A emigração, dado tradicional e estrutural do país, tem conhecido diversas conjunturas ao longo dos séculos e coloca-se, nos tempos atuais, com características específicas que urge compreender e analisar, inclusivamente à luz do passado, mas também de dados presentes e estudos prospetivos, recorrendo a metodologias diversas, tantas vezes complementares, com vista à produção de contributos inovadores e fundamentados.

Ora numa perspetiva predominantemente teórica, ora através do estudo de casos, os artigos publicados fornecem dados quantitativos e qualitativos relativos ao recente fluxo emigratório, suas motivações e destinos, estratégias estatais e contextos comparativos de crise, questões de género e idade, grupos profissionais e atividades empreendedoras, segurança e novos meios de comunicação. Diversidade que comprova as múltiplas facetas e complexidade de um fenómeno em curso que permite já reflexões seguras e delas necessita num diálogo imprescindível entre as ciências sociais e uma sociedade em permanente transformação, num quadro de céleres mudanças económicas, políticas e técnicas.

No que concerne à secção *Varia*, os três artigos que a compõem atestam a diversidade de cronologias e objetos no domínio das ciências sociais e humanidades que esta revista tem contemplado ao longo da sua existência.

A direção da *População e Sociedade*, na observação dos parâmetros internacionais das publicações científicas que permitem a manutenção da sua indexação nas listas ERIH e Latindex, aproveita para agradecer a cooperação de todos quantos participaram no presente número, designadamente autores, mas também avaliadores científicos, reconhecendo o mérito e esforço do trabalho de ambos.

Foreword

Maria da Conceição Meireles Pereira

This issue of the journal *Population and Society*, for the year 2014, presents a thematic dossier that addresses a matter of pressing actuality – the new wave of Portuguese emigration – which has recently been the target of numerous approaches of the media, and here is treated by specialists in various fields devoted to research in the area.

Thus, under the coordination of teachers Ana Canavarro, Manuel Laranjeira Areia and the director of the journal, this issue consists of eight studies that, despite the plurality of aspects of the phenomenon, draw some of the master lines of modern Portuguese diaspora. Emigration has been a traditional and structural element of Portuguese history, has known several conjunctures over the centuries and, in modern times, has been revealing specific characteristics we must understand and analyze, especially in the light of the past, but also of the present data and prospective studies, based upon different methodologies, often complementary, aiming the creation of innovative and reasoned contributions.

Either in a predominantly theoretical perspective either through case studies, the articles here published provide quantitative and qualitative data on the recent emigration flow, its motivations and destinations, the State strategies and comparative contexts of crisis, gender and age issues, professional groups and entrepreneurial activities, security and new media. This diversity shows the many facets and complexity of an ongoing phenomenon that already enables reliable reflection which is essential for the dialogue between the social sciences and a society in constant transformation, within a framework of rapid economic, political and technical changes.

With regard to section *Varia*, it consists of three articles that attest to the diversity of chronologies and objects in the field of social sciences and humanities that this journal has covered throughout its existence.

The direction of *Population and Society* perseveres in the compliance of the international standards of scientific publications that allows its maintenance at ERIH and Latindex, and takes the opportunity to thank the cooperation of all who participated in this edition, namely authors and reviewers, recognizing the merit and effort of both.

Dossier Temático



OS IMIGRANTES E A IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL
COMUNIDADE DE CADERNO VERDIANO

Maria Helena Pereira Pinheiro, Imigração, Mobilidade e Desenvolvimento

José Carlos Lourenço, Portugal: 1974-1976, Portugal e a Europa

PORTUGAL PELO MUNDO DISPERSO

PORTUGAL SOCIAL DE A a Z

1974-1976, 1976-1978, 1978-1980, 1980-1982, 1982-1984, 1984-1986, 1986-1988, 1988-1990, 1990-1992, 1992-1994, 1994-1996, 1996-1998, 1998-2000, 2000-2002, 2002-2004, 2004-2006, 2006-2008, 2008-2010, 2010-2012, 2012-2014, 2014-2016, 2016-2018, 2018-2020

José Carlos Lourenço, Portugal Social de A a Z

ESTUDOS DE POPULAÇÃO E SOCILOGIA

PORTUGAL INTERCULTURAL

ACULTURAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE IMIGRANTES EM PORTUGAL

M. A. Oliveira e C. Teixeira, Jovens Portugueses e o Livro de Oração

I CONGRESSO: IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL, INVESTIGANDO

Rui Pedro Pinho, MIGRAÇÕES E INTEGRAÇÃO

Jose Gabriel Pereira Bastos, PORTUGAL EUROPEU

F. Sousa Ferreira, O Livro de Oração e o Livro de Oração

Fernanda Luis Maciel, CONTRASTES E CONTINUIDADE

NEW WAVES: MIGRATION FROM EAST

IMIGRAÇÃO UCRANIANA EM PORTUGAL

DIAGNÓSTICO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE NO CONCELHO DE OBRAGÃO

PORTUGAL: ATLAS DAS MIGRAÇÕES

Emigração portuguesa: o que temos vindo a estudar e o que nos falta saber – uma análise bibliométrica entre 1980 e 2013¹

Pedro Candeias

Bárbara Ferreira

João Peixoto

Introdução

Dada a quantidade de estudos sobre a emigração portuguesa que foram produzidos recentemente, torna-se pertinente uma análise sistemática a alguns dos seus conteúdos. Tal análise permitirá conhecer quais os temas, épocas históricas e países mais estudados, bem como aqueles que ainda carecem de investigação.

Pretende-se, com o presente artigo, efetuar uma análise bibliométrica da produção científica sobre a emigração portuguesa produzida entre 1980 e 2013. Esta análise é um dos *outputs* iniciais do projeto de investigação “Regresso ao futuro: a nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa” (REMIGR), cujo objetivo principal é analisar as tendências da emigração mais recente².

As análises bibliométricas e cientométricas tiveram como impulsionador Derek Solla Price³, inicialmente aplicadas às ciências exatas, mais concretamente à Física, para posteriormente se expandirem a diversas áreas científicas. Exercício semelhante ao que se apresenta já foi efetuado para a produção científica sobre a imigração e minorias étnicas em Portugal, com base também num levantamento bibliográfico⁴. Embora já tenham sido publicados outros levantamentos, tanto dedicados exclusivamente à emigração portuguesa⁵,

1 O artigo foi produzido no âmbito do projeto “Regresso ao futuro: a nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa” (REMIGR). A equipa do projeto é constituída por membros do SOCIUS, ISEG, Universidade de Lisboa; CES, Universidade de Coimbra; CIES, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa; e CEG, IGOT, Universidade de Lisboa. A investigação é financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/ATP-DEM/5152/2012). Os autores agradecem os contributos dos restantes membros do projeto, nomeadamente: Isabel Tiago Oliveira, Joana Azevedo, Jorge Malheiros, Paulo Miguel Madeira, José Carlos Marques e Pedro Góis; bem como aos dois revisores anónimos, cujos comentários ajudaram a melhorar o texto original.

2 No plano empírico, este projeto de investigação procura estudar sobretudo os fluxos ocorridos depois da viragem do século, aprofundando duas das suas modalidades mais exemplares: a mobilidade de jovens qualificados (detentores de diploma superior) e a de trabalhadores manuais pouco qualificados. São estudadas as tendências gerais e examinados em pormenor alguns países de destino, nomeadamente Angola, Brasil, França e Reino Unido. Uma primeira fase do projeto passou pelo levantamento da bibliografia existente sobre o tema. Dado o número elevado de material recolhido, o tratamento do estado da arte socorreu-se de métodos quantitativos e análises bibliométricas.

3 PRICE, 1951.

4 MACHADO; AZEVEDO, 2009.

5 ROCHA-TRINDADE; ARROTEIA, 1984.

como às migrações no geral⁶, não foram feitos com o propósito de uma análise temática e quantitativa.

A análise que se apresenta contemplou os seguintes critérios: 1) tempo – ano da publicação; 2) tipo de documento; 3) tema; 4) época histórica; 5) país de destino. Em algumas situações, estes critérios foram cruzados entre si ou com dados secundários.

O trabalho que se apresenta é de carácter provisório, tendo em conta que não foram recenseadas todas as publicações existentes e que se teve como base de trabalho uma listagem em constante atualização. Mas tal não obsta que se possa obter imagem do que já foi feito até agora e, mais importante ainda, do que ainda está por fazer.

1. Metodologia

Foram recolhidas 806 referências bibliográficas de publicações científicas referentes à emigração portuguesa⁷. A recolha de publicações foi circunscrita cronologicamente aos textos publicados entre os anos de 1980 e 2013. Foram consideradas publicações referentes às saídas de portugueses para o estrangeiro (a emigração na perspetiva da origem), como textos sobre portugueses em países estrangeiros (a imigração portuguesa vista na perspetiva dos países de destino por investigadores naturais desses países ou aí sediados). Esta opção metodológica pareceu ser a mais adequada, uma vez que se podem considerar os “dois lados da mesma moeda”, ou seja, duas perspetivas sobre o mesmo fenómeno que, por vezes, é difícil separar. Acresce que um levantamento bibliográfico focado apenas na literatura produzida em Portugal por académicos portugueses seria incompleto, parcial e de reduzida dimensão. Em primeiro lugar, porque o fenómeno é, em algumas vertentes, mais fácil de estudar sob a perspetiva das entradas do que das saídas, tal como é mais fácil estudar os imigrantes em Portugal do que os emigrantes⁸. Em segundo lugar, pelo facto de a comunidade científica portuguesa ser ainda diminuta⁹.

Para o levantamento bibliográfico que se analisa, foram consideradas como publicações científicas: livros, capítulos de livros, artigos em revistas científicas, atas de congressos, conferências e outros tipos de encontros científicos, bem como dissertações de licenciatura, mestrado e doutoramento. A recolha contemplou diversas fontes, tendo como ponto de partida o material disponível no *website* do Observatório da Emigração (www.observatorioemigracao.secomunidades.pt), as bibliografias pessoais dos investigadores da equipa, algumas bibliotecas universitárias e um sistema de “bola de neve bibliográfica”, em que em cada referência consultada eram procuradas novas referências bibliográficas. O trabalho de campo decorreu entre 1 de junho e 30 de setembro de 2013.

Os textos foram depois analisados, quando possível, de forma integral, e, por vezes, parcialmente, através dos resumos e palavras-chave, com recurso a técnicas de análise de conteúdo quantitativa.

De forma a complementar e contextualizar a produção científica, foi efetuada uma recolha documental de peças jornalísticas, existindo assim ao longo do artigo algumas referências a notícias dos *media*. Uma vez que o intuito não foi o de uma análise de conteúdo a artigos dos *media*, a recolha não obedeceu a critérios rígidos de sistematicidade.

Uma limitação que pode ser apontada a esta base de dados bibliográfica é ter como ponto de partida a investigação produzida em Portugal. Uma vez que existe maior familiaridade e proximidade com o que é produzido em Portugal e por investigadores portugueses, corre-se o risco de existir uma menor representatividade de obras produzidas além-fronteiras, embora se tenha tentado recensear, dentro do possível, trabalhos efetuados

6 GARCIA; NUNES, 2000; MUSEU DAS MIGRAÇÕES E DAS COMUNIDADES, 2012.

7 Uma versão ligeiramente mais expandida destas publicações está disponível em CANDEIAS; GÓIS; MARQUES; PEIXOTO, 2014.

8 PEIXOTO, 2012: 2.

9 BAGANHA; GÓIS, 1998-1999: 249.

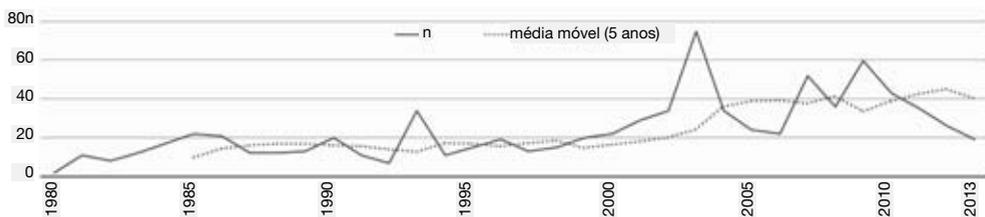
fora de Portugal. Como exemplo, um levantamento semelhante efetuado nos EUA teria muito maior acesso a outras produções e facilmente negligenciaria produções lusófonas. Não se descarta, igualmente, a hipótese de existir alguma bibliografia produzida em línguas de menor divulgação académica e, por sua vez, de menor acesso, como o alemão.

2. Resultados

2.1 Produção científica sobre emigração portuguesa no tempo

Analisa-se primeiramente a distribuição das referências recolhidas numa perspetiva longitudinal (Gráfico n.º 1). A tendência observada parece ser crescente, tendo em conta que 16% do total das publicações analisadas são datadas da década de 1980, 20% da década de 1990 e 48% da década de 2000. Na década de 1980, a média anual de publicações era de 13, nos anos 1990 aumenta para 17 e entre os anos de 2000 a 2009 são publicadas, em média, 39 peças por ano. Embora se observem alguns picos anuais, o cálculo da média móvel permite corrigir esses desvios e a tendência continua tendencialmente crescente.

Gráfico n.º 1 – Número de publicações por ano



Fonte: Elaborado pelos autores.

Deve ser efetuada a ressalva de que este incremento ao longo do tempo pode não resultar de um maior interesse pelas migrações portuguesas *per se*, mas sim de um aumento geral da produção científica, seja ela ao nível mundial¹⁰ ou a nível nacional. Assim, foi testada a correlação entre o número de publicações por ano com dados referentes às publicações científicas portuguesas (Ciências Sociais e Humanidades), tendo sido obtida uma correlação significativa ($p > 0,001$) e positiva (r de *Pearson*=0,66)¹¹.

Foi ainda testada a hipótese de que a investigação sobre a emigração portuguesa seria inversamente proporcional à investigação sobre imigração para Portugal. O pressuposto é o de que, em Portugal, os académicos seriam os mesmos e que estariam mais dedicados a estudar as entradas populacionais, deixando assim para segundo plano as saídas. Para tal, testou-se a correlação entre as publicações recolhidas no âmbito do presente estudo com a distribuição das publicações recolhidas por Machado e Azevedo¹². Contudo, a hipótese não se verificou empiricamente. Tal pode dever-se a: 1) o reduzido intervalo dos dados recolhidos pelos autores citados (oito anos); 2) a emigração portuguesa ser em grande parte estudada por investigadores não portugueses ou, em outros casos, por investigadores portugueses não baseados em Portugal.

10 BUCCHI, 2004.

11 DGEEC/MEC a partir de Thomson Reuters, Pordata. Embora se tenha verificado um incremento nas publicações científicas portuguesas, tal não invalida a afirmação anterior sobre esta ser diminuta, em comparação com outros países europeus.

12 MACHADO; AZEVEDO, 2009: 12.

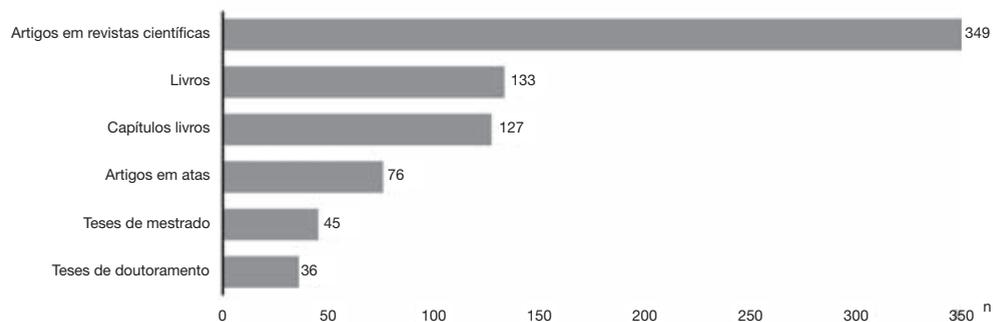
No que diz respeito à distribuição longitudinal, existem, ao longo do tempo, alguns picos que podem ser explicados pela existência de números especiais ou atas de congressos sobre o tema. Por exemplo, em 2003 ocorreu o I Congresso Internacional “A Vez e a Voz da Mulher Imigrante Portuguesa”, cujas atas publicadas contribuíram para o registo de 18 publicações neste ano.

Também relevante é a edição de números especiais de revistas. Em 2007 foram publicados dois números da revista *População e Sociedade* (n.º 14 e n.º 15) dedicados à emigração portuguesa para o Brasil. No ano de 2009 foi publicado o n.º 5 da revista *Migrações* (número especial sobre migrações entre Portugal e América Latina). No mesmo ano, foi também editado o número especial da revista *Ler História* (n.º 56) com um *dossier* sobre Emigração e Imigração.

2.2 Produção científica sobre emigração portuguesa: tipos de documentos

Existe interesse em conhecer que tipos de publicações sobre emigração portuguesa foram produzidos (Gráfico n.º 2). Grande parte das referências recolhidas são de artigos em revistas científicas, seguidos de, com alguma distância, livros, e, com proporções quase semelhantes, capítulos de livros.

Gráfico n.º 2 – Tipos de documentos



Fonte: Elaborado pelos autores.

Duas notas de ressalva em relação às dissertações: o reduzido número de teses de licenciatura recolhidas (duas, não representadas graficamente) pode ser explicado pela baixa notoriedade e disseminação que estas possuem, bem como pela sua descontinuação com a introdução do Processo de Bolonha. Já o quantitativo mais elevado de dissertações de mestrado em relação às de doutoramento é justificável pelo número também mais elevado de graduados com o grau de mestre em comparação ao de doutor¹³.

Ainda no que respeita às dissertações de mestrado e doutoramento, embora não se consiga avançar um quantitativo exato, é perceptível pela leitura das monografias que, quando são produzidas no estrangeiro, são em grande parte da autoria de lusodescendentes, que o fazem por motivação pessoal ou para melhor conhecerem as suas raízes.

13 Cerca de seis vezes mais, já que, entre 1997 e 2011, foram atribuídos, em Portugal, 74 033 graus de mestre e 13 455 graus de doutor (Pordata).

Existe também uma categoria particular de autores que contribuem para a produção científica com artigos de revistas, comunicações em encontros, livros e capítulos de livros, que consiste em estudiosos das migrações no geral. Ou seja, investigadores estrangeiros que estudam tanto a imigração portuguesa como outros grupos nesse país. Tal como em Portugal, grande parte dos estudiosos das saídas populacionais também se dedica à imigração.

Analisando os tipos de documentos publicados ao longo dos anos (em períodos decenais), a tendência tem sido para uma estabilização entre a década de 1980 e 1990, para posteriormente se observar um aumento de todas as publicações. Contudo, foi nos artigos em revistas científicas que se observou o maior incremento.

2.3 Temas abordados nos estudos sobre emigração portuguesa

O material recolhido foi classificado, de acordo com o enfoque, em grandes áreas temáticas dos estudos das migrações, designadamente:

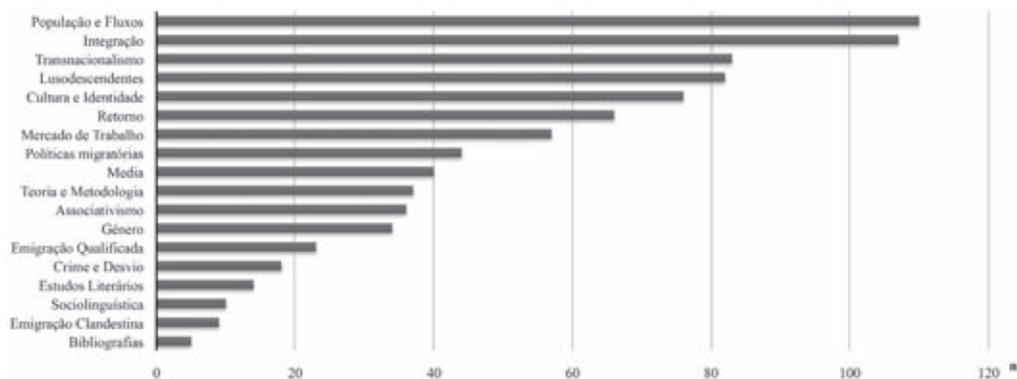
- (1) *Associativismo*: contempla tanto a vertente do associativismo laboral e sindicalismo, mais associado à integração no mercado de trabalho e à mobilização política, como a vertente lúdica ou cultural, mais dedicado ao modo como as associações e coletividades moldam ou ajudam na construção (ou reconstrução) da cultura, identidade ou etnicidade portuguesa, ou ainda o modo como funcionam como redes de ajuda e suporte.
- (2) *Crime, desvio e violência*: considerou-se nesta categoria tanto o comportamento desviante praticado por portugueses, como estudos em que os mesmos foram vítimas de situações de contrabando, deportação, escravatura branca, engajamento, ou práticas hostis.
- (3) *Cultura e identidade*: congrega essencialmente estudos de carácter etnográfico e algumas etnografias multisituadas sobre a cultura *folk* portuguesa, etnicidade, rituais, festividades, identidade nacional e religião na sua componente identitária. Abrange ainda estudos sobre o processo de aculturação ou de adaptação cultural à sociedade de receção.
- (4) *Emigração clandestina*: estudos históricos e estimativas do número de emigrantes clandestinos.
- (5) *Emigração qualificada*: migrações de quadros, grupos profissionais qualificados específicos e cientistas, nomeadamente estudantes de doutoramento e investigadores.
- (6) *Estudos literários*: análises de romances ou poemas, quer de obras de escritores portugueses, quer de naturais dos países recetores que escreveram sobre portugueses.
- (7) *Género*: estudos que comparam a situação entre homens e mulheres, ou que se dedicam ao estudo das mulheres emigrantes isoladamente.
- (8) *Integração*: categoria abrangente que cobre diversas dimensões da integração (e.g.: espacial, demográfica, social, económica, jurídica, de saúde, relacional ou política). “Espacial” quando remete para a concentração geográfica, os bairros étnicos, as condições de habitabilidade e as trajetórias residenciais. “Demográfica” nas questões do envelhecimento e nos problemas que daí decorrem. “Social” nos estudos sobre as práticas religiosas na sua componente integrativa. “Económica” nas questões da mobilidade social ou do contributo para o desenvolvimento no país de destino. “Jurídica” quando se estudam as naturalizações. “Saúde” quando se aborda a situação dos portugueses perante o sistema de saúde no país de acolhimento. “Relacional” quando se tratam dos estereótipos e representações sociais da população maioritária ou as relações intra ou interétnicas. Por fim, a dimensão “política” surge nos estudos sobre a participação política nas suas diversas vertentes (eleitoral, associativa, manifestações, lideranças, etc.).
- (9) *Levantamento bibliográfico*: bibliografias e filmografias sobre emigração.
- (10) *Lusodescendentes*: estudos sobre descendentes de portugueses ou jovens emigrantes, sua relação

- com o sistema escolar e suas trajetórias sociais. Muitos dos temas expostos podem ser analisados apenas para este subgrupo específico (e.g.: associativismo juvenil, os jovens e o mercado de trabalho).
- (11) *Media*: por um lado, contempla os estudos que utilizam como material empírico o discurso mediático (e.g.: estudos sobre notícias sobre emigrantes qualificados); por outro lado, os estudos sobre os *media* em si, como programas de rádio, jornais, revistas e *blogs* por e/ou para portugueses. Abrange ainda estudos mais próximos do transnacionalismo, como a utilização da internet como meio de contacto com o país de origem.
- (12) *Mercado de trabalho*: aqui foram classificados os estudos sobre a integração laboral, o empreendedorismo ou grupos profissionais específicos (e.g.: trabalhadores rurais, pescadores, operários da construção civil, jogadores de futebol, operários fabris).
- (13) *Políticas migratórias*: estudos sobre políticas emigratórias portuguesas e trabalhos sobre as políticas imigratórias em países de destino. Consistem, em grande parte, em análises de legislação ou de discursos políticos.
- (14) *População, fluxos e trajetória migratória*: trabalhos que procuram quantificar e/ou caracterizar os *stocks* e/ou os fluxos. Em grande parte são trabalhos que se baseiam em estatísticas oficiais ou fontes históricas.
- (15) *Retorno*: o retorno *per se* ou intenções de retornar.
- (16) *Sociolinguística*: investigações sobre o tema do bilinguismo ou da competência oral.
- (17) *Teoria e metodologia*: reflexões conceptuais, revisões de literatura e, por outro lado, publicações mais dedicadas a questões metodológicas.
- (18) *Transnacionalismo*: abrange tanto o que se considera transnacionalismo social como transnacionalismo económico. Por transnacionalismo social entendem-se as visitas a casa, as casas dos emigrantes em Portugal e a sua arquitetura, as relações entre emigrantes e ex-emigrantes com os residentes em Portugal, os rituais de casamento ou os contactos mantidos com Portugal. Já o transnacionalismo económico abarca o envio de remessas, o impacto no país de origem ou o desenvolvimento regional do mesmo.

As subcategorias apresentadas são apenas ilustrativas, não contemplando toda a extensão dos subtemas presentes nas 806 referências catalogadas.

Uma vez que alguns destes temas se intercetam, foram consideradas múltiplas classificações. Assim, considerou-se que cada peça poderia ser classificada, no máximo, dentro de três grandes grupos. Das 806 referências recolhidas foi possível classificar 632 delas (78%). Devido ao sistema de múltiplas classificações foram atribuídas 851 classificações, cuja distribuição se visualiza no gráfico n.º 3.

Gráfico n.º 3 – Distribuição temática

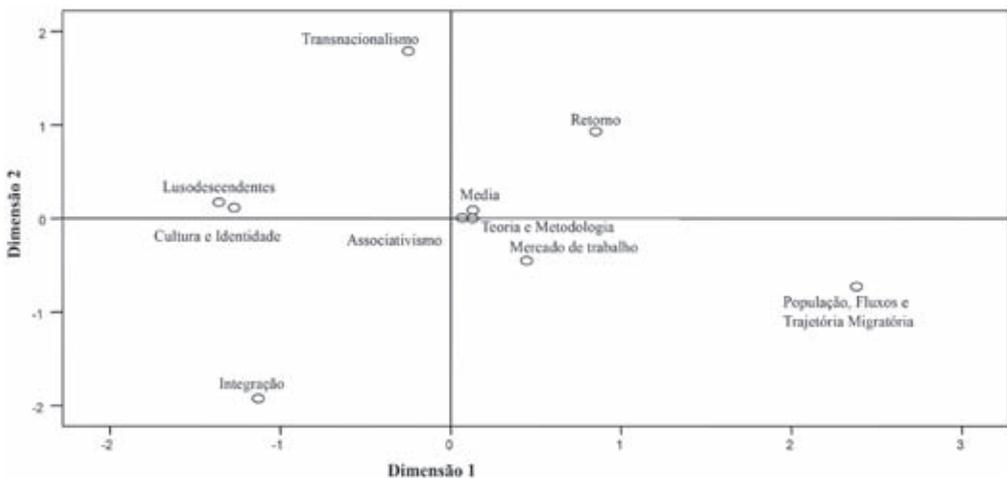


Fonte: Elaborado pelos autores.

No topo da ordenação de temas mais frequentes surgem as publicações dedicadas aos “fluxos, população e trajetória migratória” e à “integração”. Também relevante, mas com menor intensidade, são os estudos dedicados ao “transnacionalismo”, aos “lusodescendentes”, à “cultura e identidade”, à “migração de retorno” e ao posicionamento dos portugueses no “mercado de trabalho”. Os trabalhos sobre lusodescendentes também se destacam na análise de Machado e Azevedo¹⁴ em que estes surgem como o segundo grupo mais estudado, a seguir à categoria abrangente “imigrantes no geral”. No caso dos estudos sobre políticas migratórias, é de referir que se trata, em grande parte, de estudos sobre as políticas emigratórias portuguesas, especialmente durante o Estado Novo, o que contraria a tendência dos estudos sobre políticas migratórias, que geralmente se focam mais nas políticas de entrada do que nas de saída¹⁵.

Uma vez que foram consideradas múltiplas classificações temáticas para cada entrada (até três), foi corrida uma análise de escalonamento multidimensional para dados binários (ALSCAL)¹⁶ com as categorias mais frequentadas¹⁷. Com a observação do gráfico n.º 4, é de destacar alguma proximidade entre: 1) estudos que abordam a “cultura e identidade” e os que se focam nos “lusodescendentes”; 2) estudos dedicados ao “retorno”, que também muitas vezes se dedicam ao “transnacionalismo” (o próprio retorno pode ser considerado uma forma de transnacionalismo); 3) os estudos sobre a esfera do trabalho são por vezes associados a estudos sobre “integração” no geral ou sobre “população, fluxos e trajetória migratória”.

Gráfico n.º 4 – Distância entre categorias temáticas



Fonte: Elaborado pelos autores.

14 MACHADO; AZEVEDO, 2009: 18.

15 HOLLIFIELD, 2007: 190.

16 MARÔÇO, 2010.

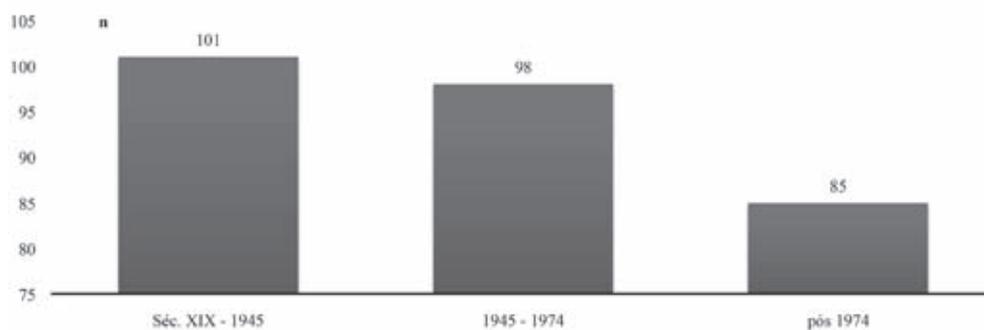
17 As três variáveis de escolha múltipla foram desdobradas em dezoito variáveis *dummy*. Foram ensaiados diversos modelos, retirando as variáveis menos frequentadas, até se obter o modelo apresentado.

2.4 Épocas históricas nos estudos sobre emigração portuguesa

As publicações recolhidas foram classificadas de acordo com o marco histórico de saídas de Portugal a que se referiam. As classificações focaram três grandes intervalos temporais. O primeiro período situou-se entre o século XIX e 1945, compreendendo assim as migrações que ocorreram desde que foi declarada a independência ao Brasil (1822) até ao fim da II Guerra Mundial. O segundo período circunscreve as migrações entre o final daquela guerra e o fim do regime do Estado Novo. O último consiste no intervalo aberto desde o 25 de Abril de 1974 até à atualidade. Contudo, há que ter em conta que alguns estudos abarcam mais do que uma das épocas históricas indicadas.

A época das saídas em estudo não é, todavia, um tema de interesse ou explicitado por todos os estudiosos das emigrações portuguesas, tratando-se muitas vezes a emigração de forma transversal, ignorando ou tornando impossível de conhecer a sua situação temporal, tendo em conta o material disponível. Assim se explica que não seja possível classificar 72% desta variável na base de dados para este fim construída.

Gráfico n.º 5 – Épocas históricas das saídas populacionais



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: São possíveis múltiplas classificações temporais.

Observa-se pela distribuição (Gráfico n.º 5), que, com quantitativos idênticos, estão os estudos que remetem para as migrações do passado (dois primeiros períodos). A frequência mais baixa é a das publicações focadas nas migrações pós-1974.

Quando se analisa a distribuição das épocas históricas estudadas ao longo dos anos de publicação é notório que os estudos académicos, mesmo aqueles desenvolvidos em anos recentes, se focam em saídas não contemporâneas (apenas existiram quatro anos em que os estudos dedicados ao período posterior a 1974 suplantaram os dedicados aos períodos anteriores). A explicação para tal pode ser devida ao elevado interesse pelas migrações por parte de historiadores, ou ao facto destes autores terem como tradição académica circunscrever cronologicamente as suas pesquisas, o que facilitou o processo de classificação.

Uma análise dos principais temas trabalhados de acordo com a época histórica (Quadro n.º 1) permite perceber que a tendência é, independentemente da época, de se dedicarem à caracterização dos fluxos e dos *stocks* de migrantes, sendo igualmente importantes os estudos sobre a integração. Mas existem também tendências mais específicas de cada época. Os estudos dedicados ao período até 1945 caracterizam-se pelos temas da integração dos portugueses no mercado de trabalho e das políticas migratórias, tanto no destino como na origem. Também na segunda época histórica – 1945-1974 – se destacam os estudos sobre as

políticas migratórias. Contudo, neste caso, a maioria são estudos sobre a Junta da Emigração, que permitem conhecer melhor as reações do Estado Novo à emigração que se deu nesta altura, em grande parte clandestina, especialmente para países europeus, como a França. Consequentemente, também se destaca o quantitativo relevante de estudos sobre a emigração clandestina. Ainda relevantes nesta época são os estudos sobre o transnacionalismo imigrante, sendo até cunhado o fenómeno do “vaivém” entre Portugal e França¹⁸. Os estudos que cobrem o pós-1974 voltam a dedicar-se à integração no mercado de trabalho, mas agora também à emigração qualificada, o que, em parte, se pode considerar um subgrupo do mercado de trabalho. O tema do retorno foi especialmente importante durante os anos 1980. A conjuntura de reduzido crescimento económico que reinava na década criou a falácia do mito do retorno dos portugueses que tinham abandonado o país durante o regime do Estado Novo¹⁹.

Esperava-se, nessa altura, que estes auxiliassem Portugal no seu processo de desenvolvimento²⁰. O melhor exemplo foi o estudo de grande porte coordenado por Manuela Silva (1984), *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*. Contudo, para além deste, existiram, e continuam a existir, diversos estudos de caso sobre o mesmo tema, embora com um foco territorial mais circunscrito.

Analisando por décadas de publicação o quantitativo de estudos dedicados ao retorno, os resultados são: nos anos 1980=21; 1990=8; 2000=23. Parece que, após algum desinteresse durante a década de 1990, o mito persiste, possivelmente devido a um novo período de desaceleração económica. Exemplos paradigmáticos do discurso atual sobre o papel da emigração para a promoção do desenvolvimento nacional são também as notícias recorrentes sobre o aumento das remessas dos emigrantes²¹ e o potencial estratégico da diáspora portuguesa na captação de IDE ou no apoio à internacionalização de empresas portuguesas²².

18 CHARBIT; HILY; POINARD, 1997 e CORDEIRO, 2002.

19 MONTEIRO, 1994.

20 BAGANHA; GÓIS, 1998-1999: 234.

21 Como exemplo: “Remessas dos imigrantes portugueses aumentam 32% ou seja: ao ritmo da crise” (*O Povo online*, 11.4.2013); “Remessas de emigrantes subiram 7,1 por cento no início de 2013” (*RTP Notícias*, 23.5.2013); ou “Remessas de emigrantes sobem 9,12% para 1,14 mil milhões de euros” (*Público*, 18.7.2013).

22 Veja-se, nomeadamente: “Serrasqueiro destaca importância dos emigrantes na captação investimento” (*Público*, 2.10.2008); “Governo pede a luso-eleitos que passem a ideia de um Portugal inovador” (*Público*, 25.6.2012); “Passos Coelho envia mensagem para Macau marcando o ano novo lunar” (*Público*, 20.1.2014).

Quadro n.º 1 – Número de temas por época histórica

Temas / Épocas	Séc. XIX-1945	1945-1974	pós-1974
População, Fluxos e Trajetória Migratória	31	28	29
Integração	12	17	12
Transnacionalismo	6	11	5
Lusodescendentes	-	3	2
Cultura e Identidade	-	2	2
Retorno	3	8	7
Mercado de Trabalho	13	6	10
Políticas migratórias	11	19	6
Media	5	-	3
Teoria e Metodologia	2	4	9
Associativismo	4	1	2
Género	7	6	5
Emigração Qualificada	-	-	17
Crime, Desvio e Violência	8	4	-
Estudos Literários	2	1	-
Sociolinguística	-	-	-
Emigração Clandestina	1	5	1
Levantamento Bibliográfico	-	1	1
Total	83	90	81

Fonte: Elaborado pelos autores.

2.5. Países de destino nos estudos sobre emigração portuguesa

De extrema importância foi conhecer o país de destino nos estudos recolhidos. Contudo, nem todas as peças preenchem este campo, por dois motivos: 1) serem dedicadas às saídas de Portugal e não a um país de destino em concreto (e.g.: estudos sobre políticas emigratórias); 2) não se focarem num país em concreto (e.g.: inquérito a emigrantes regressados a um concelho de Portugal em específico). Foram classificados 476 casos (59%). Uma vez que é comum que um trabalho possua como alvo mais do que um país de destino, foram consideradas entradas múltiplas, daí resultando que tenham sido identificados 541 países de destino (Gráfico n.º 6).

Com 151 contagens, França é o país mais estudado. Isto pode dever-se ao elevado fluxo migratório que ocorre em direção a este país desde os anos 1960. Segundo Baganha e Góis²³, outra das possíveis explicações para este quantitativo deve-se a uma forte ligação entre as ciências sociais portuguesas e a academia francesa. A especialização dos estudos sobre comunidades de portugueses em França é elevada, existindo publicações dedicadas exclusivamente à diáspora portuguesa, como a revista *Recherches en Anthropologie au Portugal* (no ativo entre 1989 e 2004), a revista *Latitudes Cahiers Lusophones* (no ativo entre 1997 e 2011)

23 BAGANHA; GÓIS, 1998-1999: 243.

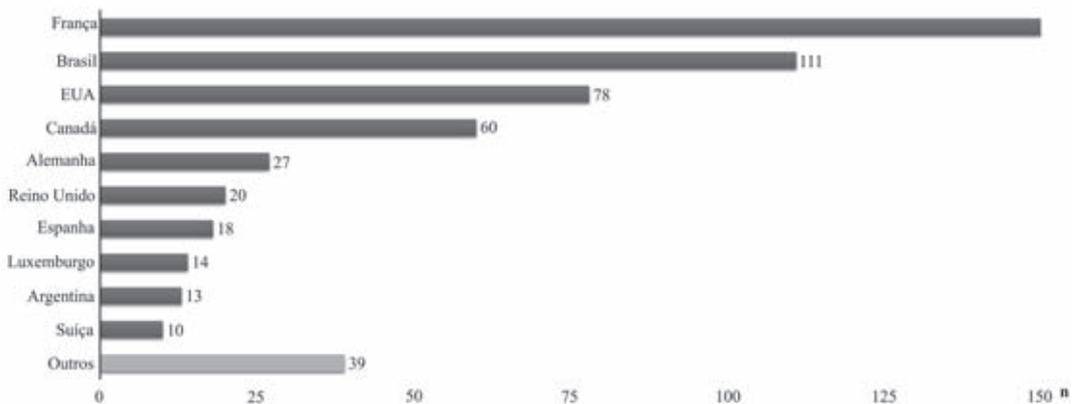
ou, ainda, *Cahiers de l'URMIS*, que, embora não sendo exclusiva sobre a comunidade portuguesa, dedica-lhe um quantitativo relevante de artigos.

A emigração para o Brasil surge como a segunda mais estudada. Estes trabalhos são em grande parte estudos históricos. Um peso forte destas publicações é responsabilidade do CEPES (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade) e da revista *População e Sociedade*. Esta dedicou alguns números ao tema da emigração portuguesa para o Brasil. Contribuem também alguns livros resultantes de encontros científicos, como os trabalhos “Nas Duas Margens. Os portugueses no Brasil”²⁴ e “Um Passaporte para a Terra Prometida”²⁵.

Em terceiro e quarto lugar posicionam-se os dois maiores países norte americanos, EUA e Canadá. Aqui são de destacar algumas editoras especializadas em estudos sobre portugueses, como a *Portuguese Heritage Publications of California* e a *Peregrinação Publications*. É também de relevar a existência de diversos centros de investigação em estudos portugueses, como o *Center for Portuguese Studies and Culture* da *University of Massachusetts Dartmouth*, o *Department of Portuguese and Brazilian Studies* da *Brown University*, ou o *The Center for Portuguese Studies* da *University of California, Santa Barbara*. Existem ainda revistas especializadas como a *Portuguese Studies Review* (no ativo desde 1991), ou a *InterDisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies* (no ativo desde 2012). De referir que os estudos nestes países têm focado especialmente a emigração oriunda dos Açores, muitos deles sendo metodologicamente estudos etnográficos.

Na lista de principais países de destino seguem-se Alemanha, Reino Unido, Espanha e Luxemburgo, países europeus de destino de migrações laborais lusas durante o pós-25 de Abril. Destinos mais recentes, como as economias emergentes de Angola ou Moçambique, estão ainda pouco estudados.

Gráfico n.º 6 – Países de destino



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: outros países com n <10: África do Sul, Andorra, Angola, Antígua, Austrália, Bélgica, Bermudas, Guyana, Macau, México, Moçambique, St. Vicent, Trindade e Tobago, Uruguai e Venezuela.

24 SOUSA; MARTINS; MATOS, 2009.

25 SOUSA; MARTINS; MENEZES, 2011.

Uma análise cruzada entre os principais temas estudados de acordo com os países de destino (Quadro n.º 2) mostra que França, o país mais estudado, comporta mais frequentemente estudos dedicados à integração e focados no grupo específico dos lusodescendentes. Em França, os emigrantes portugueses ganharam o estatuto de imigrantes invisíveis, mesmo que atualmente já seja questionável esse termo²⁶, sendo exemplo de boa integração, em parte por partilharem a religião católica com a maioria autóctone²⁷. A comunidade atrai até simpatia de políticos de direita ou extrema-direita, como a Frente Nacional. Como exemplo, em abril de 2012, foram notícia as visitas de dois líderes da direita francesa (Nicolas Sarkozy e Marine le Pen) a restaurantes portugueses, bem como a sua simpatia para com a comunidade lusa²⁸. Outra evidência foi a afirmação anti-imigração do então Presidente da República Francesa, de que “há demasiados estrangeiros”, ter sido acompanhada por uma ressalva sobre como esta declaração não era dirigida à comunidade portuguesa²⁹.

Tendência semelhante foi encontrada nos estudos dedicados aos portugueses no Reino Unido e no Canadá. Neste último, o elevado número de estudos sobre a integração pode ser influenciado pelas políticas migratórias canadianas de multiculturalismo³⁰.

Já no Brasil, do que se apurou, dominam estudos que se dedicam à cultura e identidade portuguesa, bem como à própria caracterização dos fluxos. Aqui destacam-se muitas análises de dados históricos disponíveis em arquivos de passaportes e fontes administrativas semelhantes.

No caso dos EUA, dominam os estudos sobre a cultura e identidade portuguesa e a integração das comunidades lusas. Existe um elevado interesse pela cultura e folclore português, especialmente açoriano, como as festas do Espírito Santo. Aqui, o interesse é sobre um grupo já há muito sedimentado, em que existe algum esforço para manter vivas as tradições, culturas e identidades.

Os estudos efetuados sobre os portugueses na Alemanha focaram-se, por um lado, na sua cultura e identidade, e, por outro, na sua integração no mercado de trabalho. Os primeiros trabalhos são, em grande medida, de responsabilidade de Andrea Klímt, que dedicou consideravelmente a sua carreira académica a este tema³¹. Os segundos resultam, provavelmente, das políticas de trabalhadores convidados e, posteriormente, do sistema de trabalhadores destacados, ambos envolvendo migrantes laborais portugueses.

Na Suíça e na Espanha a atenção focou mais a caracterização dos fluxos e a sua inserção laboral. É de ter em conta que, nestes últimos países, as frequências tornam-se muito reduzidas e, por isso, são facilmente influenciáveis por publicações pontuais.

26 JELEN, 2007.

27 VOLOVITCH-TAVARES, 2009.

28 *Expresso*, 11.4.2012.

29 RTP, 7.3.2012.

30 CASTLES; MILLER, 2009: 45.

31 KLÍMT, 1989; KLÍMT, 2000; KLÍMT, 2009.

Quadro n.º 2 – Número de temas estudados por país de destino

Temas / Países	França	Brasil	EUA	Canadá	Alemanha	Reino Unido	Espanha	Suíça
População, Fluxos e Trajetória	15	26	6	3	3	3	6	4
Integração	28	17	15	20	5	4	3	3
Transnacionalismo	16	6	6	3	3	-	1	2
Lusodescendentes	38	2	3	18	3	9	-	1
Cultura e Identidade	25	10	16	13	7	1	1	1
Retorno	16	5	4	6	1	-	-	-
Mercado de Trabalho	10	12	5	5	7	3	6	4
Media	15	5	2	1	-	1	-	-
Associativismo	14	9	2	1	-	3	-	1
Total	139	94	61	55	21	20	15	10

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: Embora Luxemburgo e Argentina possuam um número superior ao da Suíça, não possuem tantas entradas codificadas, nestas categorias.

Analisar a interceção entre as épocas históricas e os países de destino permite, ainda, conhecer outras regularidades (Quadro n.º 3). Os estudos sobre a primeira época histórica – até 1945 – foram largamente dominados pela emigração para o Brasil. A emigração para os EUA surge em segundo lugar, mas com um quantitativo muito reduzido, sendo os estudos para os restantes países despiciendos em termos proporcionais. Os estudos dedicados ao segundo período histórico – 1945-1974 – foram dominados essencialmente pela emigração para França, seguidos de estudos para o continente americano, que apenas no seu conjunto superam a quantidade dos estudos das saídas para França. No que respeita às migrações mais recentes, a primeira nota é que não existe nenhum país dominante, talvez porque, no mesmo sentido, não exista um país de destino com tamanha predominância como nas épocas anteriores. Ainda assim, assinala-se o Brasil com seis estudos, a Alemanha com quatro estudos, e um empate entre Canadá, EUA e França, com três estudos. Territórios de destino mais recentes, como o Reino Unido e a Suíça, são agora também estudados. Dada a lenta velocidade de produção dos estudos académicos, é possível que uma vaga mais recente de trabalhos, dedicados à emigração portuguesa posterior à recessão mundial de 2008, só venha a ser conhecida depois de 2013.

Quadro n.º 3 – Top 5 países mais estudados em cada época histórica

Séc. XIX - 1945		1945 - 1974		Pós 1974	
Brasil	55	França	27	Brasil	6
EUA	10	Brasil	11	Alemanha	4
França	3	Canadá	9	Canadá	3
Argentina	2	EUA	6	EUA	3
Venezuela	2	Venezuela	4	França	3

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: pós-1974, Reino Unido e Suíça =3.

3. Discussão e conclusão

Um primeiro assunto a discutir consiste nas épocas históricas estudadas. Não obstante o incremento de publicações que se observou nos 33 anos analisados, este não foi, em grande parte, um incremento dos estudos sobre emigrações contemporâneas. Muitos dos trabalhos atuais são trabalhos de historiadores que continuam a ter disponível material empírico para estudar. No mesmo sentido da escassez de investigação sobre a emigração dos dias de hoje, é de referir que, das 85 peças recolhidas sobre a emigração contemporânea, apenas 46 (54%) se dedicam maioritariamente à emigração nesta época; as restantes 39 abordam o tema em traços gerais e transversais a diversas épocas históricas. Dentro de ambos os grupos, são poucos os trabalhos que recorrem a dados primários, com trabalho de campo junto de emigrantes portugueses. São estudos em grande parte baseados em estatísticas oficiais, dando apenas um imagem geral, uma “fotografia de avião” e não tanto “uma imagem de microscópio”; estas correm ainda o risco de transmitir uma “imagem desfocada” da emigração portuguesa³².

Pode-se, assim, confirmar uma ideia que tem sido divulgada nos últimos anos, a da relativa invisibilidade da emigração portuguesa recente. Devido à escassez de dados, à limitação do financiamento disponível ou à secundarização do tema nas agendas científicas, a verdade é que pouco se investigaram as saídas de portugueses nas últimas décadas – apesar de todas as fontes confirmarem a manutenção e a importância dos fluxos³³.

Um segundo nível de discussão remete para os países de destino estudados nas publicações recolhidas. Para tal, estes países foram comparados com os países com maior *stock* de portugueses³⁴ e os países com maior fluxo de emigrantes³⁵ (Quadro n.º 4).

32 BAGANHA, 1993.

33 PIRES; MACHADO; PEIXOTO *et al.*, 2010.

34 Observatório da Emigração, dados de 2001 a 2011.

35 Observatório da Emigração, dados de 2008 e 2009.

Quadro n.º 4 – Comparação de *rankings* entre publicações, *stocks* e fluxos de emigrantes

Publicações	<i>Stocks</i>	Fluxos
França	França	Angola
Brasil	EUA	Reino Unido
EUA	Suíça	Suíça
Canadá	Canadá	Espanha
Alemanha	Espanha	Alemanha
Reino Unido	Brasil	Luxemburgo
Espanha	Alemanha	Bélgica
Luxemburgo	Reino Unido	Holanda
Argentina	Venezuela	Brasil
Suíça	Luxemburgo	Chile

Fonte: Elaborado pelos autores e Observatório da Emigração.

Comparando os *rankings* de publicações e *stocks* destaca-se o elevado quantitativo relativo dos estudos sobre os portugueses no Brasil. É de ter em conta que se trata de estudos sobre diversos períodos históricos e não tanto sobre migrações contemporâneas. Ou seja, embora continuem a entrar portugueses no Brasil hoje em dia, os estudos referem-se, em grande parte, ao período posterior à declaração de independência do país. Já alguns países de emigração recente se destacam pela escassez de estudos, como é o caso da Suíça, que, embora destino de eleição de emigrantes portugueses desde meados da década de 1980³⁶, recolheu somente dez publicações.

Uma outra análise comparativa possível é entre as publicações e as estatísticas dos fluxos mais recentes. Neste caso, é relevante o fluxo com destino a Angola. Por sua vez, é curioso este ser um dos países menos estudados pelos académicos. É de referir que, no levantamento de estudos sobre imigração e minorias étnicas³⁷, os estudos sobre imigrantes angolanos também escasseiam. Assim, parece ser difícil tanto efetuar estudos sobre imigrantes angolanos em Portugal, como de emigrantes portugueses em Angola. Contudo, Angola não é um caso isolado de países pouco ou nada estudados. Dentro do espaço intraeuropeu destacam-se a Bélgica e a Holanda, para além da Suíça, já referida. Para a Bélgica, foram recolhidos apenas três estudos, mas todos eles em forma comparativa; tendo como destino a Holanda, não se recolheu nenhum trabalho.

No caso dos fluxos mais recentes, é possível estar-se perante o fenómeno já conhecido da relação entre ciência e *media*. Por vezes, a opinião pública pode fazer com que determinado problema ganhe visibilidade e, por consequência, interesse e (principalmente) financiamento científico³⁸. Também importa referir que o tempo de publicação de resultados científicos obedece a lógicas diferentes das dos jornalistas, sendo muito mais rápido nos segundos, o que torna comum que os fenómenos cheguem primeiro às manchetes dos jornais do que às revistas científicas com critérios de *peer review*³⁹.

Comparando tanto *stocks* como fluxos, há que ter em conta que ambos são relevantes. Um surto migratório temporário, por menos provável que seja, deve ser tão importante como uma migração já bem sedimentada.

36 MARQUES, 2010.

37 MACHADO; AZEVEDO, 2009: 26.

38 BALMER, 1990 in BUCCHI, 2004: 118.

39 BUCCHI, 2004: 131-132.

Contudo, a chegada de novos emigrantes a um “novo” país levanta questões de pesquisa diferentes do que em países com um longo historial de portugueses. Enquanto nos primeiros importa conhecer, por exemplo, dificuldades de inserção, nos segundos podem interessar os temas da velhice ou das relações intergeracionais de emigrantes.

Se forem tidos em conta os mais recentes fluxos, é perceptível que muitos dos países de destino recentes ainda não foram estudados. Angola é o exemplo mais flagrante. No entanto, o problema não se observa apenas no lado dos estudos académicos *per se*. As próprias estatísticas oficiais são incompletas ou de difícil comparação. Assim, alguns daqueles países que hoje são considerados “novos” destinos de emigração portuguesa não apresentam estatísticas completas e comparáveis, pelo que a ideia do fluxo relevante é muitas vezes baseado nas informações que se obtêm através de peças jornalísticas.

Um terceiro assunto a discutir é o dos temas estudados. Já no final da década de 1990, Baganha e Góis concluíam que um dos temas sobre o qual mais se sabia eram os volumes e características dos emigrantes portugueses⁴⁰. Parece que tal afirmação continua relevante, isto é, continua a ser o tema mais estudado. Contudo, para as migrações contemporâneas e, especialmente, para alguns dos países de destino mais recentes, pouco mais se sabe do que a dimensão do fluxo ou do *stock*, sendo por isso ainda relevante produzirem-se estudos desta natureza. Acresce que grande parte dos estudos nesta categoria é baseada em estatísticas oficiais, sendo reduzido o número de trabalhos em que se procurou auscultar diretamente os emigrantes no que diz respeito às motivações, dificuldades, projetos futuros ou ligações com Portugal.

Uma boa maneira de interpretar o que se tem estudado sobre emigração portuguesa em termos de temas é comparar com o que se tem estudado para outros grupos migrantes em Portugal. Com este fito, os resultados das categorias temáticas foram comparados com os obtidos por Machado e Azevedo⁴¹. Merecem especial atenção dois pontos. Em primeiro lugar, assinala-se a relevância da categoria “Saúde e doença”, que na pesquisa sobre imigração se encontra no nono lugar do *ranking* de temas, não merece uma categoria isolada na pesquisa sobre emigração portuguesa. Nesta última é agrupada na grande categoria “Integração”, uma vez que, estudada isoladamente, conta como tema de apenas duas entradas bibliográficas analisadas. Em segundo lugar, assinala-se o elevado peso da categoria “Coexistência e representações interétnicas; racismo” (quarto lugar nos estudos sobre imigração), que não tem equivalente no levantamento sobre os portugueses além-fronteiras. No caso destes, o tema foi classificado na categoria “Integração”, mas uma análise mais aprofundada revela que são quase inexistentes os estudos referentes ao racismo face aos portugueses. Da mesma maneira, os estudos sobre violência para com os portugueses são parcos, classificados na categoria “Crime, desvio e violência”. Pode-se afirmar que, das dezoito peças nesta categoria, apenas três remetem para estudos sobre violência ou racismo face a portugueses.

Não obstante, é possível encontrar evidência de algumas manifestações de hostilidade face a portugueses emigrados, nomeadamente em algumas notícias da comunicação social: “Portugueses vítimas de ataques racistas na Irlanda do Norte”⁴², “Portugueses no Luxemburgo vítimas de racismo”⁴³, ou de violência e insegurança no geral, seja na Venezuela – “Comunidade portuguesa na Venezuela confiante no combate à insegurança”⁴⁴ –, ou em Moçambique – “Raptos levam famílias portuguesas em Moçambique a tirar crianças do país”⁴⁵. Tendo em conta as datas das notícias recolhidas, é perceptível que o fenómeno não é recente. Seria

40 BAGANHA; GÓIS, 1998-1999: 249.

41 MACHADO; AZEVEDO, 2009: 13.

42 *Público*, 29.4.2002.

43 *TSF*, 10.5.2000.

44 *DN Madeira*, 12.3.2013.

45 *Público*, 5.11.2013.

interessante investigar por que razão existe uma quase invisibilidade académica de problemas existentes na vida dos emigrantes.

Dentro da mesma categoria do “Crime, desvio e violência”, outro fenómeno pouco estudado e com notoriedade mediática é a questão das redes de tráfico de seres humanos, muitas vezes associadas a situações de trabalhos forçados ou de escravatura branca. Existe atenção por parte dos *media*, como se pode comprovar com notícias como “Emigrantes portugueses tratados como escravos em França, Alemanha e Inglaterra”⁴⁶, “Há cada vez mais portugueses vítimas de tráfico de seres humanos”⁴⁷, ou “Sobe o número de portugueses vítimas de tráfico humano”⁴⁸. No caso da produção bibliográfica agora analisada, foi apenas recolhido e classificado um trabalho sobre este tema, centrado no século XIX⁴⁹. Neste caso em concreto, a explicação para a escassa produção científica talvez possa passar pelas dificuldades conceptuais e empíricas de estudar o fenómeno⁵⁰.

Ainda explorando os temas pouco estudados, um ponto já evidenciado por Baganha e Góis era a escassez de estudos sobre a clandestinidade dos emigrantes portugueses⁵¹. A questão aparenta continuar a ser relevante, embora vestida de uma nova roupagem. Existe alguma evidência de que a emigração irregular continua a existir, como comprovam algumas peças jornalísticas, como “O problema dos portugueses ilegais no Brasil é uma realidade”⁵², ou “Portugueses sem visto expulsos de Angola”⁵³. Embora continuem a ser efetuadas pesquisas sobre o tema, são de carácter histórico. É exceção um pequeno estudo sobre a emigração portuguesa recente para o Brasil efectuado no âmbito do projeto ITINERIS⁵⁴.

Para terminar a componente relativa aos temas estudados, há que ter em mente que o acumulado de estudos em alguns temas e a falta de estudos noutros deve-se, em parte, à lógica da produção científica, podendo-se afirmar que os estudos sobre a emigração portuguesa seguem determinados “paradigmas dominantes”⁵⁵. Para além da relativa invisibilidade da emigração recente, sobretudo quando comparada com a visibilidade dos estudos sobre imigração e minorias étnicas, fica por estudar o relativo privilégio que é dado a determinadas temáticas, que pode suceder por constrangimentos ligados às ciências sociais portuguesas ou aos estudos internacionais sobre migrações.

Notas finais

A análise bibliométrica aqui apresentada reflete uma das preocupações iniciais do projeto REMIGR⁵⁶, a de definir melhor o que se sabe sobre a emigração portuguesa, especialmente a que se situa no período mais recente, *i.e.* pós-1974 e, em particular, pós-2000.

Este trabalho permitiu identificar padrões temporais, temáticos e geográficos da produção científica sobre emigração, publicada entre 1980 e 2013. No entanto, permitiu também distinguir alguns “ângulos mortos” patentes na mesma produção, o que pode ser tão ou mais útil para investigações atuais ou futuras sobre o tema.

Salienta-se a discrepância entre o facto de existir uma crescente produção científica sobre o tema da emigração portuguesa e o número reduzido de trabalhos que abordam os fluxos no período posterior

46 *Jornal de Notícias*, 3.1.2013.

47 TSF, 11.2.2013.

48 *Jornal de Notícias*, 12.2.2013.

49 SILVA, 2012.

50 PEIXOTO, 2005: 17-19.

51 BAGANHA; GÓIS, 1998-1999: 250.

52 *Público*, 21.4.2012.

53 *Sol*, 4.7.2011.

54 FINOTELLI; ACOSTA; FERNANDES *et al.*, 2013.

55 KUHN, 1962.

56 Ver nota 1.

à Revolução de 1974. O desenvolvimento das ciências sociais em Portugal explica certamente a primeira tendência, enquanto a escassa visibilidade da emigração recente explica a segunda.

Dentro do que “ainda nos falta saber” nota-se, assim, que são escassos os estudos sobre emigração portuguesa contemporânea, especialmente trabalhos que recorram a dados primários. Consequência parcial desta tendência é a produção relativamente exígua de estudos que tenham como foco alguns dos principais destinos recentes dos portugueses, designadamente a Suíça, Brasil⁵⁷, Angola ou Moçambique. Em termos de temas foi reduzido o recenseamento de trabalhos sobre as questões da saúde, do racismo e discriminação, do tráfico de seres humanos e da emigração clandestina atual. Com a ameaça recente de possível denúncia dos acordos da livre circulação de pessoas, no caso da Suíça⁵⁸, e da eventual revisão de alguns direitos e garantias dos imigrantes na Alemanha⁵⁹, alguns destes temas poderão brevemente tornar-se mais salientes na produção científica sobre a emigração portuguesa. No âmbito desta pesquisa, fica ainda por analisar a relação entre a produção mediática e a produção científica. Sabe-se que, no contexto atual, em particular no período posterior à recessão económica de 2008, a problemática da emigração tem merecido atenção crescente da opinião pública e dos *media*, com destaque para a emigração de jovens qualificados. A conjuntura que o país atravessa, tanto em termos socioeconómicos, como em termos demográficos, traduz-se numa preocupação acrescida com essas saídas massivas, contrariada apenas pelo discurso ambíguo das autoridades face ao tema⁶⁰. Não se sabe ainda qual será o seu impacto na produção científica, mas prevê-se que seja elevado. Em suma, face ao momento que o país atravessa, adivinha-se que a relativa omissão dos movimentos emigratórios recentes tenda a inverter-se e que alguns dos países de destino de eleição nestes novos fluxos sejam (re)descobertos. Possivelmente, também a tendência global crescente de contraste acentuado entre a precarização do trabalho, por um lado, e a extrema mobilidade de “cérebros”, por outro, terão consequências ao nível das temáticas a explorar em futuros trabalhos académicos. O que parece ser certo, de resto, é que se voltará a olhar mais para o “Nós” no exterior do que para o “Outro” em Portugal.

57 Neste caso, com uma “nova vaga” de imigração portuguesa distinta da que se verificou no passado.

58 Por via do resultado do referendo realizado a 9 de fevereiro de 2014, em que o voto concordante com a aplicação de medidas mais restritas à entrada de imigrantes no país ganhou com 50,34% dos votos.

59 Na base dessa possibilidade encontra-se o relatório produzido no âmbito de um grupo de trabalho constituído pelos ministros do Interior e do Trabalho alemães, que apela a restrições às autorizações de residência e à atribuição de subsídios sociais. Leia-se, por exemplo: “Alemanha vai limitar autorizações de residência e ajudas sociais a imigrantes europeus” (*Expresso*, 26.3.2014) ou “German panel lays down restrictions on EU immigrants” (*Euractiv*, 27.3.2014).

60 Destacam-se as seguintes peças jornalísticas como exemplo: “Secretário de Estado apela a jovens para emigrarem” (*Correio da Manhã*, 31.10.2011); “Passos Coelho: “Ninguém aconselhou os portugueses a emigrarem” (*Público*, 17.1.2013); “As várias declarações de apelo à emigração” (*Jornal de Negócios*, 17.1.2013).

Fontes

- “Comunidade portuguesa na Venezuela confiante no combate à insegurança”. *Diário de Notícias da Madeira*. 12.3.2013. Disponível em <<http://www.dnoticias.pt/actualidade/mundo/376121-comunidade-portuguesa-na-venezuela-confiante-no-cambate-a-inseguranca>> [consult. 21 de nov. 2013].
- “Declarações de Sarkozy sobre estrangeiros ‘não visam os portugueses’”, afirma Alexandra Custódio. RTP. 7.3.2012. Disponível em: <<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=533523&tm=7&layout=121&visual=49>> [consult. 21 de nov. 2013].
- “Emigrantes portugueses tratados como escravos em França, Alemanha e Inglaterra”. *Jornal de Notícias*. 3.1.2012. Disponível em: <http://www.jn.pt/Paginalnicial/Economia/Interior.aspx?content_id=2217912> [consult. 19 de dez. 2013].
- “Há cada vez mais portugueses vítimas de tráfico de seres humanos”. TSF. 11.2.2013. Disponível em: <http://www.tsf.pt/Paginalnicial/Vida/Interior.aspx?content_id=3048469> [consult. 19 de dez. 2013].
- “O problema dos portugueses ilegais no Brasil é uma realidade”. *Público*. 21.4.2012. Disponível em: <<http://www.publico.pt/politica/noticia/o-problema-dos-portugueses-ilegais-no-brasil-e-uma-realidade-1543037>> [consult. 21 de nov. 2013].
- “Portugueses no Luxemburgo vítimas de racismo”. TSF. 10.5.2000. Disponível em: <http://www.tsf.pt/Paginalnicial/Interior.aspx?content_id=851104> [consult. 21 de nov. 2013].
- “Portugueses sem visto expulsos de Angola”. *Sol*. 4.7.2011. Disponível em: <http://sol.sapo.pt/inicio/Lusofonia/Angola/Interior.aspx?content_id=23256> [consult. 21 de nov. 2013].
- “Portugueses vítimas de ataques racistas na Irlanda do Norte”. *Público*. 29.4.2002. Disponível em: <<http://www.publico.pt/sociedade/noticia/portugueses-vitimas-de-ataques-racistas-na-irlanda-do-norte-133290>> [consult. 21 de nov. 2013].
- “Raptos levam famílias portuguesas em Moçambique a tirar crianças do país”. *Público*. 5.11.2013. Disponível em: <<http://www.publico.pt/mundo/noticia/familias-portuguesas-em-mocambique-tiram-criancas-do-pais-1611458>> [consult. 21 de nov. 2013].
- “Remessas de emigrantes sobem 9,12% para 1,14 mil milhões de euros”. *Público*. 18.7.2013. Disponível em: <<http://www.publico.pt/economia/noticia/remessas-de-emigrantes-sobem-912-para-114-mil-milhoes-de-euros-1600618>> [consult. 19 de dez. 2013].
- “Remessas de emigrantes subiram 7,1 por cento no início de 2013”. RTP. 23.5.2013. Disponível em: <<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=653580&tm=6&layout=122&visual=61>> [consult. 19 de dez. 2013].
- “Remessas dos imigrantes Portugueses aumentam 32% ou seja: ao ritmo da crise”. *O Povo online*. 11.4.2013. Disponível em: <http://blog.opovo.com.br/portugalsempassaporte/remessas-dos-imigrantes-portugueses-aumentam-32-ou-seja-ao-ritmo-da-crise/?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+PortugalSemPassaporte+%28Portugal+sem+passaporte%29> [consult. 19 de dez. 2013].
- “Sarkozy e Marine le Pen em restaurantes portugueses”. *Expresso*. 11.4.2012. Disponível em: <<http://expresso.sapo.pt/sarkozy-e-marine-le-pen-em-restaurantes-portugueses=f718349>> [consult. 21 de nov. 2013].
- “Sobe o número de portugueses vítimas de tráfico humano”. *Jornal de Notícias*. 12.2.2013. Disponível em: <http://www.jn.pt/Paginalnicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=3048495> [consult. 19 de dez. 2013].

Bibliografia

- BAGANHA, Maria Ioannis, 1993 – “Uma imagem desfocada: a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração”. *Análise Social*. Lisboa, vol. XXVI, 112-113, p. 723-739.
- BAGANHA, Maria Ioannis; GÓIS, Pedro, 1998-1999 – “Migrações internacionais de e para Portugal. O que sabemos e para onde vamos?”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Lisboa, n.º 52-53, p. 229-280.
- BUCCHI, Massimiano, 2004 – *Science in society: an introduction to social studies of science*. London: Routledge.
- CANDEIAS, Pedro; GÓIS, Pedro; MARQUES, José Carlos; PEIXOTO, João, 2014 – “Emigração portuguesa: bibliografia comentada (1980-2013)”. *SOCIUS Working Papers* n.º 1/2014. (Disponível em <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/w.papers.2014.shtml>)
- CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J., 2009 – *The age of migration: international population movements in the modern world*, 4ª ed. New York: Palgrave.
- CHARBIT, Yves; HILY, Marie-Antoinette; POINARD, Michel, 1997 – *Le va-et-vient identitaire. Migrants portugais et villages d'origine*. Paris: PUF.
- CORDEIRO, Albano, 2002 – «Le va-vient des Portugais en Europe». *Projet*. N.º 272, p. 63-38.
- FINOTELLI, Cláudia; ACOSTA, Diego; FERNANDES, Duval Magalhães et al, 2013 – *Migração Brasil – Europa. A situação dos migrantes brasileiros na Espanha e Portugal e de portugueses e espanhóis no Brasil: aspectos legais e vivências*. Viena: International Centre for Migration Policy Development (ICMPD).

- GARCIA, José Luis; NUNES, Diana Brito, 2000 – *Migrações e relações multiculturais*. Oeiras: Celta.
- HOLLIFIELD, James F., 2007 – “The Politics of International Migration How Can We ‘Bring the State Back In?’” in BRETTELL, Caroline B.; HOLLIFIELD, James F. (eds.) – *Migration Theory: Talking across Disciplines, 2ªed.* New York: Routledge, p. 183-237.
- JELLEN, Brigitte, 2007 – *Immigrant In / Visibility: Portuguese and North Africans in Post-Colonial France*. Irvine (tese de doutoramento apresentada à Universidade da Califórnia).
- KLIMT, Andrea, 2009 – “Espaços europeus: noções de casa e de pertença dos migrantes portugueses na Alemanha” in MELO, Daniel; SILVA, Eduardo Caetano da (eds.) – *Construção da Nação e associativismo na emigração portuguesa*. Lisboa: ICS, p. 237-271.
- KLIMT, Andrea, 2000 – “Enacting national selves. Authenticity, adventure and disaffection in the Portuguese diaspora”. *Identities*. N.º 6, 4, p. 513-550.
- KLIMT, Andrea, 1989 – “Returning ‘Home’: Portuguese Migrant Notions of Temporariness, Permanence and Commitment”. *New German Critique, Special Issue on Minorities in German Culture*. N.º 46, p. 47-70.
- KUHN, Thomas, 1962 – *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: Chicago University Press.
- MACHADO, Fernando Luís; AZEVEDO, Joana, 2009 – “A investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal: tendências, vazios e propostas”. *Migrações*. N.º 4, p. 7-31.
- MACHADO, Fernando Luís; AZEVEDO, Joana; MATIAS, Ana Raquel, 2009 – *Bibliografia e filmografia sobre imigração e minorias étnicas em Portugal (2000/2008)*(CD-ROM). Lisboa: Fórum Gulbenkian Migrações, Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano.
- MARÔCO, João, 2010 – *Análise Estatística com o PASW Statistics (ex-SPSS)*. Pêro Pinheiro: Report Number.
- MARQUES, José Carlos, 2010 – “A emigração portuguesa em tempos de imigração”. *Polígonos. Revista de Geografia*. N.º 20, p. 115-129.
- MONTEIRO, Paulo Filipe, 1994 – *Emigração. O eterno mito do retorno*. Oeiras: Celta.
- MUSEU DAS MIGRAÇÕES E DAS COMUNIDADES, 2012 – *Migrações – bibliografia*. Fafe: MMC.
- PEIXOTO, João, 2005 – “Introdução” in PEIXOTO, João; SOARES, António Goucha; COSTA, Paulo Manuel *et al* (eds.) – *O tráfico de migrantes em Portugal – perspectivas sociológicas, jurídicas e políticas*. Lisboa: ACIME, p. 15-19.
- PEIXOTO, João, 2012 – “A Emigração hoje: o que sabemos e o que não sabemos”. *SOCIUS Working Papers*, 5.
- PIRES, Rui Pena; MACHADO, Fernando Luís; PEIXOTO, João *et al*, 2010 – *Portugal: atlas das migrações internacionais*. Lisboa: Tinta-da-China.
- PRICE, Derek de Solla, 1951 – “Quantitative Measures of the Development of Science”. *Archives Internationales d’Histoire des Sciences*. N.º 14, 4, p. 85-93.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; ARROTEIA, Jorge, 1984 – *Bibliografia da emigração portuguesa*. Lisboa: Instituto de Português de Ensino à Distância.
- SILVA, Manuela; AMARO, Rogério Roque; CLAUSSE, Guy *et al*, 1984 – *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- SILVA, Susana Serpa, 2012 – “A emigração açoriana para o Brasil, por meados do século XIX e a questão da ‘escravatura branca’”. *História: Questões & Debates*. N.º 56, p. 37-61.
- SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima; MATOS, Izilda (eds.), 2009 – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/ Afrontamento.
- SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima; MENEZES, Lená Medeiros de (eds.), 2011 – *Um passaporte para a terra prometida*. Porto: CEPESE/ Fronteira do Caos.
- VOLOVITCH-TAVARES, Marie-Christine, 2009 – “Les incertitudes et les contradictions d’une ‘bonne intégration’. Les immigrants catholiques portugais en France, des années soixante aux années quatre-vingt”. *Cahiers de la Méditerranée*. N.º 78, p. 158-176.

Sítios na Internet

Observatório da Emigração. Disponível em: <<http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/>>.

PORDATA. Disponível em: <<http://www.pordata.pt/>>.



Geodinâmicas contemporâneas na diáspora portuguesa

Helder Diogo

1. A dimensão planetária da diáspora lusa

1.1 Da diáspora sofredora à diáspora libertadora

Ao longo dos séculos, o termo diáspora remete para a evolução das correntes migratórias nas sociedades mais antigas até aos movimentos migratórios contemporâneos das nossas sociedades.

O termo diáspora deriva do verbo grego *speirein* (semear) ou mais precisamente do verbo composto *diaspeirein* (disseminar) que indica em si a dispersão de um povo. Significou também, desde a antiguidade, uma dispersão forçada devido à guerra e às revoluções, e o termo, apesar de ser inicialmente utilizado nos textos literários ou sagrados dos povos do mediterrâneo oriental, foi posteriormente retomado na literatura das ciências sociais¹. No espaço francófono, o termo materializa-se nos dicionários apenas em 1980, tornando-se usual, desde então, a sua utilização nas teses em França na segunda metade dessa década. No entanto, os dicionários britânicos já mencionavam a aplicação desse léxico a povos não judaicos a partir de 1961, tendo-se generalizado e difundido durante os anos 1970².

A sensibilidade para estudos sobre as diásporas na Geografia apareceu desde os inícios da Geografia Humana quando a mesma se constituiu como uma disciplina distinta das outras ciências humanas, embora sem utilizar o termo em si mesmo ou sem o dissociar da sua aplicação ao caso judeu. Mais tarde, na década de 1950, Maximilien Sorre³ utiliza o termo quando se refere à migração chinesa para os Estados Unidos ou à dispersão arménia pelo mundo. Com base nas migrações judaicas, Sorre alude à diáspora como um espaço das minorias nacionais em terra estrangeira com um forte ideal coletivo que permite conservar no imigrante a sua autonomia material e espiritual.

A partir dos anos 1980, os geógrafos recorrem amplamente a este termo no espaço francófono, deixando de designar exclusivamente o paradigma judeu. Para Pierre George (1984), embora o termo figurasse no seu *Dicionário da Geografia*, de 1970, como um conjunto da coletividade judaica dispersa no mundo ou toda a coletividade etno-cultural difundida fora do seu meio de origem, a diáspora é definida com base no modelo judaico alimentado por êxodos sucessivos forçados ou voluntários, segregada étnica e culturalmente que, apesar dos contactos estabelecidos com a população circundante, mantém práticas culturais próprias.

1 BRUNEAU, 2004: 10.

2 DUFOIX, 2003: 20.

3 SORRE, 1955: 228.

Nos anos 1990, a aceleração da globalização dos mercados e das comunicações, bem como a extensão geográfica da ideologia dos direitos do Homem, transcendem as fronteiras e levam a uma valorização da mobilidade geográfica e cultural. Com estas evoluções, muitos emigrantes e descendentes movimentam-se em espaços onde as fronteiras dos Estados perdem importância e desenvolvem pertenças sociais duplas ou formam comunidades transnacionais.

Segundo Gabriel Sheffer⁴, o conceito de diáspora inclui três características essenciais: a consciência e o facto de reivindicar uma identidade étnica ou nacional; a existência de uma organização política, religiosa e/ou cultural do grupo que forma a diáspora (riqueza da vida associativa); a existência de contactos sob as diversas formas, reais ou imaginárias, com o território ou país de origem.

Vários estudos demonstram a existência de redes de imigrantes transnacionais e a multiplicação de identidades múltiplas, de identidades transnacionais⁵.

Perante estes processos, os investigadores falam de transnação, de nação deslocalizada, de “desterritorialização”⁶, ou ainda da passagem de imigrantes para transmigrantes⁷, representando os imigrantes como atores simbólicos que transcendem as fronteiras, os estados e as identidades nacionais.

Para o antropólogo Pierre Centlivres⁸, numa situação extrema, a palavra diáspora tornou-se quase sinónimo de comunidade transnacional, de minoria estrangeira ou ainda mais vagamente de migração, mas também alude à inexistência do termo em certos povos em exílio, como o afegão, recorrendo neste caso à palavra “refugiado”.

Outros autores alargam, ainda mais, a definição ao englobar-lhe todo o tipo de espaços migratórios e para fazer dele um fenómeno geográfico com tendência a generalizar-se. Roger Brunet⁹, no dicionário crítico *Les Mots de la Géographie*, afirma que a palavra “diáspora” tende a referir-se a qualquer disseminação ou dispersão e enumera três tipos de causas para as mesmas: uma dispersão constringida, com a ausência de um país próprio; uma dificuldade de existência mais ou menos momentânea (diáspora portuguesa e irlandesa), ou uma escolha de atividade e de um modo de vida. Esta definição dá uma larga aceção admitida por um grande número de geógrafos, e Roger Brunet¹⁰, em *Le Déchiffrement du Monde*, considera que qualquer diáspora é um espaço com os seus lugares, as suas redes, os seus nós, mesmo que este se aninhe nos recônditos dos espaços dos outros. Gildas Simon¹¹ alude à dimensão quase planetária da diáspora portuguesa e atribui o fenómeno da diáspora à sedentarização dos imigrantes e à consolidação do seu estatuto administrativo; à reprodução local de populações migrantes; às dificuldades de inserção e de integração; às políticas de imigração na sociedade de acolhimento e à facilidade das comunicações e ao decréscimo relativo dos custos de transportes. Este geógrafo social analisa a formação de uma economia de trocas transnacionais no interior das diásporas entre os países de origem e os focos de países de acolhimento, cujas trocas repousam essencialmente sobre as relações familiares e culturais (comércios étnicos). A dupla residência desenvolve-se nos migrantes, favorecendo frequentes idas e voltas ao ano e aponta, como tal, o exemplo dos portugueses em França. Simon destaca, ainda, a grande plasticidade das diásporas atuais que lhes permitem uma adaptação a várias escalas, desde a local à mundial, e defende que a fluidez característica destes grupos constitui um dos fatores primordiais da geodinâmica das migrações contemporâneas.

4 SHEFFER, 1993: 263.

5 SCHILLER *et al*, 1995; PORTES, 1997; PORTES, 1999; JONES-CORREA, 1998; VERTOVEC, 1999; VERTOVEC, 2001; VERTOVEC, 2009; HELLY; VAN SCHENDEL, 2001; CASTLES, 2005.

6 APPADURAI, 1996; KEARNEY, 1995.

7 BASCH *et al*, 1994.

8 CENTLIVRES, 2000: 3.

9 BRUNET, 1995: 158.

10 BRUNET, 2001: 23.

11 SIMON, 1995: 216.

Apesar da complexidade em definir o termo “diáspora” e da heterogeneidade do seu significado acordado pelos diversos investigadores, a utilização atual do mesmo coloca sempre questões ligadas às migrações voluntária e involuntária de populações, podendo ser vivida de forma sofredora mas também libertadora; com a manutenção ou a recomposição identitária; com as relações mantidas com o espaço de origem e com a existência de comunidades, reivindicando a sua ligação aos lugares, construindo os seus espaços identitários noutros mais vastos.

Para a Geografia e para o estudo da diáspora portuguesa, as questões suscitadas pelas diferentes mobilidades (geográfica, socioeconómica e cultural), pressupõem uma análise dos seus territórios de pertença, de identificação, de residência, de circulação, de relações e práticas, e constituem campos de investigação de importância capital no contexto atual da mundialização.

A complexidade da natureza das mobilidades humanas e a sua internacionalização contemporânea enriqueceram também o vocabulário com termos que permitem (re)pensar e compreender os processos migratórios. Os termos circulação, mobilidade, campo ou território migratório, transnacionalismo, sociedade em redes, novas tecnologias de comunicação ou, ainda, globalização/mundialização constituem algumas das noções largamente utilizadas para descrever as reconfigurações no espaço e no tempo das nossas sociedades.

O termo “diáspora” continua inúmeras vezes a ser entendido na sua aceção mais clássica com conotação de sofrimento para quem se movimenta por motivos forçados quer individuais, quer coletivos ou por condições estruturais constrangedoras (económicas, políticas, religiosas, culturais e sociais). À semelhança das vagas anteriores, a nova vaga de emigrantes lusos “liberta-se” de uma sociedade e de governantes que não souberam criar condições socioeconómicas sustentáveis que evitassem a sua saída do país. Fazer parte da diáspora lusa neste início de século também pode ser encarado como uma experiência libertadora por parte das novas gerações de emigrantes que tiram duplamente proveito de uma melhor formação escolar e profissional, facilitando-lhes uma melhor e mais rápida integração nas sociedades de acolhimento, bem como um usufruto das vantagens económicas e socioculturais que a mobilidade geográfica e a mobilidade virtual oferecem num mundo em constante transformação e movimento. Estamos, mais do que nunca, perante uma diáspora em movimento.

1.2 Dos descobrimentos à (re)planetarização contemporânea da diáspora

O século XV e a época dos descobrimentos constituem o esboço dos primeiros grandes movimentos migratórios externos portugueses com as conquistas do norte de África, o povoamento das ilhas do Atlântico e a ocupação da costa africana.

Desde a altura das grandes descobertas, com uma taxa de emigração de cerca de 3,5% a uma taxa de 18% durante a década de 1970, o pandemónio de partidas tem traduzido ao longo dos séculos o exaspero profundo de condições estruturais que, desde o século XV, transformaram o país numa fábrica de mão-de-obra para exportação¹².

Godinho estima que entre 1500 e 1580 tenham saído de Portugal cerca de 280 mil pessoas e que durante a dominação filipina (1580-1640) talvez uns 360 mil, tendo, posteriormente, diminuído entre 1640 e 1700 para cerca de 120 mil portugueses e aumentado depois com a ocupação territorial do Brasil e a posterior exploração do ouro e dos diamantes (a emigração rondaria então as 8 a 10 mil saídas anuais), sendo que no período desde o início da expansão ultramarina até 1760, cerca de um milhão a um milhão e meio de portugueses tenham deixado o reino.

12 GODINHO, 1978: 22-23.

Causas político-religiosas engrossaram a diáspora com a deslocação de judeus e de cristãos novos portugueses a partir dos finais do século XV. Estabelecem-se grandes colónias de emigrantes, principalmente nos Países Baixos, mas também na Bélgica, no Sudoeste da França, Alemanha, Inglaterra, Itália, Norte de África e mesmo no Oriente¹³.

O estabelecimento da Corte portuguesa no Brasil e a posterior independência deste território, em 1822, não diminuem o fluxo de emigrantes. A Madeira e os Açores passam também a exportar emigrantes, principalmente para o Brasil. A abolição efetiva da escravatura, o desenvolvimento da cultura do café e do algodão atraem novos emigrantes. Segundo Godinho (1978), o período que se estende entre 1855 e 1974 é marcado por uma saída de cerca de 3 milhões e cem mil portugueses¹⁴.

Considera-se que aproximadamente dois milhões de portugueses tenham atravessado o Atlântico entre 1850 e 1930¹⁵. Os destinos transatlânticos não se limitariam apenas às colónias mas abrangeriam também, ao longo do século XX, outros países do continente americano (Venezuela, Canadá, EUA, Argentina e Uruguai, entre outros) bem como africano (África do Sul) e ainda da Oceânia (Austrália).

Com um fraco impulso industrial, Portugal manteve, ao longo dos séculos XIX e XX, uma permanente propensão migratória. Podemos mesmo notar uma tendência de longo prazo para o aumento da emigração em relação com o aumento das oportunidades económicas e das condições de informação e apoio asseguradas pelos portugueses emigrados: apesar da intervenção de engajadores, funcionários e autoridades diversas, os emigrantes deixavam o seu país sobretudo em função da informação personalizada que recebiam de amigos e parentes já instalados nos países de destino¹⁶. Para Leite¹⁷ são evidentes os efeitos que a filoxera teve na produção vitícola e consequentes influências na emigração, em 1890, quando os distritos do Continente mais afetados pela destruição das vinhas registaram, em termos comparativos, taxas de emigração mais elevadas e às quais se somaram, vinte anos depois, o impacto de uma forte emigração nas terras de centeio dos distritos transmontanos devido à crise agrícola.

Na primeira metade do século XX, fatores bélicos contribuíram para a expatriação de milhares de portugueses, nomeadamente para França. Em 1916, o governo português envia uma força expedicionária para as trincheiras do Pas de Calais e fornece um efetivo de 20 000 trabalhadores contratados. Alguns destes trabalhadores não regressaram a Portugal no final da guerra, ao contrário do que estava estipulado no contrato de trabalho, acabando por ficar no país, juntando-se-lhes, posteriormente, alguns dos seus familiares. Este número de portugueses aumentou, ainda mais, com os soldados desmobilizados. A França tornou-se, assim, um dos horizontes de emigração portuguesa. O golpe militar de maio de 1926, em Portugal, levou para França alguns exilados políticos portugueses até ao final da ditadura. Tratou-se, então, do primeiro grande grupo de exilados políticos portugueses em França. A Grande Depressão dos anos 1930 levou muitos trabalhadores a regressar a Portugal, mas incentivou outros a permanecer neste país¹⁸.

A emigração portuguesa intraeuropeia atingiria um período sem precedentes de fluxos de saídas ao longo da segunda metade do século XX, com um pico nas décadas de 1960 e 1970, e outro, mais recentemente, desde a primeira década do século XXI (nomeadamente para França, Reino Unido, Alemanha, Suíça, Espanha, Luxemburgo, Bélgica e Holanda)¹⁹. Paralelamente redescobriu-se o Brasil, a África e até a Ásia.

13 RODRIGUES, 2008: 244.

14 GODINHO, 1978: 7

15 PIRES; MACHADO; PEIXOTO *et al*, 2010: 22.

16 LEITE, 2003: 11.

17 LEITE, 2003: 10.

18 TAVARES, 2001.

19 Entre 1955 e 1974, mais de um milhão de portugueses saíram oficialmente do país, o que corresponde a mais de 82 000 saídas/ano; entre 1974 e 1988, somente 230 000 portugueses abandonaram legalmente o país, o que corresponde a cerca de 15 000 saídas anuais (ARROTEIA, 2007: 2).

Na década de 1980, a prática de atravessar a fronteira a salto fazia parte do passado e o fim dos condicionamentos administrativos restritivos para a saída do país deixaram de ser exercidos. A maior mobilidade nas fronteiras, o desenvolvimento das infraestruturas e dos meios de transporte, a globalização da economia fizeram com que aumentasse a apetência para encontrar noutros países mais desenvolvidos melhores condições de vida e de trabalho. A partir de 1986, com a adesão de Portugal e da Espanha à Comunidade Europeia, bastava atingir a maioridade e dispor do bilhete de identidade para atravessar as fronteiras dos respetivos Estados membros, o que também contribuiu para uma menor cobertura estatística da emigração portuguesa²⁰.

Quando observamos as estatísticas oficiais sobre as saídas de emigrantes lusos por diversos períodos nos últimos 50 anos, podemos facilmente depreender que os últimos anos (2000-2012) constituem o segundo maior período de sangria demográfica da história emigratória contemporânea portuguesa. Apesar dos períodos observados serem de desigual extensão (variando entre 8 e 13 anos) o que também relativiza a análise dos resultados estatísticos, os efetivos registados neste último período ultrapassam em termos absolutos os que foram registados na década de 1970 (Quadro n.º 1) sendo apenas inferiores aos que foram registados na década de 1960.

Quadro n.º 1 – Emigrantes portugueses por período de saída

1960-1969	1970-1979	1980-1988	1992-1999	2000-2012*
646 962	406 011	156 296	240 433	440 690

Fonte: INE – Eurostat (emigrantes permanentes e temporários)²¹.

* Para os anos de 2004 a 2010 foram apenas tidos em conta os efetivos de emigrantes permanentes.

A análise pormenorizada dos registos consulares²² totais (2008 a 2012) dos portugueses dispersos nos diversos destinos da diáspora (Quadro n.º 2) confirma a amplitude do mais recente surto emigratório. Globalmente as principais comunidades continuam a localizar-se no continente europeu e americano. Destacam-se, em termos absolutos, os acréscimos verificados em França, Angola, Reino Unido, Suíça ou ainda na Venezuela e, em termos relativos, pelos acréscimos mais significativos em pequenas comunidades como em Timor (231%), Argentina (69,9%), Irlanda (68,2), Venezuela (37%), Bélgica (49,6%), Moçambique (36,9%), mas também noutras de maior dimensão como em Angola (56,8%), Espanha (33,2%) ou ainda no Reino Unido (29,5%).

A análise dos registos de indivíduos que nasceram em Portugal pode ajudar a compreender melhor a dimensão dos fluxos de saída do país. Em termos absolutos, entre 2008 e 2012, destaca-se claramente a França com cerca de 150 724 novos registos, seguindo-se o Brasil (41 141), a Venezuela (26 323), o Reino Unido (14 677), o Canadá (12 834) ou ainda a Suíça (12 589). Apesar de os dados para Angola não estarem disponíveis, se tivéssemos em conta a variação total dos registos para este período, poderíamos facilmente depreender que se trata na sua grande maioria de indivíduos que nasceram em Portugal, o que de certo modo levaria a considerar que os efetivos nesta categoria (cerca de 40 000) representariam o segundo maior acréscimo em

20 MOREIRA, 2006: 55. Abolição do passaporte de emigrante em 1988 e livre circulação das pessoas garantida no espaço Schengen assinado por Portugal em junho de 1991.

21 Os números exatos sobre os fluxos migratórios em Portugal são difíceis de obter devido aos métodos utilizados nas estatísticas. As estimativas sobre emigração apresentadas por outras fontes apresentam números muito superiores (OCDE, 2013).

22 As limitações dos dados consulares devem-se ao facto do registo ser voluntário, não estando implicada qualquer obrigatoriedade de comunicação de alterações que impliquem a eliminação do registo (saída e óbito por exemplo). Como tal, os registos consulares apesar de expressarem uma tendência, também limitam a análise desta variável e encontram-se muito provavelmente aquém dos efetivos reais de entrada noutra destino.

termos absolutos, logo a seguir à França. Embora ainda em posição marginal em termos estatísticos, devemos também salientar o aumento dos efetivos em espaços mais longínquos como Timor, devido fundamentalmente à cooperação do Estado português com este país desde a sua independência, em 2002. Em situação oposta, encontra-se a diáspora lusa na África do Sul com uma diminuição significativa dos registos consulares de indivíduos nascidos em Portugal (7485) nos últimos quatro anos.

Quadro n.º 2 – Registos consulares (2012)

	Registos totais		Nascidos em Portugal		
	Total	Variação 2008-2012 (%)	Total	Variação 2008-2012	Variação %
França	1 190 798	10,3	817 138	150 724	22,6
Brasil	612 203	-5,3	425 396	41 141	10,7
Suíça	288 465	11,1	210 327	12 589	6,4
EUA	195 164	9,1	168 484	5586	3,4
Reino Unido	171 497	29,5	100 542	14 677	17,1
Alemanha	171 166	18,5	117 327	9160	8,5
Venezuela	165 498	37,0	96 509	26 323	37,5
Canadá	133 954	19,0	103 653	12 834	14,1
Angola	113 994	56,8	n.d	n.d	n.d
Luxemburgo	99 738	20,4	60 502	9 520	18,7
África do Sul	71 513	-0,1	25 780	-7485	-22,5
Espanha	66 212	33,2	47 959	11 082	30,1
Austrália*	50 157	n.d	n.d	n.d	n.d
Bélgica	46 642	49,6	33 039	8639	35,4
Moçambique	22 663	36,9	9224	3013	48,5
Andorra	12 787	-3,1	10 918	-682	-6,2
Cabo-verde	12 333	27,8	n.d	n.d	n.d
Holanda	11 936	52,3	1530	319	26,3
Timor	9700	231,6	1699	1123	195,0
Argentina	8190	69,9	3458	1119	47,8
São Tomé**	4268	66,9	1069	383	55,8
Irlanda	3314	68,2	2006	791	65,1
Itália***	2337	-10,4	1434	-163	-10,2
Dinamarca	1189	2278	701	651	1302,0

n.d - não disponíveis.

* Dados apenas disponíveis para 2010.

** Dados não disponíveis para 2012.

*** Dados apenas disponíveis de 2008 a 2010.

Fonte: DGACCP – Observatório da Emigração.

Os valores globais dos registos consulares (cerca de 3 milhões e quatrocentos mil em 27 países), bem como as estimativas da população lusa e seus descendentes residentes noutros países nos finais de 2012 (aproximadamente 5 milhões e meio de indivíduos) são esclarecedores da dimensão da diáspora lusa disseminada pelos diversos continentes. Trata-se, assim, de uma diáspora lusa em contínua expansão mesmo em destinos mais longínquos de outros continentes como sucede em África, na América e mesmo na Ásia.

2. Mobilidades socioespaciais

2.1 Das gerações instaladas

Nas comunidades migrantes a mobilidade profissional constitui uma das formas de mobilidade social que imprime mudança no projeto de vida das pessoas e influencia o processo de integração na sociedade de acolhimento. Nas comunidades lusas radicadas há mais tempo nos países de acolhimento é notável a evolução socioeconómica como resultante integrante de um processo de integração contínuo que amadureceu ao longo dos tempos. São inúmeros os exemplos que confirmam a integração socioeconómica, cultural e política da diáspora lusa das primeiras gerações e, ainda mais, dos seus descendentes nos mais diversos continentes.

Na Europa, a terciarização da mão-de-obra imigrante portuguesa é uma realidade dos nossos dias. Em Espanha, a distribuição por setores de atividade dos portugueses emigrados tem duas concentrações fortíssimas: a construção civil, embora em franca descida nos últimos anos devido à crise imobiliária no país²³, e a forte expansão dos serviços nos últimos anos²⁴.

Em França, numa comunidade lusa estimada em um milhão e duzentos mil membros, em 2013, não obstante a forte proporção de imigrantes a trabalhar ainda fundamentalmente como operários no setor da construção civil e na indústria, a maioria dos imigrantes e dos seus descendentes trabalha atualmente em atividades terciárias. Relativamente às primeiras gerações, os lusodescendentes revelam níveis de instrução e de qualificação profissional mais elevados²⁵ e tendem a trabalhar fundamentalmente em atividades do setor terciário²⁶. A forte variação estatística de imigrantes lusos com formação altamente qualificada também contribui para a mobilidade socioprofissional em curso. Em termos absolutos, os efetivos quase triplicaram entre 1999 e 2009 (respetivamente 6256 e 18 502) e são agora superiores aos de outras comunidades como a espanhola ou a italiana²⁷.

No Luxemburgo, em 2013, o instituto de estatísticas Statec estima em 88 200 os efetivos lusos residentes no país, o que corresponde a 16,4% da população total e a 36,9% da população imigrante deste país. Apesar de a mesma registar uma forte representatividade de empregados no setor secundário, com particular destaque para o sector da construção civil (60% dos homens da primeira geração e 23% da segunda), e no setor terciário com destaque para os serviços domésticos (70% das mulheres da primeira geração exercem atividades profissionais relacionadas com a limpeza), os lusodescendentes têm demonstrado uma evolução socioprofissional para setores da saúde e do comércio²⁸. As segundas e terceiras gerações também elas têm demonstrado progressos na escolaridade relativamente aos seus predecessores, embora ainda insuficientemente face aos níveis da população luxemburguesa²⁹.

23 PINHO; PIRES, 2013: 12.

24 Em 2008, cerca de 16 000 portugueses trabalhavam na agricultura, 53 000 na construção, 8500 na indústria e 57 400 nos serviços (Observatorio Permanente de la Inmigración).

25 Em 2010, segundo o INSEE (Institut National de la Statistique et des Études Économiques, 2012: 166 - 167), cerca de 19% dos lusodescendentes (30-49 anos) tinham concluído os estudos secundários e 25% tinham estudos universitários.

26 DIOGO, 2012a: 206.

27 DIOGO, 2012a: 206.

28 TRAUSSCH, 2009: 84.

29 Nas classes etárias com mais de 55 anos, 90% dos indivíduos tinha o ensino primário com 4 anos de escolaridade ou ensino primário mais o ensino técnico de 3 anos. Na classe etária de 25 a 29 anos, 45,4% dos indivíduos tinham concluído 5 anos de ensino secundário e 9,8% tinham

Na Suíça, apesar do fraco nível de escolaridade da primeira geração de portugueses, alguns estudos apontam para que apenas um em cada cinco adultos tenha frequentado apenas 4 anos de escolaridade e três em quatro não tenha ultrapassado os 8 anos de escolaridade. Os dados oficiais apontam para uma clara melhoria relativamente às gerações anteriores dos lusodescendentes, embora com percursos escolares ainda bastante orientados para as fileiras profissionais (sobretudo na população masculina)³⁰. Apesar dos grandes progressos verificados nestes países de acolhimento, os lusodescendentes continuam a revelar níveis de escolaridade ainda bastante inferiores aos da população autóctone.

Nos Estados Unidos, segundo Dulce Scott³¹, a via seguida pelos portugueses para a integração não foi muito diferente de outros estrangeiros ao chegarem a este país com níveis baixos de escolaridade e com poucas habilitações técnicas e profissionais. A maioria dos lusodescendentes com níveis escolares elevados tinha pais que não concluíram os estudos secundários e trabalhavam na agricultura, no setor têxtil, pesca, construção e serviço doméstico. No grupo dos inquiridos o progresso educacional e profissional de uma geração para a seguinte foi fenomenal. Ainda segundo esta investigadora, no que respeita à população portuguesa americana, os dados do American Community Survey colocam a taxa de escolaridade superior nos 23% e a taxa de escolaridade secundária nos 82,6%. Para os que nasceram em Portugal, só 9,5% completaram a educação universitária. Houve, assim, progressos escolares entre a geração imigrante e a lusodescendente. Os dados oficiais também mostram uma progressão geral do trabalho manual para as profissões de colarinho branco, entre as primeiras gerações e os descendentes nascidos na América.

No Canadá, as primeiras gerações oriundas das regiões rurais mais pobres de Portugal continental e dos Açores, nos anos 1950, ocuparam sobretudo empregos não qualificados na construção civil, na indústria e nos serviços, mas depressa ultrapassaram as limitações impostas pelo seu baixo nível de escolaridade³². Um sucesso que fica, segundo alguns investigadores, aquém das expectativas nas gerações seguintes. Um relatório de 2005 sobre a mobilidade inter-geracional nos filhos de imigrantes demonstrou que, apesar dos jovens lusodescendentes terem duplicado o nível de instrução relativamente aos seus pais, os seus rendimentos não tinham realmente melhorado³³. Os investigadores sociais têm apontado resultados escolares dos luso-canadianos inferiores à média autóctone, com particular expressão no abandono mais precoce dos estudos. Tal como noutras sociedades de acolhimento da diáspora lusa, o sucesso de inclusão destas gerações nas sociedades locais continuará a depender em grande parte do sucesso dos seus resultados escolares³⁴.

Uma outra mobilidade socioespacial tem ocorrido nos países de acolhimento como resultante do sucesso socioeconómico dos imigrantes lusos. O aumento do poder de compra das comunidades migrantes tem demonstrado uma evolução singular na sua implantação territorial, principalmente em meio urbano. O acesso à propriedade é um dado adquirido nas primeiras gerações e descendentes e pressupõe novas dinâmicas de implantação urbanas em curso. Em diversos países da diáspora tem-se confirmado a ocupação de novos espaços habitacionais que expressam uma acensão socioeconómica e consequente integração sociocultural.

um nível de ensino superior (STATEC – Institut National de la Statistique et des Études Économiques du Grand-Duché du Luxembourg, 2011: 4).
30 FIBBI; BOLZMAN; FERNANDEZ *et al*, 2010: 42, 48.

31 Inquérito online (embora não representativo de toda a população luso-americana) e entrevistas que aplicou aos lusodescendentes na Califórnia e na Nova Inglaterra; captou segmentos de população lusodescendente com altos níveis de qualificações académicas, de rendimento e de participação política (SCOTT, 2012).

32 NUNES, 2008: 136.

33 AYDEMIR; CHEN; CORAK, 2005 *apud* NUNES, 2008.

34 Segundo os censos canadianos, em 2001, viviam cerca de 358 000 portugueses no Canadá, com 60% dos luso-canadianos a viver em Toronto e em Montreal. A DGACCP (Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas) aponta para uma população portuguesa e de origem portuguesa de 429 850 indivíduos, em 2011.

Na região de Montreal, no Canadá, Gilles Lavigne descreveu o processo de apropriação pelos imigrantes portugueses do bairro Saint Louis que estava em vias de ser abandonado na década de 1960³⁵. Esta nova dinâmica territorial deu origem ao *Little Portugal*, à medida que os portugueses se concentraram, sedentarizaram e lançaram bases comunitárias. Nas regiões de Montreal, no Quebec, e de Mississauga, em Toronto, o geógrafo Carlos Teixeira destacou a importância das relações étnicas na procura de emprego ou de casa. Este investigador também demonstrou que, nos últimos anos, o bairro português de Toronto tinha passado por um processo de transformação devido principalmente a três tendências: a primeira corresponde à movimentação de muitos portugueses do centro da cidade para os subúrbios onde encontram casas mais amplas, mais baratas e mais espaços verdes; a segunda tem a ver com a rede de profissionais que procura casas velhas próximas do núcleo central³⁶; a terceira prende-se com a chegada de imigrantes e refugiados da diáspora portuguesa (inclui também brasileiros e pessoas das antigas colónias portuguesas).

Na Europa, os dados estatísticos e os estudos disponíveis em alguns países, como em França ou no Luxemburgo, confirmam o estatuto de proprietário para uma percentagem significativa da diáspora³⁷. A ocupação territorial dos centros das cidades, algumas vezes vetustos e degradados por parte das primeiras gerações de imigrantes lusos, quer na Europa quer na América do Norte, sofreu novas dinâmicas de ocupação residencial para outras áreas fundiárias mais valorizadas, para espaços mais aprazíveis, tendencialmente periféricos, com maior disponibilidade de espaço e com preços fundiários mais acessíveis que permitem a aquisição/construção da habitação individual e que, em ambos os casos, refletem uma promoção económica e integração social nos territórios de acolhimento. Outros fatores associados a dinâmicas empresariais na construção civil e a relações de entreajuda preferencial nas redes comunitárias têm contribuído para o acesso à propriedade habitacional. Partindo de dois estudos, na diáspora no Luxemburgo e na região de Lyon³⁸, em França, também foi possível aferir que práticas transnacionais de materiais para a habitação a partir de Portugal constituem uma realidade dos nossos dias e têm-se refletido, quer no espaço interior, onde se privilegia a aplicação de móveis mas também de rochas ornamentais, de azulejos e de madeiras, quer no espaço exterior das habitações, com destaque para as rochas ornamentais mas também para as caixilharias, as madeiras e, em menor proporção, os azulejos. Ao adquirirem os materiais da terra de origem, os imigrantes lusos enaltecem também o lado afetivo de ligação aos mesmos – “os materiais da minha terra”. A colocação de materiais autóctones ou mais convencionais com outros importados de Portugal por parte do imigrante permite antever situações de construções arquitetónicas de tipo híbrido nos respetivos países de acolhimento e contribui de facto para uma arquitetura popular com marcas da portugalidade.

Não poderíamos deixar de referir, na geografia da diáspora lusa, a importância que revestem as atividades étnicas na construção das paisagens da portugalidade. Quer se trate das sucursais de empresas nacionais relacionadas com os serviços (bancos, seguradoras, entre outros)³⁹, quer da dinâmica do fenómeno associativo⁴⁰

35 LAVIGNE, 1995.

36 Em 2003, 70% dos portugueses eram proprietários da sua habitação no Canadá (MURDIE; TEIXEIRA, 2003).

37 Em 2011, no Luxemburgo, segundo o STATEC, 54% dos portugueses eram proprietários da sua habitação. A taxa é de 70% para os portugueses que chegaram entre 1960 e 1990, de 59,1% para os que chegaram entre 1991 a 2000 e de 27,4% para os que chegaram entre 2001 e 2011. Em França, em 2009, aproximadamente 55% dos lares portugueses eram proprietários da sua habitação (INSEE/INED, Institut National de la Statistique et des Études Économiques/Institut National d'Études Démographiques).

38 DIOGO, 2013b.

39 O grupo público CGD possui uma vasta rede de agências nos vários países da diáspora: na Europa são cerca de 57 agências, das quais 47 em França (39 em Paris e região parisiense). O grupo dispõe de bancos locais como em Espanha, ou ainda em África, e de uma rede de sucursais na América e na Ásia. Os outros dois grupos financeiros portugueses BCP e BPI também dispõem de uma rede de sucursais ou de bancos locais em vários países da diáspora.

40 Um levantamento efetuado desde 2007 junto das Missões Diplomáticas e Postos Consulares pela Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP) estima em cerca de 2700 o número de associações portuguesas no mundo, sendo os países com um maior número de associações a França (1026); os EUA (343); a Alemanha (281); o Brasil (254); o Canadá (216); a Suíça (162); o Luxemburgo (83); a

(com funções culturais, recreativas, desportivas), bem como de uma diversidade de estabelecimentos étnicos com funções diversificadas (restauração⁴¹, comércio e serviços diversos como agências de viagens, livrarias), todos contribuem como referenciais socioeconómicos e culturais dentro e fora da diáspora. Por vezes, a elevada concentração geográfica de imigrantes lusos e de atividades étnicas permite a delimitação de um espaço designado por “bairro português” como sucede com *Portugal Village*, em Toronto, e *Little Portugal*, em Montreal (Canadá); *Little Portugal*, em Newark e San José (EUA), ou ainda *Little Portugal* em Londres, entre outros.

Tendo em conta estas dinâmicas, a diáspora lusa vai imprimindo os seus referenciais culturais na paisagem mundial, principalmente em meio urbano, contribuindo para o mosaico multicultural e para as relações interculturais nos países de acolhimento.

2.2 À dicotomia da nova vaga

O crescimento muito rápido dos meios de transporte e de comunicação durante a segunda metade do século XX favoreceu o processo de mundialização que, por sua vez, beneficiou a manutenção ou a expansão das diásporas.

Fazer parte de uma diáspora implica poder viver, ao mesmo tempo, à escala transnacional do mundo e à escala nacional e local do país de acolhimento e do país de origem. Os fluxos emigratórios portugueses, nas últimas duas décadas, classificados em termos de duração como sendo do tipo mais temporário, assemelham-se cada vez mais a fluxos de trabalhadores transnacionais que, não necessitando de um processo de assimilação ou mesmo de aculturação no país de acolhimento, definem projetos migratórios de mais curta duração com o claro objetivo de remediar as situações financeiras ou económicas mais debilitadas deixadas no país de origem ou para simplesmente adquirir bens. Este fenómeno foi particularmente sentido na última década em que o país mergulhou em períodos de recessão e de fraco crescimento económico. Alguns setores tradicionais mais debilitados com a crise económica, como a construção civil, a desindustrialização do setor têxtil ou do setor mobiliário, bem como a contração dos serviços, têm sido os grandes fornecedores da mão-de-obra emigrante portuguesa nos últimos anos.

Com 14,2% dos nacionais a viver em outros países da OCDE, Portugal é um dos Estados membros (a par da Irlanda – 16,1; do México – 12,1; e da Nova Zelândia – 13,9) com maiores taxas de emigração. Os últimos dados da OCDE confirmam o aumento da mão-de-obra com formação superior⁴². Os dados revelam ainda que 12,9% dos licenciados portugueses estão emigrados em outros Estados da OCDE. Segundo a OCDE, Portugal é dos poucos países analisados que tem uma taxa de emigração de licenciados mais baixa do que a taxa de emigração global. Na comparação de géneros, Portugal tem menos mulheres do que homens a emigrar, já que a taxa de emigração da população feminina é de 13,5%, contra a taxa global de 14,2%⁴³.

África do Sul (81) e a Austrália (61).

41 Pelo menos dezoito restaurantes portugueses estão referenciados na região parisiense. Cerca de 72 restaurantes, padarias e cafés portugueses estão referenciados na área de Toronto (Canadá).

42 Para Jean-Christophe Dumont, diretor do Departamento de Migrações Internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a emigração qualificada portuguesa (25 mil pessoas para o Reino Unido e 12 mil para a Alemanha) ainda é “temporária” e não afeta, “por enquanto”, a economia portuguesa (TVI24, 29.10.2013).

43 Segundo o relatório da OCDE sobre Perspetivas das Migrações Internacionais 2013, que dá conta de que Portugal é um dos países daquela organização com maior taxa de emigração, encontrando-se em 14.º lugar naquele universo que inclui quarenta países.

Os estudos recentes apontam os setores de atividade relacionados essencialmente com a saúde⁴⁴, a área financeira e das tecnologias de informação e comunicação⁴⁵, ou ainda a arquitetura⁴⁶, como sendo os grandes emissores de mão-de-obra mais qualificada. Em França, o sociólogo Teixeira Lopes entrevistou profissionais altamente qualificados que estão a progredir rapidamente, alguns dos quais já na função pública francesa, outros que se tornaram pequenos empresários ou trabalhadores por conta própria, considerando que essa evolução foi feita com uma velocidade surpreendente. No Reino Unido, Cláudia Pereira confirma o elevado grau de empregabilidade destes profissionais, por contratação local ou em Portugal, logo no primeiro mês de chegada à capital britânica⁴⁷.

Também os estudos tendem a demonstrar definições de projetos migratórios diferentes em função do nível sociocultural dos emigrantes lusos. Os mais qualificados tendem a preocupar-se mais com a sua qualidade de vida no país de acolhimento e canalizam os seus recursos para o seu bem-estar, não se preocupando tanto com reais problemas de poupança⁴⁸. Podem deste modo desenvolver-se outros hábitos de consumo associados a uma maior propensão pelas viagens e pela descoberta das regiões onde se instalam, bem como usufruir da oferta cultural como sucede com os portugueses qualificados na capital britânica⁴⁹. Em situação diferente encontram-se muitos dos novos imigrantes lusos com nível de escolaridade mais baixos que são mais propícios a poupar e a manter relações transnacionais económicas com o país de origem. Os projetos migratórios parecem também divergir em função dos espaços de acolhimento. Na Europa, a tendência pode levar a um maior prolongamento do período migratório; noutros países, nomeadamente em África, a tendência pode consistir em definir projetos migratórios de mais curta duração com o objetivo de amealhar dinheiro suficiente para pagar dívidas ou investir num projeto em Portugal. A explicação passa, em parte, pelo facto deste continente continuar a revelar grandes disparidades socioeconómicas, com relações diplomáticas bilaterais complexas, por vezes sensíveis e instáveis, como sucede com Angola, com um custo de vida elevado, ou por problemas reais de segurança também eles manifestados mais recentemente em Moçambique⁵⁰.

Também é visível na Europa, em África e nas Américas uma diminuta ou quase inexistente relação de convivência entre grupos socioculturais distintos pertencentes à mesma diáspora⁵¹. No Luxemburgo, os trabalhadores altamente qualificados das instituições europeias tendem a não conviver com a restante comunidade⁵². O mesmo acontece em França, onde os novos imigrantes mais qualificados estão mais alheados do fenómeno associativo. Neste país, Teixeira Lopes faz referência aos novos emigrantes qualificados que não se cruzam

44 Pelo menos cinco mil jovens enfermeiros saíram do país à procura de trabalho nos últimos três anos e meio (Ordem dos Enfermeiros, com base no número de profissionais que pediram a Declaração das Diretivas Comunitárias, documento necessário para exercer a profissão na União Europeia – Renascença, 17.7.2013). De 1 de abril de 2012 a 19 de março de 2013 inscreveram-se 773 enfermeiros portugueses no Nursing and Midwifery Council (Público, 12.4.2013). Sobre este assunto, ver ainda LOPES, 2013 (inquéritos e entrevistas realizados em 2012 a 113 jovens portugueses entre os 20 e os 35 anos, com formação superior, radicados em França); PEREIRA, 2013; SANTOS, 2013; ARAÚJO, 2013.

45 Nos primeiros nove meses de 2013, 659 diplomados em Engenharia, quase todos em Civil, pediram à Ordem a declaração obrigatória para poderem inscrever-se numa associação profissional estrangeira e poderem exercer noutros países (BASTOS, 2013).

46 O número de certificados atribuídos pela Ordem dos Arquitetos para que os profissionais possam trabalhar fora do País tem aumentado: 160 certificados em 2009; 463 pedidos em 2012 e 250 até meados de 2013 (CARVALHO, 2013).

47 Trabalho de pós-doutoramento, em entrevista ao Observatório da Emigração, a 29.7.2013.

48 Embora alguns artigos na imprensa relatem histórias de vidas de emigrantes portugueses na região parisiense que emigraram com a preocupação de ganhar mais dinheiro para poder pagar dívidas contraídas com os empréstimos para a habitação (RIBEIRO, 2013). Também um inquérito de 2011 realizado na região de Lyon em França confirmou que 70% dos indivíduos chegados há menos de 10 anos enviam remessas para Portugal (DIOGO, 2012a: 218).

49 PEREIRA, 2013.

50 Tensão política no norte do país entre as forças governamentais e a Renamo bem como as recentes vagas de raptos de estrangeiros em Maputo que deixam apreensivos os portugueses aí residentes (GOMES, 2013).

51 Para o secretário de Estado das Comunidades, José Cesário, a nova geração de emigrantes "não participa na vida comunitária" no país de acolhimento, não se integra nas comunidades lusas mais antigas (*LusoJournal*, 6.11.2013: 3).

52 Informações obtidas a partir dos contactos estabelecidos em janeiro de 2013 com o Sr. Cônsul da Embaixada de Portugal no Luxemburgo.

com a velha diáspora portuguesa, não se revendo na mesma⁵³. Em Angola, os quadros altamente qualificados lusos de empresas portuguesas ou multinacionais parecem distinguir-se dos seus conterrâneos menos qualificados e preferem conviver com as elites angolanas ou brasileiras⁵⁴.

Nem sempre o sucesso socioeconómico abrange todas as camadas da diáspora nos vários continentes e a maioria dos portugueses que tem emigrado nos últimos anos, apesar de serem mais instruídos e qualificados do que as gerações anteriores, continua a manifestar uma escolaridade ao nível do ensino básico/secundário e constitui regularmente um grupo mais vulnerável em termos de integração socioeconómica quando chegam aos seus novos destinos.

As fraturas sociais subsistem tanto nas gerações mais antigas de imigrantes enraizadas⁵⁵ há vários anos nos países de acolhimento, que nem sempre tiveram o sucesso desejado, bem como nas novas gerações empurradas para uma precariedade económica quotidiana vivida em países desenvolvidos como o Luxemburgo, a França, a Suíça, a Espanha, a Holanda e, certamente, noutros mais. Trata-se, porventura, de um tema pouco investigado e divulgado, em parte devido ao estigma social e político que também pode acarretar. Enquanto a televisão portuguesa projeta documentários que enaltecem casos de sucesso na emigração, por vezes conduzindo a uma certa promoção da emigração, a imprensa destaca inúmeras vezes realidades quotidianas de pobreza e precariedade no seio da nova diáspora. Certos problemas relatados pela imprensa são particularmente visíveis em países como a França, exemplificados pela exploração moderna de trabalhadores sazonais na agricultura ou na construção civil⁵⁶ que, à semelhança de imigrantes de outros países, são apelidados de trabalhadores *low-cost*. A França registava em 2012 aproximadamente 300 000 trabalhadores estrangeiros *low-cost*, entre os quais 110 000 no setor da construção civil, destacando-se polacos, espanhóis, búlgaros e portugueses, pagos a menos de metade do salário mínimo francês⁵⁷. Trata-se de um tráfico organizado que se aproveita de trabalhadores de países em crise, com base num *dumping* salarial.

O mesmo fenómeno ressurge na Suíça, na construção civil, por vezes em empresas de imigrantes lusos que atravessam dificuldades económicas, mas também noutros setores como a restauração, onde a remuneração por hora paga ao trabalhador pode ser substancialmente menor do que os mínimos fixados pelas convenções coletivas do trabalho.

No Luxemburgo, a saturação do mercado de trabalho tem sido frequentemente referida pela imprensa e pelas autoridades portuguesas e luxemburguesas. Apesar destes avisos, o país continua a receber numerosos imigrantes portugueses⁵⁸. Os elementos da nova vaga da emigração lusa estão por vezes dependentes do apoio socioeconómico providenciado pelas redes migratórias já enraizadas. O papel das redes comunitárias (familiares, de amizade e associativas) torna-se fundamental para apoiar a integração socioeconómica destas

53 LOPES, 2013: 17.

54 SANTOS, 2013: 160.

55 Em França, segundo o inquérito PRI de 2003 (Passagem à reforma dos imigrantes – Almeida, 2008), cerca de 30% dos inquiridos lusos entre 45 e 70 anos responderam dispor de rendimentos mensais inferiores a 1000 euros. A média geral das reformas paga em 2010 aos portugueses era de 701 euros (Santa Casa da Misericórdia de Paris, 2010) quando o limiar de pobreza para 2011 situava-se entre 814 e 977 euros, segundo a definição adotada (Observatoire des Inégalités, 2013).

56 Relatos de sindicatos sobre trabalhadores na agricultura, sem contratos de trabalho, pagos entre 500 e 700 euros por mês, em numerário, a 3 euros por hora em regiões vinícolas. Na construção civil, a situação é análoga, sendo que estes trabalhadores efetuam muitas vezes horas extras sem que haja qualquer retorno. As redes de angariadores são muitas vezes constituídas por compatriotas lusos e franceses (BARRE, 2012: 4).

57 RMC Info, 12.12.2012.

58 O sindicato luxemburguês OGB-L denunciou práticas de exploração de trabalhadores portugueses na construção civil, recrutados em Portugal, que recebem salários de 350 euros/mês, nalguns casos a trabalhar “sete dias por semana” e “14 horas por dia”. Muitas vezes, estão alojados na fronteira francesa, com propensão para uma grande mobilidade que dificulta a fiscalização da inspeção do trabalho (Lusa/Sol, 16.3.2013). A Confederação da Comunidade Portuguesa no Luxemburgo criou um Gabinete de Apoio Psicossocial para responder aos problemas dos novos emigrantes. Segunda esta associação, 40 a 50 casos de depressão estão a ser diagnosticadas todos os meses a portugueses que chegam ao Luxemburgo confrontados com a falta de trabalho, a língua e dificuldades de integração (TSF, 12.3.2013).

novas gerações menos informadas, muitas vezes desesperadas, com menor bagagem escolar e profissional que partiram à procura de uma vida melhor.

Com a redução dos custos de transporte de longa distância, os migrantes podem ir e vir mais facilmente do que antigamente. Eles migram por períodos de tempo curtos, regressam a casa e migram de novo, trata-se então de migrações circulares, um esquema em que é facilitada a circulação entre o país de origem e o país de acolhimento. Por outro lado, os ciclos económicos também reconfiguram os percursos migratórios dos emigrantes. Espanha é muito provavelmente um dos melhores exemplos desta realidade migratória lusa na Europa. A crise económica que abalou este país nos últimos anos empurrou milhares de portugueses aí residentes que trabalhavam na construção civil para economias mais dinâmicas como a França, Luxemburgo ou ainda a Suíça⁵⁹. Estudos recentes têm confirmado experiências migratórias multipolares anteriores⁶⁰ na diáspora lusa na Europa. Vislumbra-se também, à semelhança do que aconteceu com os primo-imigrantes, uma propensão para a mobilidade com experiências migratórias diferenciadas no país de fixação⁶¹, facilitadas pelos contactos com a rede comunitária e pela procura constante de melhores condições de trabalho.

As regiões de fronteira são também o palco de geodinâmicas que envolvem migrações pendulares transfronteiriças na comunidade lusa. O caso luxemburguês constitui um dos melhores exemplos, uma vez que milhares de portugueses que residem na Bélgica, na Alemanha ou em França (onde os custos de alojamento são mais acessíveis quer para arrendamento, quer para compra) trabalham diariamente no grão-ducado⁶². O mesmo fenómeno reproduz-se na fronteira entre a França e o principado do Mónaco⁶³. Deste modo, assistimos a uma pluralidade de espaços migratórios na diáspora lusa que envolve territórios a várias escalas e dimensões, com funcionalidades e adaptações plurais.

Nos espaços migratórios, a mobilidade humana é complementada pela existência de práticas transnacionais que envolvem fluxos de bens que permitem tirar algum proveito económico ou ainda reforçar as ligações afetivas e culturais com o território de origem. Nesse sentido, alguns estudos têm permitido ilustrar a existência de práticas transnacionais na diáspora lusa na Europa, como sucede na Suíça da autoria dos sociólogos José Marques e Pedro Góis⁶⁴, do antropólogo Eduardo Araújo⁶⁵, ou ainda em França⁶⁶ e no Luxemburgo⁶⁷. Os estudos empíricos demonstram a importância da transação de fluxos de bens/produtos de natureza financeira, mas também cultural, entre os quais se destacam os produtos gastronómicos, uma vez que a arte de beber e de comer são práticas de identificação cultural e de ligação a um território.

O envio de remessas para Portugal constitui um dos melhores exemplos de práticas transnacionais de natureza financeira. As práticas transnacionais financeiras constituem uma dessas variáveis mais passíveis de observação tendo em conta os dados estatísticos fornecidos pelo Banco de Portugal, mas também os estudos

59 Crise na construção espanhola afeta portugueses (RTP, 20.1.2009).

60 No âmbito de um inquérito (tese de doutoramento sobre os portugueses de Lyon, em França), cerca de 1/3 do grupo de imigrantes da última vaga vivenciou experiências migratórias anteriores noutros países, sobretudo em Espanha e na Suíça. No caso da Suíça, a importante comunidade lusa aí presente mantém uma forte ligação com a comunidade lusa radicada na região Rhône-Alpes, em França (DIOGO, 2012a: 209).

61 Cerca de 19% dos indivíduos a residir em Lyon, há menos de 10 anos, que colaboraram num inquérito, tiveram outras experiências migratórias noutras regiões de França (DIOGO, 2012a: 295).

62 Segundo um estudo do ministério do alojamento luxemburguês (2010), os portugueses transfronteiriços que se instalaram nos países vizinhos, na Valónia (Bélgica), Sarra (Alemanha) e sobretudo na Lorena (França) evocaram a questão do menor custo do alojamento como motivo de residência nesses países (mais de 75%), sendo que uma percentagem significativa dos mesmos tornou-se proprietário da sua habitação (40%) quando antes eram essencialmente locatários no grão-ducado.

63 No Mónaco, cerca de 28 000 franceses e 4000 italianos são trabalhadores fronteiriços, num total de 38 000 empregos ocupados essencialmente por não residentes do principado (INSEE, 2006). Numerosos portugueses que residem em cidades como Beausoleil, na fronteira monegasca, são trabalhadores transfronteiriços no Mónaco (BRANCO, 2013: 13).

64 MARQUES; GÓIS, 2008.

65 ARAÚJO, 2013.

66 DIOGO, 2012b.

67 DIOGO, 2013b.

empíricos realizados na diáspora. O inquérito já referido anteriormente junto da comunidade lusa de Lyon, em França, permitiu confirmar que as transferências financeiras para Portugal ainda são significativas para os imigrantes portugueses e descendentes (53,8%)⁶⁸. O mesmo confirmou amplamente a tendência para uma dicotomia: por um lado, as primeiras gerações enviam menos remessas devido ao seu grau de integração na sociedade local, acrescido do facto de já terem realizado os seus projetos de vida que os ligava a Portugal e, por outro lado, a nova vaga de emigrantes constituída por elementos de nível sociocultural mais elevado que optam por aproveitar melhor a vida no país de acolhimento, preocupando-se menos com questões de envio de remessas. Os restantes membros da diáspora com qualificações profissionais mais baixas continuam a enviar com alguma regularidade poupanças para Portugal. No Luxemburgo, um inquérito⁶⁹ aplicado junto da comunidade local também permitiu aferir o elevado nível de práticas transnacionais financeiras em relação a Portugal (70% dos inquiridos confirmaram enviar remessas regularmente para Portugal).

As remessas dos emigrantes recebidas em Portugal entre 2006 e 2012 (Quadro n.º 3) confirmam a tendência de crescimento das mesmas como resultante da expansão da diáspora.

Quadro n.º 3 – Remessas recebidas em Portugal (milhares de euros)

Origem	2012	Variação 2006-2012	Variação %
França	846 149	-132 802	-13,6
Suíça	697 326	166 605	31,4
Angola*	270 687	222 573	462,6
Alemanha	172 943	4041	2,4
EUA	135 553	-87 451	-39,2
Reino Unido*	130 487	-33 088	-20,2
Espanha*	129 910	33 216	34,4
Luxemburgo	74 532	-7 303	-8,9
Bélgica	52 019	23 771	84,2
Canada	45 900	-30 511	-39,9
Holanda	45 468	35 556	358,7
Itália	20 013	14 191	243,7
Venezuela	12 098	3655	43,3
Brasil	10 733	2546	31,1
Suécia	8910	6384	252,7
África do Sul	7857	1013	14,8
Irlanda	6850	3890	131,4
Noruega*	5005	2332	87,2
Moçambique	5003	3068	158,6

68 DIOGO, 2012a (Inquérito à população portuguesa de Lyon, novembro 2010-janeiro 2011, 509 inquiridos).

69 DIOGO, 2013b (Inquérito à população portuguesa do Luxemburgo, janeiro de 2013, 272 inquiridos repartidos pelos dois sexos: 17, 6% dizem enviar regularmente e 52,1% por vezes).

Dinamarca	4610	1561	51,2
Austrália	4168	284	7,3
Cabo-Verde	2389	-490	-17,0
Arabia Saudita	588	500	568,2
Argentina	388	362	1392,3
São Tomé	338	-28	-7,7

* Países com dados a partir de 2007.

Fonte: Banco de Portugal – Observatório da Emigração.

Também é possível constatar que em determinados países com um peso relativo mais modesto no total das remessas, muitas vezes com valores inferiores a 55 milhões de euros, o acréscimo tem sido exponencial, como é o caso da Bélgica, da Holanda, e também de países com valores muito pouco expressivos à semelhança da Europa do norte (Dinamarca, Suécia, Noruega) ou mesmo de Moçambique, entre outros. Trata-se, maioritariamente, de países que registam um crescimento de mão-de-obra mais qualificada mas ainda com uma fraca expressividade em termos de efetivos. No caso do Brasil, os valores das remessas são pouco expressivos, atendendo à dimensão da comunidade lusa e continuam a confirmar uma balança de remessas claramente desfavorável a Portugal.

Globalmente, o fenómeno previsível de expansão da diáspora nos próximos anos tenderá a fazer com que a nova vaga venha a compensar parcialmente o menor envio de remessas por parte dos elementos das primeiras gerações da diáspora implantadas há mais tempo nos respetivos destinos de acolhimento.

2.3 Do vaivém físico às práticas transvirtuais

A forte pressão cultural que conduz a uma crescente mobilidade internacional de pessoas está inseparavelmente ligada aos outros fluxos da mundialização, capitais, mercadorias e informação, e, nesse sentido, as migrações representam na atualidade uma das forças motrizes das transformações sociais.

A grande revolução em curso no transporte aéreo mundial, e mais especificamente na Europa, tem permitido uma mobilidade intracontinental sem precedentes na história da emigração lusa. A facilidade e o custo reduzido com que se tem viajado de avião nos últimos anos permitiram aumentar consideravelmente a frequência das viagens entre os territórios da diáspora e Portugal (vaivém). O tráfego de passageiros por avião em Portugal aumentou 2,2% em 2012, em grande parte devido à progressiva evolução do número de passageiros das companhias de baixo custo nos três principais aeroportos portugueses do continente (Porto, Lisboa e Faro). No ano de 2011, as duas companhias aéreas *low-cost* mais importantes – Ryanair e Easyjet – registaram 14,4% e 13,2% dos movimentos de passageiros, sendo apenas superadas em termos de desempenho pela companhia nacional TAP (39,5%). As ligações de companhias de baixo custo com os principais destinos da diáspora na Europa são inúmeras (França, Alemanha, Suíça, Bélgica, Holanda, Reino Unido e Espanha) e os estudos empíricos permitem confirmar a maior frequência de vaivéns com Portugal. Em França, a distribuição dos aeroportos que têm ligações aéreas de baixo custo com Portugal permite que qualquer emigrante luso se encontre a menos de 150 km de um aeroporto que possibilite os vaivéns com Portugal⁷⁰. Um desses exemplos

de aumento da mobilidade foi observado num estudo na área de Lyon⁷¹ que conta com dois aeroportos (St. Étienne, a 75 km da cidade de Lyon, e o aeroporto principal de Lyon) com ligações aéreas de baixo custo na sua área de influência. Segundo dados da ANA, o número de passageiros (embarcados e desembarcados) nos aeroportos de Lisboa e do Porto com destino a Lyon aumentou consideravelmente entre 2008 e 2012 (51,1%)⁷². Este aumento também foi constatado pela companhia nacional TAP na ligação Lisboa – Lyon. O inquérito à comunidade lusa nesta região confirmou que cerca de 43,3% dos inquiridos afirmam viajar mais vezes do que antigamente para Portugal, destacando-se principalmente as pessoas radicadas há mais tempo, muitas vezes na idade da reforma (54,9%), que regularmente vivem em alternância entre os dois países, bem como a nova vaga de emigrantes que chegaram nos últimos anos e que mantêm relações muito próximas com os familiares e amigos que deixaram no país (cerca de 27% deste grupo viaja três e mais vezes por ano para Portugal). Um estudo realizado no Luxemburgo⁷³, país que beneficia da presença de aeroportos com ligações de baixo custo aos países vizinhos também aponta para o aumento dos vaivéns entre os dois países. Cerca de 48% dos inquiridos referiram que viajam mais vezes do que antigamente para Portugal, sendo que 49,6% da amostra viaja duas e mais vezes por ano.

Os estudos quer em Lyon, quer no Luxemburgo, demonstram também que os emigrantes diversificam os momentos de regresso ao país ao longo do ano, continuando a não prescindir de estadas mais longas como as tradicionais férias estivais ou das festas de fim de ano, mas também o fazem crescentemente por períodos mais curtos (apenas por alguns dias ou mesmo de fim de semana), maioritariamente por motivos pessoais (casamentos, batizados, aniversários) associados a visitas a familiares e amigos, ou ainda, simplesmente para assistir a um jogo de futebol (em Lyon, 7% dos inquiridos masculinos dizem fazê-lo, enquanto no Luxemburgo a percentagem é de 16%).

O fenómeno dos retornos mais regulares ao país de origem torna-se um modo de vida que subverte a existência das fronteiras e reforça um vaivém identitário partilhado entre dois países, duas culturas.

Por outro lado, o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação associado a custos também eles mais acessíveis, como nas comunicações eletrónicas, facilita a disseminação do conhecimento e da informação sobre os percursos migratórios; cria oportunidades de trabalho e ainda incrementa práticas transvirtuais que ligam o emigrante a Portugal. Podemos falar de práticas transnacionais virtuais, uma vez que as novas tecnologias de comunicação permitem ao imigrante regressar virtualmente e regularmente ao país de origem e, deste modo, manter o contacto com as origens, a família e os amigos, como nunca o foi possível.

O papel das novas tecnologias que gravitam essencialmente em torno da internet (blogs, páginas associativas, páginas institucionais de emprego, jornais comunitários, grupos nas redes sociais⁷⁴ como o *Facebook* ou o *Twitter*, *mailing lists* – listas de distribuição de *e-mails*), e dos programas de comunicação diversos proporcionam informações sobre a oferta em matéria do alojamento, oportunidades de emprego⁷⁵, atividades e empreendedorismo étnico e facilita mais do que nunca a comunicação em rede escrita e audiovisual entre os membros da diáspora no país de acolhimento, com o país de origem e com os outros elementos da diáspora à escala internacional, encurtando as distâncias e aproximando as pessoas.

71 DIOGO, 2012a (Inquérito à comunidade portuguesa de Lyon, novembro 2010-janeiro 2011).

72 O número de passageiros (embarcados e desembarcados) na rota Lisboa – Lyon aumentou 43,4% (de 112 296 para 160 981) e 70,5% a partir do Porto (de 44 685 para 76 182). De 2009 a 2012, a rota Porto – St. Étienne quase quintuplica em termos de passageiros (de 9367 para 52 256).

73 DIOGO, 2013b (Inquérito à comunidade portuguesa do Luxemburgo, janeiro de 2013).

74 A lista de grupos de redes sociais por comunidades (portugueses no Brasil, na Suíça, em Angola, no Luxemburgo, na Alemanha, em Londres, em Paris...) é extensa.

75 Existem também grupos específicos por áreas profissionais (assistentes sociais em Londres, assistentes sociais no Reino Unido, enfermeiros). Os grupos sociais também servem para esclarecer dúvidas sobre o sistema britânico de segurança social, as equivalências de diplomas universitários, as agências de recrutamento orientadas para as suas áreas profissionais e as entrevistas profissionais podem ser feitas por videoconferência (PEREIRA, 2013).

Considerações finais

A diversidade de problemas que afetou a sociedade portuguesa, principalmente os de natureza económica, faz com que os ciclos migratórios se repitam ao longo dos últimos séculos, levando a crónicas sangrias populacionais com impactos no seu desenvolvimento económico, bem como no seu envelhecimento demográfico contemporâneo. A emigração continua a ser vista como uma válvula de escape social nos ciclos de crise que o país atravessa, sendo mesmo encorajada pelos governantes lusos atuais que veem na mesma uma solução para atenuar os problemas de desemprego que afeta o país. Devido à importância crescente de saída de grupos altamente qualificados, o país e a sociedade prescindem de pessoal altamente qualificado que lhes poderá fazer falta nos próximos anos. A última década em Portugal confirma um novo ciclo de fluxos de saídas que engrossa as comunidades enraizadas em destinos tradicionais da diáspora da Europa Ocidental, mas também em destinos com afinidades históricas mas mais distantes do ponto de vista geográfico (América, África e Ásia). A recessão económica vivida no país nos últimos anos e o fraco crescimento económico dos anos vindouros manterá altos níveis de desemprego, reforçará os fluxos de saída que, por sua vez, continuarão a contribuir para a expansão da diáspora lusa. Trata-se de uma nova geração que também encara problemas de integração nos diversos países de acolhimento e é, inúmeras vezes, apoiada pelas redes comunitárias existentes. Tal como em ciclos anteriores de saídas, também existe uma propensão para o emigrante se movimentar sem qualquer ligação às redes comunitárias, como os aventureiros da era das grandes descobertas.

A emigração nem sempre é vivida como um caso de sucesso: nas gerações instaladas há mais tempo também subsiste a precariedade de alguns grupos que chegam à idade da reforma com rendimentos diminuídos. Os novos emigrantes lusos, à semelhança de congéneres de outras nacionalidades, também chegam a ser considerados como trabalhadores *low-cost*, explorados por redes de trabalhadores que se aproveitam das fragilidades dos emigrantes dos países em crise com base num *dumping* salarial.

O novo emigrante português caracteriza-se cada vez mais por ter uma formação universitária, apesar dos dados estatísticos e dos trabalhos empíricos continuarem a demonstrar que os mesmos ainda não constituem o principal grupo de saída. Investigadores, responsáveis governamentais e estudos salientam dicotomias existentes nos novos emigrantes com perfis socioculturais diferenciados com impactos ao nível do seu inter-relacionamento no seio da diáspora, bem como na sua integração nos países de acolhimento.

A diáspora enraizada nos países de acolhimento há mais tempo tem demonstrado um progresso notável ao nível da mobilidade socioprofissional dos lusodescendentes diretamente relacionado com a evolução do seu grau de instrução. O progresso socioeconómico alcançado pelas primeiras gerações e descendentes é particularmente observável nas paisagens da diáspora. As paisagens da diáspora demonstram o crescente acesso à habitação própria, como sucede na América do Norte ou ainda no Luxemburgo e em França, por vezes com influências arquitetónicas lusas fomentadas por práticas transnacionais de materiais para a habitação. Constata-se também, em alguns países, uma redistribuição dos espaços de residência para áreas periféricas suburbanas mais valorizadas e o sentimento da portugalidade é reforçado pela existência de uma rede multifacetada de atividades étnicas que salpicam as principais áreas de concentração da diáspora. O sentimento de portugalidade é também alimentado pelos contactos mantidos com o país de origem através de um conjunto de práticas transnacionais, entre as quais se destacam as de carácter financeiro, com diversificação das regiões de origem, que continuam a desempenhar um papel capital na economia lusa.

No contexto atual de mundialização, a mobilidade dos emigrantes assume uma pluralidade de esquemas de circulação e de comunicação. Surgem espaços de circulação migratória multipolar entre países mas também no país de fixação por motivos profissionais ou de lazer, desenvolvem-se migrações pendulares transfronteiriças de trabalho sustentadas por diferenças salariais e menores custos na habitação e intensificam-se os vaivéns físicos regulares e diversificados suportados por uma rede de ligações aéreas de baixo custo. As

comunicações suportadas pelas novas tecnologias permitem, mais do que nunca, uma pluralidade de contactos com as mais diversificadas finalidades.

A evolução dos transportes e das comunicações eletrónicas têm um impacto considerável na relação que o emigrante mantém com Portugal ao contribuir para um vaivém que pode reforçar o sentimento identitário bem como a dinâmica de diáspora em movimento.

Por último, surgem questões sobre o futuro desta diáspora em expansão que, apesar do seu peso demográfico e socioeconómico considerável, continua a ser um gigante com pés de barro, com insuficiente influência nos destinos do país e ainda subaproveitada nas relações bilaterais económicas com os países de acolhimento. Para as novas gerações de emigrantes e de lusodescendentes, uma mobilidade geográfica intensificada com Portugal e o recurso às novas tecnologias permitem comunicações sem precedentes na história da diáspora lusa. Uma ligação em rede entre os membros da diáspora a curto e médio prazo poderá, associada a uma maior coordenação, levar à aproximação e união dos mesmos e contribuir para um papel mais interventivo na sociedade portuguesa ao afirmar-se como uma dinâmica sociopolítica multifacetada e complementar.

Fontes e Bibliografia

- ALMEIDA, Aníbal, 2008 – *Os portugueses em França na hora da reforma*. Paris: Éditions Lusophone.
- ANA, Aeroportos de Portugal, 2013 – *Relatórios Anuais de Tráfego de 2008 a 2013*. Lisboa.
- APPADURAI, Arjun, 1996 – *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalisation*. Minnesota: The Public Worlds. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=4LVeJT7gghMC&printsec=frontcover&dq=modernity+at+large+cultural+dimensions+of+globalization&hl=pt-PT&sa=X&ei=PMrLUuKt0JSg7Abe1YGgAw&ved=0CDQQ6AEwAA#v=onepage&q=modernity%20at%20large%20cultural%20dimensions%20of%20globalization&f=false>> [consult. 8 de fev. 2009].
- ARAÚJO, José E., 2013 – “A adaptação dos portugueses na Suíça varia bastante consoante a zona geográfica e linguística em que se encontram”. Observatório da Emigração. Disponível em: <<http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/3471.html>> [consult. 10 de mar. 2013].
- ARROTEIA, Jorge C., 2007 – “Migrações Internacionais: Portugal como Destino” in *Actas do Seminário Língua Portuguesa e Integração*. Disponível em: <http://www.museu-emigrantes.org/docs/diversos/2.%20Jorge%20Carvalho%20Arroteia_portugal%20como%20destino.pdf> [consult. 14 de out. 2013].
- Banco de Portugal, 2013 – *Estatísticas online – Remessas de emigrantes, Quadro Multidimensional de 2006 a 2012*. Lisboa.
- BARRE, Isabelle, 2012 – “Il est pas cher mon ouvrier”. *Le Canard Enchaîné*. Paris, n.º 4809, p. 4.
- BASCH, Linda; SHILLER, Nina G; BLANC, Christina S., 1994 – *Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states*. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=sBJTOhDpauQC&printsec=frontcover&dq=Nations+unbound:+transnational+projects,+postcolonial+predicaments,+and+deterritorialized+nation-states&hl=pt-PT&sa=X&ei=dsvLUoGaE4bW7Qb2nIHAg&ved=0CDMQ6AEwAA#v=onepage&q=Nations%20unbound%3A%20transnational%20projects%2C%20postcolonial%20predicaments%2C%20and%20deterritorialized%20nation-states&f=false>> [consult. 25 de fev. 2010].
- BASTOS, Joana, 2013 – “Quase 700 engenheiros emigraram só este ano”. *Expresso*. Disponível em: <<http://expresso.sapo.pt/quase-700-engenheiros-emigraram-so-este-ano=f833993>> [consult. 25 de out. 2013].
- BRANCO, Jorge, P., 2013 – “Onde estão os Portugueses de França?”. *Lusojornal*. N.º 110. Disponível em: <http://www.lusojornal.com/archives/unefr_Il_110.pdf> [consult. 10 de jan. 2013].
- BRUNEAU, Michel, 2004 – *Diasporas et espaces transnationaux*. Paris: Anthropos.
- BRUNET, Roger; FERRAS, Robert; THERY, Hervé, 1995 – *Les Mots de la Géographie: dictionnaire critique*. Paris: La Documentation Française.
- BRUNET, Roger, 2001 – *Le Déchiffrement du Monde: Théorie et Pratique de la Géographie*. Paris: Belin.
- CARVALHO, Débora, 2013 – “Arquitetos estão a emigrar mais”. *Correio da Manhã*. Disponível em: <<http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/sociedade/arquitetos-estao-a-emigrar-mais>> [consult. 17 de out. 2013].
- CASTLES, Stephen, 2005 – *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Lisboa: Fim de Século.
- CENTLIVRES, Pierre, 2000 – “Portée et limites de la notion de diaspora”. *Cemoti*. N.º 30. Disponível em: <<http://cemoti.revues.org/document638.html>> [consult. 14 de dez. 2010].
- DIOGO, Helder, 2012a – Multiculturalismo: identidade e territorialidade na comunidade portuguesa de Lyon (França). Porto (dissertação)

- tação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- DIOGO, Helder, 2012b – “Portugueses de França – contributo da mobilidade geográfica e das práticas transnacionais para a afirmação identitária” in *Atas do XIII Colóquio Ibérico de Geografia – Respuestas de la Geografía Ibérica a la crisis actual*. Santiago de Compostela: Meuboock, p. 1226-1236.
- DIOGO, Helder, 2013a – “Imigração portuguesa em França (1999-2012): que mudanças?” in *Atas CEGOT 1st international meeting – Geography & Politics, Policies and Planning*. Porto: FLUP-CEGOT, p. 721-734.
- DIOGO, Helder, 2013b – “Influências lusas na habitação dos imigrantes portugueses no Luxemburgo e em França” in *Atas do Colóquio Internacional de Arquitetura Popular*, Arcos de Valdevez (no prelo).
- DGACCP; Observatório da Emigração, 2013 – *Registos Consulares*. Disponível em: <<http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/home.html>> [consult. 17 de out. 2013].
- DGACCP, 2011 – *Levantamento das associações portuguesas no mundo*. Lisboa.
- DUFOIX, Stéphane, 2003 – *Les diasporas*. Paris: P.U.F.
- EUROSTAT, 2013 – *Statistiques – Emigration par sexe, groupe d’âge et nationalité de 2002 à 2011*. Bruxelas.
- FARIA, Natália, 2013 – “Jovens portugueses qualificados emigram para poder ‘ser adultos’”. *Público*. Disponível em: <<http://www.publico.pt/portugal/jornal/jovens-portugueses-qualificados-emigram-para-poder-ser-adultos-27210526>> [consult. 10 de out. 2013].
- FIBBI, Rosita; BOLZMAN, Claudio; FERNANDEZ, Antonio *et al* 2010 – *Les Portugais en Suisse*. Berna : Office Fédéral des Migrations. Disponível em: <<http://www.bfm.admin.ch/content/dam/data/migration/publikationen/diasporastudie-portugal-f.pdf>> [consult. 12 de mar. 2011].
- GEORGE, Pierre, 1984 – *Géopolitique des minorités*. Paris: PUF.
- GODINHO, Vitorino M., 1978 – “L’émigration portugaise (XVe-XXe siècles). Une constante structurale et les réponses aux changements du monde”. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa: Sá da Costa Editora, n.º 1, p. 5-32.
- GOMES, Kathleen, 2013 – “Portugueses em Moçambique ‘apreensivos’, mas “África é assim”. *Público*. Disponível em: <<http://www.publico.pt/mundo/noticia/portugueses-em-mocambique-apreensivos-mas-africa-e-assim-1610027#0>> [consult. 25 de out. 2013].
- HEINZ, Andreas; PELTIER, François; THILL, Germaine, 2013 – “Les Portugais au Luxembourg”. *Recensement de la population 2011*. N.º 18. Disponível em: <http://www.statistiques.public.lu/fr/publications/series/rp2011/2013/18-13-portugais/ind_ex.html> [consult. 2 de jul. 2013].
- HELLY, Denise; VAN SCHENDEL, Nicolas, 2001 – *Appartenir: État, nation et société civile. Enquête à Montréal*. Disponível em: <<http://www.erudit.org/livre/hellyd/2001/index.htm>> [consult. 12 de out. 2009].
- INE, 2007 – *Emigrantes (Série 1992-2003) por sexo e tipo de emigração*. Lisboa.
- INE, 2013 – *Dados estatísticos, base de dados de emigrantes permanentes de 2008 a 2012*. Lisboa.
- INE, 2013 – *Dados estatísticos, base de dados de emigrantes temporários de 2011 a 2012*. Lisboa.
- INSEE, 2006 – *Le fait géographique transfrontalier*. Disponível em: <http://www.espaces-transfrontaliers.org/uploads/tx_tmswmo-tressources/map/1_flux_de_travailleurs.pdf> [consult. 12 de out. 2013].
- INSEE, 2012 – *Immigrés et descendants d’immigrés en France*. Paris: INSEE.
- JONES-CORREA, Michael, 1998 – *Between Two Nations: The Political Predicament of Latinos in New York City*. Disponível em: <http://books.google.pt/books?id=zwzc_56_NbAC&printsec=frontcover&dq=Between+Two+Nations:+The+Political+Predicament+of+Latinos+in+New+York+City&hl=pt-PT&sa=X&ei=ys_LUoW3De6p7Ab14HwAQ&ved=0CDYQ6AEwAA#v=onepage&q=Between%20Two%20Nations%3A%20The%20Political%20Predicament%20of%20Latinos%20in%20New%20York%20City&f=false> [consult. 10 de mai. 2010].
- KEARNEY, Michael, 1995 – “The Local and the Global: The Anthropology of Globalization and Transnationalism”. *Annual Review of Anthropology*. N.º 24, p. 547-565. Disponível em: <http://www.uam-antropologia.info/texto_kenney.pdf> [consult. 2 de jun. 2009].
- LAVIGNE, Gilles, 1995 – “L’ethnisation de l’établissement humain en Amérique du Nord: l’exemple du quartier portugais à Montréal”. *Cahiers de géographie du Québec*. Vol. 39, n.º 108, p. 417-443. Disponível em: <<http://www.erudit.org/revue/cgq/1995/v39/n108/022518ar.pdf>> [consult. 23 de mar. 2010].
- LEITE, Joaquim Costa, 2003 – “Mitos e realidades da emigração portuguesa, 1851-1973” in *Actas das V Jornadas de História Local*. Disponível em: <<http://www.museuemigrantes.org/docs/conhecimento/JOQUIM%20COSTA%20LEITE.pdf>> [consult. 20 de out. 2013].
- LOPES, João T., 2013 – “Estudo de João Teixeira Lopes sobre a jovem emigração qualificada para França foi apresentado no Consulado Geral de Portugal em Paris”. *Lusojornal*. N.º 151. Disponível em: <http://www.lusojournal.com/archives/uneffr_IL_151.pdf> [consult. 27 de nov. 2013].
- LUBIN, Marie A., 2013 – “Des saisonniers accusent des vigneron de l’Aude de les avoir exploités”. *La revue du vin de France*. Disponível em: <<http://www.larvf.com/vins-corbieres-saisonniers-portugais-vendanges-la-revue-du-vin-de-france,200118,4360857.asp>> [consult. 16 de out. 2013].

- Lusa/Sol, 2013 – “Há portugueses a receber salários de 350 euros no Luxemburgo”. Disponível em: <http://sol.sapo.pt/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content_id=7116> [consult. 20 de out. 2013].
- Lusojornal, 2013 – “Novos emigrantes não se integram nas comunidades de emigrantes mais antigos”, *Lusojornal*. N.º 148. Disponível em: <http://www.lusojornal.com/france_edition.htm> [consult. 7 de nov. 2013].
- MARQUES, José C.; GÓIS, Pedro, 2008 – “Pratiques transnationales des Capverdiens au Portugal et des Portugais en Suisse”. *Revue Européenne des Migrations Internationales*. Vol. 24, n.º 2, p. 147-165 Disponível em: <<http://remi.revues.org/4592>> [consult. 10 de nov. 2010].
- MOREIRA, Humberto, 2006 – “Emigração Portuguesa (Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas)”. *Revista de Estudos Demográficos*. N.º 38, p. 47-65. Disponível em: <http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=378823&PUBLICACOESmodo=2> [consult. 10 de out. 2013].
- MURDIE, Robert A.; TEIXEIRA, Carlos, 2003 – “Towards a Comfortable Neighbourhood and Appropriate Housing: Immigrant Experiences”. *CERIS Working Paper*, 10. Disponível em: <http://ceris.metropolis.net/Virtual%20Library/housing_neighbourhoods/murdie/murdie13.jpg> [consult. 9 de nov. 2013].
- NUNES, Fernando, 2008 – “Trouver le juste milieu dans le dialogue sur la diversité au Canada, le cas de la communauté luso-canadienne”. *Diversité Canadienne*. Vol. 6, n.º 2, p. 135 à 140. Disponível em: <http://canada.metropolis.net/publications/Diversity/can_diversity_vol_6_2_spring08_e.pdf> [consult. 10 de nov. 2013].
- Observatoire des Inégalités, 2013 – “Les seuils de pauvreté en France”. Disponível em: <http://www.inegalites.fr/spip.php?article343&id_groupe=9&id_mot=76&id_rubrique=1> [consult. 20 de nov. 2013].
- Observatorio Permanente de la Inmigración, 2010 – *Anuario Estadístico de Inmigración del año 2008*. Disponível em: <<http://extranjeros.empleo.gov.es/es/ObservatorioPermanenteInmigracion/Anuarios/Anuario2008.html>> [consult. 12 nov. 2013].
- Observatório da Emigração, 2013 – *Remessas recebidas em Portugal e remessas enviadas de Portugal de 2006 a 2012*. Lisboa.
- OCDE, 2013 – *Perspectives des migrations internationales 2013*. Éditions OCDE. Disponível em: <http://dx.doi.org/DOI:10.1787/migr_outlook-2013-fr> [consult. 2 de out. 2013].
- PEREIRA, Cláudia, 2013 – “Imigrantes qualificados portugueses em Londres conseguem exercer a sua profissão e ganhar mais dinheiro, mas também passam a ter mais gastos” in Observatório da Emigração. Disponível em: <<http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/3668.html>> [consult. 4 de out. 2013].
- PINHO, Filipa; PIRES, Rui P., 2013 – *Espanha, Emigração Portuguesa por País*, 1. Lisboa: Observatório da Emigração, CIES-IUL e DGACCP.
- PIRES, Rui P. (coord.), 2010 – *Portugal: Atlas das migrações internacionais*. Lisboa: Tinta da China Edições.
- PORTES, Alejandro, 1999 – “Conclusion: Towards a New World – The Origins and Effects of Transnational Activities”. *Ethnic and Racial Studies*. Londres: Routledge, n.º 22, p. 463-477.
- PORTES, Alejandro, 1997 – “Globalization From Below: The Rise of Transnational Communities. WPTC-98-01 Princeton University. Disponível em: <http://maxweber.hunter.cuny.edu/pub/eres/SOC217_PIMENDEL/portes.pdf> [consult. 10 de mar. 2010].
- Pública, 2013 – “Enfermeiros portugueses em segundo lugar na lista dos que chegam ao Reino Unido”. Disponível em: <<http://p3.publico.pt/actualidade/sociedade/7453/enfermeiros-portugueses-em-segundo-lugar-na-lista-dos-que-chegam-ao-reino>> [consult. 14 de set. 2013].
- RIBEIRO, Daniel, 2013 – “A gaiola doutorada”. *Revista Expresso*. Disponível em: <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/?newsId=3771&fileName=GaiolaDoutorada_1.pdf> [consult. 15 de nov. 2013].
- Renascença, 2013 – “Portugal perdeu 350 milhões de euros com emigração de enfermeiros”. Disponível em <http://rr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=31&did=114925> [consult. 10 de nov. 2013].
- RMC info, 2012 – “La France compterait 300 000 travailleurs étrangers low cost”. Disponível em: <<http://rmc.bfmtv.com/info/328530/la-france-compterait-300-000-travailleurs-etrangers-low-cost/>> [consult. 16 de nov. 2013].
- RODRIGUES, Teresa F., 2008 – “As vicissitudes do povoamento nos séculos XVI e XVII” in RODRIGUES, Teresa F. (org.) – *História da População Portuguesa – Economia e Sociedade*. Porto: Edições Afrontamento/CEPESE, p. 159-246.
- RTP, 2009 – “Crise na construção espanhola afeta portuguesas”. Disponível em: <RTP, <http://videos.sapo.pt/ftJ5I4RnvMeEs48RD-7Qq>> [consult. 14 de out. 2013].
- Santa Casa da Misericórdia de Paris, 2010 – *Organizar a solidariedade no seio da comunidade portuguesa – Situação social dos portugueses em França*. Paris.
- SANTOS, Irène dos, 2013 – “L’émigration au Portugal, avatar d’un pays ‘semi-périphérique’, métropole postcoloniale”. *Hommes et migrations*. N.º 1302, p. 157-161. Disponível em: <<http://hommesmigrations.revues.org/2510>> [consult. 14 de out. 2013].
- SCHEFFER, Gabriel, 1993 – “Ethnic Diasporas: a threat to their hosts?” in Weiner M. – *International migration and security*. Boulder: Westview Press, p. 263-285.
- SCHILLER, Nina G.; BASCH, Linda; BLANC, Christina S., 1995 – “From Immigrant to Transmigrant: Theorizing Transnational Migration”. *Anthropological Quarterly*. N.º 68, p. 48-63. Disponível em: <http://www.sscnet.ucla.edu/history/faculty/henryyu/Hist597/Schiller_et_al.pdf> [consult. 25 de fev. 2010].

- SCOTT, Dulce M., 2012 – *Entrevista ao Observatório da Emigração*. Disponível em: <<http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/3251.html>> [consult. 2 de fev. 2013].
- SIMON, Gildas, 1995 – *Géodynamique des migrations internationales dans le monde*. Paris: PUF.
- SOARES, Manuela G., 2013 – “Há 25 mil portugueses a viver em Moçambique”, *Expresso*. Disponível em: <<http://expresso.sapo.pt/ha-25-mil-portugueses-a-viver-em-mocambique=f839419>> [consult. 5 de nov. 2013].
- SORRE, Max, 1955 – *Les migrations des peuples – Essai sur la mobilité géographique*. Paris: Flammarion.
- STATEC, 2013 – *Recensement de la population de 2011*. Luxembourg.
- TAVARES, Marie C., 2001 – “Les phases de l’immigration portugaise, des années vingt aux années soixante-dix” in *Actes de l’histoire de l’immigration*, vol. 1. Disponível em: <http://barthes.ens.fr/clio/revues/AHI/a_articles/volumes/volovitch.html> [consult. 10 de jan. 2009].
- TRAUSCH, Gerard, 2009 – “La société luxembourgeoise depuis le milieu du 19e siècle dans une perspective économique et sociale”. *Cahier Économique*. N.º 108. Disponível em: <<http://www.statistiques.public.lu/catalogue-publications/cahiers-economiques/2009/PDF-Cahier-108-2009.pdf>> [consult. 14 de jan. 2013].
- TSF, 2013 – “Depressão atinge emigrantes portugueses no Luxemburgo”. Disponível em: <http://www.tsf.pt/Paginalnicial/Vida/Interior.aspx?content_id=3102172> [consult. 20 de out. 2013].
- TVI24, 2013 – “Portugal é dos países da OCDE com mais emigrantes”. Disponível em: <<http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/3722.html>> [consult. 2 de out. 2013].
- TVI24, 2013 – “Emigração portuguesa qualificada ainda é ‘temporária’”. Disponível em: <<http://www.tvi24.iol.pt/503/economia---economia/emigracao-ocde-emigrantes-emigracao-qualificada/1504468-6377.html>> [consult. 6 de nov. 2013].
- VERTOVEC, Steven, 1999 – “Conceiving and Researching Transnationalism”. *Ethnic and Racial Studies*. N.º 22. Disponível em: <<http://www.transcomm.ox.ac.uk/working%20papers/conceiving.PDF>> [consult. 12 de out. 2010].
- VERTOVEC, Steven, 2001 – “Religion and diaspora” in ANTES, Peter *et al* – *New approaches to the study of religion*. Disponível em: <http://books.google.pt/books?id=AfUJF_YcJTQC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false> [consult. 4 de ago. 2009].
- VERTOVEC, Steven, 2009 – *Transnationalism*. Disponível em: <http://books.google.pt/books?id=084dVpMaRmYC&pg=PA1&hl=pt-PT&source=gbs_toc_r&cad=3#v=onepage&q&f=false> [consult. 10 de set. 2010].



B BAKAAL WORLDWIDE MONEY TRANSFER

Ponte de Encontro

CAFE + SNACK-BAR

የጠቅላይ ልማት ቢሮ
Meskerem Restaurant & Bar

ETHIOPIAN RESTAURANT

A emigração portuguesa contemporânea e o Estado: uma Nação dispersa, um Estado longínquo

José Carlos Marques

Pedro Góis

Introdução

A partir dos anos 80 do século passado, Portugal assiste à transformação da sua realidade migratória, a qual passa a ser visivelmente marcada pela simultaneidade de fluxos emigratórios e imigratórios¹. Face à dimensão dos fluxos de entrada, a ausência de informação suficiente e fidedigna sobre a saída de portugueses e o desconforto, sobretudo político e mediático, em lidar com a manutenção dos fluxos de saída, assistiu-se, durante muitos anos, à produção do discurso da ausência da emigração na sociedade portuguesa. Como demonstrado por diversos autores, este discurso encontrava-se desfasado da realidade e a emigração portuguesa não só não se encontrava em processo de extinção, como tinha, em especial a partir de meados da década de 1980, registado uma contínua evolução positiva, ainda que distinta da ocorrida em décadas anteriores. A retoma dos movimentos emigratórios portugueses não significou, contudo, que eles se tenham produzido num contexto institucional e com características semelhantes às que moldaram o fluxo emigratório português das décadas de 1960/70. O surgimento de novos destinos migratórios, o desenvolvimento de novas (ou aparentemente novas) modalidades migratórias e a alteração do contexto institucional e político em que ocorre o movimento de saída dos portugueses surgem como as características mais salientes dos novos fluxos migratórios. Vejamos com o detalhe possível, dadas as limitações decorrentes da dificuldade em obter dados fidedignos sobre o número de saídas após meados dos anos 80, alguns aspetos que ilustram as características enunciadas², para, numa segunda parte, analisar a forma como o Estado português se procura relacionar com os portugueses não residentes no território nacional.

1 Este artigo retoma e desenvolve as ideias avançadas pelos autores noutros locais (MARQUES, 2008; MARQUES, 2009 e MARQUES; GÓIS, 2012). Remete-se o leitor para estas publicações para aprofundar aspetos não possíveis de serem desenvolvidos em maior extensão neste artigo. Parte deste artigo integra-se no âmbito do projeto Regresso ao futuro: a nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa (REMIGR), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/ATP-DEM/5152/2012).

2 Para uma análise mais desenvolvida dos efeitos da alteração do contexto institucional e político sobre os fluxos migratórios portugueses após 1985, cf., entre outros, MARQUES, 2008; BAGANHA; CARVALHEIRO, 2002 e RAMOS; DIOGO, 2003.

1. A emigração portuguesa nas últimas décadas

A emigração portuguesa intraeuropeia da década de 1960 e inícios da década de 1970 foi interrompida pela crise económica dos anos 70, a qual originou a redução da procura de mão-de-obra nos países industrializados da Europa e a consequente implementação de políticas de imigração restritivas destinadas quer a diminuir a entrada de estrangeiros, quer a promover o regresso daqueles que já residiam no interior das suas fronteiras. A um quadro económico desfavorável nos tradicionais países de acolhimento da emigração portuguesa, aliou-se a inexistência de redes migratórias suficientemente fortes em destinos alternativos, determinando, em conjunto, a redução drástica dos fluxos de saída. Ao mesmo tempo, o fim da ditadura Salazar/Caetano e o processo de descolonização e repatriamento de colonos e funcionários coloniais alterou significativamente a realidade demográfica portuguesa e a sua estrutura económica, criando uma base para alterações significativas do sistema migratório em que Portugal se inseria. Originou, igualmente, um processo de re-emigração para destinos não tradicionais como sejam a África do Sul, Canadá ou Austrália onde se criaram novos núcleos da emigração portuguesa (ou que se fundiram com núcleos migratórios pré-existent).

A diminuição do fluxo emigratório foi acompanhada pela alteração da estrutura do movimento emigratório que, entre 1978 e 1985, se passou a caracterizar cumulativamente por uma forte presença da componente familiar e pelo aumento do número daqueles que anualmente regressaram ao seu país de origem³.

A par destas alterações no movimento migratório português, registou-se, embora com fraca expressão numérica, o surgimento de novos destinos migratórios de natureza temporária e, frequentemente, associados à execução de projetos específicos (por exemplo, os movimentos para os países árabes do Médio Oriente⁴).

Vários trabalhos realizados nos anos 90 demonstram que, a partir de meados dos anos 80 do século passado, a emigração portuguesa registou uma evolução positiva⁵ caracterizando-se pela modificação do contexto institucional em que se processa, pelo surgimento de novas modalidades migratórias e pelo desenvolvimento de novos destinos. Os dados disponíveis indicam que a partir de 1985, Portugal registou uma intensificação das saídas, as quais, contudo, se situaram em níveis significativamente inferiores às registadas nas décadas precedentes, isto é, ocorreu um fluxo migratório menos intenso mas interrupto. À semelhança dos movimentos de saída anteriores à crise de 1973/74, os portugueses continuaram a emigrar, em especial para os países europeus. Verificou-se, porém, uma importante alteração na relevância dos diferentes destinos emigratórios, assumindo-se a Suíça como principal pólo de atração em detrimento da França. Assim, entre 1985 e 1991, a França acolheu 6% dos emigrantes portugueses que se dirigiram para a Europa, enquanto a Suíça recebeu cerca de 59% desses emigrantes⁶. Para além deste fluxo emigratório para a Europa, há ainda a registar, durante a década de 80, um aumento das entradas de portugueses no Canadá e nos Estados Unidos. O fluxo para o conjunto destes dois países terá representado, em média, cerca de 30% do total das saídas portuguesas⁷.

O aumento da mobilidade externa dos portugueses e a alteração na posição relativa dos países de acolhimento europeus pode ser observado através da análise da evolução do *stock* da população de nacionalidade portuguesa a residir noutro país europeu. Como a tabela n.º 1 exemplifica para sete países europeus, após uma diminuição, entre 1981 e 1985, do *stock* de portugueses devido ao continuar do efeito de regresso daqueles que tinham emigrado nas décadas de 1960 e 1970, assiste-se, a partir de 1985, ao aumento contínuo dos portugueses residentes que, certamente, não se fica a dever somente ao crescimento natural das comunidades aí residentes, mas, sobretudo, à ação de novos movimentos migratórios.

3 BAGANHA, 1993: 825.

4 MEDEIROS, 1985:177.

5 BAGANHA; PEIXOTO, 1997; PEIXOTO, 1993.

6 Cálculos baseados em BAGANHA; PEIXOTO, 1997.

7 PEIXOTO, 1993: 47.

É particularmente significativo que na maioria dos países a população permanente portuguesa tenha mais do que duplicado entre 1985 e 2010, indicando claramente a manutenção da vitalidade dos movimentos emigratórios portugueses. Os aumentos expressivos (em termos percentuais e absolutos) registados em países nos quais a presença de portugueses não tinha até então assumido números significativos indicam que, em especial nas últimas duas décadas, a emigração portuguesa encontrou destinos alternativos e complementares aos tradicionais países recetores de mão-de-obra nacional. Os casos da Suíça, Andorra, Espanha ou Reino Unido são particularmente elucidativos da criação e consolidação de novos destinos migratórios. Nestes países a presença de portugueses passou, num período de tempo relativamente curto, de numericamente pouco expressiva a uma das comunidades nacionais mais significativas.

Tabela n.º 1 – População portuguesa residente em alguns países europeus (1981-2012)

	1981	1985	1990/1991	1995	2000/2001	2005	2010	2012
Andorra	1304	1731	3951	6885	6748	11 294	13 100	11 229
Alemanha^{1 e 3}	109 417	77 000	92 991	125 100	133 726	115 606	113 208	120 560 ⁴
Bélgica¹	10 482	9500	16 538	23 900	25 600	27 373	29 802	29 547
Espanha^{1 e 4}	24 094	23 300	33 268	37 000	42 000	66 236	142 520	143 488
Luxemburgo²	28 069	-	39 100	51 500	58 450	67 800	79 800	85 300
Reino Unido¹	-	-	-	30 000	58 000	73 000	102 000	111 000
Suíça⁵	16 587	30 851	85 649	134 827	134 675	180 765	221 641	237 945
Total	189 953	142 382	271 497	409 212	459 173	542 074	702 071	739 069

Fontes: ¹ SOPEMI, diversos anos; ² Service Central de la Statistique et des Études Économiques (STATEC); ³ Statistische Bundesamt Deutschland, *Foreign Population. Results of the Central Register of Foreigners*, 2006 e 2012; ⁴ Instituto Nacional de Estadística. Series anuales Padrón Municipal de habitantes; ⁵ Bundesamt für Migration, Ausländer und Asylstatistik, 2009/2. Os dados de 2010 e 2012 foram retirados do site do Observatório da Emigração (<http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt>).

Durante o primeiro quinquénio do século XXI, nota-se, no conjunto dos países europeus selecionados, um reforço da população portuguesa residente. A exceção a este aumento generalizado é a Alemanha, que regista, até 2010, uma redução da população portuguesa. Como sintetizam Marques (2008) e Malheiros (2010), o aumento da emigração portuguesa no decurso da primeira década do novo milénio fica a dever-se quer ao surgimento de novos destinos (como o Reino Unido ou a Espanha), quer à reanimação de destinos tradicionais (os casos da Suíça ou do Luxemburgo)⁸.

Os valores relativos aos fluxos de entrada indicam que, nos anos de 2009 e 2010, o volume de novos emigrantes portugueses registados pelos serviços estatísticos dos países de acolhimento europeus apresenta uma desaceleração face à tendência de crescimento que se vinha registando desde 2005 (Tabela n.º 2). A crise económica (e, sobretudo, a crise de emprego) experimentada em alguns dos potenciais países de destino dos portugueses (por exemplo, Espanha), assim como o desenvolvimento de formas migratórias de carácter temporário, ajudam, no nosso entender, a justificar esta redução, a qual, como testemunham os dados da tabela, foi apenas momentânea, iniciando-se, a partir de 2010, a retoma da tendência positiva.

⁸ Como se verá adiante, estes dois motivos são, igualmente, responsáveis pela evolução da emigração com destino aos países lusófonos de África e da América do Sul.

Tabela n.º 2 – Fluxos de entrada de portugueses em alguns países europeus (2005-2012)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Andorra	2776	2099	1587	736	466	415	327	389 ¹
Alemanha	3418	3371	3766	4214	4468	4238	5752	9054 ²
Bélgica	1934	2030	2293	3200	2854	2665	2448	-
Espanha	13 327	20 658	27 178	16 857	9739	7678	7424	6201
Luxemburgo	3761	3796	4385	4531	3844	3845	3506	-
Reino Unido	11 710	9700	12 040	12 980	12 230	12 080	16 350	30 443
Suíça³	12 138	12 441	15 351	17 657	13 601	12 720	11 972	14 388
Total	49 064	54 095	66 600	60 175	47 202	43 641	47 779	-

Fontes: ¹Ministeri de Justicia i Interior (Andorra) (<http://www.estadistica.ad/indexdee.htm>); ²Statistische Bundesamt Deutschland, *Foreign Population*. Results of the Central Register of Foreigners, 2006 e 2012; ³Bundesamt für Migration, Ausländer und Asylstatistik, 2009/2. Os restantes dados foram obtidos no site do Observatório da Emigração (<http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/>) ou no da OCDE, International Migration Database (<http://stats.oecd.org/Index.aspx?DatasetCode=MIG>).

Em conjunto, os dados apresentados nas duas tabelas anteriores ilustram, simultaneamente, a relevância da inserção de Portugal no sistema migratório da Europa ocidental e a variedade dos destinos migratórios que emergem e se desenvolvem em diferentes quadros nacionais e cuja manutenção no tempo se encontra condicionada pela evolução de estruturas de oportunidade específicas e/ou pelo surgimento de estruturas migratórias alternativas⁹. Assim, por exemplo, a redução do fluxo emigratório para Espanha (motivada pela redução das oportunidades laborais neste país) é compensada, a partir de 2010, pelo aumento de entrada de portugueses na Alemanha ou no Reino Unido.

A partir de 2005, os destinos migratórios portugueses tornam-se mais diversificados, completando a integração no sistema migratório europeu com a intensificação da participação, enquanto país emissor, no designado sistema migratório lusófono¹⁰. A alteração do posicionamento Portugal (de país recetor para país emissor de migrantes) no interior deste sistema migratório é sinal de uma substancial modificação da realidade migratória nacional. Após 1974, o país tinha assumido uma posição central no sistema migratório lusófono, funcionando, numa primeira fase, como destino final dos migrantes dos países africanos de expressão portuguesa e como país de transição destes para outros países (em particular para países europeus). A intersecção do sistema migratório lusófono com o sistema migratório europeu torna Portugal uma área relevante para a distribuição de fluxos migratórios e ajuda a compreender o papel semiperiférico de Portugal no sistema migratório mundial. O caso da migração cabo-verdiana, angolana ou o caso dos imigrantes “étnicos” indianos com origem em Moçambique, são ilustrativos desta realidade. A partir da década de 1980, esta integração no sistema migratório africano é completada com a crescente participação no sistema migratório sul-americano, funcionando, igualmente, como país de acolhimento final de migrantes (sobretudo do Brasil), e/ou como país de passagem ou intermediação dos brasileiros (mas também de venezuelanos) para o sistema migratório europeu. No final do século XX, Portugal insere-se, como país de acolhimento, de forma intensa e brusca, no sistema migratório intraeuropeu, através da entrada massiva de imigrantes da Europa de Leste.

9 MARQUES, 2008; MARQUES, 2009.

10 BAGANHA, 2009; GÓIS; MARQUES, 2009; PEIXOTO, 2004.

Pela primeira vez, Portugal surge já não como periferia mas como centro deste sistema, concorrendo conjuntamente com outros países por estes fluxos migratórios intraeuropeus.

A posição central que o país representou durante as últimas três décadas para os imigrantes lusófonos de África e do Brasil não obsteu ao desenvolvimento, a diferentes ritmos, de movimentos migratórios bidirecionais no interior do sistema migratório lusófono¹¹. Em resultado da intensificação do fluxo emigratório português para, por exemplo, Brasil ou Angola e do menor número de migrantes destes países que se dirigem para Portugal, regista-se, a partir de meados da primeira década de 2000, uma alteração na posição central que Portugal vinha ocupando e, concomitantemente, ao desenvolvimento de outros centros no interior deste sistema migratório lusófono. Os casos de Angola e do Brasil são paradigmáticos da intensificação do desenvolvimento de novos destinos para a emigração portuguesa em virtude do seu franco crescimento económico neste início de século.

Ao longo da última década, as relações bilaterais luso-angolanas têm tido por base uma forte vertente comercial, destacando-se a importância crescente das importações (sobretudo petróleo) e do investimento angolano em Portugal e, em sentido inverso, as exportações portuguesas e a participação de empresas portuguesas em projetos de investimento em Angola (na área da construção civil ou da construção de infraestruturas, por exemplo). A interpenetração das economias dos dois países é auxiliada pela densificação das rotas aéreas que ligam estes países, realizando-se, actualmente, aproximadamente vinte voos semanais entre Lisboa e Luanda que transportam entre seis e sete mil pessoas, turistas, homens de negócios e migrantes. Em paralelo a esta evolução das relações económicas entre os dois países, e frequentemente assentes nas mesmas estruturas, os fluxos de portugueses para Angola reassumiram números importantes nos últimos anos. Os dados da Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, disponibilizados no site do Observatório da Emigração, relativos aos portugueses que se registaram num consulado português em Angola (em Luanda ou em Benguela) são elucidativos da aceleração do fluxo emigratório português para este país. Em 2008, encontravam-se registados 72 706 portugueses, valor que sobe para 113 194 em 2012¹².

Relativamente ao Brasil, os números de autorizações de trabalho concedidas a portugueses indicam, igualmente, um aumento do fluxo migratório português para este país, ainda que a nível mais baixo do registado para Angola (de 477, em 2006, para 2247, em 2012). Dado que a entrada de cidadãos portugueses no Brasil não se encontra sujeita à posse de um visto de entrada, é natural que os valores referentes às autorizações de trabalho não abarquem a totalidade dos que saíram do país em direção ao Brasil. A sua evolução espelha, contudo, uma realidade comum a outros destinos da emigração contemporânea portuguesa, marcada pela forte evolução positiva da presença de portugueses.

Em síntese, a emigração portuguesa no novo milénio dirige-se para destinos tradicionais e para novos destinos, mostrando que a participação do país em vários sistemas migratórios permite quer compensar a eventual redução de ofertas de trabalho em determinado destino, quer responder à crescente pressão emigratória nacional. A emigração portuguesa torna-se, deste modo, territorialmente mais diversificada, o que, em conjunto com as características a seguir descritas, contribui para a complexificação da sua análise.

11 GÓIS; MARQUES, 2009.

12 Os dados da Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas apresentam algumas limitações que importa tomar em consideração. Primeiro, o registo nos consulados de Portugal não é obrigatório, havendo uma parte de portugueses que não se chega a registar; segundo, é limitada a eliminação das bases de dados daqueles que regressam a Portugal, ou que reemigram para outro país.

2. Diversificação das formas migratórias

Ao número de saídas de natureza mais permanente é necessário adicionar um fluxo de saídas temporárias, por vezes de caráter circular, que se intensificou nas últimas décadas em resultado do aprofundamento do processo de globalização, do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, do aparecimento das companhias de aviação *low cost* na Europa, e da flexibilização generalizada de formas atípicas de contratação laboral (visível, por exemplo, na extensão dos processos de subcontratação a cada vez mais áreas de atividade). Estas formas de migração temporária constituem, desde a década de 1980, uma característica marcante dos fluxos de saída de cidadãos nacionais para diferentes países europeus¹³. Por exemplo, na Suíça o valor das entradas temporárias de portugueses foi, durante os anos 80 e 90, de aproximadamente 33 000, e de 16 000 durante os primeiros oito anos do século XXI¹⁴. Após o final do período de transição (2001 a 2007) previsto na assinatura do acordo de livre circulação entre a Suíça e a União Europeia, as entradas temporárias de portugueses na Suíça mantiveram-se elevadas (sensivelmente, 17 000 por ano). Em França, os números relativos à entrada temporária de portugueses passou de 14 719, em 1989, para 16 568, em 1991¹⁵. Atendendo tratar-se de movimentos não permanentes, torna-se inadequado afirmar que ao número global de saídas temporárias durante o período em estudo corresponde um igual número de migrantes. Muitas destas saídas são realizadas pelo mesmo migrante em anos sucessivos, tratando-se, por isso, de movimentos reiterados de um mesmo migrante e não de novos movimentos emigratórios realizados por diferentes migrantes. Um número indeterminado destes movimentos de saída correspondem a movimentos migratórios circulares que combinam períodos no exterior (num só ou em vários países) com períodos de permanência em Portugal. Algumas notícias isoladas relativas a portugueses que se dirigem para Angola ou para Moçambique (mas também para outros destinos de internacionalização de empresas multinacionais portuguesas), publicadas na imprensa nacional, testemunham que esta migração temporária também se desenrola em contextos não-europeus, embora nestes casos os períodos migratórios tendam a ser, naturalmente, de maior duração.

Um caso específico da mobilidade temporária dos portugueses é formado pelos trabalhadores destacados, os quais assumem maior relevância no decurso da década de 90 e de que o melhor exemplo português é a migração para Berlim¹⁶. Esta forma de mobilidade dos trabalhadores portugueses decorre através da colocação no exterior de efetivos de empresas portuguesas que funcionam, geralmente, como subcontratadas das empresas dos países de destino (por exemplo, de empresas de construção alemãs ou francesas). O número exato de trabalhadores portugueses envolvidos nos processos de destacamento é difícil de determinar pela sua fluidez e, por vezes, informalidade. De acordo com dados apresentados por Worthmann (2003), o número de trabalhadores portugueses destacados na Alemanha, em 1997, era de 21 919, o que representava 12,1% do total de trabalhadores destacados no país e 40,1% dos destacados com origem num dos Estados comunitários. Os portugueses seriam, assim, o maior grupo de trabalhadores destacados com origem num país membro da União Europeia. Trata-se de um número que, de acordo com algumas fontes, peca por defeito, dado

13 A diferenciação entre migrantes permanentes e migrantes temporários segue, neste local, a definição proposta pelas Nações Unidas em 1980, segundo a qual os primeiros incluem as pessoas que pretendem permanecer mais de um ano no país em que entraram e os segundos as pessoas que entram num país com a intenção de aí permanecer por um ano ou menos (United Nations, 1980). Reconhece-se que esta diferenciação não orienta a recolha de dados estatísticos de muitos países e que ao assentar numa estimativa relativa à duração do período migratório, realizada pelo migrante ou pelo legislador, poder não captar a duração real do movimento migratório (o que acontece, por exemplo, quando o migrante permanece no país de acolhimento para além do período temporário inicialmente previsto, ou quando regressa ao seu país de origem antes de decorrida a prevista migração de duração anual).

14 MARQUES, 2008; MARQUES, 2009.

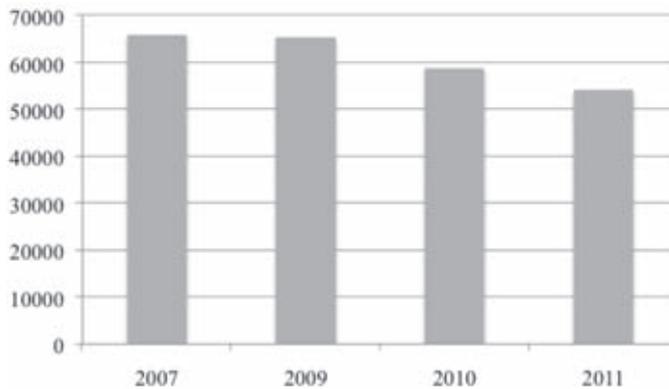
15 RUIVO, 2001: 160.

16 BAGANHA; CARVALHEIRO, 2001.

referir-se apenas aos que se encontram em situação regular, não incluindo, por isso, os estimados 35 000 portugueses que nesse período estariam a trabalhar como destacados de forma irregular¹⁷.

Dados mais recentes, relativos à emissão de certificados E101 (que prova estarem inscritos na segurança social portuguesa), mostram que, em 2007 e 2009¹⁸, o destacamento de trabalhadores portugueses foi de, respetivamente, 66 048 e 65 499, e que, em 2009, os principais países de destino foram a Espanha (37,4% dos trabalhadores destacados), a França (33,8%) e a Alemanha (11,8%)¹⁹. A partir de 1 de maio de 2010, o certificado E101 foi substituído pelo Documento Portátil A1²⁰. Os dados relativos a 2010 e 2011 indicam que se manteve a tendência de redução do número de documentos emitidos que, em 2011, registaram o valor mais baixo dos últimos 5 anos (54 183). A esta evolução decrescente não é alheia a crise. Os principais destinos continuam, em 2011, a ser a França (34%) e a Espanha (24%), surgindo em terceiro lugar a Holanda (13%)²¹.

Gráfico n.º 1 – Certificados E101 e Documentos Portáteis A1 emitidos em Portugal (2007-2011)



Fonte: European Commission, 2011 e 2012.

Uma análise mais fina da evolução dos destacamentos por principais países de destino permite notar que a redução verificada a partir de 2009 se fica a dever, sobretudo, à diminuição dos destacamentos para Espanha que, entre 2009 e 2011, regista, aproximadamente, menos 10 000 destacamentos (Tabela n.º 3). Uma parte desta redução é compensada pelo aumento dos destacamentos para a Holanda e, em particular, para a França que, no seu conjunto, registam um aumento de cerca de 8700 destacamentos durante o mesmo intervalo de tempo. Como a maioria dos destacamentos se dirige para o setor da construção civil e obras públicas (67,5%, em 2011)²², pode admitir-se que a crise deste setor em Espanha fez deflektir a mobilidade dos trabalhadores destacados para contextos nacionais em que o setor da construção civil e obras públicas foi menos afetado pela crise económica, ou se encontra num processo de recuperação dos efeitos desta crise.

17 GAGO, VICENTE, 2002: 12.

18 Não se apresentam os dados relativos a 2008, pois apenas seis dos dezoito Centros Distritais da Segurança Social responsáveis pela emissão do formulário E101 (que, no estrangeiro, atesta a inscrição do cidadão nacional na segurança social do país de origem) forneceram nesse ano os dados relativos aos números de formulários emitidos (European Commission, 2011).

19 European Commission, 2011. Os dados relativos ao destacamento de trabalhadores não correspondem necessariamente a igual número de migrantes dado que ao mesmo trabalhador poderá ter sido atribuído mais do que um certificado E101 (ou, a partir de 2010, Documento Portátil A1).

20 Esta alteração resultou do regulamento do concelho n.º 883/2004 relativo à coordenação dos sistemas de segurança social (European Commission, 2012).

21 European Commission, 2012.

22 European Commission, 2012.

Tabela n.º 3 – Evolução do número de documentos de destacamento emitidos em Portugal, por principais países de destino (2009-2011)

	2009	2010	2011	Evolução 2009-2011 (%)
Alemanha	4858	5175	4770	-1,8%
Espanha	23 854	18 968	12 762	-46,5%
França	12 694	17 191	18 502	45,8%
Holanda	4087	7423	7020	71,8%
Total dos 4 países	45 493	48 757	43 054	-5,4

Fonte: European Commission, 2011 e 2012.

Os dados dos destacamentos, apesar das suas referidas limitações, são indicativos dos padrões e tendências de mobilidade que se desenvolveram nos últimos anos. Estes dados, porém, não incluem o número de trabalhadores que tenham sido contratados diretamente noutros países de destino, tanto para empresas portuguesas, empresas locais ou multinacionais. No essencial, estes dados completam os números apresentados anteriormente mostrando que as possibilidades de mobilidade no espaço europeu contribuem para a diversificação das oportunidades migratórias dos portugueses. No seu conjunto, os diferentes tipos de saídas temporárias para países membros da União Europeia, ou para países que com esta tenham relações privilegiadas (como, por exemplo, a Suíça), assim como os movimentos emigratórios de natureza mais permanente, beneficiam das possibilidades de livre circulação na União Europeia ou no Espaço Económico Europeu. Em resultado destas oportunidades desenvolvem-se, ao longo das últimas décadas, padrões de mobilidade internacional apoiados em múltiplas interligações entre vários países de destino e Portugal e na participação regular e intensa num mercado de trabalho transnacional, delimitado e potenciado quer pelas fronteiras do sistema migratório europeu no qual o país se encontra integrado desde, pelo menos, os meados da década de 1960, quer pela existência e desenvolvimento de comunidades portuguesas em vários países europeus que funcionam como estruturas sociais de apoio aos novos emigrantes. Dito de outro modo, há um despontar de um alargamento do mercado de trabalho nacional que se estende, para um conjunto de trabalhadores, para além das fronteiras nacionais beneficiando de uma estrutura social, política e legal pré-existente.

A estruturação de diferentes destinos no interior deste sistema migratório europeu (e, a partir de meados da década de 2000, do sistema migratório lusófono) permite a diversificação das oportunidades migratórias, concorrendo para responder às instabilidades conjunturais que surgem nos países que integram este sistema migratório (motivadas, por exemplo, por estrangimentos económicos e/ou políticos). Pode, assim, afirmar-se que uma das particularidades da emigração portuguesa contemporânea decorre da multiplicidade de destinos migratórios, que vão sendo acionados de acordo com o conjunto de oportunidades que emergem e se desenvolvem nos diferentes países de destino e cuja manutenção no tempo se encontra condicionada pela evolução deste mesmo conjunto de oportunidades e/ou pelo surgimento de estruturas migratórias alternativas²³.

A informação existente não autoriza uma descrição rigorosa das características sociodemográficas da emigração portuguesa contemporânea. Julgamos, contudo, que a este respeito os emigrantes atuais reproduzirão, com algumas modificações conjunturais, as características já verificadas em períodos anteriores.

As transformações testemunhadas no movimento contemporâneo resultam quer de alterações registadas no mercado internacional de trabalho (e, em particular, na procura de trabalhadores migrantes nos principais países de destino dos portugueses), quer de transformações verificadas na sociedade portuguesa. Em conjunto, estas modificações contribuem para que os emigrantes portugueses do século XXI apresentem certas características distintivas. O nível de qualificação dos que atualmente saem do país surge, na opinião pública e no discurso academicamente informado, como uma das especificidades mais significativas. Se uma das marcas diferenciadoras entre o movimento transatlântico do final do século XIX e inícios do século XX e a emigração intraeuropeia dos anos 1960 e inícios de 1970 foi a “generalização a todo o país da ‘zona de emigração’”²⁴, julgamos que se poderá admitir a hipótese que, para além das características relativas às novas formas migratórias atrás mencionadas, um dos elementos distintivos do movimento emigratório atual é a generalização a praticamente todas as categorias profissionais da experiência emigratória. De facto, enquanto na corrente emigratória das décadas de 1960 e 1970 dominava a saída de pessoas pouco ou nada qualificadas dos setores agrícola, industrial e das ocupações domésticas, sendo pouco significativa a emigração de profissionais qualificados²⁵ porque a segmentação laboral em Portugal lhes assegurava um rendimento significativo, a emigração contemporânea, apesar de continuar a ser maioritariamente pouco qualificada, parece, em conformidade com alguns estudos e informações dos *media*, registar um aumento na proporção de pessoas com níveis de qualificação superior. Docquier e Rapoport (2012), por exemplo, referem no seu estudo sobre a evolução da “fuga de cérebros” nas últimas quatro décadas, que Portugal constitui, em 2000, um dos países europeus mais afetados pela emigração qualificada, com uma taxa de emigração qualificada de 19,5% da força de trabalho qualificada do país, ou de 13,1% se limitarmos a análise aos que chegaram ao país de destino com 22 ou mais anos²⁶. Diversos relatos dos *media* mostram que durante a década de 2000 e inícios da década de 2010 a emigração de detentores de uma formação superior prosseguiu e intensificou-se incluindo de forma crescente mais grupos profissionais (como, por exemplo, as profissões ligadas à área da saúde)²⁷. Parte destes profissionais são recrutados diretamente em Portugal inserindo-se, no exterior, em setores de atividade diretamente relacionados com a sua formação académica. Outros, como documentam algumas das notícias referidas na nota de rodapé, registam dificuldades na transposição das suas qualificações para outros mercados laborais e experimentam uma integração laboral dissonante com a área da sua formação universitária ou seja, uma mobilidade descendente.

A análise das características dos que saem e o seu processo de integração laboral e social nas sociedades de destino infelizmente não pode ser mais aprofundada neste local. Esperamos que os dados que se estão a recolher no âmbito do projeto de investigação *Regresso ao futuro: a nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa*²⁸ (assim como de outros projetos em curso sobre esta realidade) permitam responder a estas questões e, assim, lançar um olhar empiricamente informado sobre o presente dos nossos movimentos emigratórios.

24 ALMEIDA; BARRETO, 1970: 233.

25 BAGANHA, 1994.

26 O primeiro valor inclui os imigrantes qualificados independentemente de terem obtido a sua qualificação no país de origem ou de destino. O segundo valor utiliza a informação relativa à idade aquando da entrada no país de destino como aproximação para o país em que a formação de nível superior foi adquirida (admitindo-se que os que entraram com 22 ou mais adquiriram a sua formação no país de origem) (Beine et al., 2006).

27 Não constitui objeto deste artigo a análise das notícias que surgiram nos últimos anos sobre a emigração portuguesa qualificada. A título de exemplo, indicam-se as notícias publicadas no jornal *Público* (18.2.2012, 27.2.2012, 11.8.2013), jornal *I* (1.6.2011), *Diário de Notícias* (9.11.2009).

Sobre o desenvolvimento do tema da emigração portuguesa qualificada veja-se AMARAL e MARQUES, 2013.

28 Projeto financiado pela FCT (PTDC/ATP-DEM/5152/2012) com término previsto para 2015.

3. O Estado e as suas comunidades no exterior

A análise da gestão dos fluxos de saída²⁹ por parte do Estado português tem concentrado um número de análises significativa³⁰. Atenção menor tem sido dispensada às políticas de vinculação do Estado, ou seja, às múltiplas formas deste se relacionar com as suas comunidades no exterior. Não se trata, contudo, de uma especificidade nacional, dado que mesmo a nível internacional o interesse científico com as *engagement politics* ou com o *emigrant engagement* é relativamente recente³¹, encontrando-se frequentemente associado a análises em torno da questão das práticas transnacionais dos migrantes³², da discussão da relação entre migrações e desenvolvimento³³, ou, numa perspetiva mais normativa, da extensão dos direitos de cidadania, incluindo a possibilidade de aquisição de nacionalidade, aos emigrantes e seus descendentes³⁴.

Reconhece-se que as diferentes políticas de vinculação do Estado português não integram, à semelhança do que sucede noutros Estados, uma estratégia unificada e coordenada de construção e manutenção das ligações com os portugueses residentes no exterior, antes “formam uma constelação de medidas institucionais e legislativas e de programas criados em diferentes momentos, por diferentes razões e que operam através de diferentes escalas de tempo a diferentes níveis com os Estados de origem”³⁵, como afirma Gamlen, referindo-se ao conjunto de estados analisados no seu texto. Com efeito, as relações do Estado português com a emigração e com as comunidades de emigrantes no exterior têm sido marcadas mais por hesitações, descontinuidades e alguma ambivalência³⁶, do que por uma estratégia uniforme e impermeável às alterações dos poderes executivos. Não constituindo objetivo deste artigo analisar de forma aprofundada e exaustiva a evolução do quadro político e institucional que tem moldado as relações entre o Estado e os seus cidadãos residentes no exterior, limitar-nos-emos a apresentar os desenvolvimentos que, na nossa perspetiva, têm contribuído de forma mais evidente para definir este relacionamento.

A nível institucional, a relação do Estado português com os emigrantes encontra-se marcada pela transformação, em 1980, da Secretaria de Estado da Emigração³⁷ na Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas (Decreto-lei n.º 3/80 de 7 de fevereiro). Esta alteração constitui uma ampliação do campo de ação deste organismo estatal para além das tradicionais funções de gestão dos fluxos migratórios e indicia o interesse do Estado em ampliar as relações com os seus cidadãos a viver noutro país. Com esta alteração procurou-se aprofundar a ligação dos emigrantes à sociedade portuguesa através, por exemplo, da criação de condições propícias à manutenção da língua e cultura portugues³⁸. A prossecução do objetivo de promoção do relacionamento dos emigrantes com o seu país de origem encontrou expressão adicional na criação, em 1980, do Conselho das Comunidades Portuguesas (Decreto-lei n.º 373/80 de 12 de setembro), através do qual se procurou atribuir um papel mais interventivo aos emigrantes em assuntos relativos à emigração e às comunidades portuguesas. Como referido na alínea a) do artigo 5.º do Decreto-lei, compete ao Conselho colaborar com o governo na “definição de uma política global de promoção e reforço dos laços que unem as comunidades portuguesas a Portugal”. Concretizava-se, assim, a institucionalização da

29 Por gestão dos fluxos de saída entendemos as disposições relativas à concessão dos documentos necessários à efetivação da emigração e ao controlo das saídas e as medidas adotadas para proteger os emigrantes.

30 Cf., entre outros, BAGANHA, 2003; PEREIRA, 2002; PEREIRA, 2004.

31 COLLYER, 2013; ØSTERGAARD-NIELSEN, 2003.

32 BASCH; SCHILLER; BLANC-SZANTON, 1994.

33 FAIST; KIVISTO; FAUSER, 2011.

34 BAUBÖCK, 1994; FITZGERALD, 2006.

35 GAMLEN, 2006: 4.

36 BAGANHA, 2003; MARQUES; GÓIS, 2013; PEREIRA, 2004; SANTOS, 2004.

37 A Secretaria de Estado da Emigração foi criada em 1975 (Decreto-lei n.º 367/75 de 12 de julho) em substituição do Secretariado Nacional da Emigração, estabelecido em 1970, que, por sua vez, tinha sucedido à Junta de Emigração criada em 1947 (Decreto-lei n.º 30 558 de 28 de outubro).

38 SANTOS, 2004.

representação dos emigrantes portugueses num órgão de carácter consultivo e que a nível simbólico permitia afirmar o interesse do Estado no envolvimento político das comunidades portuguesas residentes noutro país.

Após um período de inatividade, entre 1988 e 1996, o Conselho das Comunidades retomou os seus trabalhos (Lei n.º 48/96 de 4 de setembro), orientando, agora, a sua atividade simultaneamente para o país de origem e para o país de acolhimento. Ao nível do país de origem, o Conselho manteve as competências de promoção da ligação dos emigrantes a Portugal e de defesas dos seus direitos. Ao nível do país de destino foram-lhe atribuídas duas funções adicionais. A primeira, direccionada à promoção do diálogo entre os emigrantes portugueses e as instituições e autoridades dos países de acolhimento de modo a fomentar uma maior participação dos portugueses na esfera social e política destes países³⁹. A segunda, complementar da primeira, destinada a promover a cooperação com outras organizações de imigrantes, e em particular com as comunidades imigrantes de expressão portuguesa, na promoção do referido diálogo com as instituições dos países de acolhimento (alinha I) do artigo 2.º). Em ambas as orientações é reconhecida, à semelhança do que já sucedia no Decreto-lei n.º 373/80 de 12 de setembro, a importância do movimento associativo e o papel do Conselho em promover o desenvolvimento e articulação deste movimento quer na perspectiva da manutenção dos laços dos emigrantes com a sociedade de origem, quer na perspectiva da potenciação da integração dos emigrantes nas sociedades de destino.

Em 2007 são redefinidas as competências do Conselho das Comunidades (Lei n.º 66-A/2007 de 11 de dezembro). Uma breve análise do elenco das competências atribuídas ao Conselho indica que se procedeu a uma redução da sua área de intervenção, limitando-o de forma quase exclusiva a uma função estritamente consultiva do governo ou da Assembleia da República. Desaparecem do documento legislativo as referências à função de promoção da ligação dos emigrantes ao país, da sua integração nas sociedades de acolhimento, de desenvolvimento do movimento associativo, ou de defesa dos direitos dos emigrantes. O interesse do Estado no desenvolvimento do envolvimento político das comunidades portuguesas no exterior, patente aquando da criação do Conselho das Comunidades em 1980, parece, assim, ter entrado num estado de menor atenção legislativa que, de acordo com os dados referidos atrás, se encontra em contraciclo com o recrudescimento dos movimentos migratórios de saída.

Em síntese, pode afirmar-se que não obstante a breve história do Conselho das Comunidades Portuguesas estar marcada por diversas alterações no seu modo de funcionamento e na sua estrutura, a sua existência assinala o esforço de estender a participação democrática aos portugueses residentes no exterior e de incluir os emigrantes nas decisões políticas que diretamente os afectam⁴⁰. Dado tratar-se de um órgão que funciona na dependência do governo, que não abdica de controlar a sua forma de organização, funcionamento e financiamento, poderá questionar-se em que sentido a sua criação, ou, pelo menos, a sua manutenção no tempo, responde mais à efetiva extensão do direito de participação dos emigrantes nas políticas de emigração, ou à tentativa de, através de um órgão agregador dos interesses das comunidades emigrantes, exercer influência junto da comunidade portuguesa no exterior (tema que não é possível aprofundar neste local).

Para além destas medidas de carácter institucional, é de referir um conjunto de medidas destinadas a produzir e intensificar a relação entre os emigrantes e o país de origem através da manutenção de um programa de ensino da língua e da cultura portuguesa direccionado para os filhos dos emigrantes (medidas que, na tipologia de Gamlen⁴¹, são classificadas como destinadas à construção simbólica da nação no exterior). Trata-se de cursos oferecidos, desde 1973, em contextos institucionais fortemente influenciados pelas políticas

39 AGUIAR, 2009.

40 AGUIAR, 2009: 259-260.

41 GAMLEN, 2006.

dos países de acolhimento relativas à integração do ensino da língua materna dos imigrantes no seu sistema escolar⁴². O apoio estatal a estes cursos foi, até 1 de fevereiro de 2010, gerido pelo Ministério da Educação. A partir desta data, o ensino do português no estrangeiro passou a ser coordenado pelo Instituto Camões. No ano letivo 2009/2010 foram lecionados 5680 cursos de língua e cultura portuguesa na Europa, África e América do Norte, nos quais estiveram registados quase 84 000 estudantes⁴³. Dados mais recentes do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua indicam que, em 2012, o ensino do português no estrangeiro ao nível do ensino básico e secundário envolve 402 professores e 56 000 alunos. As informações sobre a situação atual (ano letivo 2013/2014) não se encontram sistematizadas, mas os contactos realizados a algumas coordenações de Ensino de Português no Estrangeiros permitem testemunhar a dispersão regional dos cursos de português oferecidos em cada uma das coordenações nacionais contactadas, envolvendo um número variável de docentes e discentes. Na Suíça, por exemplo, os cursos são lecionados por 94 professores e abrangem 10 510 alunos (com uma oferta mais concentrada no cantão de Genebra e mais dispersa noutros cantões helvéticos). Em Inglaterra, a rede de ensino do português concentra-se, sobretudo, na área metropolitana de Londres (onde se concentra, igualmente, o maior número de portugueses), existindo alguns núcleos no sul de Inglaterra e nas ilhas do canal. No total os cursos de português em Inglaterra são lecionados em 63 escolas, por 28 professores, estando inscritos 3522 alunos. Em França o ensino do português desenvolve-se em conformidade com o protocolo de cooperação educativa firmado entre os ministérios de educação de ambos os países (assinado a 10 de abril de 2006). No âmbito deste protocolo Portugal promove cursos de “Português Língua Estrangeira” ou “Português Língua e Cultura de Origem” em escolas primárias, em seções internacionais portuguesas e em associações portuguesas (envolvendo, aproximadamente, 13 450 alunos) e o Estado francês assegura o ensino da língua portuguesa no 2.º e 3.º ciclo e no ensino secundário a cerca de 15 000 alunos.

A aferição da eficácia destas diferentes ações na produção efetiva do envolvimento dos emigrantes (e dos seus descendentes) com o Estado português e na criação de um sentido de pertença daqueles a uma comunidade portuguesa no exterior reclama a concretização de um estudo que permita analisar a forma dos portugueses no exterior se relacionarem institucionalmente com o Estado português.

Esta forma de vinculação dos emigrantes ao seu país de origem, apesar de frequentemente constituir o aspecto mais visível, não esgota as possibilidades de relacionamento dos emigrantes com o Estado. Um conjunto de medidas direcionadas à extensão dos direitos de cidadania aos cidadãos não-residentes procura envolver os emigrantes na sociedade de origem, e, em particular, no processo de eleição dos seus órgãos legislativos. O alargamento dos direitos de participação política a cidadãos não-residentes no território nacional tem sido analisado como forma de expansão da cidadania, ou como um processo de “transnacionalização da cidadania”⁴⁴. O Estado português tem, à semelhança de outros Estados⁴⁵, adotado medidas dirigidas à incorporação política dos seus cidadãos no exterior.

No caso das eleições para a Assembleia da República, o direito de participação dos emigrantes portugueses encontra-se garantido, desde 1976, podendo os portugueses inscritos nos cadernos eleitorais votar por correspondência ou nos locais de voto a funcionar no estrangeiro⁴⁶. Os votantes inscritos no exterior encontram-se agrupados em dois círculos eleitorais: o círculo eleitoral da Europa e o círculo eleitoral fora da Europa. Ambos os círculos elegem dois deputados, sendo, por isso, frequente, em especial nos momentos

42 AGUIAR, 2009.

43 Instituto Camões, 2010.

44 BAUBÖCK, 1994; BAUBÖCK, 2005.

45 Em 2007, 115 países permitiam, a diferentes níveis, a participação eleitoral dos seus cidadãos no exterior (International Institute of Democracy and Electoral Assistance – IDEA, 2007).

46 A lei eleitoral para a Assembleia da República (Lei n.º 14/79 de 16 de maio) materializa esse direito, e o Decreto-lei n.º 95-C/76, de 30 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 10/95, de 7 de abril, regulamenta a organização do processo eleitoral.

eleitorais, que os candidatos pelos círculos da emigração intensifiquem as suas ações junto dos emigrantes.

Com a quarta revisão constitucional, em 1997, é atribuído aos emigrantes o direito de voto nas eleições presidenciais. Embora o texto constitucional impusesse no seu art.º 121 que na regulamentação deste direito devesse ser tida em atenção a ligação efetiva do emigrante à comunidade nacional, o quadro legal criado para a eleição do presidente da República eliminou este condicionalismo⁴⁷.

O envolvimento dos emigrantes é, ainda, possível, em questões políticas nacionais, nos referendos sobre matéria que “lhes diga também especificamente respeito” (art.º 37, n.º 2 da Lei Orgânica n.º 4/2005 de 8 de setembro) e, em instituições supranacionais, na eleição para o Parlamento Europeu⁴⁸.

À possibilidade dos emigrantes exercerem o direito de voto nas eleições nacionais não tem correspondido um elevado nível de participação, quer nas eleições parlamentares, quer nas eleições presidenciais. Atendendo ao número de portugueses residentes noutros países, tem-se registado uma reduzida inscrição nos cadernos eleitorais e uma ainda menor taxa de participação dos inscritos nos atos eleitorais: em torno dos 24% nas eleições realizadas entre 1995 e 2005, 17% nas eleições parlamentares de 2010, 5% nas eleições presidenciais de 2011 e 2,9% nas eleições para o Parlamento Europeu de 2009⁴⁹. Existem nestes dados gerais algumas diferenças entre as comunidades portuguesas residentes noutros países que importa assinalar. Os portugueses residentes noutro país europeu representam, em 2011, 38,5% dos inscritos nos cadernos eleitorais (praticamente a mesma proporção dos inscritos residentes no Brasil, 37,6%). De entre os residentes num país europeu, os residentes num dos destinos da emigração portuguesa dos anos 60 e inícios os anos 70 (França e Alemanha) apresentam as percentagens de inscrição mais elevadas (respetivamente, 60,6% e 14,3%), logo seguidos por países de destino mais recentes, como a Suíça, que representa 10,3% do total de inscritos nos cadernos eleitorais do círculo eleitoral da Europa. Os dados relativos à participação nas eleições legislativas mostram que, apesar de ter menos inscritos, o círculo da Europa apresenta uma taxa mais elevada de participação do que o círculo de fora da Europa que pode ser explicada, entre outros fatores, pela desatualização dos cadernos eleitorais, devido a um maior proximidade dos emigrantes do círculo da Europa à realidade política nacional e à maior intensidade das campanhas eleitorais dos partidos políticos nos países europeus.

Os dados relativos à participação política dos portugueses no exterior indicam que a sucessiva extensão dos direitos de participação não encontra reflexo na ampliação do envolvimento efetivo dos emigrantes portugueses nos diferentes processos eleitorais. Julgamos que mais do que exprimir o desinteresse ou o distanciamento dos cidadãos portugueses residentes no exterior das questões políticas nacionais, os baixos níveis de recenseamento eleitoral e os ainda menores níveis de participação eleitoral refletem o funcionamento de mecanismos inadequados de promoção de uma maior participação política dos emigrantes. Como refere Østergaard-Nielsen (2003) num estudo comparativo das políticas dos países de origem em relação aos seus cidadãos no exterior, frequentemente a criação de condições legais de participação política dos emigrantes é acompanhada pela resistência à adoção de métodos que permitam efetivar a votação. A imposição do voto presencial para determinadas eleições (eleições presidenciais e eleições europeias), o desajustamento entre a localização dos locais de voto (geralmente nas embaixadas ou consulados) e a distribuição dos emigrantes, a dificuldade em desenvolver campanhas de sensibilização ao voto eficiente, a reduzida capacidade de atração da mensagem política dos partidos políticos, etc., constituem exemplos de circunstâncias limitativas da participação política dos emigrantes.

47 Lei Orgânica n.º 3/2000 de 24 de agosto. COSTA, 2000.

48 Lei n.º 14/87, de 29 de abril.

49 Direção Geral da Administração Interna (<http://www.dgai.mai.gov.pt>).

Para além da extensão do direito de voto aos cidadãos não-residentes no território do Estado-Nação, as políticas de vinculação dos Estados podem, igualmente, integrar disposições relativas à retenção da nacionalidade original no caso da naturalização ou à transmissão da nacionalidade original dos pais aos filhos dos emigrantes. A aceitação crescente da dupla cidadania nas últimas duas décadas do século XX constitui um desenvolvimento importante nas normas relativas à cidadania⁵⁰. Diferentes razões têm levado países de imigração e países de emigração a acolher provisões relativas à dupla cidadania. Enquanto os países de imigração consideram a dupla cidadania um modo de promover a integração dos imigrantes e eliminar as diferenças entre estrangeiros e cidadãos, os países de emigração consideram-na como uma forma de criar e manter ligações transnacionais com os seus cidadãos residentes no exterior⁵¹. Com a profunda revisão da lei da nacionalidade (Lei n.º 37/81 de 3 de outubro), o Estado português procura responder a ambas as razões e, em especial, da perspectiva de país de emigração, a manter a ligação dos portugueses residentes no exterior ao seu país de origem.

Com a Lei n.º 37/81 o critério do *ius soli* perdeu importância na determinação da nacionalidade ao nascimento, a favor do princípio do *ius sanguinis*, permitindo, deste modo, que os filhos de emigrantes portugueses nascidos no estrangeiro adquiram a nacionalidade do pai ou da mãe, sendo para o efeito suficiente registar o recém-nascido no registo civil português ou declarar a pretensão de ser português. De modo a permitir a ligação transnacional com os emigrantes, esta lei veio possibilitar o acesso à dupla cidadania através da abolição da perda automática da nacionalidade portuguesa por parte dos cidadãos nacionais que adquiram uma outra nacionalidade. A perda da nacionalidade daqueles que se naturalizem como cidadãos de outro país ficou sujeita à declaração da vontade de não quererem a nacionalidade portuguesa. A autorização da dupla cidadania e a possibilidade de reacquirição da nacionalidade portuguesa foi estendida a todos os que a tenham perdido por efeito de legislação anterior, ou em resultado da aquisição de uma nacionalidade estrangeira (voluntária ou por efeitos de casamento)⁵². A atribuição, manutenção e reacquirição da nacionalidade portuguesa foi, assim, significativamente facilitada de modo a incorporar politicamente os emigrantes e os seus descendentes e, deste modo, permitir uma maior identificação destes com a sociedade portuguesa.

Um outro tipo de políticas de vinculação do Estado às suas comunidades no exterior envolve um conjunto de instrumentos destinados a retirar proveitos económicos e políticos da presença de emigrantes em diferentes países de destino⁵³. Nesta área de intervenção é relevante mencionar as relações financeiras que o Estado português promove, de forma direta ou indireta, com os portugueses residentes no exterior. Estas relações referem-se, sobretudo, às remessas enviadas pelos emigrantes para Portugal que têm assumido um papel importante no desenvolvimento da economia portuguesa⁵⁴. De modo a garantir o fluxo de remessas, o Estado permitiu a criação de contas bancárias que, até há poucos anos, ofereciam taxas de juro mais atrativas aos portugueses residentes no estrangeiros⁵⁵.

De forma a potenciar económica e politicamente a presença das comunidades portuguesas no mundo, foi criado em 26 de dezembro de 2012 o Conselho da Diáspora Portuguesa (com o alto patrocínio do presidente da República). Trata-se de uma associação de natureza privada que, apesar de contar com o apoio institucional do Estado português, não constitui parte integrante da política de vinculação do Estado. A sua inclusão neste ponto justifica-se contudo por ser uma associação que procura “estreitar as relações entre Portugal e a sua

50 BAUBÖCK, 2012.

51 FAIST, 2006.

52 BAGANHA; SOUSA, 2006.

53 GAMLEN, 2006.

54 BAGANHA, 1994.

55 A remuneração mais favorável das contas poupança dos emigrantes deixou de existir para as contas criadas a partir da aprovação da Lei do Orçamento de Estado para 2008, mantendo-se contudo para as contas criadas antes da entrada em vigor do orçamento de 2008.

diáspora, portugueses e descendentes, para que estes (...) contribuam para a afirmação universal dos valores e cultura que unem todos os portugueses bem como para a elevação da reputação do país⁵⁶. Constitui-se, deste modo, como um possível instrumento de influência e de defesa dos interesses do Estado português junto dos países de residência dos seus membros.

O ressurgimento da emigração como tema político central após a crise económica financeira de 2008 é, desde logo, um indicador de interesse. Resta saber se às iniciativas com impacto mediático conjuntural (como, por exemplo, a criação do referido Conselho da Diáspora Portuguesa) se seguirão políticas ou estratégias de adaptação a este *upgrade* da realidade emigratória portuguesa.

Conclusão

Analizados em conjunto os movimentos migratórios portugueses que se desenvolveram nas últimas duas décadas, é possível notar, à semelhança do que já fizeram diversos autores anteriores⁵⁷, que estes se caracterizam pela coexistência entre novas formas migratórias e movimentos migratórios de cariz mais clássico. Estas novas formas são o resultado quer do quadro legal criado pela adesão de Portugal à União Europeia (pós anos 80), quer dos condicionalismos à entrada impostos por diversos países de destino tradicionais dos portugueses. O crescimento de diferentes formas de movimentos de saída temporários atrás descritos, assim como a frequente indefinição entre “movimentos ‘permanentes’ e ‘temporários’”⁵⁸ surge, neste contexto, como o aspeto mais visível da transformação verificada nos movimentos migratórios externos portugueses.

Numa primeira fase, até ao final do século XX, os novos fluxos emigratórios continuaram a privilegiar os destinos europeus e os tradicionais destinos de ligação mais regionalizada (EUA para os açorianos e África do Sul e Venezuela para os madeirenses). Durante os primeiros anos do presente século, os destinos migratórios dos portugueses tornaram-se mais diversificados, completando os destinos europeus com a intensificação das saídas para outros destinos, sobretudo para os países de língua oficial portuguesa, em especial o Brasil e Angola. Parte substancial deste movimento atual é motivada pelas dificuldades económicas experimentadas pelo país, em particular pelo contínuo aumento do desemprego, sendo potenciada pela existência de vantagens económicas noutros países e pela ativação ou, como é o caso dos destinos mais recentes, pela construção e consolidação das redes migratórias que de forma eficiente promovem a ligação entre as oportunidades de emprego existentes no exterior e os migrantes potenciais.

No que respeita às políticas de emigração, os tipos gerais de políticas de vinculação dos estados com os seus emigrantes identificados por Gamlen (políticas de capacitação, de extensão de direitos e de extração de obrigações) são possíveis de encontrar, em diferentes graus e em diferentes aspectos, no caso português. A maioria das políticas de vinculação adoptadas pelo Estado português, porém, assenta na imagem da emigração dos anos 1960 e inícios dos anos 1970. Como descrito na primeira parte deste texto, a emigração portuguesa contemporânea apresenta diferenças assinaláveis em relação à emigração anterior, tornando-se, por isso, necessário investigar quer a adequabilidade destas políticas para ligar os emigrantes atuais ao seu país de origem, quer a possibilidade de mobilizar a ligação efetiva destes emigrantes (e, por extensão, dos emigrantes de fluxos anteriores) ao país de origem.

56 Disponível em: <<http://diasporaportuguesa.com>>.

57 Cf. BAGANHA, 1993; BAGANHA, 1997; PEIXOTO, 1993; MARQUES, 2008.

58 BAGANHA, 1993; PEIXOTO, 1993: 68.

Bibliografia

- AGUIAR, Maria Manuela, 2009 – “O Conselho das Comunidades e a Representação dos Emigrantes”. *Migrações*. (Número temático Migrações entre Portugal e América Latina), n.º 5, p. 257-262.
- ALMEIDA, Carlos; BARRETO, António, 1970 – *Capitalismo e Emigração em Portugal*. Lisboa: Prelo Editora.
- AMARAL, Susana Teles; MARQUES, Ana Paula, 2013 – “Registos discursivos sobre a emigração de profissionais altamente qualificados: uma proposta de leitura a partir de posições institucionais”. Comunicação ao XI *Congresso Espanhol de Sociologia Crisis y Cambio. Propuestas desde la Sociología*. Universidad Complutense de Madrid, 10 a 12 de julho. Disponível em: <<http://www.fes-web.org/uploads/files/modules/congress/11/papers/2211.pdf>>.
- BAGANHA, Maria, 2009 – “The Lusophone Migratory System: Patterns and Trends”. *International Migration*. N.º 47, 3, p. 5-20.
- BAGANHA, Maria I., 2003 – “From close to open doors: Portuguese Emigration under the Corporative Regime”. *e-journal of Portuguese History*. Vol. I (1).
- BAGANHA, Maria I., 1994 – “As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional”. *Análise Social*. Vol. XXIX, 128, p. 959-980.
- BAGANHA, Maria I., 1993 – “Principais Características e Tendências da Emigração Portuguesa” in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento. Actas do II Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Fragmentos, p. 819-835.
- BAGANHA, Maria I.; CARVALHEIRO, Luís, 2002 – “Uma europeização diferenciada: o sector da construção civil e obras públicas” in REIS, José; BAGANHA, Maria I. (eds.) – *A economia em curso. Contextos e Mobilidade*. Porto: Afrontamento, p. 63-86.
- BAGANHA, Maria I.; CARVALHEIRO, Luís, 2001 – “Uma europeização diferenciada: o sector da construção civil e obras públicas” in REIS, José; BAGANHA, Maria I. (eds.) – *A economia em curso: contextos e mobilidades*. Porto: Edições Afrontamento, p. 63-86.
- BAGANHA, Maria I.; PEIXOTO, João, 1997 – “Trends in the 90’s: the portuguese migratory experience” in BAGANHA, Maria I. (ed.) – *Immigration in Southern Europe*. Oeiras: Celta, p. 15-40.
- BAGANHA, Maria Ioannis; SOUSA, Constança Urbano, 2006 – “Portugal” in BAUBÖCK, Rainer; ERSBOLL; Eva; GROENEDIJK, Kess *et al* (eds.) – *Acquisition and Loss of Nationality*. Amsterdam: Amsterdam University Press, p. 435-476.
- BASCH, L.; SCHILLER, G. N.; BLANC-SZANTON, C. (eds.), 1994 – *Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states*. Amsterdam: Gordon and Breach.
- BAUBÖCK, Rainer, 2012 – “Constellations and Transitions: Combining Macro and Micro Perspectives on Migration and Citizenship” in MESSER, Michi; SCHROEDER, Renée; WODAK, Ruth (eds.) – *Migrations: Interdisciplinary Perspectives*. Wien: Springer, p. 3-14.
- BAUBÖCK, Rainer, 2005 – “Expansive Citizenship: Voting beyond Territory and Membership”. *Political Science and Politics*. N.º 38 (4), p. 683-687.
- BAUBÖCK, Rainer, 1994 – *Transnational Citizenship: Membership and Rights in International Migration*. Aldershot: Edward Elgar.
- BEINE, Michel; DOCQUIER, Frédéric; RAPOPORT, Hillel, 2006 – “Measuring international skilled migration: new estimates controlling for age of entry”. Policy Research Discussion Paper, World Bank. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTRES/Resources/469232-1107449512766/MeasuringInternationalMigration_paper.pdf>.
- COLLYER, Michael (ed.), 2013 – *Emigration Nations. Policies and Ideologies of Emigrant Engagement*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- COSTA, Paulo Manuel, 2000 – “A participação dos portugueses não residentes e dos estrangeiros residentes nas eleições portuguesas”. *Documentação e Direito Comparado*. N.º 81/82, p. 180-216.
- DOCQUIER, Frédéric; RAPOPORT, Hillel, 2012 – “Globalization, brain drain, and development”. *Journal of Economic Literature*. N.º 50, 3, p. 681-730.
- European Commission, 2011 – “Posting of workers in the European Union and EFTA countries: Report on E101 certificates issued in 2008 and 2009”, DG Employment, Social Affairs & Inclusion.
- European Commission, 2012 – “Posting of workers in the European Union and EFTA countries: Report on A1 portable documents issued in 2010 and 2011”, DG Employment, Social Affairs & Inclusion.
- FAIST, Thomas, 2006 – “The fixed and porous boundaries of dual citizenship” in FAIST, Thomas (ed.) – *Dual citizenship in Europe: from nationhood to societal integration*. Aldershot: Ashgate, p. 1-43.
- FAIST, Thomas; KIVISTO, Peter; FAUSER, Marit (eds.), 2011 – *The Migration-Development-Nexus: A Transnational Perspective*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- FITZGERALD, David, 2006 – “Rethinking emigrant citizenship”. *New York University Law Review*. N.º 81 (1), p. 90-116.
- GAGO, Carla; VICENTE, Teresa, 2002 – “Alemanha” in BAGANHA, Maria I.; FERRÃO, João; MALHEIROS; Jorge (eds.) – *Os Movimentos Migratórios Externos e a Sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional, p. 177-224.
- GAMLEN, Alan, 2006 – “Diaspora Engagement Policies: What are they, and what kinds of states use them?”. Oxford: University of Oxford, Centre on Migration, Policy and Society, Working Paper n.º 32 .

- GÓIS, Pedro; MARQUES, José Carlos, 2009 – “Portugal as a semiperipheral country in the global migration system”. *International Migration*. N.º 47 (3), p. 19-50.
- International Institute of Democracy and Electoral Assistance (IDEA), 2007 – “Voting from Abroad: The International IDEA Handbook”. Stockholm: IDEA. Disponível em: <http://www.idea.int/publications/voting_from_abroad/index.cfm>.
- MALHEIROS, Jorge, 2010 – “Portugal 2010: o regresso do País de emigração?”. *Janus.Net e-journal of International Relations*. N.º 2, 1, p. 133-142. Disponível em: <http://www.observare.ual.pt/janus.net/pt_vol2_n1_not3>.
- MARQUES, José Carlos, 2009 – “‘E Continuam a Partir’: As Migrações Portuguesas Contemporâneas”. *Ler História*. N.º 56, p. 27-44.
- MARQUES, José Carlos, 2008 – *Os Portugueses na Suíça. Migrantes Europeus*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- MARQUES, José Carlos; GÓIS, Pedro, 2013 – “Portuguese emigrants and the State: an ambivalent relationship” in COLLYER, Michael (ed.) – *Migration Nations: the ideologies and policies of emigrant engagement*. Houndmills: Palgrave Macmillan, p. 252-276.
- MEDEIROS, Carlos Alberto, 1985 – “Elementos Estatísticos – evolução recente da emigração portuguesa (1974-1983)”. *Finisterra*. N.º 20 (39), p. 173-182.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2013 – Camões – Instituto da Cooperação e da Língua. *Uma Rede Global*. Lisboa: MNE.
- ØSTERGAARD-NIELSEN, Eva (ed.), 2003 – *International migration and sending countries: perceptions, policies and transnational relations*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- PEIXOTO, João, 2004 – “O impacto migratório do alargamento da União Europeia a Leste: A perspectiva europeia e a de Portugal” in FONTOURA, Maria Paula; CRESPO, Nuno (eds.) – *O Alargamento da União Europeia – Consequências para a Economia Portuguesa*. Oeiras: Celta Editora, p. 105-122.
- PEIXOTO, João, 1993 – “A emigração portuguesa a partir de 1980: factos estatísticos e modalidades de evolução”. *Estudos Demográficos*. N.º 31, p. 35-74.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 2002 – *A política portuguesa de emigração: 1850-1930*. São Paulo: EDUSC/Instituto Camões.
- PEREIRA, Víctor, 2004 – “La politique d’émigration de l’Estado Novo entre 1958 et 1974”. *Cahiers de l’Urmis*. N.º 9. Disponível em: <<http://urmis.revues.org/index31.html%5D>>.
- RAMOS, Maria Conceição; DIOGO, Hugo, 2003 – «Le Portugal, pays relais de la migration en Europe». *Migrations études*. N.º 116.
- RUIVO, Jorge Rodrigues, 2001 – *Portugais et population d’origine portugaise en France*. Paris: L’Harmattan.
- SANTOS, Vanda, 2004 – *O Discurso Oficial do Estado sobre a Emigração dos anos 60 a 80 e a Imigração dos anos 90 à actualidade*. Lisboa: ACIME.
- United Nations, 1980 – *Recommendations on Statistics of International Migration, Statistical Papers Series M, nº 58*, New York: Department of International Economic and Social Affairs, Statistical Office.
- WORTHMANN, Georg, 2003 – *Nationale Autonomie trotz Europäisierung. Probleme der Arbeitsmarktregulierung und Veränderungen der industriellen Beziehungen in der deutschen Bauwirtschaft*. München: Rainer Hampp Verlag.

Actual Terceira vaga de emigração

Emigraram 700 mil portugueses na última década

Êxodo. Saíram do País 697 962 portugueses para trabalhar, quase o dobro dos 454 191 estrangeiros que aqui residem. É uma nova onda de emigrantes e com números que se aproximam das décadas de 60 e 70

CÉU NEVES e FILOMENA NAVES

Na última década, 700 mil portugueses saíram do País, para trabalhar. Só em 2007 e 2008, emigraram mais de 200 mil. É a terceira vaga da emigração e com níveis próximos dos anos 60 e 70, diz o economista Álvaro Santos Pereira. Mas esta "pode ser mais prejudicial porque inclui uma fuga de cérebros e porque, combinada com a baixa natalidade, é uma bomba-relógio para a sustentabilidade da Segurança Social", sublinha.

Depois de dois grandes fluxos migratórios, um no início do século XX e outro nos anos 60 e 70 que bateu todos os recordes, assistimos à terceira vaga da emigração portuguesa, como lhe chama Álvaro Santos Pereira, professor e investigador da Simon Fraser University, de Vancouver, no Canadá.

Está a emigrar uma média de 70 mil portugueses por ano, e houve aceleração nos últimos tempos. Desde 1998, os cidadãos nacionais que saíram são quase o dobro do total de estrangeiros que vivem em Portugal, 454 mil. Nesta

terceira vaga, "estamos a falar de números que não tiramos desde a década de 70 do século passado e que são muito significativos para um país pequeno", nota Santos Pereira.

O investigador recolheu os dados junto dos serviços de Segurança Social e de inquéritos nacionais dos países de destino dos novos emigrantes. É a única forma de ter uma noção dos fluxos migratórios entre Portugal e a Europa, uma vez que a abolição de fronteiras no espaço Schengen impede a contabilização de quem entra e quem sai.

Na última década, e sobretudo a partir de 2003, segundo os dados que publicou este ano no estudo "O regresso da emigração portuguesa", os países-de-destino foram sobretudo a Suíça, a Espanha, o Reino Unido e o Luxemburgo. E, desde 2007, as saídas rumo a Angola dispararam: 23 mil em 2008 e "a avaliar pelo número de vistos", afirma Santos Pereira, "mais de 40 mil em 2009".

O presidente do Observatório da Emigração, Rui Pena Pires, confirma uma terceira vaga. O problema é saber quantos destes voltam e quantos destes vão e vêm. "Há uma vaga de emigrantes, mas não sabemos quantos estão a voltar. Esta emigração é no interior da União Europeia e há muitos fluxos de ida e volta. As pessoas emigram para Holanda, Reino Unido, Suíça, Espanha e voltam, não era como na década de 60 em que saíam sem pensar no regresso", explica Rui Pena Pires. E acrescenta que a verdadeira dimensão deste fenómeno só será conhecida nos Censos de 2011.

Entre os que saem para Espa-

nha, destino que registou uma quebra em 2008 (ver gráfico dos principais destinos), há trabalhadores que vão e vêm todas as semanas ou de 15 em 15 dias. E, mesmo em relação aos cidadãos que partem para Angola, estas são deslocações com ida e volta. Além, nos primeiros anos, apenas lhes é concedido um visto de três meses.

É esta incerteza que paira sobre a nova vaga: tem muito de temporária (mesmos de um ano a trabalhar fora do País), ou não?

Os estudos do Observatório indicam um aumento dos "emigrantes temporários, no quadro de uma maior circulação entre a origem e o destino: esse número passou de quase nove mil emigrantes anuais, nos finais de 1980, para cerca de 20 mil, durante a década de 1990". É um grupo em que a percentagem de borrasa é maior do que nas migrações de fixação. Santos Pereira cita dados de inquéritos noutros países para sublinhar que "as estimativas sobre a emigração temporária, em geral são sempre feitas por baixo". O Censo do próximo ano dirá.

Muitos são temporários, mas dimensão real é desconhecida



Anos 10 – Um destino transatlântico

PRIMEIRA VAGA Entre meados do século XIX e 1930, quase dois milhões de portugueses saíram do País. A expressão máxima desta emigração ocorreu na década de 10 e de novo na de 20 do século passado, quando se atingiram números da ordem dos 90 mil anuais. O principal destino dos que partiam era o Brasil, sobretudo do sexo masculino, na maioria analfabetos, que se dirigiam a cruzar o oceano. A pobreza, o desemprego e o atraso generalizado no País empurraram estes milhares de pessoas, oriundas do Norte e Centro do País.

13% dos licenciados vão-se embora

PREOCUPAÇÃO Portugal é o terceiro país da União Europeia, a seguir à Irlanda e à Eslováquia, que regista a maior fuga de cérebros

Um em cada 13 portugueses com curso superior emigrou em 2009, para um total de 90 mil emigrantes nesse ano, segundo o Observatório da Emigração. Só a Eslováquia (14%) e a Irlanda (23%) nos ultrapassam em termos de fuga de cérebros para o estrangeiro, na União Europeia. O número destes emigrantes quase duplicou na década de 1990.

Mas, se contabilizarmos o número de portugueses que concluíram a formação superior nos países de destino, a percentagem de emigrantes com este nível de habilitações é de 20%. Até porque muitos dos que emigram para estudar ou prosseguir a formação académica acabam por se fixar no estrangeiro devido à falta de perspectivas em Portugal.

Segundo os autores de Portugal: Atlas das Migrações Interna-

cionais, publicado pela Gulbenkian, os principais destinos desses cérebros eram em termos absolutos EUA, Canadá, Alemanha e França, e, em termos relativos, Reino Unido, Bélgica, Holanda, Suíça e Itália.

A exceção da França (apenas 4% são licenciados), em todos os países referidos a percentagem de emigrantes portugueses com formação superior situava-se entre um mínimo de 28% (EUA) e um máximo de 40% (Reino Unido)", revela o Atlas. E que o perfil mais desqualificado para França se assemelha aos fluxos para o Luxem-

burgo, a Suíça e a Espanha. "Se um em cada 20 ou 30 dos licenciados regressar ao País, não há problema. Pelo contrário. Mas se isso não acontecer é preocupante", sublinha o professor da universidade canadiana Álvaro Santos Pereira.

A actual crise e os números crescentes do desemprego em Portugal não são, nesse sentido, um bom indicador, acrescenta o economista. "Segundo os últimos números, 68 mil das pessoas desempregadas em Portugal são licenciadas, e se não houver oportunidades em Portugal vão para fora", prevê.

TENDÊNCIA

Remessas voltam a crescer

No final dos anos 70, as remessas dos emigrantes chegaram a ser 10,6% do PIB nacional. Com o crescimento económico no País, a partir do final dos anos 80, essa percentagem diminuiu e atingiu agora 1,5%. Mas em 2010 há

dados que indicam que as remessas estão a aumentar de novo, diz Álvaro Santos Pereira. A França continua a ser a maior fonte, seguida da Suíça. Entre 1998 e 2009 as que provêm das antigas colónias aumentaram 254 vezes.

Evolução da emigração

Portugal está na terceira vaga de emigrantes. É no século XX há mais pessoas a sair do País do que nos finais do século XIX e início do XX, quando se iniciou o fluxo migratório.



Discursos sobre emigração em tempos de crise: uma abordagem comparativa

Marta Silva

Yvette Santos

Introdução

Este artigo pretende analisar o discurso sobre emigração portuguesa em contexto de crise económica, utilizando como ponto de partida artigos do jornal nacional *Diário de Notícias (DN)* publicados em momentos de emergência de crise a nível internacional, quando os primeiros efeitos se começaram a fazer sentir em Portugal e na emigração portuguesa e esta se torna um tema central e recorrente de debate. Mas este estudo não se confina apenas à análise do discurso na atualidade. As várias referências que hoje são feitas às correntes emigratórias portuguesas do século XX levaram-nos a considerar oportuno compreender de que forma a questão emigratória é tratada em diferentes contextos históricos de crise. O método comparativo ajudará a desvendar as dinâmicas dos discursos, a sua evolução, as problemáticas colocadas, as perspetivas adotadas e as omissões; permitirá ainda evidenciar rutura(s) e continuidades na abordagem da questão emigratória. No fundo, e parafraseando João Figueira, este artigo tem como desafio procurar saber que país político, económico e social era mostrado e contado no *DN*¹.

Entendeu-se como menos indispensável para a execução dos objetivos gizados o desequilíbrio em termos de dimensão temporal entre os três períodos abordados (no segundo caso a amostra apenas remete para sete meses), que uma determinada lógica que todos encerram. Determina-se o ponto de partida das amostras com o momento em que é reconhecido o início das diferentes “crises” internacionais; e encerra-se a amostra com marcos políticos relevantes e geradores de mudanças significativas na sociedade portuguesa.

Neste sentido, optou-se pelo estudo do discurso nos seguintes contextos: da crise provocada pelo *crash* de outubro de 1929 até 1933 (data da Constituição política do Estado Novo que instituiu restrições à saída da população), ano que ficaria marcado a nível socioeconómico e político pela Grande Depressão e pela Ditadura Militar que levaria à instauração do Estado Novo; de outubro de 1973 até ao 25 de Abril de 1974, período balizado pela Crise Petrolífera e pela Revolução do 25 de Abril que pôs fim ao Estado Novo, estabeleceu a liberdade de imprensa, de emigração², entre outras; finalmente, de setembro de 2008 até junho de 2011, a

1 FIGUEIRA, 2007: 86.

2 Sobre a legislação relativa à emigração, anterior e promulgada com o 25 de Abril, ver RIBEIRO, 1986.

fase recente marcada pela crise financeira e pelas eleições que levaram o PSD e o CDS-PP à liderança do governo português, a partir de onde se verificou o endurecimento das medidas de austeridade e um aumento ainda mais significativo das saídas.

As balizas históricas iniciais permitem aceder ao tratamento do tema da emigração algum tempo antes de as consequências da crise internacional se terem feito sentir na economia portuguesa, ou, mais concretamente, que o poder político a tivesse considerado enquanto tal e tomado medidas no sentido de lhe fazer face. Nestes momentos, em que a imprensa analisada dá sobretudo destaque aos desenvolvimentos internacionais – situação também potenciada pela censura ao que de menos positivo pudesse ocorrer no país – encontramos-nos numa fase na qual se começam a vislumbrar os riscos reais para Portugal e se tecem as primeiras conjeturas sobre as consequências para a emigração portuguesa.

As políticas migratórias adotadas nos países recetores foram também determinantes para a escolha dos três contextos históricos em análise. De facto, verifica-se uma tendência na aplicação de restrições à entrada de emigrantes, que viriam a ser reforçadas com a propagação da crise a nível mundial. Já desde o final da I Guerra Mundial, são tomadas uma série de medidas (lei das cotas) pelos principais países de destino dos portugueses (EUA, Brasil) que são reforçadas com a crise³; nos anos 70, confirma-se em França, principal destino dos portugueses, um conjunto de medidas que dificultam a presença de emigrantes, nomeadamente ilegais⁴. Embora estas medidas não se destinassem diretamente aos portugueses, que usufruíram de um estatuto privilegiado, com a crise deram origem à instauração de medidas mais restritivas em 1974 (com o encerramento das fronteiras) aplicadas a todos os emigrantes; apesar de Portugal – país democrático que não impõe restrições no momento da saída – estar inserido no espaço Schengen, o que garante liberdade de circulação aos trabalhadores portugueses no espaço europeu, a diversidade dos destinos da emigração atual denuncia a existência de barreiras administrativas fora deste espaço geográfico privilegiado⁵.

Embora se tenha procurado ter uma apreciação geral do lugar ocupado pela emigração portuguesa no *Diário de Notícias* durante os três períodos estudados, tendo-se procedido ao levantamento e identificação dos artigos que abordam a questão emigratória de forma direta ou indireta, optou-se por selecionar e dar enfoque a uma amostra de artigos publicados (notícias, entrevistas, reportagens, e artigos de análise e/ou opinião) que permitissem evidenciar o discurso jornalístico e as influências a ele inerentes: a sua relação com o poder, com as elites e com o público em geral.

1. A crise de 1929: elevar as relações luso-brasileiras e condenar a emigração para França

A literatura nacional tem demonstrado que Portugal foi tardiamente e pouco atingido pela Grande Depressão que se estendeu até 1933. Tal facto ficou sobretudo a dever-se à fraca participação do país na rede de empréstimos e no comércio internacional e ao gradual equilíbrio das finanças públicas fruto da aplicação de um conjunto de medidas iniciadas em 1922⁶. De facto, por não ser constituída por grandes concentrações industriais ligadas ao capital estrangeiro, a indústria portuguesa ficou relativamente protegida dos efeitos da crise. No que se refere à agricultura, a sua estrutura garantia o autossustento e a ocupação da população ativa⁷.

Porém, a crise agiu diretamente sobre as capacidades de exportação dos produtos coloniais, assim como sobre os níveis dos invisíveis da balança de pagamentos que se viu ressentida com a quebra das remessas

3 BAGANHA, 1988; RYGIEL, 2007.

4 SCHOR, 1996; WEIL, 2004; SPIRE, 2005.

5 Ver, por exemplo, para o caso da política imigratória brasileira: SICILIANO, 2013.

6 Sobre o conjunto de medidas tomadas, ver ROSAS, 1996: 93-99; ROSAS, 1994: 243-299; LAINS, 1999: 36-39.

7 ROSAS, 1996: 101.

dos emigrantes, a partir de 1931, provocada pelas restrições à saída de dinheiro do Brasil e pelo reforço dos obstáculos à entrada de emigrantes. De facto, entrara-se, pela primeira vez, num ciclo desfavorável à emigração – à exceção do período da I Guerra Mundial – com uma média anual de saídas de 7500 indivíduos entre 1931 e 1935, quando nos anos 1920 se registaram saídas na ordem dos 30 000 indivíduos por ano⁸. A crise dos anos 1890 tinha, pelo contrário, sido um incentivo às saídas, aliada às políticas imigratórias favoráveis à entrada de portugueses, nomeadamente no Brasil.

Tendo como pano de fundo a situação de crise, a aplicação de um protecionismo nacionalista – tal como se verificou para outros países europeus como a França – assente no pleno aproveitamento dos recursos económicos e sociais nacionais e coloniais que evitavam a dependência externa, e as limitações impostas à saída de emigrantes, procuraremos entender o discurso oficial construído durante a Ditadura Militar acerca da emigração. Teremos em consideração o papel da emigração no equilíbrio da balança de pagamentos (através das remessas), no escoamento do excesso populacional, no abrandamento da situação de desemprego e na manutenção das relações comerciais com o Brasil. Através da análise do *DN*, tentaremos perceber que discurso se privilegiou e que aspetos se omitiram. Finalmente, procuraremos identificar as preocupações oficiais e de que forma transparecem no jornal.

Seguindo a vaga do Novo Jornalismo e as correntes internacionais sobre jornalismo e imprensa, o *DN*, jornal de massas desde o início do século XX, tentou diversificar a informação divulgada com o reforço do uso da fotografia na ilustração dos artigos, destacando nomeadamente os redigidos por individualidades políticas e do campo literário de grande relevo⁹ sobre acontecimentos internacionais, nacionais e políticos, sobre a vida local (na rubrica “Do Norte ao Sul”), os *faits divers* ou iniciativas que visavam a população levadas a cabo pelo próprio jornal (concurso das Marias, campanha contra o analfabetismo que, segundo o jornal, deu origem a medidas governamentais das quais se regozija¹⁰). O *DN* mantém uma ligação ao governo até o Estado Novo ser derrubado desde 1928, dada a participação redatorial de individualidades ligadas ao regime ditatorial e a penetração do capital público no jornal através da Empresa Nacional de Publicidade dominada pela Companhia Portugal e Colónias que era subscrita pela Caixa Geral de Depósitos. A partir daí, e embora declarando-se independente, o *DN*, com o seu diretor Eduardo Schwalbach que substituiu o célebre diretor Augusto Castro durante uma missão diplomática¹¹, inscreve-se no grupo dos jornais situacionistas.

Conforme os objetivos estipulados pelo Governo em relação à propaganda, a imprensa tornou-se um órgão privilegiado ao serviço do Estado¹² com a função de controlar a informação divulgada para a opinião pública. Deste modo, a informação divulgada pelo jornal, enquadrada pela censura instaurada a 22 de junho de 1926 (que só veio a ser regulamentada em 1934 por uma lei de imprensa¹³), era em parte constituída por notícias de propaganda e de atos da administração pública (entre outros publicavam-se, na íntegra, decretos-lei, discursos oficiais, informação sobre a ação eficaz da polícia na repressão), onde se divulgavam as iniciativas governamentais, em detrimento de uma intervenção interpretativa/crítica do jornalista ou dos profissionais da imprensa sobre a notícia.

A falta de uma componente opinativa do jornalista reflete-se também nas notícias fornecidas por informadores ou repórteres do jornal que, a partir de uma recolha local, relatavam as consequências da emigração no trabalho e no despovoamento das zonas agrícolas. Os artigos não eram assinados e traduziam

8 ROSAS, 1996: 101. Ver também BAGANHA, 2003.

9 FREIRE, 1939: 275-313.

10 PACHECO, 1964.

11 Eduardo Schwalbach foi diretor do *DN* de 1924 a 1939 e de 1945 a 1946.

12 VERÍSSIMO, 2003: 27.

13 A ausência de lei da imprensa explicaria, segundo Helena Veríssimo, a falta de reação viva à aplicação da censura. De facto, a censura prévia só viria a ser instituída com o Decreto n.º 22 469 de 11 de abril de 1933 (VERÍSSIMO, 2003: 37-38).

a posição das elites económicas locais que utilizavam o jornal para alertar sobre os seus prejuízos económicos e apelar indiretamente a uma intervenção protetora do Estado. Alguns jornalistas escrevem artigos de opinião sobre assuntos – como a relação Portugal-Brasil – que, indiretamente, se referem à questão emigratória. António Ferro, homem da propaganda do regime e jornalista do Estado Novo, Paulo Osório, Agostinho de Campos, Jaime Lopes Dias e João Lusa foram homens de letras e do poder, com vasta cultura geral e integrados no espírito dirigente da nação, que abordaram temas indiretamente mas intimamente ligados à questão emigratória.

A manutenção das relações luso-brasileiras através da emigração foi uma das abordagens privilegiadas por este órgão de imprensa¹⁴. Valorizar e manter a emigração para o Brasil, assim como conservar a presença portuguesa naquele país, constituíam para o Governo duas das condições para a preservação das relações comerciais e económicas¹⁵, uma vez que o Brasil representou um dos principais parceiros comerciais portugueses até 1930¹⁶. Com o intuito de satisfazer os vários interesses ligados à emigração, – os da colónia portuguesa, do setor do comércio *import/export*, das companhias nacionais de navegação e dos setores agrícolas ligados a este comércio, como o vinho – privilegiava-se então um discurso ideológico e propagandístico que exacerbava as afinidades culturais, linguísticas, raciais e históricas entre os dois povos e que enfatizava o prestígio português a nível internacional, permitindo assim colocar em evidência a ascendência lusitana sobre a civilização brasileira¹⁷.

A disponibilização do pacote português *Nyassa* pela Companhia Nacional de Navegação (CNN) para a realização das ligações entre Portugal e o Brasil, em 1930, tornou-se uma notícia recorrente e com destaque nas páginas do *DN*, que acompanhou de perto o entusiasmo dos dois países durante o período da sua curta atividade, e que serviria, uma vez mais, para elevar o prestígio português a nível internacional que havia sido perdido com o insucesso da exploração desta linha pela empresa Transportes Marítimos de Portugal¹⁸. O navio misto dedicado ao transporte de mercadorias e de passageiros das três classes era o símbolo do prestígio nacional¹⁹, uma vez que tinha capacidade de concorrer com os pacotes de luxo das companhias estrangeiras – inglesa e francesa – no transporte de passageiros²⁰. Embora não sendo um pacote novo, aquela embarcação dispunha de inovações tecnológicas (maior velocidade, por exemplo) e da oferta de melhores condições de viagem²¹ que satisfiziam uma clientela prestigiosa. A CNN, que efetuava principalmente transporte de emigrantes portugueses para o Rio de Janeiro e para Santos, reivindicava boas condições de viagem em termos de alojamento e higiene, por exemplo. Além da presença portuguesa nos transportes marítimos procurar elevar o prestígio do país a nível internacional, pretendia-se garantir o monopólio do transporte de emigrantes de 3.^a classe, assim como o transporte de mercadorias entre Portugal e Brasil. Porém, as restrições impostas em finais de 1930 à entrada de emigrantes e de mercadorias tornaram a exploração da linha deficitária, o que

14 LUSO, João – “Os portugueses no Brasil”. *DN*, 30.12.1929, p. 1.

15 SANTOS, 2011: 557-572.

16 Até final dos anos 1920, o Brasil constitui o principal parceiro comercial de Portugal (LAINS, 1999: 36).

17 “Portugal e Brasil”. *DN*, 8.12.1929, p. 1.

18 “Carreiras de Navegação para o Brasil”. *DN*, 29.10.1929, p. 9.

19 “Navegação portuguesa para o Brasil”. *DN*, 12.11.1929, p. 1; “A navegação portuguesa para o Brasil. Corresponde a um plano de desenvolvimento da nossa marinha mercante”. *DN*, 10.12.1929, p. 1; “O vapor ‘Niassa’ no Brasil. A imprensa ocupa-se largamente do acontecimento, estando em preparação um programa de festas”. *DN*, 22.12.1929, p. 1; DIAS, Jaime Lopes – “Comunicações e transportes”. *DN*, 28.12.1929, p. 1 e 6; “As grandes iniciativas da indústria portuguesa. Marinha Mercante. Companhia Nacional de Navegação”. *DN*, 23.4.1930, p. 5.

20 Sobre história marítima, ver BUTEL, 2012: 383-524.

21 Com o aumento das restrições à entrada de emigrantes nos anos 1920, tal como nos EUA (medidas de 1921 e de 1924), as companhias marítimas, com o intuito de assegurarem um domínio no transporte de passageiros a nível internacional, competiam entre elas disponibilizando navios mais rápidos e luxuosos para satisfazer uma nova clientela mais exigente, em relação às acomodações, do que os tradicionais emigrantes (BUTEL, 2012: 501-510).

levou a CNN a pôr termo à sua exploração em 1932²². A linha foi deixada à concorrência estrangeira – inglesa, francesa, holandesa, alemã e brasileira – e a Companhia passou a concentrar-se na exploração das linhas de África, conforme determinado em 1930 pelo Ato Colonial²³.

Através do *DN* também se verifica a valorização da presença dos portugueses no Brasil, evidenciando-se o seu contributo para o engrandecimento do país, quer a nível económico como cultural²⁴. Esta visão, veiculada desde o final do século XIX, quando o movimento emigratório aumentou e o perfil socioeconómico dos emigrantes mudou²⁵, contrapõe-se às crescentes dificuldades de inserção dos emigrantes portugueses no mercado de trabalho brasileiro e às medidas restritivas que impediam a entrada de indesejáveis considerados inassimiláveis e perigosos para a segurança pública²⁶, realidade que marcou os anos 1920, e sobretudo a Era Vargas²⁷, e que provocaria movimentos de regresso para Portugal que este periódico também raramente noticiou.

O *DN* serviu ainda de plataforma de divulgação da regulamentação sobre a assistência aos emigrantes, debruçando-se sobre as recomendações e os debates internacionais que concluíam a necessidade de reforçar a intervenção dos Estados nas migrações, e sobre as reformas administrativas que deviam ser levadas a cabo com o objetivo de valorizar as ações benéficas do Estado face os seus emigrantes assim como de reforçar a repressão policial sobre as práticas ilegais²⁸.

Quando, no século XIX, as saídas de emigrantes de origem social modesta se tornaram um problema político, pelo facto de provocarem uma sangria demográfica que punha em causa a estrutura socioeconómica nacional, revelando-a incapaz de manter a sua mão-de-obra em território nacional, colocou-se a responsabilidade nos intermediários da emigração, que carregavam a imagem negativa de exploradores. Ao mesmo tempo, fomentava-se a visão de um Estado que tinha o dever de proteger, assistir e orientar os emigrantes assim como de reforçar o controlo policial sobre as atividades dos intermediários e, sobretudo, nas zonas fronteiriças, de forma a evitar o recurso a medidas socioeconómicas de fundo que pudessem alterar o *statu quo* das elites agrícolas.

Após o golpe militar de 1926, a intervenção do Estado traduziu-se na produção de uma regulamentação que visava o controlo sanitário das saídas nas zonas portuárias²⁹ e que fixava as condições de transporte dos emigrantes nos navios até ao desembarque³⁰. Tal regulamentação acabou por consolidar as medidas definidas durante a República que serviram de base legislativa de referência na gestão do transporte de emigrantes até 1970, em particular no que diz respeito à mediação das relações entre o Estado e as companhias de navegação. Para além da questão assistencial, em 1933-1934, iniciou-se uma reforma institucional no sentido de centralizar os serviços de emigração numa só instituição, a Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado³¹. Pretendia-se reduzir a intervenção do Estado na emigração a uma ação de natureza policial, sem no entanto determinar a exclusão dos intermediários na organização administrativa da emigração.

22 COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO, 1933: 6.

23 Foi necessário esperar pela Segunda Guerra Mundial para que a Companhia Colonial de Navegação decidisse disponibilizar um navio, o North King, para assegurar o transporte de refugiados até ao Brasil (PIMENTEL, 2006: 175-188).

24 LUSO, João – “Os portugueses no Brasil”. *DN*, 30.12.1929, p. 1.

25 PEREIRA, 1981.

26 RAMOS, 2008: 77-101.

27 GERALDO, 2009: 175-207.

28 “Engajadores enviados a juízo”. *DN*, 13.12.1929, p. 9; “Os engajadores”. *DN*, 19.3.1930, p. 5; “Indústria de passagens e passaportes”. *DN*, 23.3.1930, p. 6; “Emigração clandestina”. *DN*, 8.5.1930, p. 5; “O ‘Diário de Notícias’ no Porto. A Cidade. Emigração clandestina” e “Emigração”. *DN*, 9.5.1930, p. 4.

29 SANTOS, 2010: 70-75.

30 “Emigração. Foi publicado um decreto regulando a assistência dos emigrantes portugueses”. *DN*, 7.11.1929, p. 5.

31 RIBEIRO, 1995: 66-78.

Com os efeitos da crise, com as medidas de redução das despesas públicas e com a diminuição das saídas, o governo teve que enfrentar o aumento do desemprego e o descontentamento crescente das elites agrícolas, dada a falta de mão-de-obra (Bragança, Leiria, Castelejo – Fundão, Cerva, Caldas das Faipas, São Pedro de Sales – Alentejo, Castelo de Paiva, Soalhais, Cedovim, Faro, Vila Verde, Ponte de Barca, Monção e Braga). De facto, e já no início de 1930, o *DN* referia-se aos “efeitos perversos” da saída dos operários agrícolas para Espanha e França³². Embora se privilegiasse uma orientação da emigração para o Brasil, de forma a não incentivar em demasia o êxodo populacional não se assumia claramente essa postura, que, no entanto, era vista como o meio adequado de escoamento da população e como a solução para o aumento do desemprego em Portugal. Consequentemente, os artigos centraram-se na temática da falta de mão-de-obra para a realização dos trabalhos agrícolas, no aumento salarial provocado pelas saídas, e na natureza ilegal que muitas assumiam. No último aspeto, focava-se a organização dos empregadores, considerados pouco escrupulosos, lendo-se nos artigos o receio de que estas práticas se propagassem ao Algarve e ao Alentejo.

Neste sentido, o jornal adotou claramente o discurso da grande propriedade fundiária do Sul, apoiando uma intervenção policial eficaz que punha fim às práticas ilegais e à saída de trabalhadores, defendendo a aplicação de medidas de proteção à agricultura, como a fixação dos preços dos produtos agrícolas, e sugerindo a abertura de trabalhos de obras públicas que assegurassem uma ocupação remunerada ao operário aquando dos períodos de fraca atividade agrícola, de maneira a mantê-lo numa situação de precariedade profissional e de submissão ao empregador, fosse ele o Estado ou o proprietário fundiário³³. Para responder às exigências da elite rural, as políticas económicas e sociais visavam, entre outras coisas, proteger a agricultura portuguesa e fixar a mão-de-obra de maneira a que esta estivesse sempre disponível para aquela atividade. Foram disso exemplo a Campanha do Trigo, iniciada em 1929, a fixação dos preços agrícolas, a decisão de baixar os salários dos operários e dos trabalhadores rurais para garantir meios baratos de produção e de reprimir a contestação social, a abertura de trabalhos de obras públicas e a criação do Commissariado do Desemprego, em 1932, que tinha como função arranjar ocupações para a mão-de-obra desempregada nos tempos de fraca atividade profissional³⁴.

No sentido de reforçar o apoio aos interesses da elite agrícola, do *lôbi* marítimo e da colónia portuguesa no Brasil, restava desenvolver uma campanha de difamação contra a emigração para Espanha e França, de forma a realçar os seus inconvenientes e desincentivar essas saídas. Na senda deste objetivo, o *DN* foi ao contacto direto com os emigrantes, realizando reportagens que comprovavam as difíceis condições de vida e de trabalho em França. Foi o caso da reportagem realizada pelo jornalista Amadeu de Freitas (filho) – do corpo gerente do Sindicato Nacional dos Jornalistas de 1934³⁵, órgão de controlo da atividade dos profissionais da imprensa – aos antigos soldados portugueses da Primeira Guerra Mundial que se fixaram em França para trabalhar nas minas de carvão da cidade de Lens (norte da França). Amadeu de Freitas adotou um discurso simples, dando voz direta aos emigrantes³⁶. Ao Portugal agrícola, idílico, do bom vinho do Porto, contrapunha-se o trabalho árduo e ingrato das minas, a fome e a exploração, sobrando-lhes a saudade de Portugal e a família que se juntava ao emigrante.

32 “O distrito de Bragança despovoou-se”. *DN*, 14.11.1929, p. 9; “O êxodo de ‘rurais’ para França”. *DN*, 15.12.1929, p. 2; “Portugal despovoou-se. No distrito de Leiria a emigração é intensa”. *DN*, 6.2.1930, p. 9; “A emigração”. *DN*, 24.4.1930, p. 2.

33 ALHO, 2006: 278-286; FONSECA, 2007: 81.

34 ROSAS, 1994: 254-255.

35 A criação do novo Sindicato Nacional dos Jornalistas em 1934 suscitou polémica entre os corpos gerentes das associações e dos sindicatos ligados ao jornalismo e à imprensa. O jornalista Belo Redondo foi um dos principais indivíduos a encabeçar a oposição, alegando nomeadamente o problema de autonomia da imprensa junto ao poder. Amadeu de Freitas (filho) foi um dos 100 jornalistas a assinar o abaixo-assinado aprovando a criação do sindicato e os seus estatutos (SOBREIRA, 2003: 35-56).

36 FREITAS, Amadeu (filho) – “Os portugueses em França. Sob o solo da Flandres”. *DN*, 27.11.1930, p. 1; FREITAS, Amadeu (filho) – “Os portugueses em França. Cuidado, emigrantes!”. *DN*, 24.11.1930, p.1-2; FREITAS, Amadeu (filho) – “Os portugueses da Flandres”. *DN*, 25.11.1930, p. 5.

Os casos de burla foram também evidenciados pelo jornal. Denunciava-se a desonestidade dos engajadores, no aliciamento dos trabalhadores, e dos patrões franceses, pelo incumprimento dos compromissos assumidos no contrato de trabalho. Em contrapartida, era enaltecida a ação eficaz do Estado português na proteção dos seus emigrantes, nomeadamente através da intervenção do consulado português em França. Finalmente, extrapolava-se e transmitia-se uma imagem de uma ação policial eficaz e concertada entre as várias polícias na repressão e no desmantelamento das redes clandestinas de emigração³⁷.

Perante a forte condenação da elite agrícola às saídas para Espanha e França, esperava-se uma ação legislativa mais afirmativa, nomeadamente na restrição da emigração para estes dois países. Todavia, essa condenação não se verificou. Proibida em janeiro de 1927, a emigração para França foi novamente reaberta em abril, prevendo-se no entanto um reforço do controlo estatal na fase de preparação administrativa da saída que passava pelo condicionamento da aquisição do passaporte mediante a obtenção de despacho do ministro do Interior e apresentação de documentos (contrato de trabalho, atestado médico) visados pelas autoridades francesas (ministério francês do trabalho ou da agricultura, cônsul francês) para assegurar a colocação do trabalhador no mercado de trabalho francês³⁸. Em agosto desse ano, os encargos foram aliviados, quer para os indivíduos que seguiam para as colónias portuguesas³⁹ – desde que a saída fosse realizada nas carreiras regulares –, quer para os trabalhadores sazonais que iam para Espanha, dispensando-os de passaporte mas condicionando-os à requisição obrigatória de um justificativo da sua qualidade de trabalhadores junto das autoridades locais⁴⁰. A concessão do passaporte a viajantes para os países europeus passou a ser também facilitada com o aumento do prazo de estadia (de 90 para 180 dias) e com a autorização da sua aquisição por um menor sem a intervenção de um agente de passagens e passaportes. Manteve-se, no entanto, a necessidade de apresentação da licença militar e de dois testemunhos que garantissem as boas intenções do viajante.

Ao analisar como se aborda a questão emigratória no *DN*, ficou clara a preocupação em não problematizar abertamente este assunto, embora esta tivesse sido uma questão amplamente debatida durante a Monarquia e a 1ª República dados os impactos económicos e sociais controversos que provocava⁴¹. O contexto internacional desfavorável às mobilidades garantiu o apaziguamento temporário das tensões entre as elites e o Estado, mantendo os problemas da emigração fora da agenda política. E quando elas se manifestavam, o *DN* assegurou um espaço público para a crítica, controlado pela censura, ao mesmo tempo que serviu de agente divulgador das iniciativas estatais, ainda que filtradas, que pudessem estar em consonância com as preocupações das elites. O reforço e o sucesso da vigilância e da repressão à emigração ilegal foram as ações estatais que mais satisfizeram os interesses das elites e que eram reivindicadas desde a Monarquia. Neste sentido, o *DN* contribuiu também para evitar que a questão da emigração se tornasse um problema público, de maneira a garantir a instauração e consolidação política e social do novo regime ditatorial que se ia instalando.

37 “A emigração. Os abusos dos engajadores e a ação repressiva da Polícia”. *DN*, 28.6.1930, p. 1.

38 Portaria n.º 4846 do Ministério do Interior, Direção-Geral da Segurança Pública (*Diário do Governo*, 1.ª Série, 4.4.1927; ver também o Aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros (*DG*, 1.ª Série, 19.10.1929), em que são suprimidos os vistos consulares e administrativos nos passaportes franceses e portugueses.

39 Decreto n.º 14 107 do Ministério do Interior, Direção-Geral da Segurança Pública (*DG*, 1.ª Série, 15.8.1927).

40 Em 1931, e após a assinatura do acordo entre Portugal e Espanha, a travessia da fronteira luso-espanhola ficou condicionada à apresentação do bilhete de identidade para o cidadão português ou da cédula pessoal para os espanhóis (Aviso do Ministério do Interior, Intendência-Geral da Segurança Pública, Inspeção-Geral dos Serviços de Emigração. *DG*, 1.ª Série, 5.2.1931).

41 FERREIRA, 2011: 233-250.

2. A crise petrolífera de 1973 após a “vaga” de emigração dos anos 1960

Em pleno marcelismo, o jornalismo português apresentava algumas transformações em relação ao que vimos no início dos anos 30. Os grandes grupos económicos jogavam trunfos importantes no sector da comunicação social (numa fase em que parte da imprensa diária se vê face a problemas de ordem organizacional e económica⁴²) em substituição das famílias que tradicionalmente detinham influência nestes negócios⁴³, a presença de jornalistas com formação profissional era crescente nas redações, assim como o número de mulheres a dedicar-se a esta atividade⁴⁴, e as expectativas, goradas, criadas pela primavera marcelista agitavam ainda mais o debate sobre a liberdade e a “lei” da Imprensa.

Porém, o *DN* manteve uma estabilidade e um comportamento constantes, quer a nível da estrutura do jornal, quer a nível organizacional e económico durante os anos 1960 e 1970. Além de ter sido um dos com mais repórteres fotográficos e redatores, em 1973 este quotidiano era dos jornais com maior tiragem nacional⁴⁵. A publicidade, que ocupou sempre o maior número de páginas deste periódico, ajudava a manter uma certa estabilidade económica que, neste caso era sobretudo conseguida pelo facto de ter como proprietária a Caixa Geral de Depósitos através da Companhia de Portugal e Colónias, como foi dito. As notícias sobre as várias regiões da metrópole e das colónias, especialmente através da rubrica “Portugal em Todos os Quadrantes”, granjeavam-lhe não só mais publicidade como popularidade, continuando a ser um jornal feito para chegar às populações e um veículo inquestionável de propaganda do regime. Em 1973 foi Fernando Fragoso que sucedeu a Augusto de Castro na direção do jornal (que falecera em 1971). Se o primeiro manteve uma grande afinidade com Salazar, o segundo – na nomeação do qual o poder político interferiu⁴⁶ – continuou a dar ao jornal um cariz de defesa e justificação das políticas e ações governamentais. Ana Cabrera, que publicou um trabalho sobre a imprensa durante o marcelismo, explica que são os textos, “pela seleção dos cronistas, pelo conteúdo das suas peças e pelo destaque que o jornal lhes dá, que conferem ao *Diário de Notícias* um tom de concordância geral com a política do Governo”⁴⁷, evidência que não se encontra expressa nos títulos da primeira página, de natureza principalmente informativa. No mesmo sentido, o espírito renovado dos jornalistas que participaram ativamente no movimento associativo e estudantil dos anos 60 não teve a mesma penetração no *DN* que noutros jornais, embora em algumas rubricas possamos encontrar um discurso mais progressista. O diário manteve, na generalidade, uma resistência à mudança nos seus quadros até ao 25 de Abril⁴⁸, que não deixou de transparecer na própria estrutura pesada do jornal e na reprodução de rubricas de pendor conservador, como a dedicada à mulher e ao espaço doméstico.

O *DN* surge-nos assim como um instrumento de comunicação privilegiado do Governo e, especificamente, de Marcello que o utilizou, como à generalidade dos meios de comunicação, para se aproximar da opinião pública, com uma variedade de artigos que consegue chegar a um conjunto populacional mais vasto (mais e menos escolarizado). As notícias que divulgam a ação dos elementos do governo e do próprio Presidente do Conselho ocupam um espaço importante nas páginas do jornal e é nelas – no âmbito de atividades diplomáticas ou na apresentação de medidas governamentais – que encontramos a maior parte da informação sobre emigração. Com frequência, estes textos (muito variados em termos de dimensão ou secção em que se apresentam) são acompanhados de fotografias que ilustram os respetivos atos oficiais.

42 CABRERA, 2006: 84.

43 SOUSA, s.d.: 61.

44 SOUSA, s.d.: 82.

45 CABRERA, 2006: 84; 167-169.

46 CABRERA, 2006: 259.

47 CABRERA, 2006: 197.

48 CABRERA, 2006: 180.

Em suma, Caetano usou os meios de comunicação social, nomeadamente a imprensa – como se pode ver pelo caso do *DN* – como forma de promoção da sua imagem, de legitimação da sua ascensão ao poder, e simultaneamente de divulgação e justificação das suas decisões políticas, criando a ilusão de que existia um diálogo com a população, quando na prática a abolição da censura nunca se concretizou.

A análise dos artigos onde é tratada a emigração (de forma direta ou indireta), confirma estes propósitos, sobretudo no que diz respeito àquela dirigida para os países europeus. Ainda assim, apesar de, nas palavras citadas do ator Raúl Solnado, terem acabado “no Brasil os portugueses de grandes bigodes e pesados e barulhentos tamancos”⁴⁹, os portugueses residentes no Brasil, enquadrados em associações portuguesas e luso-brasileiras, continuavam a dar o mote para preencher várias páginas do *DN*. Esses artigos sublinhavam o estreitamento de relações com o Brasil e a consolidação da “comunidade luso-brasileira” de cada vez que se noticiavam visitas e conversações diplomáticas. A política externa portuguesa procurava nesta altura intensificar as trocas comerciais e culturais entre os dois países, promover a divulgação e a afirmação da língua portuguesa no mundo e, enfim, reforçar os laços com um país que ia garantindo algum apoio à política colonial portuguesa⁵⁰.

Porém, e como de resto se dá conta num pequeno artigo de setembro de 1973, o Brasil já não era, nesta época, o destino de eleição dos portugueses⁵¹. França ocupou o primeiro lugar como país de chegada de uma emigração que, entre 1957 e 1974, levou para fora do país cerca de um milhão e meio de portugueses, a sua maioria de forma irregular⁵². Naturalmente, foi sobretudo sobre a população que se dirigiu para este e outros países europeus que, durante o período aqui estudado, o *DN* concentrou mais atenções.

No final dos anos 1950 e durante a década seguinte, quando a emigração atingiu números muito significativos⁵³, o país e o mundo encontravam-se num quadro político, económico e social diferente da fase anterior à II Guerra Mundial. Salazar passou a ter que saber gerir dois projetos económicos diferentes para o país: um constituído por aqueles que tradicionalmente defendiam uma política voltada para as colónias; outro que perspetivava nas relações com a Europa a melhor estratégia a seguir (acelerou-se, a partir de 1959, a aproximação de Portugal ao sistema económico e político mundial, através da adesão a vários organismos económicos internacionais)⁵⁴. Foi-se construindo e consolidando a ideia da necessidade de abertura da economia aos mercados, que acabou por levar ao rompimento com o sistema tradicional autárquico de substituição das importações e que visava o incremento do ritmo de crescimento do produto industrial, prioritário no panorama económico português, aberto à iniciativa privada e à exportação⁵⁵. Resultou deste quadro que a década de 60 foi um período de crescimento, embora assente ainda numa política de mão-de-obra barata, que, em comparação com a grande oferta de trabalho e com os salários competitivos praticados pelo patronato francês ou alemão (por exemplo), e estes somados às condições de miséria em que a generalidade das classes populares vivia, constituíram uma das principais aliciantes da emigração. Os dois fenómenos marcantes deste período, a emigração em massa e a guerra colonial, acabariam por condicionar muitas das medidas adotadas pelo regime. Neste sentido, Salazar levou a cabo uma política migratória pouco transparente que lhe permitiu

49 “Solnado de regresso: ‘Acabaram no Brasil os portugueses de bigodes e de tamancos’”. *DN*, 2.8.1973, p. 8.

50 SILVA, 1995: 5-50.

51 De acordo com o artigo publicado, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1972, dos 54 000 portugueses que emigraram legalmente, só 1158 terão ido para o Brasil, de onde regressaram 160. A maior parte emigrou para países europeus. Os Estados Unidos da América e o Canadá receberam mais portugueses do que o Brasil: F.P. – “Dos 54 mil portugueses que emigraram em 1972 só 1158 foram para o Brasil”. *DN*, 20.9.1973, p. 5.

52 BAGANHA, 2000: 213-231; BARRETO; PRETO, 2000: 89.

53 BAGANHA, 2003: 1-16.

54 MACEDO, 1992: 623-654.

55 ROLLO, 1994: 463-471.

ir lidando com os diferentes interesses e perspetivas económicas instalados, servindo-se de certa forma da fragilização em que a condição de clandestino colocava os que partiam⁵⁶ e adaptando-se a políticas de imigração favoráveis à mão-de-obra portuguesa, como foi a francesa⁵⁷. Face às “pressões” vindas sobretudo dos proprietários fundiários e industriais, sustentáculos sociais do regime, que iam perdendo o excedente de mão-de-obra que lhes garantia uma produção a baixos custos, a emigração acabou por se definir como um problema público prejudicial ao país a que o Estado deveria responder⁵⁸. A imprensa, controlada pela censura, à qual a grande massa populacional não tinha acesso, nem como interveniente nem como leitora, coube o papel de atribuir a todos o desagrado de alguns, publicando notícias que, por exemplo, sublinhavam os aspetos negativos da emigração clandestina.

Contudo, com Caetano e com os “agentes modernizadores” que o acompanhavam, clarificou-se a política de abertura à Europa e uma tendência liberalizante na emigração⁵⁹ reconhecendo-se, agora abertamente, entre os diversos inconvenientes, vários benefícios na saída de população⁶⁰. Na imprensa, essas mudanças traduzem-se sobretudo no enfoque que passa a dar-se à propaganda a medidas governamentais junto das populações rurais que ficam e das que estão fora do país.

Quando se chega a 1973, uma série de debilidades do sistema faz com que a fase de crescimento se comece a inverter e com que o país se encontre numa situação de inflação e de dependência face a fatores externos que o governo não tinha conseguido controlar. Entre os vários fatores, o arrastar da guerra colonial, o aumento dos salários e dos preços provocado pela emigração e pelo turismo coexistente com uma economia alimentada ainda por uma mão-de-obra não especializada e barata, contribuíram para se chegar à crise petrolífera de 1973 numa posição mais fragilizada⁶¹.

Com o embargo petrolífero de 1973, acentuaram-se os receios recorrentes⁶² de um retorno massivo dos emigrantes portugueses dos países europeus que haviam sido afetados e, subjacente a este, o medo de um estancamento no movimento de entrada de remessas.

Contudo, apesar de pulularem as notícias sobre a situação nos vários países europeus e de ser clara em alguns artigos a preocupação latente em relação às consequências que a crise acarretaria aos trabalhadores emigrantes – um artigo que noticiava uma reunião organizada pela União das Organizações dos Imigrantes da Suécia, em que participaram representantes homólogos de vários países europeus, intitulava-se “Os trabalhadores imigrantes serão as primeiras vítimas de uma crise económica provocada pelo petróleo”⁶³ –, não existe nenhum texto onde se exponham os riscos que correm os milhares de trabalhadores portugueses residentes sobretudo em França e na República Federal Alemã (RFA), principais países visados nestas notícias que tomaram medidas concretas para impedir a entrada de estrangeiros como forma de evitar o desemprego⁶⁴. As autoridades portuguesas pouco se pronunciaram neste jornal diretamente sobre o tema. Porém, note-se que essa preocupação não deixou de ser claramente apontada em artigos que informavam sobre a posição

56 SILVA, 2011; PEREIRA, 2012.

57 Sobre a política de imigração francesa, ver WEIL, 2004.

58 A este respeito ver PEREIRA: 2012, 30-94; Sobre a construção dos problemas públicos ver, por exemplo, BECKER: 1985.

59 O Decreto-Lei n.º 49 400, de 19 de Novembro de 1969, deixou de considerar a emigração clandestina como crime, passando a constituir contravenção punível com multa, à exceção dos indivíduos que se provasse estarem a sair do país para se subtrair à guerra colonial. Ver a este respeito: SILVA, 2011: 93-98. Noticiado em “Alterado o regime de concessão de passaportes de emigrantes” (*DN*, 6.2.1974, p. 5) as facilidades que foram atribuídas na concessão de passaporte de emigrante em plena crise petrolífera.

60 PEREIRA, 2012: 76-84.

61 ROLLO, 1994: 471; MUÑOZ, 1997.

62 PEREIRA refere outros momentos de desaceleração da economia em que foram evidentes as preocupações das autoridades portuguesas para com a diminuição das transferências monetárias (PEREIRA, 2012: 81).

63 R. – “Os trabalhadores imigrantes serão as primeiras vítimas de uma crise económica provocada pelo petróleo”. *DN*, 4.12.1973, p. 9.

64 França só optou pela suspensão da imigração de trabalhadores estrangeiros e suas famílias a 3 de julho de 1974 (SPIRE, 2005: 247).

do presidente do Conselho em relação aos proprietários portugueses residentes no Zaire que Mobutu decidiu expropriar e expulsar desse território no âmbito de uma política de “libertação económica do país” em relação a estrangeiros⁶⁵.

Verifica-se então que o jornal não deixa de dar destaque, e em primeira página, à crise petrolífera e às suas consequências. No entanto, a postura é de apoio às medidas adotadas pelo governo de racionamento dos combustíveis, no sentido de as justificar e de as apontar como sensatas em oposição a atitudes mais drásticas tomadas noutros países⁶⁶.

Foi já em janeiro de 1974, num artigo de Rui de Almeida Mendes, que a questão se colocou de forma evidente: “Sabida a importância das remessas dos emigrantes portugueses para o equilíbrio da balança de pagamentos portuguesa e que em França trabalham mais de 700 000 portugueses, quais as consequências da flutuação do franco?”⁶⁷ A resposta foi clara e sucinta. Prevvia-se uma redução de remessas, o que era negativo. No entanto, como o que se pretendeu com a flutuação do franco foi, segundo o articulista, evitar o desemprego, que atingiria em primeiro lugar os imigrantes, o balanço acabava por ser positivo, já que “permitirá evitar as consequências sociais de um regresso desordenado e em massa dos emigrantes radicados em França”. Convém contudo salientar que o autor deste artigo inscreve-se na corrente de pensamento modernizadora e progressista que encontrava um lugar na rubrica suplementar de economia do *DN*, ao lado de outros especialistas como por exemplo Alberto Xavier (trata-se de artigos que usam uma linguagem técnica destinada a chegar a um público com conhecimentos neste tipo de questões). A visão do país deste cronista estava claramente voltada para a integração na Europa, na qual viria a ter um papel ativo depois do 25 de Abril⁶⁸.

De acordo com Victor Pereira, Rui de Almeida Mendes inscreve-se ainda na corrente modernizadora do regime que tinha uma conceção do emigrante enquanto agente criador de riqueza que tinha como função contribuir para a prosperidade do país de origem⁶⁹. Neste sentido, o regresso em massa dos emigrantes ao país não era apenas temido pelas consequências sociais que daí pudessem advir, era-o, também, pela redução do valor produzido no estrangeiro e enviado para o país. Nesta sequência, o emigrante que regressava devia também representar para o país um “positivo valor económico”⁷⁰, e os agentes económicos deveriam estar preparados para tirar o melhor proveito do seu valor. Foi nesse mesmo sentido que, por exemplo, se apelou ao regresso de uma mão-de-obra especializada – e portanto mais produtiva – num anúncio com oferta de trabalho especificamente para emigrantes da Lisnave e da Setenave. Os estaleiros procuravam mão-de-obra com formação e ofereciam uma série de facilidades para que os emigrantes em visita ao país durante o Natal pudessem repensar o seu retorno e uma colocação naquelas empresas⁷¹.

Temendo que a crise de energia pudesse afugentar a entrada de divisas provenientes de emigrantes em férias e restantes turistas e pôr em causa todo o investimento feito no setor do turismo, promulgou-se um decreto que garantia o abastecimento de gasolina aos veículos com matrícula estrangeira e ao serviço de

65 R. - “Mobutu proíbe a portugueses e paquistaneses de residirem em certas áreas da República do Zaire”. *DN*, 3.12.1973, p. 6; “A crise do petróleo assunto nuclear de ‘Conversa em família’”. *DN*, 4.12.1973, p. 1 e 7; “Garantida a assistência a portugueses residentes no Zaire e em Marrocos, que regressem a território nacional”. *DN*, 7.3.1974, p. 1.

66 Sobre esta questão ver também CABRERA, 2006: 198-199; 260.

67 MENDES, Rui de Almeida – “A flutuação do franco”. *DN*, 29.1.1974, p.15-16.

68 Rui de Almeida Mendes foi membro do PSD e secretário de Estado da Integração Europeia no VI Governo Constitucional liderado por Sá Carneiro (3.1.1980 a 9.1.1981), tendo desempenhado funções de vice-presidência do Grupo Parlamentar Liberal Democrático e Reformista (1.1.1986 a 5.4.1987) e na Comissão dos Assuntos Políticos (23.4.1986 a 13.9.1987) (Disponível em: <<http://www.eurohspt.eu/>>).

69 PEREIRA, 2012: 66.

70 Expressão proferida no IV Convénio da Utílmovel (empresa de equipamento para hotelaria), pelo sócio gerente António Fernandes, que antevia a possibilidade de regresso de muitos portugueses por causa da crise energética. Afirmava: “Eles representarão um positivo valor económico se os soubermos empregar com competência e retribuir com lealdade” (“Empregar com competência e retribuir com lealdade”. *DN*, 20.1.1974, p. 8)

71 Anúncio publicitário da Lisnave e Setenave. *DN*, 22.12.1973, p. 21.

turistas, incluindo os emigrantes⁷², colocando-os assim em situação privilegiada em relação aos restantes consumidores a quem tinham sido colocadas várias restrições⁷³.

Ainda antes que a crise energética começasse a ser sentida de forma mais concreta no país, e no contexto das eleições para a Assembleia Nacional, Marcelo Caetano deu uma entrevista a João Coito⁷⁴, o chefe de redação do *DN*⁷⁵. A entrevista é claramente favorável a Marcelo Caetano. João Coito exaltava no preâmbulo da entrevista as qualidades políticas e pessoais do chefe do Governo, que dizia ter feito uma leitura clara, serena, objetiva, simples, sem subterfúgios e desapaixonada da realidade. A admiração de João Coito – pelo menos enquanto representante do *DN* – e a publicidade à personalidade de Caetano transparecem não só nessas palavras iniciais, mas também através das cinco fotografias que acompanham as duas páginas do jornal de clara propaganda⁷⁶.

Em três pontos se resumem as ideias que o presidente do Conselho tinha acerca da emigração:

a) A necessidade de facilitar o processo de emigração, rompendo com as restrições impostas por Salazar, não como forma de a incentivar (de que era acusado pela oposição à direita) mas com o objetivo de colocar um fim à emigração clandestina. Esta, além de assumir um “aspecto de fuga” e assim desprestigiar o País, era danosa para os emigrantes. Caetano recusava publicamente a ideia de que os portugueses pudessem estar descontentes com o regime e, por isso, negava o caráter político da emigração massiva (argumento da oposição à esquerda), que colocava em causa a legitimidade do regime no cenário internacional⁷⁷. Este seria antes um fenómeno generalizado, nos anos 60, aos países do Sul da Europa, independentemente do regime político de cada um.

b) Com efeito, a clandestinidade era vista como um ato irresponsável e aventureiro do emigrante. Nos artigos publicados, que partilhavam a mesma ótica, verifica-se que não havia o esforço de tentar perceber os motivos que levavam o indivíduo a fazer essa escolha. As notícias que relatam as peripécias de migrações falhadas e um tanto dramáticas, adotam antes um tom moralista apresentando cada um dos casos como exemplos do que não deve ser feito e do que deve ser punido.

c) Rejeitando o caráter político da emigração, Caetano também não assumia que muitas das pessoas saíam do país por refutarem a guerra colonial. Dando continuidade a uma imagem difundida também durante o salazarismo – em que o emigrante era apresentado como alguém ingénuo, desprovido de capacidade de escolha e de tomada de decisões, e, por isso, alvo fácil de redes organizadas de engajadores e passadores sem escrúpulos –, declarava que, subjacente ao “número ínfimo” de desertores e refratários, estava toda uma rede preparada para esse objetivo com sedes fora de Portugal. Assim, a fuga à tropa era coisa de “alguns cobardes ou pequenos, a quem metem medo com o serviço militar e a ida para a África”, que acabavam ostracizados nos meios para onde emigravam por “gente de bem” pela sua “cobardia e a nostalgia da Pátria traída”. Para Caetano, emigrava-se para ganhar dinheiro, mas não pelo facto dos salários portugueses serem pouco competitivos. Não os considerava assim tendo em conta os diferentes custos de vida. Indiretamente, acabava

72 “Está garantido o abastecimento de gasolina aos veículos utilizados por turistas e emigrantes em férias”. *DN*, 1.3.1974, p. 1 e 5.

73 VEIGA, 1999: 50-57.

74 João Coito entra para o *Diário de Notícias* em 1953 e sai em 1974. Em 1960, ocupou o lugar de chefe de redação adjunto e, em 1964, passa a chefe de redação (CABREIRA, 2006: 273).

75 Entrevista a Marcelo Caetano concedida ao jornalista João Coito (COITO, João – “As três metas do próximo futuro”. *DN*, 25.10.1973, p. 1 e 7).

76 As fotos são da autoria de Alberto Santos. Na primeira, Caetano aparece acompanhado de João Coito que ouve o primeiro atentamente, na privacidade da sua residência. Na segunda, Caetano mostra-se rodeado de trabalhadores que o abraçam, cuja legenda é: “De trabalhador para trabalhador: os motoristas deram largas à sua alegria e reconhecimento”. Nas restantes três, o chefe do Governo é fotografado com uma atitude sorridente e com as mãos colocadas de formas expressivas como que na postura superior de um mestre.

77 Victor Pereira afirma que, ao emigrarem, os portugueses recusavam, além da falta de perspectivas de melhorias económicas e da submissão às elites locais, o ideal imperial do regime, afirmando que a emigração, dado o seu caráter ilegal, constituía um ato de desobediência (PEREIRA, 2007: 219-240).

por apontar as deficiências da estrutura socioeconómica que não conseguia ser suficientemente atrativa para fixar os portugueses no seu país. Argumentava, então, que se preferia trabalhar em más condições longe da sua terra, não deixando no entanto de entrar no lugar-comum de que o português trabalha e poupa pouco em Portugal:

Se os operários trabalhassem aqui tanto como trabalham lá e poupassem, à custa de privações, o que poupam nas terras para onde emigram, eram capazes de, já agora, apurar quase tanto como juntam no estrangeiro. Mas na própria terra os Portugueses não se sujeitam a trabalhar tanto e a passar tão mal...⁷⁸

Para Marcelo Caetano, rodeado de agentes com uma perspetiva modernizadora do país e do pensamento do catolicismo social, a fixação dos portugueses no seu país de origem passava por uma redução das desigualdades sociais, que só deste modo permitiria o efetivo desenvolvimento económico do país. Em janeiro de 1974, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, numa visita a Paris, dava como consolidada a melhoria das condições de vida e o progresso da economia portuguesa, que considerava os verdadeiros motivos para a diminuição da emigração em 1972 e 1973, recusando o argumento da recessão da economia europeia⁷⁹. No dia seguinte, um outro artigo colocava a ênfase no aumento dos salários em Portugal⁸⁰.

Foi aliás nesta lógica que, segundo Victor Pereira, se enquadrou a extensão da previdência social aos trabalhadores rurais, no sentido de evitar um sentimento de “insegurança social” quando as populações rurais comparavam a sua situação com a de emigrantes que voltavam à aldeia, os quais usufruíam de direitos sociais estabelecidos através das convenções de segurança social que foram sendo assinadas com diversos países onde tinha presença a emigração portuguesa⁸¹.

Era importante criar melhores condições de vida aos que ficavam, mas também aos que partiam. Consequentemente, muitas das notícias que encontrámos no *DN* dizendo respeito à emigração estão relacionadas com a divulgação da ação governativa na criação de melhores condições de vida aos portugueses emigrados. A ligação com a *Pátria* continuaria a ser um tema recorrente quando se falava de emigração. Era indispensável que o laço com o país de origem não se quebrasse e, ao mesmo tempo, que o emigrante pudesse estar preparado para se integrar no mercado de trabalho do país que o recebia. Multiplicavam-se, por isso, as visitas diplomáticas (com especial ênfase para as relações luso-francesas, onde a conclusão a que se chegava no final dos encontros entre ministros homólogos era a de que os portugueses eram muito bem acolhidos e estavam plenamente integrados) e as atividades desenvolvidas com as “comunidades” migrantes. A título de exemplo, noticiava-se o alargamento das redes bancárias, a assinatura de convenções de segurança social, o estabelecimento de acordos de transportes rodoviários, a simplificação e maior comodidade do SudExpress, a criação de associações de emigrantes ou de órgãos de imprensa, o reforço do sistema de ensino em português nos vários níveis e, sobretudo, do ensino e divulgação da língua portuguesa. Anunciava-se, ainda, a oferta de bolsas de estudo a emigrantes ou filhos de portugueses que quisessem concluir os seus estudos em Portugal, a promoção de visitas à metrópole e às colónias a filhos de emigrantes e a melhoria das estruturas do Serviço Nacional de Emigração, dos seus serviços e da preparação dos seus funcionários.

Os portugueses espalhavam-se cada vez mais pelo mundo e era necessário mantê-los ligados ao solo nacional por motivos políticos e económicos. Assim, embora não estando em território português ou “irmão”

78 Entrevista a Marcelo Caetano de COITO, João – “As três metas do próximo futuro”. *DN*, 25.10.1973, p. 1 e 7.

79 U.P.I.; A.N.I.; F.P. – “Regressou de Paris o Ministro dos Negócios Estrangeiros”. *DN*, 10.1.1974, p. 1 e 7.

80 A.N.I. – “A visita de Rui Patrício a Paris”. *DN*, 11.1.1974, p. 1.

81 PEREIRA, 2009: 471-510.

– como era considerado o Brasil –, através dos emigrantes, procuravam construir-se novas definições de nacionalidade⁸², num momento em que a nação dava sinais claros de desmembramento.

3. A crise atual, “num país onde os velhos fantasmas do desemprego e da emigração ressurgiram”⁸³

O 25 de Abril constitui uma rutura no mundo jornalístico, abrindo profundas mudanças na profissionalização dos jornalistas – é finalmente criado o curso de Comunicação Social nas universidades portuguesas – e nas práticas jornalísticas, com maior permeabilidade às correntes internacionais⁸⁴. Verifica-se também, a partir dos anos 80, a formação progressiva de grandes grupos multimidiáticos, nos quais convergem os sectores das telecomunicações e da informática que vão alterar a forma de noticiar, os critérios de noticiabilidade e a forma de tratamento dos acontecimentos. O caso do *DN* não foge à regra. No âmbito das políticas de privatizações do governo de Cavaco Silva⁸⁵, o *DN* foi integrado no grupo Lusomundo do coronel Luís Silva em 1991, que em 2005 foi absorvido pelo grupo Controlinveste.

Em democracia, não se tem deixado de levantar a questão da função do jornalista atual perante o poder, ou seja, se o primeiro serve de contraponto ou de vigilância ao segundo. Além desta questão (e sem deixar de estar relacionada com ela), muitas são as exigências e condicionantes com que o jornalismo atual se depara. Segundo Jorge Paulo Sousa e parafraseando os autores Galtung e Ruge, os critérios de noticiabilidade de um acontecimento respondem hoje a vários

fatores como a oportunidade, a proximidade, a atualidade, o provável interesse do público, a importância, o impacto, as consequências e repercussões, o interesse, o conflito ou a controvérsia, a negatividade, a frequência, a dramatização, a crise, o desvio, o sensacionalismo, a emoção, a proeminência das pessoas envolvidas, a novidade, a excentricidade e a singularidade (no sentido do pouco usual)⁸⁶.

Além destes critérios, os jornalistas são condicionados por fatores de ordem pessoal, social organizacional (conforme a posição da organização noticiosa ou de acordo com a sua relação com os media), ideológica (quando é dado destaque a determinadas figuras políticas e económicas) e cultural (moldados pela profissão, pela empresa a que pertencem e pelo meio)⁸⁷. Os fatores tempo e rotatividade são também importantes no tratamento das fontes, sendo que a qualidade das mesmas se avalia, segundo Jorge Pedro Sousa, pela sua “representatividade”, “credibilidade” e “autoridade”⁸⁸. Se, por um lado, o fator tempo obriga o jornalista a uma criação rápida da notícia, impedindo por vezes o seu desenvolvimento e confronto com outras fontes, por outro lado as rotinas jornalísticas, estreitamente relacionadas com a falta de tempo, levam os jornalistas a recorrer a informações constantes e consideradas seguras porque obtidas pelos canais convencionais, nomeadamente governamentais, o que não deixa de pôr em causa a autonomia dos redatores face às entidades divulgadoras das fontes.

Neste sentido, os jornalistas devem corresponder a uma série de exigências, que passam pela satisfação do público, a rentabilidade do jornal, o respeito das regras editoriais e o rigor na realização do trabalho jornalístico.

82 Marcos Cardão refere o alargamento do concurso Miss Portugal às populações emigrantes, que também aparece noticiado no *DN* (CARDÃO, 2013: 546-548).

83 Citado em artigo relativo às eleições e à situação económica da Irlanda: TECEDEIRO, Helena – “Irlanda vota em ‘Dia de Vingança’”. *DN*, 26.2.2011, p. 34.

84 SOUSA, 2005:15-27; SOUSA; MELO: 2008; CORREIA, 1998.

85 COSTA; FAZENDA; HONÓRIO *et al*, 2011: 272;

86 SOUSA, 2005: 32.

87 SOUSA, 2006:135-161.

88 SOUSA, 2005: 55.

Classificado por Jorge Pedro Sousa como jornal com estilo “clássico” de enunciação, com preocupação de rigor, de trabalho interpretativo e de separação do informativo e da opinião, a análise dos artigos publicados pelo *DN* sobre emigração, confirma o uso de fontes de origens diversas: dados estatísticos oficiais, informações recolhidas junto de informadores com perfil político e social variado (elite política; cientistas e professores universitários; cidadãos emigrantes), agências noticiosas (Agência Lusa), e bibliografia especializada. Todavia, a amostra aqui analisada confirma a predominância de textos descritivos e analíticos, onde se verifica a preponderância do uso de uma só fonte em cada artigo, o que talvez possa impedir a construção de um texto consistente e multifacetado; o segundo lugar é ocupado por textos que noticiam um acontecimento factual (onde predomina também a citação de uma única fonte) e por artigos de opinião. Para a construção dos textos analíticos, e dada a diversidade dos temas que a questão emigratória abrange⁸⁹, são requeridos jornalistas especializados. Licenciados depois do 25 de Abril, a maioria dos artigos citados são assinados por jornalistas formados em Ciência Política, Relações Internacionais, Psicologia e/ou Comunicação Social, e noticiam sobretudo acontecimentos de política nacional (Hugo Filho Coelho), artes (Alexandre Elias), religião (Patrícia Jesus), saúde (Diana Mendes), economia (Paula Cordeiro), questões internacionais (Patrícia Viegas) ou educação (Pedro Sousa Tavares), onde a emigração aparece como tema secundário ou decorrente do principal assunto. A repórter Céu Neves⁹⁰, especializada no tema das migrações, assina pelo menos dois importantes artigos em que esta temática é central e surge de forma mais aprofundada e problematizada. De realçar, durante este período, a reportagem desta jornalista, em parceria com Filomena Naves, publicada a 28 novembro de 2010, à qual o *DN* deu grande destaque (publicado nas páginas 2 e 3 na rubrica “Atual”). O texto questiona e procura identificar o novo comportamento emigratório a partir do confronto de várias fontes (estatísticas e declarações de instituições oficiais, informadores especializados e os próprios emigrantes), evidencia as características da emigração atual, as suas particularidades e insere-a – o que é feito pela primeira vez no *DN* – na história da emigração do século XX.

Podemos afirmar que o percurso de Céu Neves no que respeita às suas áreas de investigação que aqui detetámos (da imigração para a emigração) é ilustrativo do que se verifica na sociedade atual. O “país”, que se viu durante cerca de 30 anos como tendo condições suficientemente atrativas para se “autodenominar” um “país de imigração”, vê-se novamente como distribuidor de mão-de-obra. Ou, como melhor anteviu Boaventura de Sousa Santos, o discurso da “imaginação do centro”⁹¹, que as elites políticas veicularam desde a adesão de Portugal à União Europeia (UE), perde agora claramente credibilidade, no sentido em que a “fuga” populacional associada às dificuldades do país recolocam-no numa posição de semiperiferia em relação aos países mais desenvolvidos da UE. Este discurso, que foi persistindo até há pouco tempo, levou à difusão da ideia de que Portugal passara a ser um país recetor de gente, que lidava com as preocupações típicas que a imigração acarreta a um país desenvolvido. Esta ideia, que resultou numa certa omissão da emigração, foi reproduzida mediaticamente e a partir das instâncias do poder político, mas a produção científica também contribuiu para lhe dar ênfase⁹². Grande parte dos estudos que se produziram nas últimas décadas, e que foram financiados pelo Estado, teve como objeto a imigração e temas intrínsecos (etnicidade, racismo, etc.)⁹³.

89 Os artigos encontram-se principalmente na rubrica “DN País: Sociedade_Segurança_Cidades”, depois nas rubricas “DN Globo”, “DN Política”, “Atual”.

90 Céu Neves é repórter do *DN*, onde em 2007 ganhou um prémio da Unesco de “Jornalismo, Direitos Humanos, Tolerância e Luta contra a Discriminação na Comunicação Social”, na categoria de imprensa escrita, pela reportagem “Vida de Emigrante”. Em 2011, foi premiada pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), com o “Prémio Jornalismo pela Diversidade Cultural”.

91 SANTOS, 1993: 49-53.

92 Sobre a ligação e relação de dependência entre os três tipos de discurso na questão da imigração, ver DIAS; DIAS, 2012: 8.

93 PEIXOTO, 2012: 2; DIAS; DIAS, 2012: 9-10.

De facto, o número de imigrantes aumentou na década de 1990, embora a sua presença fosse anterior e muito relacionada com a entrada de populações oriundas das antigas colónias e posteriormente do Brasil e da Europa de Leste. O estabelecimento de um número significativo de pessoas, essencialmente no perímetro urbano de Lisboa, levou a questão ao debate político e à criação, em 1996, de um órgão institucional dirigido exclusivamente para refletir e agir sobre este assunto, o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (atual ACIDI). Porém, se a entrada no espaço Schengen contribuiu para a conceptualização do país enquanto recetor de imigração⁹⁴, por outro lado deu também maior fluidez à emigração. Este e outros fatores fizeram com que as saídas do país se mantivessem nos anos 1980 e 90, agora no quadro de um espaço de livre circulação⁹⁵. João Peixoto refere que, entre finais dos anos 1980 e início da década seguinte, havia mais gente a sair do que aquela que entrava em Portugal⁹⁶. Deste modo, o mesmo sociólogo concluiu em 2004 a existência de “razões estruturais que levam a que Portugal seja, simultaneamente, um país de emigração e um país de imigração”⁹⁷.

Foi aquele discurso que permitiu ofuscar os emigrantes que saíram de Portugal desde sensivelmente os anos 1980 até muito recentemente e apresentar, como veremos no caso do *DN*, a emigração atual como a correspondente a uma “terceira vaga”. No final da primeira década de 2000, o número de saídas aumentou extraordinariamente, chamando hoje para si novamente a atenção de meios de comunicação social, de investigadores sociais e da elite política⁹⁸.

Debrucemo-nos então agora sobre as principais ideias que a leitura feita a alguns meses do *DN* nos sugeriu.

Embora a 19 de março de 2010 tivesse sido publicada em *Diário da República* uma Resolução da Assembleia da República, onde se recomendava ao governo a “elaboração de um estudo quantitativo e qualificativo da nova diáspora portuguesa, com intenção de fazer desta diáspora uma verdadeira linha avançada da nossa diplomacia um pouco por todo o mundo”⁹⁹, na imprensa analisada, a crise atual foi sendo assimilada às questões emigratórias de forma progressiva. Constata-se que foi sobretudo a partir de outubro desse ano, dois anos após o desencadear da crise, que se questionou o lugar da emigração portuguesa neste contexto. Tinha-se conhecimento da crise, sentia-se a crise, mas os seus efeitos na população e consequente emigração só viriam a ser vividos de forma mais penosa e a despertar maior atenção da imprensa um pouco mais tarde. A emigração manteve-se um tema secundário, sendo abordadas principalmente questões de integração noutros países e o relacionamento dos emigrantes com Portugal.

Na senda da retórica da diáspora lusitana e do *modo português de estar no mundo*¹⁰⁰ veiculada desde a Monarquia e ainda mantida pelos poderes atuais¹⁰¹, a comunicação social portuguesa deu alguma visibilidade pública aos emigrantes sobretudo a partir dos anos 2000¹⁰². Tal como se verifica no *DN*, identifica-se um discurso que evidencia uma comunidade una, caracterizada pelos seus sucessos no processo de integração e pelo seu heroísmo – tal como os seus antepassados colonos – face às dificuldades que enfrenta (violência, educação,

94 DIAS, 2012: 32-33.

95 Embora os emigrantes se tenham dirigido também para espaços exteriores à União Europeia e a Schengen, como a Suíça, que só em 2008 integrou este acordo e que nunca se considerou um país de imigração (MARQUES, 2008: 115).

96 PEIXOTO, 2012: 3.

97 Segundo Peixoto, as razões assentam no tipo de crescimento económico existente, no ritmo de reestruturação económica, na dualidade dos mercados de trabalho e no tipo de regulação dos sectores (PEIXOTO, 2004: 16).

98 Em 2009, Miriam Halpern Pereira e Fernando Luís Machado chamavam também a atenção para a discrepância na produção científica e no discurso político e mediático entre imigração e emigração. Fazem-no na apresentação de um número da revista *Ler História* que tem artigos sobre os dois temas (PEREIRA; MACHADO, 2009: 9-11).

99 Resolução da Assembleia da República n.º 32/2010, de 19 de março (*Diário da República*. 1.ª Série, n.º 71, 13.4.2010).

100 CASTELO, 1999.

101 Sobre a RTP1, órgão público de comunicação social portuguesa, e o lugar dedicado aos emigrantes, ver CUNHA, 2009.

102 CUNHA, 2009: 216.

xenofobia, situação de crise), pelo seu apego às raízes portuguesas e, por vezes, pelo dinamismo coletivo produzido para a manutenção da sua identidade lusa. Por outro lado, confirma-se a reprodução do discurso oficial procurando realçar a intencionalidade estatal na valorização de uma projeção internacional de Portugal.

Relembrados sobretudo no mês de agosto, em período de férias, o *DN* procurou colocar em evidência situações de sucesso de emigrantes na sociedade de acolhimento, onde se destaca o caso de um luso-descendente nomeado embaixador francês em Portugal¹⁰³. Esse caso é, portanto, um sinal de ascensão social e profissional, assim como de integração positiva em França. O jornalista Hugo Filipe Coelho valorizou o percurso académico e profissional deste luso-descendente de terceira geração, originário de uma emigração “económica” realizada no final dos anos 1920. Subjacente à publicitação deste exemplo, reforçado por outros¹⁰⁴, está, não só, a tentativa de valorizar o percurso do indivíduo, mas também de demonstrar a “superioridade portuguesa” na sua capacidade de bem se integrar, em oposição a outras “comunidades”, nomeadamente árabes, num momento de pleno debate público sobre movimentos xenófobos¹⁰⁵.

Sobre o tema da xenofobia, as atitudes racistas de um luxemburguês fundador do, à época já extinto, movimento nacionalista *National Bewegung*, mereceram um artigo a 15 de janeiro de 2011, que chama a atenção para um certo desinteresse das autoridades portuguesas competentes (Câmara de Comércio e Indústria Luso-Luxemburguesa e Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas) em relação ao assunto. O texto, uma vez mais, é da autoria de Céu Neves, que, dada a sua experiência junto de imigrantes em Portugal, demonstra uma maior sensibilidade nas questões que tocam diretamente estas “comunidades”. De acordo com o exposto, as entidades portuguesas limitaram-se a ridicularizar o fundador do movimento e a desvalorizar a situação, uma vez que, de qualquer das formas “a comunidade portuguesa está muito bem vista”¹⁰⁶. Só o presidente da Confederação da Comunidade Portuguesa no Luxemburgo se mostrava preocupado com eventuais conflitos ou com as consequências de uma situação de desemprego de longa duração que afeta cada vez mais portugueses naquele país. Uma discriminação crescente, alimentada pela crise mundial, poderia, portanto, vir a prejudicar os portugueses e, eventualmente, o seu estatuto entre os imigrantes.

A criação de museus e a edificação de monumentos dedicados aos emigrantes também constituíram momentos oportunos para lembrar a história da emigração portuguesa e o contributo desta para elevar o prestígio português no mundo, dado o seu papel histórico no desenvolvimento económico e comercial dos países de destino. A abertura do Museu da Baleação de New Bedford¹⁰⁷ é um exemplo de rememoração e de construção da memória da emigração portuguesa nos EUA, que reflete a importância dos portugueses no desenvolvimento da atividade da pesca da baleia.

Destaca-se ainda uma informação relativamente à visita oficial do grão-duque do Luxemburgo a Portugal. De acordo com as palavras transcritas de Cavaco Silva, procurou-se valorizar a importância numérica e o contributo económico da comunidade portuguesa naquele país, fazendo notar que para a boa integração dos emigrantes era desejável que fosse incluído o ensino da língua portuguesa nos programas escolares oficiais luxemburgueses¹⁰⁸. Embora não pareça ser a sua principal preocupação, através da reivindicação do ensino da língua e do incentivo a uma melhor integração dos portugueses na sociedade de acolhimento, entendemos que o presidente da República pretendia reforçar as amarras que unem os emigrantes e as gerações seguintes a Portugal, e cultivar e divulgar uma imagem positiva do país e dos portugueses no mundo.

103 COELHO, Hugo Filipe – “Novo Embaixador francês em Lisboa é um lusodescendente”. *DN*, 6.8.2010, p. 9.

104 “Trolhas e porteiras são hoje o exemplo”. *DN*, 6.8.2010, p. 9.

105 “Trolhas e porteiras são hoje o exemplo”. *DN*, 6.8.2010, p. 9.

106 Citação proferida, segundo a articulista, por Francisco Silva, membro da direção da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Luxemburguesa (NEVES, Céu – “Emigrantes no Luxemburgo alvos de ‘carta’ xenófoba”. *DN*, 15.1.2011, p. 23).

107 FERNANDES, Ferreira – “Se isto não é para ser anunciado...”. *DN*, 7.9.2010, p. 57.

108 “Cavaco recebeu o grão-duque do Luxemburgo com elogios”. *DN*, 8.9.2010, p. 10.

A retórica do sentimento de apego a Portugal verificou-se também nas notícias que relataram o comportamento futebolístico dos emigrantes no estrangeiro¹⁰⁹. Neste tipo de artigos, que demonstram uma comunhão entre discurso político e mediático, foca-se o sentimento patriótico e a saudade. A referência à crítica feita pelos emigrantes sobre a insuficiência de estruturas associativas que permitam recriar práticas culturais e recreativas portuguesas vem confirmar a importância que se dá à manutenção dos laços com Portugal¹¹⁰.

Em suma, a questão da integração das comunidades portuguesas no estrangeiro e da ligação do emigrante ao país de origem constituem, como temos vindo a observar, pontos centrais quando se aborda a emigração, apoiando-se no discurso da especificidade e da superioridade da identidade nacional.

A partir de agosto de 2010, verifica-se alguma mudança nas questões abordadas. As preocupações tornaram-se diferentes à medida que os efeitos da crise foram endurecendo. Neste mês, o jornal diário mostrou as inquietações que a crise provocava nos emigrantes. Alguns dos entrevistados, que viviam e trabalhavam há mais de 10 anos no Reino Unido, receavam agora entrar num estatuto de precariedade profissional. Ainda assim, a confiança mantinha-se, dadas as oportunidades de emprego que o país oferecia, nunca se pondo a hipótese de regresso a Portugal como alternativa à situação de precariedade ou de desemprego no estrangeiro¹¹¹.

A 28 de novembro de 2010, e tal como foi referido no início deste capítulo, o *DN* interessou-se mais de perto pela questão emigratória¹¹², procurando evidenciar as tendências gerais e as suas características, sem omitir uma referência à história da emigração portuguesa e aos ciclos de fortes saídas dos anos 1910 e 1920, quando o Brasil constituía o destino privilegiado dos indivíduos, e dos anos 1960 e 1970, com França como principal país de receção. A emigração atual entrava na história da emigração portuguesa como a terceira vaga, ou a segunda maior de sempre (a seguir aos anos 1960), face ao volume das saídas que se vinha acentuando¹¹³. O perfil académico e profissional dos novos emigrantes, principalmente jovens licenciados, que constituem o traço distintivo desta nova fase de grande emigração¹¹⁴ geraram um intenso debate, colocando em segundo lugar a emigração de não licenciados¹¹⁵, a qual sempre se efetuou¹¹⁶. Entre outros problemas, esta singularidade acabou por exacerbar os problemas socioeconómicos estruturais do país¹¹⁷, assim como os problemas ligados ao ensino que dificultam, na atualidade, a absorção da mão-de-obra qualificada.

Questionam-se então neste artigo as vantagens e os inconvenientes que esta emigração traz a Portugal a nível económico e financeiro, sem no entanto se tomar ainda uma postura clara, e procura-se identificar os comportamentos migratórios e averiguar o carácter temporário (ou não) desta nova vaga. Esta é uma preocupação presente no seio do Governo e da Assembleia Nacional nos finais da década de 1950 e anos 1960, quando a emigração se apresentava como um problema público e, nesta sequência se procurava avaliar o impacto da saída de trabalhadores indiferenciados e pouco qualificados¹¹⁸. Por sua vez, a imprensa

109 "Emigrantes têm momento raro para rir e falar português". *DN*, 29.7.2010.

110 MELO; SILVA, 2009: 31-69.

111 NAVES, Luís – "Cortes do Governo britânico podem atingir portugueses". *DN*, 22.10.2010, p. 27.

112 NEVES, Céu; NAVES, Filomena – "Emigraram 700 mil portugueses na última década". *DN*, 28.11.2010, p. 2-3.

113 De acordo com os dados apresentados emigraram cerca de 200 000 portugueses nos anos 2007-2008.

114 É também um traço distintivo da emigração atual o maior número de mulheres migrantes. Ver o artigo "Mais emigrantes para Espanha". *DN*, 21.2.2011, p. 16.

115 MONTEIRO; QUEIRÓS, 2009.

116 Uma exceção mais significativa que encontramos nestes 12 meses é a intervenção da cabeça de lista do Bloco de Esquerda pela Europa, Cristina Semblano, que sublinhou as condições precárias dos imigrantes portugueses. A candidata às eleições legislativas afirmava que a maioria dos jovens que saía para países da Europa o fazia para trabalhar na construção civil, dizendo-se preocupada com as condições precárias da habitação comparáveis às situações dos bairros de lata dos anos 1960 ("BE diz que crise evoca anos 60". *DN*, 27.5.2011, p. 7).

117 Sobre a relação entre problemas socioeconómicos estruturais e emigração em vários ciclos migratórios, ver GODINHO, 2009.

118 MURTEIRA, 1965. Existem vários estudos nacionais e internacionais sobre as causas e os impactos da emigração. Ver, por exemplo, BAGANHA, 1994.

atual procura avaliar as perdas na partida massiva dos jovens licenciados, caso a crise transforme as saídas temporárias, que marcaram os anos 1990 e 2000, em permanente¹¹⁹.

Em 2011, pode dizer-se que tudo o que se afirmou e publicou esteve enquadrado num contexto político muito instável e num ambiente de tensão e expectativa ainda mais denso que viria a culminar com a eleição do novo executivo liderado por Pedro Passos Coelho, em junho. Relembramos que entre 9 e 21 de janeiro decorreu a campanha eleitoral oficial para a presidência da República, que recolocou Cavaco Silva em Belém e azedou progressivamente as relações com o Executivo socialista de José Sócrates; o recorrente falhanço dos pacotes de austeridade e o chumbo do PEC IV na Assembleia da República que levaria ao pedido de demissão do primeiro-ministro e à realização de eleições antecipadas; as diligências efetuadas no sentido de evitar o recurso à ajuda externa e a assinatura do Memorando de Entendimento com a Troika, gerando um clima de incerteza e descontentamento social com repercussão nas ruas; e um cenário internacional caracterizado por situações de instabilidade política e dependência financeira próximas das que Portugal vivia (como a Grécia e a Irlanda).

Perante este quadro, os temas crise, desemprego e emigração tornaram-se quase inseparáveis.

O discurso predominante no *DN*, reforçado com citações de técnicos, economistas e especialistas em finanças, incide sobre a preocupação na resolução dos problemas financeiros do país, e nomeadamente na da dívida pública, que, segundo os mesmos, decorreriam da má gestão das contas públicas. Apresentaram-se cálculos que denunciaram as fragilidades económica, financeira e demográfica portuguesas, das quais derivavam os inevitáveis movimentos migratórios recentes. Por exemplo, e ainda antes das eleições presidenciais, o *DN* promoveu um debate que reuniu especialistas das áreas da Economia e das Finanças (Miguel Cadilhe, Álvaro Santos Pereira, Miguel Lebre Freitas e Carlos Moreno) onde se salientaram estes e outros aspetos. Ressaltaram deste debate críticas ao que se considerou ser o despesismo do Estado, à falta de transparência nas contas públicas, ao aumento da carga fiscal, às parcerias público-privadas e ao chamado excesso de “gorduras” do Estado¹²⁰. As soluções apresentadas para travar a dívida passavam por cortar nas despesas com pessoal, reformar as funções do Estado e reavaliar as PPP. Álvaro Santos Pereira e a sua análise sobre a crise regressaram ao *DN* por outras ocasiões, tendo-se dado destaque à sua publicação¹²¹ – *Portugal na Hora da Verdade – como vencer a crise Nacional* – cujas ideias-chave foram aproveitadas no artigo onde Sónia Simões notícia o debate¹²².

Com o acentuar da instabilidade política, foram estes os argumentos repetidos para demonstrar o fracasso da política socialista, apontada como principal causadora da emigração¹²³, e que permitiram difundir a ideia de que o país necessitava de tecnocratas ao invés de políticos para resolver os seus problemas estruturais, vendo-se assim este tema envolto sobretudo em considerações estatísticas e técnicas. Ao transmitir nos seus artigos uma crítica à política governamental no que respeita à emigração, o *DN* cumpria assim a sua função de vigilante do poder, sem no entanto garantir uma neutralidade política ao dar mais espaço ao discurso da oposição, travestido algumas vezes num discurso científico e estatístico. O jornal permite ainda perceber duas perspetivas diferentes acerca da emigração. Por um lado, aquela que a encara como uma inevitabilidade que ajudará a minimizar os danos económicos e sociais provocados pela crise no país e como uma oportunidade para o indivíduo. Retórica esta que começou a abranger diferentes grupos profissionais, como os enfermeiros,

119 PEIXOTO, 2004.

120 SIMÕES, Sónia – “Contas ao País”. *DN*, 15.1.2011, p. 2-3.

121 “Retrato de um naufrágio em palavras (e números)”. *DN*, 28.4.2011, p. 5.

122 Sónia Simões, jornalista na secção de Grande Investigação do *DN*, colaborou no projeto de investigação liderado pela jornalista Maria de Lurdes Vale, que resultou na publicação de vários livros sobre a situação de Portugal e na organização do supracitado debate.

123 Os artigos apresentados sobre as eleições na Irlanda demonstram uma reflexão idêntica. Ver os artigos: VIEGAS, Patrícia – “Milhares de jovens estão a sair do país”. *DN*, 25.2.2011, p. 29; TECEDEIRO, Helena – “Irlanda vota em ‘dia de Vingança’”. *DN*, 26.2.2011, p. 34.

os engenheiros ou os arquitetos¹²⁴, e que também foi muito difundida nos artigos de opinião¹²⁵. Por outro lado, um discurso que realça a necessidade de criar mecanismos internos para acabar com a sangria emigratória¹²⁶.

Conclusão

Verifica-se que a manutenção dos laços entre os emigrantes e Portugal é uma preocupação transversal aos períodos estudados. Esta postura constante tinha, a nosso ver e entre outros objetivos, a finalidade de reforçar o prestígio de Portugal a nível internacional, instrumentalizando o emigrante e colocando-o na posição de embaixador do país. Esta situação manifesta-se através dos discursos sobre as relações luso-brasileiras e no desenvolvimento e incentivo de atividades que mantêm o emigrante ligado ao país de origem, como é o caso da promoção do ensino em português e da língua portuguesa, o incremento do movimento associativo e das atividades tradicionais a ele ligadas. No mesmo sentido, existe um discurso que enaltece o português como o “bem integrado”. Característica ainda mais acentuada quando colocada em oposição às supostas dificuldades de integração de outras nacionalidades. Assim, por um lado, este argumento é usado para enaltecer a identidade portuguesa; por outro lado, para reforçar a importância de Portugal no desenvolvimento económico dos países recetores. Nesta construção parece estar presente a herança histórico ideológica do colono português civilizador das nações alheias, veiculada pelo luso-tropicalismo de Gilberto Freyre.

Enquanto a integração e a ligação com o país de origem são aspetos transversais aos três períodos, a conceção de emigrante enquanto sujeito económico e social encontra variações nos diferentes contextos políticos, sociais e migratórios. Nos anos 30 a emigração não é encarada como uma solução para os problemas socioeconómicos nacionais provocados pela crise – exceção feita às saídas para o Brasil –, embora até ali o país sempre tenha mantido essa dependência. O contexto internacional desfavorável às mobilidades e a instauração de um novo regime político que estava em processo de consolidação e que, conseqüentemente, precisava de garantir o apoio das elites, levou o Governo a optar pela adoção de uma política de autarcia baseada no aproveitamento dos recursos nacionais dificultando as saídas de mão-de-obra. Neste sentido, o *DN*, publicava notícias que valorizavam as relações luso-brasileiras, a proteção do emigrante, a repressão da ilegalidade, as reclamações das elites locais sobre falta de mão-de-obra e as soluções para a otimização do capital humano. Em 1973 estava-se numa fase de “rescaldo” de uma grande vaga emigratória que possibilitou o alívio de tensões sociais, o escoamento da população ativa em excesso e o aproveitamento de remessas. Por isso, está implícito no *DN* o receio subjacente de um regresso massivo e descontrolado que impossibilitasse a integração profissional dos que voltassem. Por seu lado, em 2011 ainda se está a tomar consciência do início de um novo período de emigração muito numerosa, procurando-se analisar a sua génese e características. Encontra-se, por isso, incipiente o questionamento sobre os seus efeitos para o país. A maior preocupação surge ligada à emigração de trabalhadores qualificados. Começa também a criar raízes o discurso de incentivo às saídas, apontando-se como alternativa ao desemprego crescente. Este discurso é acompanhado de uma

124 MENDES, Viana – “Dois terços dos enfermeiros sem emprego preferem emigrar”. *DN*, 18.5.2011, p. 21; TAVARES, Pedro Sousa – “Portugueses voltam a descobrir o Brasil”. *DN*, 16.4.2011, p. 22; ELIAS, Alexandre – “A solução para a arquitetura é emigrar”. *DN*, 4.6.2011, p. 55.

125 Como exemplo, vejamos as crónicas de Maria de Lurdes Vale e de José César das Neves. A primeira era jornalista do *DN* e foi posteriormente nomeada para assessora no Governo de Pedro Passos Coelho. João César das Neves é professor catedrático de Economia na Universidade Católica de Lisboa. Durante os anos 1990-1995 foi assessor do Governo. Desempenhou ainda o cargo de técnico superior do Banco de Portugal. Ver as respetivas colunas de opinião: VALE, Maria de Lurdes – “Manchester 1- Sócrates 0”. *DN*, 10.4.2011, p. 13; NEVES, João César das – “Guia para a crise”. *DN*, 8.11.2010, p. 58.

126 Francisco Lopes, candidato apoiado pelo PCP para a presidência da República, falava durante a campanha da necessidade de regressar a uma economia real, geradora de emprego, e defendia uma universidade que promovesse a criação de alternativas para os licenciados a nível de colocação no mercado de trabalho de modo a que se criassem condições que evitassem a emigração (CABRAL, Eva – “Lopes sopra vidro e defende feriado de 18 de Janeiro”. *DN*, 14.1.2011, p. 10).

construção positiva da imagem do emigrante e do seu papel na história do país. O aventureirismo e o risco associados à emigração, moldando-se às estratégias dos poderes instalados, são criticados nos anos 60 quando relacionados com uma mobilidade contra a vontade do Estado, mas valorizados no *DN* deste século.

A análise dos discursos sobre emigração no *DN* demonstra que o jornal servia claramente de instrumento de manutenção do poder instalado, inserindo-se nas ferramentas de “saber durar” usadas pelo Estado Novo¹²⁷, embora existissem resistências que visavam acabar com o jugo do Estado sobre a sua atividade e alguma abertura às correntes jornalísticas internacionais. O jornal escrevia sobretudo para divulgar e informar acerca das iniciativas do Governo de modo a satisfazer os interesses das elites e, assim, garantir a sua estabilidade política. As fontes usadas condicionavam o discurso mediático que a partir daí se construía e o conhecimento transmitido acerca do social. Hoje, o jornalismo trás ao público interesses, expectativas, desejos e angústias de vários grupos sociais. Embora estando dependente dos seus financiadores, ele consegue “respirar” através da individualidade dos jornalistas. Deste modo, o *DN* acaba por dar voz a um ou mais lados, construindo o seu discurso mediático a partir de canais convencionais, mas também de informadores como cientistas e indivíduos diretamente ligados ao processo migratório (o emigrante), o que não se verificava nos anos 30 e 70. Embora sujeito ao crivo interpretativo do jornalista que constroi a notícia, conseguimos aceder a uma visão de “baixo para cima”, e perceber a visão do emigrante sobre a crise e os seus efeitos, assim como as suas motivações para sair de Portugal, os seus dilemas e frustrações, a sua projeção no futuro e as suas ligações com o país de origem.

Uma visão mais distanciada no tempo permitirá compreender melhor, tal como se fez para os anos 30 e 70, as várias dinâmicas sociais, políticas e económicas que estão por detrás destes e de outros discursos que a imprensa livre ajuda a divulgar e a promover.

Fontes

Diário de Notícias. Lisboa, outubro de 1929 a julho de 1922; julho de 1973 a maio de 1974; janeiro de 2008 a junho de 2011.
Diário do Governo. Portaria n.º 4846 do Ministério do Interior, Direção-Geral da Segurança Pública, 1.ª Série, n.º 69, 4 de abril de 1927; Aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1.ª Série, n.º 241, 19 de outubro de 1929; Decreto n.º 14 107 do Ministério do Interior, Direção-Geral da Segurança Pública, 1.ª Série, n.º 176, 15 de agosto de 1927. Ministério do Interior, Intendência-Geral da Segurança Pública, Inspeção-Geral dos Serviços de Emigração, 1.ª Série, n.º 30, 5 de fevereiro de 1931.
Diário da República. Resolução da Assembleia da República n.º 32/2010, de 19 de março, 1.ª Série, n.º 71, 13 de abril de 2010; Resolução da Assembleia da República n.º 31/2010, de 19 de março, 1.ª Série, n.º 71, 13 de abril de 2010.
 Companhia Nacional de Navegação, 1933 – *Relatório: parecer do Conselho Fiscal e documentos – gerência de 1932*. Lisboa: s.n.
 Eurohsport. Disponível em: <http://www.eurohsport.eu/site/index.php?option=com_content&task=view&id=289&Itemid=64>.

Bibliografia

ALHO, Albérico Afonso Costa, 2006 – *Sob o cronómetro de Taylor, adestrar a mão e corrigir o olhar. Aventuras dos tecnocráticos no Ministério das Corporações. Origens, percursos, mitos e ritmos de uma formação quase desconhecida – A FPA*. Lisboa (tese de doutoramento em História, Especialidade História Cultural e das Mentalidades apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa).
 BAGANHA, Maria Ioannis, 1988 – *International labor movements: Portuguese emigration to the United States 1820-1930* (tese de doutoramento em Filosofia, apresentada à Universidade de Pennsylvania, UMI Dissertation Services).
 BAGANHA, Maria Ioannis, 1994 – “As correntes emigratórias portuguesas no século xx e o seu impacto na economia nacional”. *Análise Social*. Vol. XXIX, (128), (4º), p. 959-980.
 BAGANHA Maria Ioannis, 2000 – “A Emigração Portuguesa no pós II Guerra Mundial” in PINTO, António Costa (org.) – *Portugal Contemporâneo*. Madrid: Sequitur, p. 213-232.

- BAGANHA, Maria Ioannis, 2003 – “From closed to open doors: Portuguese emigration under the Corporatist Regime”. *E-Journal of Portuguese History*. 1 (1), p. 1-16. Disponível em: <http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue1/pdf/baganha.pdf> [consult. 20 de fev. de 2010].
- BARRETO, António; PRETO, Clara Valadas, 2000 – “Indicadores sociais: Portugal, 1960-2000” in BARRETO, António (org.) – *A Situação Social em Portugal, 1960-1999*. Vol. II. Lisboa: ICS, p. 77-249.
- BECKER, Howard S., 1985 – *Outsiders. Études de sociologie de la déviance*. Paris: Métailié.
- BRETTELL, Caroline, 1991 – *Homens que partem, mulheres que esperam: consequências da emigração numa freguesia minhoto*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- BUTEL, Paul, 2012 – *Histoire de l'Atlantique. De l'Antiquité à nos jours*. Paris : Ed. Perrin, p. 383-524.
- CABRERA, Ana, 2006 – *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CARDÃO, Marcos, 2013 – “O charme discreto dos concursos de beleza e o luso-tropicalismo na década de 1970”. *Análise Social*. Vol. XLVIII (208), (3.ª), p. 530-549.
- CASTELO, Cláudia, 1999 – *“O modo português de estar no Mundo”: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa, 1933-1961*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- CORREIA, Fernando, 1998 – *Os jornalistas e as notícias: a autonomia jornalística em questão*. Lisboa: Caminho.
- COSTA, Jorge; FAZENDA, Luis; HONÓRIO, Cecília; LOUÇÃ, Francisco; ROSAS, Fernando, 2011 – *Os donos de Portugal. Cem anos de poder económico (1910-2010)*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- CUNHA, Manuel Antunes da, 2009 – “‘Onde quer que se encontre ... o mundo português’. Representações de Portugal e da emigração na informação da RTP Internacional”. *Comunicação e Sociedade*. Vol. 15, p. 215-229. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/259260154_Onde_quer_que_se_encontre...o_mundo_portugus._Representaes_de_Portugal_e_da_emigrao_na_informao_da_RTP_Internacional> [consult. 20 de maio de 2014].
- DIAS, Bruno Peixe; DIAS, Nuno (org.), 2012 – “Nota introdutória” in DIAS, Bruno Peixe; DIAS, Nuno (org.) – *Imigração e Racismo em Portugal. O Lugar do Outro*. Lisboa: Le Monde Diplomatique.
- DIAS, Nuno, 2012 – “Construir as cidades para os outros: imigração e trabalho no Portugal contemporâneo” in DIAS, Bruno Peixe; DIAS, Nuno (org.), 2012 – *Imigração e Racismo em Portugal. O Lugar do Outro*. Lisboa: Le Monde Diplomatique, p. 29-45.
- DURÁN MUÑOZ, Rafael, 1997 – “A crise económica e as transições para a democracia: Espanha e Portugal em perspectiva comparada”. *Análise Social*. Vol. XXXII (141), (2ª), p. 369-401.
- FERREIRA, Diogo, 2011 – “A emigração para o Brasil no discurso parlamentar português após a Primeira Guerra Mundial (1918-1926)” in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima; MENEZES, Lená Medeiros (eds.) – *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, p. 233-250.
- FIGUEIRA, João, 2007 – *Os jornais como actores políticos – o Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. Coimbra: Minerva.
- FONSECA, Inês, 2007 – *Trabalho, Identidade e Memórias em Aljustrel. “Levávamos foice logo p’ra mina”*. Lisboa: Ed. 100Luz.
- FREIRE, João Paulo, 1939 – *O Diário de Notícias: da sua fundação às suas bodas de diamante: esboço da sua história e das suas efemérides*. Lisboa: Ed. comemorativa das Bodas de Diamante do Diário de Notícias, vol. 2, p. 275-313.
- GERALDO, Endrícia, 2009 – “A ‘lei de cotas’ de 1934: controle de estrangeiros no Brasil”. *Cadernos AEL*. Vol. 15, n.º 27, p. 175-207. Disponível em: <http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/157/164> [consult. 28 de maio de 2012].
- GODINHO, Vitorino Magalhães, 2009 – *Ensaio e Estudos. Uma maneira de pensar*. Vol. I, Lisboa: Sá da Costa Editora.
- LAINS, Pedro, 1999 – “Portugal e a Grande Depressão”. *História*. Ano XXI, n.º 18, p. 30-39.
- MACEDO, Jorge Braga de, 1992 – “Convergência na economia europeia: o contributo português”. *Análise Social*. Vol. XXVII (118-119), (4.º-5.º), p. 623-654.
- MARQUES, José Carlos Laranjo, 2008 – *Os Portugueses na Suíça. Migrantes Europeus*. Lisboa: ICS.
- MELO, Daniel; SILVA, Eduardo Caetano da, 2009 – “Associativismo, emigração e nação: o caso português” in MELO, Daniel; SILVA, Eduardo Caetano da (org.) – *Construção da Nação e Associativismo na Emigração Portuguesa*. Lisboa: ICS, p. 31-69.
- MONTEIRO, Bruno; QUEIRÓS, João, 2009 – “Entre cá e lá. Notas de uma pesquisa sobre a emigração para Espanha de operários portugueses da construção civil”. *Configurações*. N.º 5/6. Disponível em: <<http://configuracoes.revues.org/403>> [consult. 1 de fev. de 2014].
- MURTEIRA, Mário, 1965 – “Emigração e política de emprego em Portugal”. *Análise Social*. Vol. III, n.º 11, p. 258-278.
- PACHECO, Óscar, 1964 – *Pequena história de um grande jornal: I Congresso do “Diário de Notícias”*. Lisboa: s. n.
- PEIXOTO, João, 2004 – “País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal”. *SOCIUS Working Papers*. N.º 2. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2028/1/wp200402.pdf>> [consult. 2 de abr. de 2014].

- PEIXOTO, João, 2012 – “A emigração portuguesa hoje: o que sabemos e o que não sabemos”. *SOCIUS Working Papers*. N.º 5. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2028/1/wp200402.pdf>> [consult. 2 de abr. de 2014].
- PEREIRA, Miriam Halpern; MACHADO, Fernando Luís, 2009 – “Apresentação”. *Ler História*. N.º 56, p. 9-11.
- PEREIRA, Victor, 2007 – “Émigration, résistance et démocratisation, L’émigration portugaise au crépuscule de l’Estado Novo”. *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Nouvelle série, vol. 37, n.º 1, p. 219-240.
- PEREIRA, Victor, 2009 – “Emigração e desenvolvimento da previdência social em Portugal”. *Análise Social*. Vol. XLIV (192), p. 471-510.
- PEREIRA, Victor, 2012 – *La dictature de Salazar face à l’émigration. L’État portugais et ses migrants en France (1957-1974)*. Paris: Presses de Sciences Po.
- PIMENTEL, Irene Flunser, 2006 – *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial. Em fuga de Hitler e do Holocausto*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- RAMOS, Jair da Souza, 2008 – “La construction de ‘l’immigrant indésirable’ au Brésil” in RYGIEL, Philippe (coord.) – *Le bon grain et l’ivraie. La sélection des migrants en Occident 1880-1939*. Paris: Publibooks, p. 77-101.
- RIBEIRO, F. G. Cassola, 1986 – *Emigração portuguesa. Aspectos relevantes relativos às políticas adoptadas no domínio da emigração portuguesa, desde a última guerra mundial. Contribuição para o seu estudo*. Lisboa: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas/Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas.
- RIBEIRO, Maria da Conceição, 1995 – *A Polícia Política no Estado Novo. 1926-1945*. Lisboa: Ed. Estampa.
- ROLLO, Maria Fernanda, 1994 – “A industrialização e os seus impasses” in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974)*, vol. VII. Lisboa: Editorial Estampa, p. 450-471.
- ROSAS, Fernando, 1994 – “O Estado Novo (1926-1974)” in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Vol. VII. Lisboa, Ed. Estampa.
- ROSAS, Fernando, 1996 – *O Estado Novo nos anos trinta, 1928-1939: Elementos para o estudo da natureza económica e social do Salazarismo*, 2.ª ed. Lisboa: Ed. Estampa.
- ROSAS, Fernando, 2012 – *Salazar e a política. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta de China.
- RYGIEL, Philippe, 2007 – *Le Temps des migrations blanches. Migrer en Occident (1840-1940)*. Montreuil: Ed. Aux lieux d’être.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 1993 – *Portugal: um retrato singular*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Paula Marques, 2011 – “As relações Portugal-Brasil e a emigração. Enquadramento político-diplomático da 1.ª metade do século XX” in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima; MENEZES, Lená Medeiros (eds.) – *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, p. 557-572.
- SANTOS, Yvette dos, 2010 – “État et migration: une action officielle portugaise préférentiellement tournée vers l’émigration transocéanique, 1880-1969”. *Cahiers de la Méditerranée*. N.º 80, p. 65-86.
- SCHOR, Ralph, 1996 – *Histoire de l’immigration en France de la fin du XIXème siècle à nos jours*. Paris: Éd. Armand Colin.
- SICILIANO, André Luiz, 2013 – *A política migratória brasileira: limites e desafios*. Universidade de São Paulo (dissertação de mestrado). Disponível em: <http://www.iri.usp.br/documentos/defesa_12-04-19_Andre_Luiz_Siciliano.pdf> [consult. 27 de abr. de 2013].
- SILVA, A. E. Duarte, 1995 – “O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”. *Análise Social*. Vol. XXX (130), (1.º), p. 5-50.
- SILVA, Marta Nunes, 2011 – *Os trilhos da emigração. Redes clandestinas de Penedono a França (1960-1974)*. Lisboa: Edições Colibri.
- SOBREIRA, Rosa Maria, 2003 – *Os Jornalistas Portugueses 1933-1974. Uma profissão em construção*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SOUZA, Jorge Pedro, s.d. – *Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974*. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/#inbox/1466666a504842e2?projector=1>> [consult. 10 de maio 2014].
- SOUZA, Jorge Pedro, 2005 – *Elementos de jornalismo impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas – Oficina Editorial.
- SOUZA, Jorge Pedro, 2006 – *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*, 2ª ed. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- SOUZA, Jorge Pedro (org.), 2008 – *Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa: Perspectivas Luso-Brasileiras*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- SPIRE, Alexis, 2005 – *Étrangers à la carte. L’administration de l’immigration en France (1945-1975)*. Paris: Grasset.
- VEIGA, Ivo, 1999 – “O choque petrolífero de 1973”. *História*. N.º 18, ano XXI (nova série), outubro, p. 50-57.
- VERÍSSIMO, Helena Ângelo, 2003 – *Os jornalistas nos anos 30/40. Elite do Estado Novo*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- WEIL, Patrick, 2004 – *La France et ses étrangers. L’aventure d’une politique de l’immigration de 1938 à nos jours*. Paris: Gallimard (Folio histoire, nova edição refundida).



“Geração Europa?”: um estudo sobre jovem emigração qualificada para França

João Teixeira Lopes

Rute Teixeira

Introdução

Este estudo resulta da resposta positiva a um desafio lançado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto pela Direção Geral das Comunidades Portuguesas e dos Assuntos Consulares no sentido de se desenvolverem estudos de caso sobre os fenómenos emigratórios na atualidade portuguesa.

Muitas pessoas perguntaram-nos por que decidimos estudar emigrantes qualificados que escolhiam a França como destino.

É verdade que a esmagadora maioria dos que saem tem fraca escolarização (ainda assim é claramente superior à das anteriores vagas, pelo próprio processo estrutural das últimas décadas de forte expansão da escolaridade obrigatória); é verdade, também, que nunca deixou de existir emigração, apesar do deslumbramento fátuo dos anos noventa (os “gloriosos anos” da modernização à portuguesa), em que a imigração provisoriamente suplantou as saídas; é verdade ainda, que os *mass media* parecem ter esquecido os “velhos” emigrantes, num encantamento pelo que é “sexy” (jovem, escolarizado, urbano e cosmopolita). Cogo e Badet, no seguimento de Padilla, referem com acutilância os vieses ideológicos que pressupõem amiúde distinções estigmatizantes: “a noção de migração qualificada abriga uma perceção dominante que tende a definir os migrantes principalmente como os que têm braços e mãos (denominados comumente de ‘migração laboral’ ou ‘económica’) ou como os que têm cérebro (denominados comumente de ‘migração de talentos’, ‘migração altamente qualificada’, ‘fuga’ ou ‘drenagem de cérebros’)”¹ sendo que os primeiros “são necessários” e os segundos “desejados”².

1 COGO; BADET, 2013: 35.

2 PADILLA, 2010.

Experimentamos, além do mais, grandes dificuldades em constituir uma amostra. Apesar das múltiplas bolas de neve que tentamos fazer rolar em simultâneo (embaixada, consulados, universidades, associações da comunidade portuguesa em França, agências bancárias, rede de autarcas lusodescendentes...), apenas conseguimos encontrar inquiridos (113) e entrevistados (14) através da Casa de Portugal em Paris, das *Alliances Françaises* e, principalmente, das redes sociais (*Facebook* e *LinkedIn*). Em suma, obtivemos uma amostra de conveniência e sem representatividade estatística, o que, por si só, comprova que há pouca emigração qualificada para França.

Então por que os estudamos? Precisamente porque são estatística e oficialmente invisíveis, sem registo pelos aparelhos estatísticos nacionais (movimentam-se no espaço Schengen, que pretende abolir os registos e as restrições à mobilidade), sem rasto nas autoridades francesas e portuguesas, que raramente contactam. E ainda porque o retrato mediático tende a ser redutor e quase só baseado em experiências subjetivas (que, não devendo ser ignoradas, podem ser matizadas por padrões e regularidades).

1. Desenho metodológico

Precisemos as questões metodológicas. A nossa primeira opção consistiu na articulação de procedimentos extensivos com procedimentos intensivos, para potenciar a articulação entre dimensões do objeto de estudo, favorecendo ainda a chamada triangulação. De início, aplicámos um inquérito por questionário destinado a jovens e jovens adultos entre os 20 e os 35 anos, com pelo menos uma licenciatura completa, de modo a mapear regularidades sociodemográficas (origens, destinos, inserções sociais, trajetórias) e para resgatar representações, atitudes e opiniões, sempre com o objetivo de encontrar conjuntos de variáveis explicativas.

Esta amostra foi recolhida através de alguns informantes privilegiados que nos aconselharam a usar as redes sociais, particularmente o *Facebook* e o *LinkedIn*, mas também alguns fóruns online o que, evidentemente, conduz a enviesamentos, uma vez que estas redes reproduzem e acentuam mecanismos de desigual distribuição de capital social³. Desta forma, colocamos intervalos relativamente curtos, posts informativos e apelativos, solicitando o preenchimento do inquérito, quer utilizando um anexo em branco e a possibilidade de posteriormente o enviar completado para uma conta de correio eletrónico, quer através da disponibilização do questionário como *Google docs*. Os inquéritos recolhidos por este meio alcançaram 53% do total (113 respostas validadas).

Deste modo, a amostra não pode ser considerada estatisticamente representativa. É uma amostra de conveniência, que obedece aos objetivos da pesquisa. Aliás, esse requisito nunca poderia ser determinante, uma vez que estamos a analisar um fenómeno emergente face ao qual se desconhece o universo de referência.

Em segundo lugar, realizamos catorze entrevistas semi-diretivas a respondentes do questionário que, em campo próprio, assinalaram disponibilidade, fornecendo um contacto.

Na análise de tal informação, depois de transcritas as entrevistas, apresentámos os resultados na forma de treze retratos sociológicos (uma das entrevistas não continha informação suficiente para a construção do retrato), seguindo as pisadas do sociólogo francês Bernard Lahire⁴ que pretende, sem cedências ao psicologismo ou às derivas individualistas pós-modernas, construir uma sociologia à escala individual.

No entanto, neste artigo, por economia de espaço, não iremos apresentar os resultados das abordagens biográficas.

3 RECUERO, 2009.

4 LAHIRE, 2001; LAHIRE, 2002.

2. Permanência e mudança na emigração portuguesa

A emigração é um dos fenómenos sociais que mais mexe com o país, como de resto ficou patente com o sucesso da exibição do filme *Gaiola Dourada* do lusodescendente Ruben Alves.

Uma das razões da sua centralidade como tema de esfera pública prende-se, sem dúvida, com o seu cariz cumulativo, estrutural e histórico⁵. Portugal conhece-se e reconhece-se como nação de emigrantes, o que tem reflexos intensos no imaginário coletivo, na mitologia reinante (e os mitos, mesmo parecendo inexplicáveis, explicam-nos), mas também em representações e práticas sociais concretas. O país, marcado ciclicamente por auto e hétero representações de fechamento e mesmo de paroquialismo, nunca deixou, todavia, de se inserir em movimentos de mobilidade exterior altamente significativos, com forte impacto no modelo de desenvolvimento, no tecido social e em processos de hibridação cultural.

Somos o Estado-Nação europeu com fronteiras há mais tempo consolidadas, mas também um dos que mais se envolveu em processos transnacionais de mobilidade e prova disso é que nunca os fluxos emigratórios deixaram de existir, ao contrário do que alguma opinião publicada foi difusamente insinuando. A certa altura, o país parecia imaginar-se como vivendo uma situação pós-emigratória, fruto do crescimento económico que, na década de noventa, atingiu algum fulgor, estreitamente associado ao processo de integração europeia.

É possível, mesmo no universo das ciências sociais, detetar uma “viragem” no sentido de privilegiar o estudo da imigração⁶, concomitante de uma mutação do país da periferia para o centro do sistema migratório europeu (com a entrada de muitos milhares de imigrantes vindos do leste europeu).

Se analisarmos o fluxo migratório entre 1960 e 2012 fica patente uma nítida quebra das saídas após a revolução (o que coincide, a nível europeu, com a retração sentida aquando dos choques petrolíferos de 1973-1975 e seus efeitos na compressão dos mercados de trabalho, na transição para uma organização produtiva pós-fordista, assente na flexibilização das relações laborais e no alargamento de mercados à escala global) e novo aumento, a partir de 2005, para níveis que se aproximam da década de sessenta, nunca, repetimos, Portugal travou a emigração.

No entanto, autores como Baganha e Peixoto⁷ salientam que já entre 1985 e 1990 se assiste a uma intensificação das saídas permanentes (33 mil indivíduos), ainda que diversificando os países de destino. Além do mais, desde 1985 que se verifica um aumento contínuo da população portuguesa residente em diversos países europeus, tendo mesmo, em alguns casos, mais do que duplicado entre 1985 e 2010⁸, o que demonstra bem a persistência e cumulatividade do fenómeno, apesar do apagão mediático por alturas da viragem do século.

Queremos também salientar que partir da década de noventa a emigração temporária marcou terreno. Fruto de modificações profundas nos mercados de trabalho, como a subcontratação, o destacamento temporário de mão-de-obra, a sua flexibilização interna e externa e a precarização das relações laborais, mas também produto e consequência da instabilidade na vida dos próprios protagonistas, que procuram maximizar o rendimento obtido através de ocupações temporárias e que, por vezes, aliam a decisão de emigrar a circunstâncias conjunturais, agravadas em situações de crise aguda, nomeadamente no que se refere ao pagamento de dívidas.

Como refere Peixoto, trata-se de “obter num período reduzido de tempo um máximo de rendimento – um nível de rendimento que, em circunstâncias idênticas, não seria realizável em Portugal”⁹.

5 GODINHO, 1978.

6 MALHEIROS, 2011.

7 BAGANHA; PEIXOTO, 1997.

8 MARQUES; GÓIS, 2013.

9 PEIXOTO, 2007: 458.

Assim, diversifica-se o perfil do emigrante, nas várias dimensões de análise: i) aumenta o número dos temporários, mas mantém-se um volume não negligenciável de permanentes; ii) diversificam-se as saídas (para outros destinos fora do continente europeu, como Angola e Moçambique, reativando-se o Brasil, ou para “novos” países desse mesmo continente, como o Reino Unido ou a Espanha, este último em franca desaceleração devido à crise, com a reanimação, em paralelo, de fluxos pré-existentes como a Suíça ou o Luxemburgo); iii) eleva-se a participação feminina, apesar de se manter a sobre representação masculina; iv) constata-se a forte juvenilização, com mais de 55% de jovens com idade inferior a 20 anos¹⁰ e, finalmente, iv) cresce o peso relativo das médias e elevadas qualificações, ainda que dentro de um quadro fracamente qualificado.

Entretanto, no virar da segunda década do século XXI, em plena crise económico-social, Portugal parece estar novamente em explosão emigratória. Muitos analistas referem a implicação da intensificação dos fluxos de saída na quebra das taxas de fecundidade e natalidade ou, sob um outro prisma, na significativa redução da população ativa.

Não tem sido fácil classificar o nosso país. Para o pioneiro da Sociologia em Portugal, Adérito Sedas Nunes, a nossa formação social, nos idos anos sessenta, configurava-se como a de uma “sociedade dualista em evolução”¹¹, com algumas áreas privilegiadas, assaz restritas, a situarem-se em Lisboa e Porto, rodeadas por um mar extenso de tradicionalidade. Leston Bandeira, por seu lado, argumentava que a polarização não é tanto a do rural *versus* urbano, mas antes a de um Norte no qual se exprime um processo de “modernização lenta e tardia”¹² face a um Sul que, no essencial, se aproxima dos padrões demográficos europeus, o que evidencia, no conjunto do país, um modelo de transição demográfica singular.

João Ferrão (1996) mostrava o contrário, que, apesar da persistência da ruralidade dos campos, Portugal se urbanizava aceleradamente, complexificando as dinâmicas territoriais e passando de um modelo dicotómico para um xadrez multipolar e reticular. Barreto, na mesma altura, vincava uma “forte desigualdade social estrutural”¹³, mas frisando, ao mesmo tempo, que a sociedade dualista “quase não existe mais”¹⁴.

A especificidade portuguesa está ainda presente na proposta de Boaventura de Sousa Santos¹⁵ para considerarmos Portugal como “sociedade semiperiférica de desenvolvimento intermédio” (em que os padrões de consumo, mais avançados, são descoincidentes face aos ritmos e processos de produção, tendencialmente periféricos, salientando-se uma “sociedade-providência” que completa e/ou substitui um Estado-providência fraco e desigual).

Ou na análise de Machado e Costa que apontam para importantes mudanças estruturais que coexistem, de forma sobreposta e entrecruzada, com “importantes défices de modernização”, pelo que o país seria atravessado por “processos de uma modernidade inacabada”¹⁶.

Mais recentemente, Almeida¹⁷ convoca a perspetiva que os dados do *European Social Survey* permitem, para realçar algumas tendências pesadas: pouca confiança interpessoal, ligada a fracos níveis de capital social, menor ainda nas classes mais desfavorecidas (o que propicia fechamento e laços relacionais fracos); baixos níveis relativos de autotranscendência (“princípios universalistas e de autopromoção”) e elevados de autopromoção (poder e realização), ainda que a 1ª seja superior à 2ª; índices relativamente baixos de otimismo e satisfação com a vida (em particular nas classes menos capitalizadas) e uma escassa percentagem de

10 MALHEIROS, 2011.

11 NUNES, 1968.

12 BANDEIRA, 1996: 39.

13 BARRETO, 1996: 43.

14 BARRETO, 1995: 843.

15 SANTOS, 1990.

16 MACHADO; COSTA, 1998.

17 ALMEIDA, 2013.

cidadãos que considera viver confortavelmente. Neste âmbito, o autor fala de uma “ressaca” como efeito específico de um país que sofreu transformações bruscas e em que o sistema de expectativas esbarra no sistema de oportunidades, bloqueando a mobilidade social e o otimismo.

As “anomalias do calendário português”¹⁸ (que ora se furtou e resistiu às influências da Europa e da sociedade global, ora se deixou tardiamente arrastar por elas, impõem que tomemos em conta singularidades relevantes que apontam para descontinuidades, hiatos, sobredeterminações e coexistência de assincronismos, revelando a multidimensionalidade de uma modernidade incompleta e plural. Ao invés de processos reducionistas de um etapismo linear, partamos antes de uma visão de modernidades múltiplas, tensas e contraditórias, nas quais Portugal se aproxima e distancia de outros países europeus.

Assim se configura também o país em termos migratórios, dificilmente enquadrável, inserido num sistema lusófono que se entrelaça com o europeu; mantendo uma significativa população móvel, tanto no que se refere a entradas e saídas permanentes como temporárias; certas componentes entrando em vigília, outras sendo ativadas (recentemente a emigração).

Sobrepõem-se, então, características de semiperiferia, com as de plataforma giratória e cruzamento de sistemas e regimes migratórios¹⁹, o que desafia, persistentemente, perceções, classificações, rótulos e modelos soberanos e fixistas.

3. A partir dos números: perfis sociodemográficos e razões de partida para França

Jovens, mulheres, solteiras: um novo perfil de emigração

Um dos aspetos particularmente interessante da nossa amostra é a sua intensa feminização, o que se associa quer à própria feminização (do acesso e do sucesso) do ensino superior em Portugal²⁰, quer a processos de emancipação de género²¹.

De facto, se observarmos o Quadro n.º 1, verificamos que ¾ dos inquiridos são mulheres. Por si só, esta constatação afasta os nossos respondentes da configuração tradicional da emigração portuguesa.

Quadro n.º 1 – Distribuição dos inquiridos por sexo

	N	%
Masculino	29	25,7
Feminino	84	74,3
Total	113	100,0

Como é sabido, o estudo pretendia abranger jovens e jovens adultos. O fenómeno contemporâneo de prolongamento da juventude, com a dilatação do chamado “período de moratória”, levou-nos a considerar um intervalo entre os 20 e os 35 anos, ou seja, entre um limite mínimo correspondente à potencial conclusão de uma licenciatura de Bolonha (3 anos) e a pós-adolescência dos 35 anos. Na verdade, são as configurações do

18 MURTEIRA, 2011.

19 MARQUES; GÓIS, 2013.

20 MARTINS, 2012.

21 ALMEIDA, 2011; WALL; AMÂNCIO, 2007.

mercado de trabalho que dificultam a posse de condições de autonomia e de independência. Estas dificuldades são já antigas, uma vez que provêm da transição de sociedades fordistas, em que as relações laborais eram protegidas e reguladas, para as formações pós-fordistas, do chamado capitalismo de acumulação flexível²² em que imperam os segmentos secundários do mercado de trabalho: contratos a prazo; formação com dinheiros públicos, partilha de trabalho; trabalho a tempo parcial ou, nos tempos mais recentes, a explosão da chamada “geração nem-nem” que, como o próprio nome indica, não trabalha nem estuda, ou pelo menos não o faz de forma minimamente sistemática.

Para além da forte precarização e do adiamento do recrutamento, o desemprego e a intermitência (emprego-desemprego-formação-sistema de ensino). O que é novo, hoje, contudo, é a insuficiência dos próprios segmentos periféricos do mercado de trabalho, das redes de entajuda familiar ou mesmo da economia informal. Num contexto de globalização e de trans-territorialidade, a emigração galga os escalões etários mais jovens, como se depreende do Quadro n.º 2:

Quadro n.º 2 – Distribuição dos inquiridos por idades

	N	%
20 aos 25 anos	47	41,6
26 aos 30 anos	41	36,3
31 aos 35 anos	18	15,9
NS/NR	7	6,2
Total	113	100,0

Assim, relativamente às idades dos 113 inquiridos, verificou-se que a maior percentagem encontra-se entre os 20 e os 25 anos com 41,6% (n=46); segue-se a faixa etária entre os 26 e os 30 anos com 36,3% (n=41) e, por fim, as idades compreendidas entre os 31 e os 35 anos com 15,9% (n=18). Sem surpresas, os inquiridos são quase todos solteiros, o que não significa, como veremos nas entrevistas, que não experimentem modalidades informais de conjugalidade, baralhando a tradicional sincronização entre idade/casamento/trabalho, forjando trajetórias cada vez mais plásticas.

Quadro n.º 3 – Distribuição dos inquiridos por estado civil

	N	%
Solteiro	90	79,6
Casado	10	8,8
União de facto	11	9,7
Divorciado/separado	1	0,9
NS/NR	1	0,9
Total	113	100,0

O esgotamento do modelo de ocupação territorial português baseado na urbanização do litoral

Já no que concerne aos distritos de origem, o Norte continua a ser maioritário (traço estrutural/tradicional da emigração portuguesa), mas realça o peso fortíssimo do litoral, em geral, e das áreas metropolitanas em particular, com a de Lisboa em destaque. Não nos esqueçamos que, ao contrário da década de sessenta e mesmo de setenta do século passado, o interior já se encontra fortemente desertificado.

Quadro n.º 4 – Distribuição dos inquiridos por distrito de residência

	N	%
Viana do Castelo	1	0,9
Braga	10	8,8
Bragança	3	2,7
Guarda	2	1,8
Viseu	3	2,7
Porto	30	26,5
Aveiro	10	8,8
Coimbra	4	3,5
Leiria	3	2,7
Santarém	3	2,7
Lisboa	33	29,2
Setúbal	7	6,2
Faro	2	1,8
Açores	1	0,9
NS/NR	1	0,9
Total	113	100,0

Em concreto, relativamente aos distritos da área de residência dos 113 inquiridos, verificamos que a sua maior proveniência é de Lisboa e Porto, com 29,2% (n=33) e 26,5% (n=30) respetivamente. Destacam-se também os distritos de Aveiro e de Braga com 8,8% (n=10); o distrito de Setúbal com 6,2% (n=7); o distrito de Coimbra com 3,5 (n=4).

Estes dados provam, à sua escala, que as habituais bolsas de emprego estão saturadas para estes jovens e jovens adultos. A litoralização e urbanização já não são alternativas suficientes para a mão-de-obra mais qualificada, o que, de alguma forma, representa o esgotamento de um certo xadrez de modelo territorial.

Crise, o grande detonador**Quadro n.º 5 – Período de tempo a residir em França pelos inquiridos**

	N	%
Desde 2013	8	7,1
Desde 2012	49	43,4
Desde 2011	27	23,9
Desde 2010	12	10,6
Desde 2009	10	8,8
Desde 2008	6	5,3
NS/NR	1	0,9
Total	113	100,0

Deste modo, pode-se constatar que 7,1 % (n=8) dos inquiridos se encontra em França desde 2013; 43,4% (n=49) desde 2012; 23,9% (n=27) desde 2011; 10,6% (n=12) desde 2010; 8,8% (n=10) desde 2009 e apenas 5,3% (n=6) desde 2008.

Escolarizados, em mobilidade social bloqueada

Mas, sabemos-lo pelo Quadro n.º 8, estamos a falar de uma amostra sobre-selecionada: que 62,8% (n=71) são licenciados 32,7% (n=37) pós-graduados ou mestres e 3,5% (n=4) doutorados. Para a população portuguesa, em 2012, o valor modal do nível de escolaridade continuava a ser o 1.º ciclo do ensino básico, com mais de dois milhões e 200 mil indivíduos²³, enquanto a população com ensino superior completo (um pouco mais de um milhão e 600 mil pessoas) não ultrapassava os 14,5% do total de portugueses.

Quadro n.º 6 – Nível de formação dos inquiridos

	N	%
Licenciatura	71	62,8
Pós-graduação/mestrado	37	32,7
Doutoramento	4	3,5
NR/NS	1	0,9
Total	113	100,0

A partir do grupo da amostra que afirmou estar a viver em conjugalidade, observamos que apenas uma escassa minoria possui cônjuges com habilitações inferiores ao ensino superior, o que revela uma forte endogamia neste segmento. As relações afetivas não acontecem pela crença romântica no errático das paixões, antes seguem caminhos paralelos. A probabilidade de se encontrar alguém com reportórios e biografias sociais afins surge, desde logo, potencialmente exponenciado pela “sociedade de jovens” e seus contextos de socialização, quer nas instituições de ensino superior, quer na partilha de contextos informais ou não-formais de lazer.

Quadro n.º 7 – Nível de escolaridade do cônjuge dos inquiridos

	N	%
2º Ciclo ensino básico	2	1,8
3º Ciclo ensino básico	1	0,9
Ensino secundário	5	4,4
Bacharelato	2	1,8
Licenciatura	18	15,9
Pós-graduação	1	0,9
Mestrado	9	8,0
Doutoramento	1	0,9
NS/NR	74	65,5
Total	113	100,0

Em suma, o capital escolar destes jovens é *moderno*, o que indicará, desse ponto de vista, uma trajetória de mobilidade social ascendente face à geração anterior. Contudo, a sua particular situação de emigrantes é reveladora do bloqueamento em que se encontram: o seu título (diploma) não é suficiente para conseguir um posto (trabalho) de acordo com as suas expectativas ou ambições no país de origem. De alguma forma, é a própria crença no capital humano e no motor de ascensão social que supostamente a escolaridade superior garantiria (e que, em boa medida, justifica e legitima o esforço dos pais na sua formação).

Se verificarmos agora as formações académicas (Quadro n.º 8), constatamos uma forte concentração das licenciaturas na área da saúde. Fisioterapeutas e enfermeiros quase atingem 40% da amostra.

Quadro n.º 8 – Licenciatura dos inquiridos

	N	%
Fisioterapia	18	15,9
Enfermagem	27	23,9
Terapia ocupacional	1	0,9
Engenharia informática	1	0,9
Direito	1	0,9
Serviço social	2	1,8
Economia	4	3,5
Animação sociocultural	2	1,8
Sociologia	1	0,9
Cinema	1	0,9
Pintura	1	0,9
Contabilidade	1	0,9
Design de comunicação	1	0,9
Relações internacionais	1	0,9
Biologia	2	1,8
Comunicação	2	1,8
Ciências do desporto	1	0,9
Música	1	0,9
Reabilitação psicomotora	1	0,9
Gestão turística	1	0,9
Línguas e literatura	1	0,9
NA	42	37,2
Total	113	100,0

Com uma menor representatividade, salientamos os licenciados em Economia com 3,5% (n=4); bem como os licenciados em Animação Sociocultural, Biologia, Serviço Social e Comunicação com 1,8% (n=2) e, por fim, os licenciados em Sociologia, Cinema, Pintura, Contabilidade, Design de Comunicação, Relações Internacionais, Ciências do Desporto, Música, Reabilitação Psicomotora, Gestão Turística e Línguas e Literaturas com 0,9% (n=1) respetivamente.

Não nos esqueçamos que a França tem visto a sua população crescer: entre 2000 e 2013 há mais 5 milhões de indivíduos²⁴. Se é certo que a sua taxa de natalidade baixou ligeiramente (2000: 13,3 por mil; 2012: 12,6 por mil), o crescimento natural mantém-se positivo e a população imigrante não tem cessado de aumentar (sendo o saldo migratório sempre positivo), superando já os 5 milhões. Apesar de retrocessos, o Estado Social mantém um forte grau de cobertura e o sistema de saúde é tendencialmente universal, o que

24 Fonte: INSEE.

requer recursos humanos qualificados num volume que não é acompanhado pelas instituições de ensino superior, particularmente no que à enfermagem respeita. Por outro lado, a população com idade igual ou superior a 65 anos ronda já os 20%., o que exige igualmente um padrão elevado de cuidados.

Se atentarmos nos mestrados e pós-graduações, o panorama é diferente, uma vez que as formações em saúde anteriormente detetadas não exigem mestrado integrado.

Quadro n.º 9 – Mestrado/pós-graduação dos inquiridos

	N	%
Arquitetura	5	4,4
Economia	1	0,9
Ciências Farmacêuticas	2	1,8
Finanças	1	0,9
Engenharia Informática	2	1,8
Neuropsicologia Pediátrica	1	0,9
Reabilitação Psicomotora	1	0,9
Integração Europeia	1	0,9
Estudos Feministas	1	0,9
Gestão	2	1,8
Tecidos e Viabilidade Tecidual	1	0,9
Comunicação	2	1,8
Relações Internacionais	1	0,9
Direito	1	0,9
Engenharia Biológica	2	1,8
Engenharia Química	2	1,8
Astrofísica	1	0,9
Engenharia Eletrotécnica	1	0,9
Engenharia Mecânica	1	0,9
História da Arte	1	0,9
Medicina Veterinária	1	0,9
Engenharia Biomédica	1	0,9
Filosofia	1	0,9
Energia Elétrica	1	0,9
Biologia	1	0,9
Medicina	2	1,8
NA	76	67,3
Total	113	100,0

Assim, dos 37 inquiridos com mestrado ou pós-graduação destacamos 10 em diversas engenharias (9%); 8 em diferentes domínios da saúde (7,2%); 7 em várias humanidades e ciências sociais (6,3%); 5 (4,4%) com formação em arquitetura; 4 em áreas próximas à economia e gestão (3,6%).

Trabalho

Qual a ocupação atual dos nossos inquiridos? Sem surpresa, constatamos que 69% trabalham, enquanto 8,8% trabalham e estudam e 18,6% só estudam. O desemprego é residual. Na verdade, estamos a falar de jovens emigrantes que definem com precisão um percurso. Antes de partir, como veremos pelas entrevistas, o posto de trabalho encontra-se já assegurado.

Quadro n.º 10 – Ocupação atual dos inquiridos

	N	%
Estuda	21	18,6
Trabalha	78	69,0
Estuda e trabalha	10	8,8
Desempregado (a)	1	0,9
À procura do 1.º emprego	2	1,8
NS/NR	1	0,9
Total	113	100,0

Na sua maioria trabalham como assalariados. No entanto, não deixa de ser relevante que 15,8% sejam patrões (sendo que 12,3% com mais de 10 trabalhadores ao serviço), o que indica, dado o pouco tempo de permanência em França e a sua juventude, uma notável capacidade de risco e de inserção num mercado de trabalho competitivo, por um lado, a par, igualmente, de um forte reconhecimento da qualidade da sua formação e da validade das suas competências, por outro. É de realçar, ainda, que 7,9% trabalhem por conta própria. As entrevistas ajudar-nos-ão a perceber que existe um modelo sequencial. Quase todos começam como assalariados, mas alguns, dadas as oportunidades na sua área de prestação de serviços, rapidamente criam o seu próprio posto de trabalho, recrutando mesmo, mal se torne necessário, colaboradores.

Quadro n.º 11 – Situação profissional dos inquiridos

	N	%
Patrão com mais de 10 trabalhadores ao serviço	14	12,3
Patrão com menos de 10 trabalhadores ao serviço	4	3,5
Trabalhador por conta própria	9	7,9
Trabalhador por conta de outrem	62	54,4
Trabalhador familiar não remunerado	2	1,8
Outra situação	8	7,0
NS/NR	14	12,3
Total	113	100,0

Dos 8 inquiridos que se encontram numa “outra situação” profissional, destacamos aqueles que na sua maioria são estudantes com 4,4% (n=5). Dos restantes, um encontrava-se desempregado; outro era estagiário e outro ainda bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Quadro n.º 12 – Outra situação profissional dos inquiridos

	N	%
Desempregado	1	0,9
Bolseiro FCT	1	0,9
Estudante	5	4,4
Estagiário	1	0,9
NA	105	92,9
Total	113	100,0

De acordo com o Quadro n.º 13, é o setor privado o principal segmento de absorção desta mão-de-obra qualificada. No entanto, se somarmos as várias modalidades de empresas que pertencem ao domínio público (setor empresarial; institutos públicos; administração pública central, regional ou local) alcançaremos um valor não despreciando: 30%. Pelo contrário, o chamado terceiro setor não desempenha um papel relevante.

Quadro n.º 13 – Tipo de empresa onde trabalham os inquiridos

	N	%
Empresa privada	50	41,7
Empresa pública	20	16,7
Empresa mista	11	9,2
Órgão de administração pública, central ou regional	8	6,7
Órgão da administração local	1	0,8
Instituto público	7	5,8
Associação de desenvolvimento	2	1,7
Outro tipo de associação sem fins lucrativos	1	0,8
Outro	4	3,3
NS/NR	9	7,5
Total	113	100,0

Razões para sair de Portugal

Se atendermos ao cruzamento do grau de concordância por sexo denotamos uma tendência para uma maior aceitação da possibilidade de abandonar o país após a conclusão do curso por parte do sexo masculino (Quadro n.º 14). Atenda-se à percentagem de “não concordo” por parte de ambos os sexos: 41,7% das mulheres situa-se nesta opção.

A literatura sobre os processos de socialização de gênero fornece interessantes pistas interpretativas.

É sabido que, apesar de uma certa tendência para uniformizar campos de possibilidades, os rapazes são mais orientados para o espaço exo-familiar, bem como para uma maior autonomia face à ordem familiar. Daí que imaginem certos percursos ou opções como mais prováveis, ao contrário das raparigas que manifestam uma adesão superior ao universo doméstico.

Quadro n.º 14 – Grau de concordância face a “Sempre desejei sair do país após concluir o curso” por sexo

Sexo	Não concordo	Concordo pouco	Concordo razoavelmente	Concordo muito	NS/NR
Masculino	27,6%	10,3%	34,5%	20,7%	6,9%
Feminino	41,7%	15,5%	23,8%	15,5%	3,6%
Total	38,1%	14,2%	26,5%	16,8%	4,4%

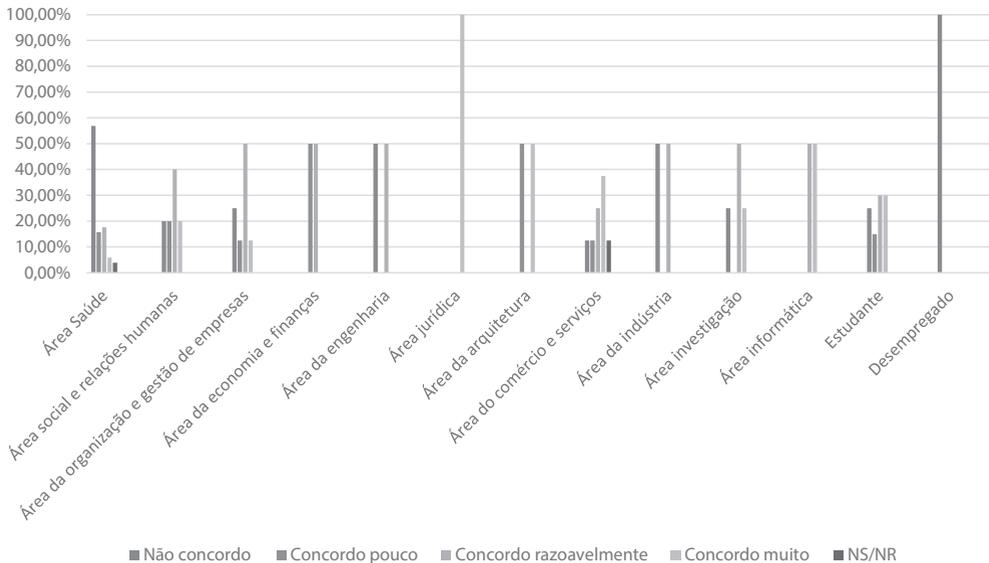
No que concerne ao cruzamento do grau de concordância por grupos etários confirmamos que os sujeitos com maior maturidade dentro da nossa amostra são os que sempre demonstraram maior desejo em sair do país após concluir o curso. Na verdade, são eles os que mais expostos estão (e há mais tempo) aos fatores de exclusão do mercado de trabalho, bem como os que mais sofrem com um prolongado e sistemático não reconhecimento das qualificações.

Quadro n.º 15 – Grau de concordância face a “Sempre desejei sair do país após concluir o curso” por idade

Idade	Não concordo	Concordo pouco	Concordo razoavelmente	Concordo muito	NS/NR
20 aos 25 anos	38,3%	12,8%	23,4%	19,1%	6,4%
26 aos 30 anos	41,5%	14,6%	29,3%	12,2%	2,4%
31 aos 35 anos	27,8%	16,7%	33,3%	22,2%	0%
Total	37,7%	14,2%	27,4%	17,0%	3,8%

Se fizermos uma breve comparação com as áreas profissionais, constatamos algumas tendências que consideramos relevantes para a análise (Gráfico n.º 1). Atenda-se, por exemplo, nos profissionais da área da saúde nos quais a grande maioria (56,9%) não concorda em absoluto com a afirmação; já 37,5% dos profissionais da área do comércio e serviços concorda em absoluto com esta afirmação. A diversidade de situações pode explicar-se, por um lado, com as expectativas “habituais” de empregabilidade em determinados setores do mercado de trabalho concordantes com as formações académicas e, por outro, com a intensa volatilidade que as inserções têm sofrido nos últimos anos.

Gráfico n.º 1 – Grau de concordância face a “Sempre desejei sair do país após concluir o curso” por áreas profissionais



Atendendo ao cruzamento do grau de concordância com a estimulação por parte da família em procurar emprego fora, por sexo (Quadro n.º 16) denotamos que esta variável não é estatisticamente relevante para a análise. Em ambos os sexos a discordância impera, o que revela a preferência, por parte da família, em estimular os seus jovens a procurar emprego, antes de mais, em território nacional. Este poderá ser, aliás, um indicador que revela como a decisão de emigrar pode ser relutantemente encarada por parte da família.

Quadro n.º 16 – Grau de concordância face a “A minha família sempre me estimulou a procurar emprego fora” por sexo

Sexo	Não concordo	Concordo pouco	Concordo razoavelmente	Concordo muito	NS/NR
Masculino	34,5%	31,0%	27,6%	3,4%	3,4%
Feminino	39,3%	26,2%	17,9%	10,7%	6,0%
Total	38,1%	27,4%	20,4%	8,8%	5,3%

Observando o cruzamento do grau de concordância por sexo denotamos uma tendência oposta a nível de género para não encontrar emprego apesar de várias tentativas (Quadro n.º 17): 44,8% dos homens não concordam com esta afirmação enquanto 40,5% das mulheres têm o maior nível de concordância. Em boa medida, uma explicação possível passa por algo já anteriormente referido: a aquisição mais precoce de disposições de autonomia, por parte dos rapazes, contrasta com uma ainda acrescida integração familiar por parte das raparigas. Por outras palavras, eles nem tentam procurar emprego (até porque sabem da dificuldade em consegui-lo) e muito mais rapidamente optam pelo estrangeiro. Elas, mais relutantes nessa opção radical, ensaiam tentativas várias de permanecer no país.

Quadro n.º 17 – Grau de concordância face a “Não consegui encontrar emprego, apesar de várias tentativas” por sexo

Sexo	Não concordo	Concordo pouco	Concordo razoavelmente	Concordo muito	NS/NR
Masculino	44,8%	13,8%	20,7%	17,2%	3,4%
Feminino	31,0%	7,1%	16,7%	40,5%	4,8%
Total	34,5%	8,8%	17,7%	34,5%	4,4%

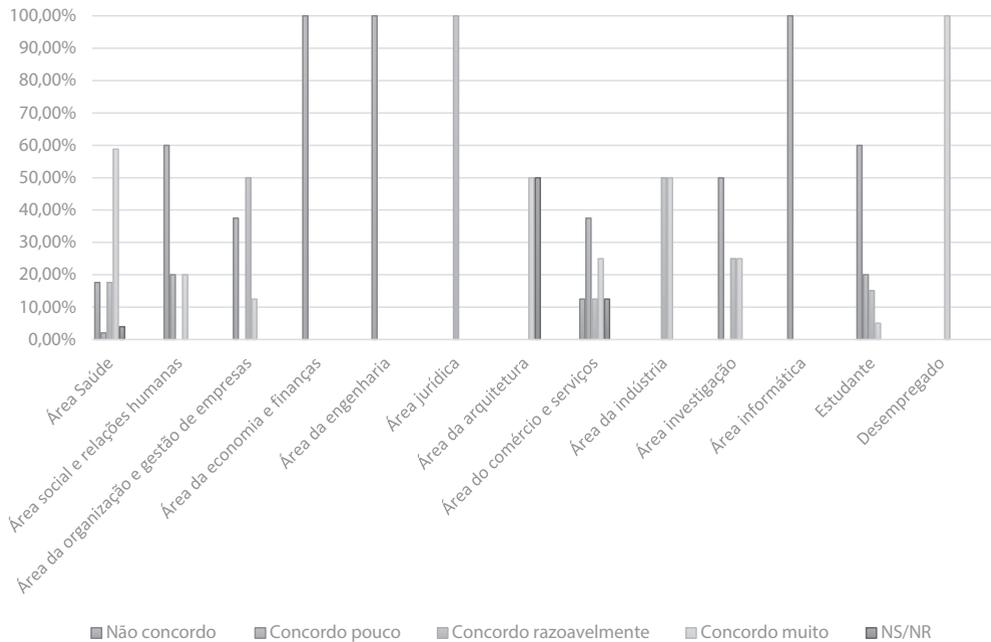
No que respeita ao cruzamento do grau de concordância por grupos etários (Quadro n.º 18) confirmamos uma maior dificuldade por parte de grupos etários mais jovens (20 aos 25 anos) em conseguir entrar no mercado de trabalho (42,6% concordam muito com a afirmação). Parece haver uma menor dificuldade à medida que os indivíduos vão ficando mais velhos, não só porque acumularam experiências que lhes permitiram enriquecer e diversificar o currículo profissional como, ao mesmo tempo, terão porventura feito um trabalho “interno” de reajuste entre as condições objetivas que a configuração do mercado de trabalho impõe e as suas próprias perceções e expectativas.

Quadro n.º 18 – Grau de concordância face a “Não consegui encontrar emprego, apesar de várias tentativas” por idade

Idade	Não concordo	Concordo pouco	Concordo razoavelmente	Concordo muito	NS/NR
20 aos 25 anos	17,0%	12,8%	19,1%	42,6%	8,5%
26 aos 30 anos	46,3%	2,4%	17,1%	31,7%	2,4%
31 aos 35 anos	55,6%	5,6%	22,2%	16,7%	0%
Total	34,9%	7,5%	18,9%	34,0%	4,7%

Se fizermos uma breve comparação com as áreas profissionais, constatamos algumas tendências que consideramos relevantes para a análise (Gráfico n.º 2). Com maiores dificuldades surgem os profissionais da área da saúde, nos quais a grande maioria (58,8%) concorda em absoluto com a afirmação. Em sentido oposto, a totalidade dos profissionais dos domínios da Economia e Finanças, Engenharia e Informática discordam da afirmação, revelando maior facilidade na obtenção de emprego.

Gráfico n.º 2 – Grau de concordância face a “Não consegui encontrar emprego, apesar de várias tentativas” por área profissional



Por outro lado, sendo a amostra juvenilizada, não surpreende o alto nível de concordância com um o gosto, algo experimental e hedonista, de viajar e trabalhar fora. Apesar de internamente diferenciadas (por classe social, género, etnia ou grupos etários), as jovens coortes demográficas pós anos oitenta partilham um *ethos* cosmopolita que se reforça pela intensidade das referências desterritorializadas e por uma certa ignorância das fronteiras administrativas. Essa será, aliás, uma das marcas que as identificam distintivamente como “geração social”²⁵. A globalização, a escala de integração europeia, os processos de intercâmbio associativo e mobilidade juvenil, a densidade da rede de transportes²⁶ e, em alguns casos (companhias *low cost*), o embaratecimento das tarifas, tornam banal a experiência da viagem, outrora desconhecida, temida, dificultada e até exotizada.

Quadro n.º 19 – Grau de concordância face a “Sempre gostei de viajar e trabalhar fora” por idade

Idade	Não concordo	Concordo pouco	Concordo razoavelmente	Concordo muito	NS/NR
20 aos 25 anos	14,9%	23,4%	21,3%	34,0%	6,4%
26 aos 30 anos	7,3%	19,5%	31,7%	36,6%	4,9%
31 aos 35 anos	11,1%	5,6%	44,4%	38,9%	0%
Total	11,3%	18,9%	29,2%	35,8%	4,7%

25 PAIS, 2000.

26 SANTOS, 1999.

Existe igualmente uma ampla concordância, sem significativa variação com as possíveis variáveis independentes, exceto o sexo, com o esgotamento do país em termos de prossecução de uma carreira. Para além das elevadas taxas de desemprego, a perceção de ausência de carreira remete para uma das características mais marcantes dos chamados “trabalhadores flexíveis”: a informalidade dos laços de trabalho e a precarização. Tais constrangimentos levam a uma elevada reversibilidade das situações profissionais, sempre provisórias, e mesmo a uma “prisão” na eterna passagem, no efémero permanente.

A impossibilidade de uma expectativa de estabilidade (a “carreira”) radica ainda numa dupla individualização da relação laboral: externa (patente, por exemplo, nos contratos a prazo, altamente juvenilizados e na tendência para a facilitação e embaratecimento dos despedimentos) e interna (através da proliferação dos contratos individuais de trabalho e da queda abrupta da negociação coletiva).

Se falarmos em termos de progressão na formação, o cruzamento do grau de concordância por sexo indica uma certa tendência para uma maior concordância por parte do sexo feminino (Quadro n.º 22). Podemos concluir que as mulheres sentem que têm maior dificuldade em conseguir progredir em termos de formação ou em ver esse esforço reconhecido, o que alerta para segmentações de género, ainda persistentes, no mercado de trabalho.

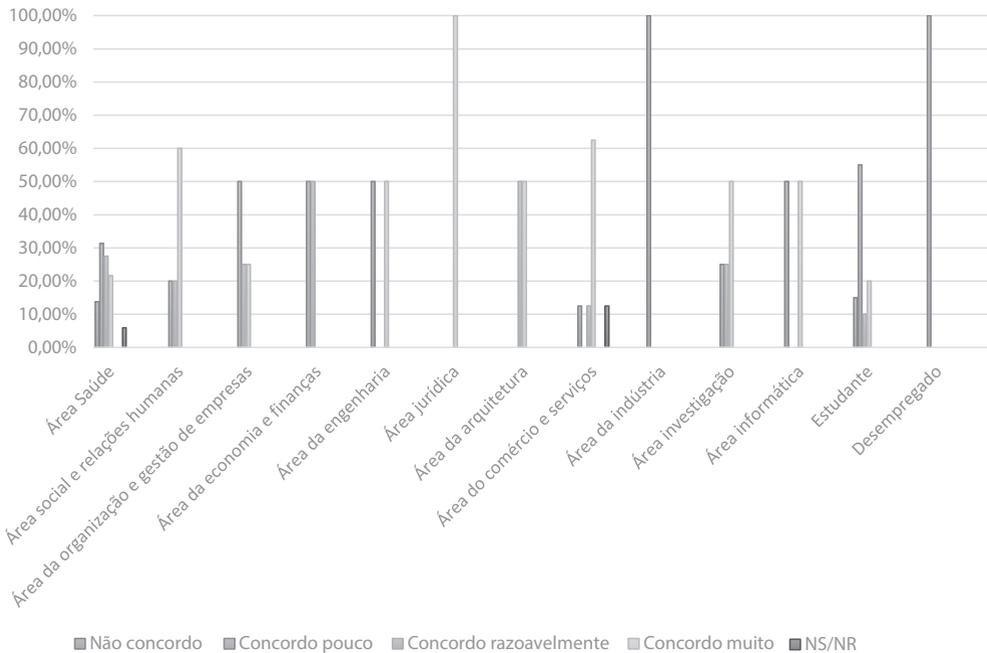
Além do mais, a acumulação de experiências formativas é hoje uma exigência presente por parte das entidades patronais. O desemprego estrutural e a precarização permitem que se exija mais por menos dinheiro. Aliás, o jovem trabalhador vive a “obrigação” da sua própria formação, sendo sancionado se não a obtiver. No entanto, 50,4% da nossa amostra concorda com a impossibilidade de progredir nesta dimensão. Uma vez mais, a profunda descoincidência entre exigências socialmente aceites e condições objetivas de concretização podem levar a agudas situações de frustração.

Quadro n.º 20 – Grau de concordância face a “Em Portugal não consigo progredir em termos de formação” por sexo

Sexo	Não concordo	Concordo pouco	Concordo razoavelmente	Concordo muito	NS/NR
Masculino	20,7%	34,5%	17,2%	17,2%	10,3%
Feminino	10,7%	29,8%	23,8%	32,1%	3,6%
Total	13,3%	31,0%	22,1%	28,3%	5,3%

Se fizermos uma breve comparação com as áreas profissionais, constatamos algumas tendências que consideramos relevantes para a análise (Gráfico n.º 3). Atenda-se, por exemplo, à elevada concordância pela grande maioria dos profissionais da área social e relações humanas (60%), área de comércio e serviços e mesmo por parte de todos os profissionais (100%) da área jurídica. Do lado oposto, ou seja, com uma discordância absoluta estão todos os profissionais da área da indústria (100%).

Gráfico n.º 3 – Grau de concordância face a “Em Portugal não consigo progredir em termos de formação” por área profissional



Quanto à remuneração, tanto homens como mulheres tendem a concordar que em Portugal não conseguem progredir. Atenda-se, no entanto, que esta tendência é mais acentuada nas mulheres (63,1%) do que nos homens (55,2%).

As sociedades contemporâneas são máquinas extraordinárias de classificação. Não por acaso fala-se hoje abundantemente na “geração 500 euros”. A já referida volatilidade do emprego jovem, a par da cada vez maior facilidade em substituir os trabalhadores (entre outras coisas pela fragmentação das tarefas e pela externalização de fileiras de produção), permite reduzir a componente fixa do salário. A componente variável, por seu lado, ainda que reduzida, fica associada à intensificação do trabalho: aumento da jornada; flexibilidade horária, trabalho em feriados e fins-de-semana; trabalho por objetivos; etc.). Pablo López Calle²⁷ fala mesmo da “balcanização do mercado de trabalho”, à qual os jovens estão particularmente expostos: aumento da rotação de entradas e saídas no mesmo posto de trabalho; intermitência da mesma pessoa no mesmo posto de trabalho ou sucessão de diferentes pessoas para o mesmo posto; falsos recibos verdes; teletrabalho; etc.

Em suma, mais trabalho por menos dinheiro, reforçando a tendência que o geógrafo David Harvey²⁸ (1989) defende ter começado em 1972, na véspera dos choques petrolíferos, e que se consubstancia na passagem de um sistema “fordista” para um capitalismo de “acumulação flexível” onde os custos do trabalho devem ser reduzidos ao mínimo. Esta transição, que teve primeiro impacto nos países em desenvolvimento, chega agora, em força, aos países da semiperiferia europeia (como Portugal) e do centro.

27 LÓPEZ CALLE, 2010.

28 HARVEY, 1989.

Quadro n.º 21 – Grau de concordância de “Em Portugal não consigo progredir em termos de remuneração” por sexo

Sexo	Não concordo	Concordo pouco	Concordo razoavelmente	Concordo muito	NS/NR
Masculino	3,4%	10,3%	27,6%	55,2%	3,4%
Feminino	0%	9,5%	23,8%	63,1%	3,6%
Total	9%	9,7%	24,8%	61,1%	3,5%

Analisando agora a possibilidade de constituir família, se atendermos ao cruzamento do grau de concordância por sexo denotamos uma certa tendência para um maior constrangimento em conseguir dinheiro para constituir família por parte das mulheres (Quadro n.º 22). Uma vez mais, apesar do inegável progresso ao nível das qualificações (o ensino superior encontra-se feminizado, tanto no ingresso como no sucesso), elas percebem uma discriminação na esfera laboral com consequências na trajetória de autonomização face à família de origem. Os ciclos de vida ficam assim “baralhados”, longe de um modelo etapista, de transições lineares²⁹. Além do mais, como revelam estudos comparativos a nível europeu, “there is a high level of attachment to paid among women, as well as a will to combine work with family life, contradicting the old stereotypes about women’s wishes and their social identity”³⁰.

Quadro n.º 22 – Grau de concordância face a “Em Portugal não consigo ter dinheiro para constituir família” por sexo

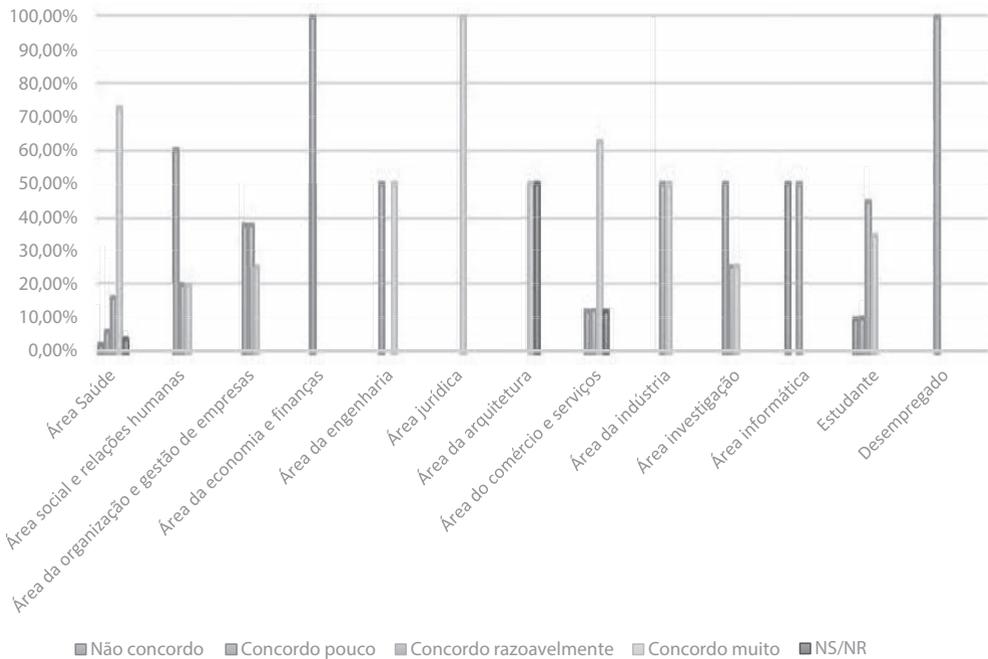
Sexo	Não concordo	Concordo pouco	Concordo razoavelmente	Concordo muito	NS/NR
Masculino	3,4%	20,7%	34,5%	37,9%	3,4%
Feminino	3,6%	13,1%	22,6%	56,0%	4,8%
Total	3,5%	15,0%	25,7%	51,3%	4,4%

Se fizermos uma breve comparação com as áreas profissionais, constatamos algumas tendências que consideramos relevantes para a análise (Gráfico n.º 4). Atenda-se, por exemplo, aos profissionais da área da saúde e da área jurídica que se posicionam em elevados níveis de concordância e, em oposição, uma vez mais, os profissionais da área da Economia e Finanças dos quais a totalidade se posiciona numa concordância pouco elevada.

29 NICO, 2013.

30 TORRES *et al*, 2007.

Gráfico n.º 4 – Grau de concordância face a “Em Portugal não consigo ter dinheiro para constituir família” por área profissional



Uma das dimensões que suscita maior adesão por parte da nossa amostra, independentemente do género, idade e com diferenças pouco expressivas na área profissional, prende-se com a dificuldade em ter casa própria. Ao contrário de velhas interpretações, que fazem radicar numa tradição ideológico-simbólica familialista a tardia emancipação dos jovens portugueses, por oposição, os principais dados disponíveis mostram que é precisamente a falta de habitação que bloqueia os jovens nas transições. Ao contrário dos progenitores, maioritariamente com um emprego estável e uma forte ética de poupança, que conseguiam adquirir casa própria (ainda que hipotecada ao banco), as jovens gerações não têm nem rendimento fixo, nem uma propensão ao aforro, fatores que se agravam com carências estruturais no mercado de arrendamento.

Quadro n.º 23 – Grau de concordância face a “Em Portugal não consigo ter uma casa própria” por sexo

Sexo	Não concordo	Concordo pouco	Concordo razoavelmente	Concordo muito	NS/NR
Masculino	10,3%	10,3%	41,4%	34,5%	3,4%
Feminino	7,1%	13,1%	16,7%	59,5%	3,6%
Total	8,0%	12,4%	23,0%	53,1%	3,5%

Breves notas conclusivas

Os nossos inquiridos são maioritariamente mulheres, com retaguardas familiares estáveis ou até confortáveis e que, na sua maioria, escolhem emigrar mais pelo desejo de deixarem de ser sociologicamente jovens (isto é, aprisionados nas transições para o mercado de trabalho minimamente estável; para uma família de destino; para a conjugalidade e a parentalidade), do que por desespero ou privação extrema.

Querem prosseguir carreira na sua área de formação; almejam uma boa remuneração; pretendem constituir família e ter casa própria, em autonomia face aos progenitores.

Para estes jovens, a França oferece níveis superiores de remuneração, reconhecimento, atualização e progressão. Oferece, em suma, uma carreira – ainda que começando em situações precárias. Em suma, o modelo de precariedade do mercado de trabalho francês não se afigura, para estes jovens, como desqualificante.

Além do mais, a descoincidência entre Portugal e França face ao nível de estruturação e do ritmo de retração do Estado-Providência oferece a muitos destes novos emigrantes uma inserção, em particular no setor da saúde, bastante desejada no país de destino.

É possível, como de resto se depreende pelos inquéritos, que alguns não permaneçam em França. A diversidade europeia abre-lhes constantes caminhos de comparação e de retificação dos percursos, particularmente quando mobilizam disposições favoráveis à experimentação e à mobilidade. Contudo, parece certo que não desejam regressar à (sua) juventude, de transições teimosamente dilatadas.

Bibliografia

- ALMEIDA, Ana Nunes (coord.), 2011 – “Os nossos dias” in MATTOSO, José (dir.) – *História da vida privada em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores /Temas e debates.
- ALMEIDA, João Ferreira de, 2013 – *Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos. Portugal e a Europa*. Lisboa: Mundos Sociais.
- BAGANHA, Maria Ioannis; PEIXOTO, J., 1997 – “Trends in the 90's: the Portuguese migratory experience” in BAGANHA, Maria Ioannis (ed.) – *Immigration in Southern Europe*. Oeiras, Celta Editora, p. 15-40.
- BANDEIRA, Mário Leston, 1996 – “Teorias da população e modernidade: o caso português”. *Análise Social*. N.º 135, p. 7-43.
- BARRETO, António, 1995 – “Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960-1995”. *Análise Social*. Vol. XXX, n.º 134, p. 841-855.
- BARRETO, António, 1996 – “Três décadas de mudança social” in BARRETO, A. (org.) – *A Situação Social em Portugal (1960-1995)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- COGO, Denise; BADET, Maria, 2013 – “De braços abertos: a construção midiática da imigração qualificada e do Brasil como país de imigração” in ARAÚJO, E.; FONTES, M.; BENTO, S. (ed.) – *Para um debate sobre Mobilidade e Fuga de Cérebros*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, p. 32-57.
- FERRÃO, João, 1996 – “Três décadas de consolidação de Portugal demográfico moderno” in BARRETO, A. (org.) – *A Situação Social em Portugal (1960-1995)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, p. 165-190.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, 1978 – “L’émigration portugaise (XV-XX siècles): une constante structurelle et les réponses aux changements du monde”. *Revista de História Económica e Social*. N.º 1, p. 5-32.
- HARVEY, David, 1989 – *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- LAHIRE, Bernard, 2001 – *L’homme pluriel. Les ressorts de l’action*. Paris: Nathan.
- LAHIRE, Bernard, 2002 – *Portraits sociologiques. Dispositions et variations individuelles*. Paris: Nathan.
- LÓPEZ CALLE, Pablo, 2010 – “El impacto sobre el empleo juvenil de las reformas laborales y la reorganización productiva en España”. *Revista de Cultura y Ciencias Sociales*. N.º 66, p. 43-50.
- MACHADO, Fernando Luís; COSTA, António Firmino da (org.), 1998 – “Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social” in VIEGAS, J. M. L.; COSTA, A. F. da – *Portugal, que Modernidade?* Celta: Oeiras, p. 17-44.
- MALHEIROS, Jorge, 2011 – “Portugal 2010: o regresso do País de emigração? Notas e Reflexões”. *JANUS.NET e-journal of International Relations*. Vol. 2, n.º 1. Disponível em: <observare.ual.pt/janus.net/pt_vol2_n1_not3> [consult. 13 de nov. 2013].
- MARQUES, José Carlos; GÓIS, Pedro, 2013 – “Dinâmicas do sistema migratório lusófono: um olhar a partir das migrações portuguesas”. *Revista Internacional em Língua Portuguesa – Migrações*. N.º 24, p. 213-232.

- MARTINS, Susana da Cruz, 2012 – *Escolas e Estudantes na Europa. Estruturas, recursos e políticas de educação*. Lisboa: Edições Mundos Sociais.
- MURTEIRA, Mário, 2011 – *Portugal nas Transições – O Calendário Português desde 1950*. Lisboa: CESO CI Portugal.
- NICO, Magda, 2013 – “A massificação da precariedade juvenil” in MATOS, Nuno; DOMINGOS, Nuno (org.) – *Novos Proletários, a precariedade entre a “classe média” em Portugal*. Lisboa: Edições 70 e Le Monde Diplomatique – Edição Portuguesa, p. 43-55.
- NUNES, Adérito Sedas, 1968 – “Portugal, sociedade dualista em evolução” in *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*. Lisboa: Moraes Editores.
- PADILLA, Beatriz, 2010 – “Algunas Reflexiones sobre las Migraciones Altamente Cualificadas: Políticas, Mercados Laborales e Restricciones”. *OBETS. Revista de Ciencias Sociales*. N.º 5 (2), p. 269-291.
- PAIS, José Machado, 2003 – *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- PEIXOTO, Paulo, 2007 – “Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal”. *Análise Social*. Vol. XLII (183), p. 445-469.
- RECUERO, Raquel, 2009 – *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Meridional.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 1990 – *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Afrontamento.
- TORRES, Anália *et al*, 2007 – *Time Use and Work Life Options Over the Life Course*. Dublin, Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- WALL, Karin; AMÂNCIO, Lúcia, 2007 – *Família e Género em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Sítios na Web

<http://www.insee.fr>

<http://www.pordata.pt>



Mulheres portuguesas empreendedoras em Andorra

Maria Ortelinda Gonçalves

Judite Ferreira Coelho

Michaël Pereira

Introdução

O empreendedorismo é atualmente alvo de grande interesse por parte dos académicos, dos empresários e da própria administração, que veem neste conceito a chave para a competitividade global da economia, que passa, precisamente, pela sua capacidade de criar emprego, inovar e criar riqueza. O seu interesse remonta já ao século XVIII, contudo, hoje, vivemos numa aldeia global, pelo que se torna importante estudar também esta temática num contexto de emigração que, no início do século XXI, voltou a ganhar importância no quadro português, decorrente da crise económica que se instalou desde 2008. Desde então, Portugal volta a assistir à saída de milhares de pessoas que procuram noutros países melhores oportunidades e melhores condições de vida, acabando por investir aí todas as suas potencialidades, nomeadamente a capacidade de empreender.

Tendo em conta a temática, optou-se por centralizar a atenção apenas em Andorra, Principado com uma das maiores percentagens de população total com nacionalidade portuguesa, 14%.

Desta forma, o trabalho que se segue tem por objetivos: caracterizar a sociedade onde os empreendedores estão a trabalhar; aferir estratégias da sua inclusão social e contribuir para um melhor conhecimento do empreendedorismo feminino fora do país de origem.

Para prosseguir estes objetivos, o estudo baseou-se no método quantitativo, com a aplicação de um inquérito por questionário a 51 empresários emigrantes portugueses a residirem em Andorra e ainda com a realização de sete entrevistas (semiestruturada) decorrentes de um trabalho de campo realizado em março de 2013, em cinco das sete paróquias de Andorra (La Massana, Andorra la Vella, Escaldes Engordany, Encamp e Canillo).

Dos 51 empreendedores portugueses inquiridos em Andorra, foi possível encontrar um grupo significativo de mulheres empreendedoras, 26, o que representa uma percentagem de 51%. Este número não deixa de ser expressivo, uma vez que, *a priori*, não foram estabelecidas quaisquer cotas do estudo de campo, no domínio da distribuição por sexos dos empreendedores e, por isso, não podemos deixar de direcionar a atenção para

o empreendedorismo feminino, que segundo a Comissão Europeia é uma forma de desenvolvimento de um potencial económico ainda por explorar¹.

Estes dados, vem apenas reforçar estudos anteriores que apontam para a crescente intervenção das mulheres enquanto impulsionadoras de negócios. O'Meally², por exemplo, refere que nos EUA as mulheres estão a iniciar negócios duas vezes mais do que os homens, ganharam um terço dos pequenos negócios no Canadá e possuem um quinto dos pequenos negócios na França.

A emigração portuguesa para Andorra

O Principado de Andorra é um pequeno Estado localizado na cordilheira pirenaica entre o nordeste da Espanha e o sudoeste da França. É o único estado no mundo cujo governo é uma diarquia. Apresenta uma área de 468Km² e corresponde a um território pluricultural, impulsionado, nas últimas décadas, pelo crescimento dos setores da construção e do turismo.

Figura n.º 1 – Principado de Andorra



Depois dos anos 1930, Andorra percebe as vantagens económicas decorrentes da sua situação geográfica de montanha e do seu posicionamento na fronteira entre dois grandes países (França e Espanha) e assiste-se a um processo de rutura com o sistema económico tradicional fundamentado numa economia de subsistência suportada pela agricultura, para uma economia em franco crescimento, onde o turismo, o comércio e a banca passam a ditar as remessas de capital³.

1 INFOTEC PME, 2014.

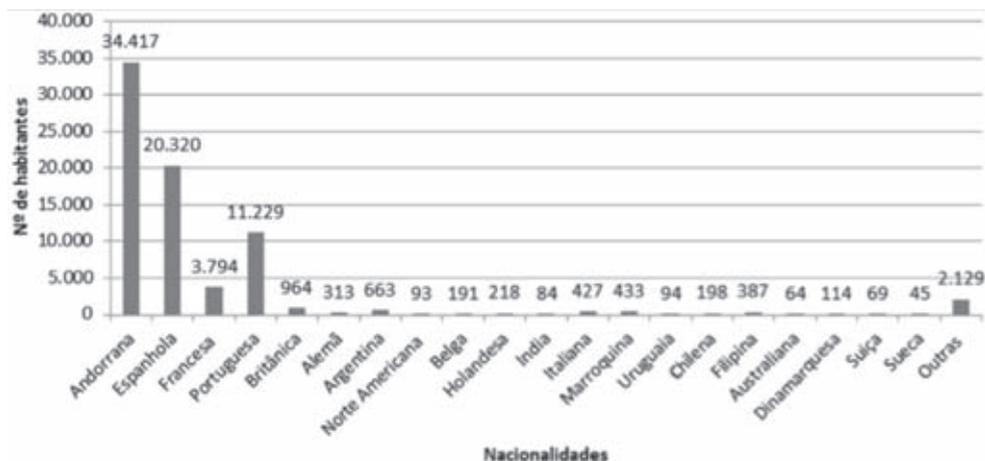
2 O'MEALLY, 2000.

3 MALHEIROS, 2002; MATIAS, 2008; LLUELES, 1991.

O crescimento das atividades económicas andorranas, resultantes, por um lado, das políticas de liberalismo económico e de baixa fiscalidade e, por outro, de um forte impulso no seu turismo de montanha, que se mantém até à atualidade, justificou o recrutamento de grandes contingentes de trabalhadores estrangeiros e de baixas qualificações, os quais, para além de responderem às necessidades de mão-de-obra do país, tiveram um papel muito importante na dinamização da procura interna⁴ e, por isso, “a composição demográfica da atual população andorrana é, antes de mais, o resultado de um contínuo saldo migratório positivo em relação ao exterior”⁵.

Numa breve análise atual, Andorra corresponde a um território poliglota e pluricultural no qual convergem múltiplas nacionalidades (cerca de uma centena). Um exemplo esclarecedor é o facto de no Estado estarem em vigor três sistemas de ensino distintos: o andorrano, o francês e o espanhol. Em 2012, Andorra registava 76 246 habitantes. No gráfico n.º 1, podemos observar que, apesar de Andorra ser um pequeno território, tem residentes de várias nacionalidades, sendo que os portugueses merecem um lugar de destaque, representando cerca de 14% da população residente.

Gráfico n.º 1 – População residente em Andorra por nacionalidades em 2012



Fonte: Departamento de Estatística do Governo de Andorra (elaboração própria).

Como forma de reconhecer a importância da imigração para o desenvolvimento do Principado, o Serviço de Correios Espanhol acabou de lançar uma edição filatélica (Figura n.º 2) da responsabilidade do Ministério da Cultura e do Museu Postal de Andorra, dedicada à diversidade andorrana, em que a primeira edição filatélica da série “Diversitat Andorrana” é dedicada à “população portuguesa”, sendo constituída por um selo reproduzindo a bandeira portuguesa e o traje regional de Viana do Castelo.

4 SEGURA, 1995, citado por MALHEIROS, 2002.

5 MALHEIROS, 2002.

Figura n.º 2 – Edição filatélica



No entanto, apesar da importância da população portuguesa para o Principado, encontramos ainda uma jurisdição relativa à imigração muito fechada e sempre de acordo com as necessidades económicas e sociais do Principado. Por exemplo, “nas autorizações de imigração para residentes ativos distinguem-se a *autorização de imigração temporal* (duração de 12 meses e improrrogável) e a *autorização de residência e trabalho* (duração de um ano, renovada três vezes por períodos de dois anos, passados 6 anos, renova-se por períodos de 10 anos)⁶.

Além disso, as barreiras legais ainda limitam a possibilidade dos detentores de autorização de residência ou com vistos de trabalho desenvolverem atividade empresarial. Os nacionais portugueses que podem justificar, em conformidade com a legislação andorrana, uma residência efetiva e ininterrupta em Andorra de um período mínimo de 10 anos, podem nas mesmas condições que os nacionais andorranos, exercer qualquer atividade profissional não assalariada, fazer contribuições de capital às sociedades mercantis andorranas e exercer cargos de administração ou de representação destas sociedades⁷. Esta situação, associada à dificuldade dos estrangeiros adquirirem dupla nacionalidade, acabava por originar subterfúgios para contornar os impedimentos legais, não sendo raras as situações em que os estrangeiros estabelecem acordos com andorranos, em que estes se assumem como proprietários maioritários (os *presta nome*), sendo os estrangeiros os proprietários de facto e os prestadores do serviço ou da atividade comercial, mediante, evidentemente, uma contrapartida monetária por parte dos estrangeiros⁸. Todas estas situações, acrescidas de alguns aspetos legais (como a impossibilidade da dupla nacionalidade), dificultam o processo de integração dos emigrantes portugueses em Andorra, refletindo-se, nomeadamente, no estabelecimento de negócios próprios.

No entanto, esta tendência acaba por ser contrariada com alguns casos de integração plena. A nossa amostra composta por 51 empresários portugueses é disso exemplo. Conseguiu contornar todos os obstáculos e identificar oportunidades para empreender negócios de sucesso, contribuindo não só para o êxito da sua integração, mas também para o desenvolvimento do Principado, tornando-se, desta forma, parte integrante da sociedade e da economia andorrana.

6 MATIAS, 2008.

7 DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1ª série, n.º 139, 21.7.2008.

8 MALHEIROS, 2002.

A importância do empreendedorismo para a economia – contributos femininos

Quando se fala em empreendedorismo, temos a sensação de estarmos a falar de um conceito muito recente sem o qual as economias atuais não conseguiriam manter a sua competitividade, mas a verdade é que os vários estudiosos da temática são unânimes em considerar que terá sido o economista Richard Cantillon a abordar este conceito primeira vez, dando-lhe uma conotação muito próxima da atual⁹. “Cantillon, no seu ensaio *Essai sur la nature du commerce général*, em 1755, descreve um empreendedor como um pessoa que paga um certo preço por um produto para o vender a um preço incerto, tomando decisões sobre obter e usar recursos assumindo o risco empresarial”¹⁰, existindo, portanto, já no século XVIII, uma associação do empreendedorismo/empreendedor ao risco, à inovação e ao lucro¹¹.

Efetivamente, na economia do conhecimento, não existem barreiras e as empresas ficaram sujeitas à competição internacional, por isso, mais que executarem as atividades correntes, as empresas têm de as antecipar, escrevendo na história aquilo que Schumpeter defendia há mais de 50 anos. Para autores como Gaspar¹² e Sequeira¹³, o interesse por esta temática na atualidade passa, precisamente, pela capacidade do empreendedorismo criar emprego, inovar e criar riqueza. Segundo a Comissão Europeia (2008), por exemplo, as micro e as pequenas empresas correspondiam em 2005 a 99,8% do total das empresas europeias e eram as responsáveis por 67,1% dos postos de trabalho do setor privado.

Neste contexto, outro elemento que revela alterações na economia atual é “o crescimento consistente da presença das mulheres na esfera económica”¹⁴; à medida que cresce a participação da mulher na economia e nos negócios, crescem também os movimentos desenvolvidos pelas mulheres ligadas às atividades empreendedoras.

Segundo o relatório do Global Entrepreneurship Monitor, e tal como podemos ver no Gráfico n.º 2, a Taxa de Atividade Empreendedora (TEA) continua a ser bastante superior no sexo masculino mas, como podemos ver no caso português, essa diferença tende a diminuir. Em 2011, a Taxa TEA feminina era de apenas 4,7%, ao passo que a masculina era de 10,5%. Já em 2012, assistimos a um número de empreendedores *early-stage* do sexo masculino correspondente a 9,3% da população adulta masculina e um número de empreendedores *early-stage* do sexo feminino de 6,2% da população adulta feminina. Estes resultados, para além de representarem um aumento do equilíbrio entre o número de homens e mulheres envolvidos em atividades empreendedoras, significa também que a Taxa TEA global de Portugal aumentou à custa do aumento do número de mulheres empreendedoras¹⁵.

A contribuição feminina para o desenvolvimento económico através do empreendedorismo verifica-se também além-fronteiras. Em Andorra, no ano de 2012, segundo a Unidade de Comércio e Consumo do Governo de Andorra, estavam registadas 7337 empresas, e, destas, 215 pertenciam a residentes de nacionalidade portuguesa (Gráfico n.º 3), o que corresponde a 2,93% do total. Como já referido, depois de aplicar um inquérito por questionário a 25% dessas empresas, verificamos que destas, 51% correspondem a empresas criadas e gerenciadas por mulheres.

9 DRUKER, 1986; CUNNINGHAM *et al*, 1991; SARKAR, 2007; DORNELAS, 2008.

10 CHANTILLON, 1755, citado por SAKAR, 2007.

11 DRUKER, 1986.

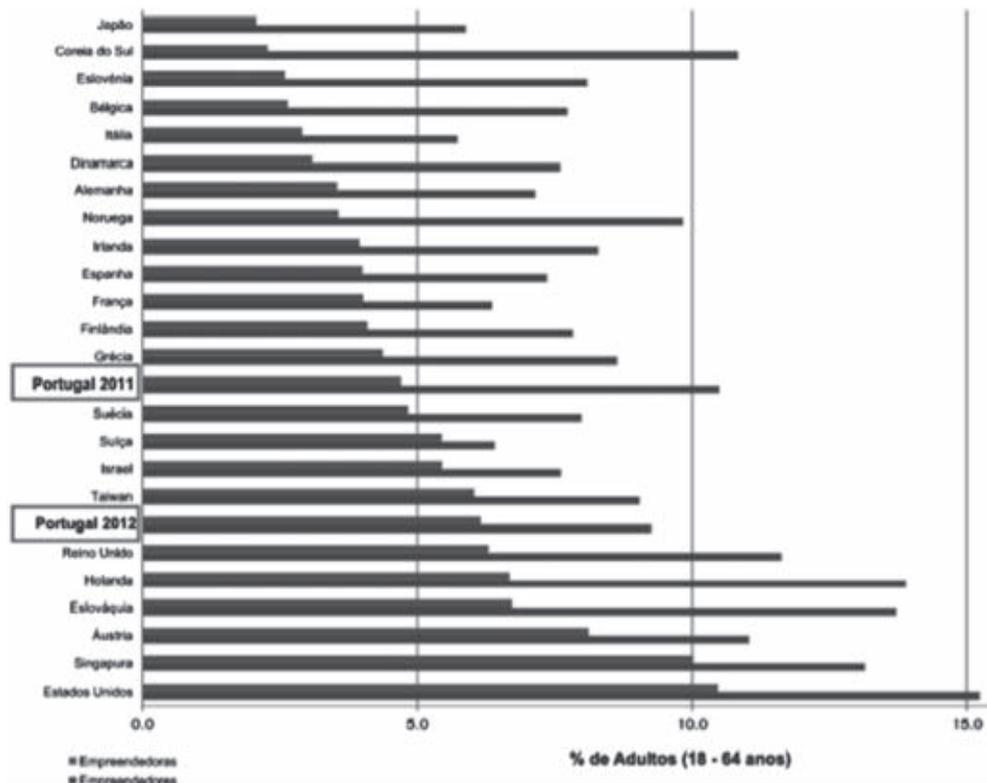
12 GASPAR, 2001.

13 SEQUEIRA, 2009.

14 GOMES *et al*, 2014.

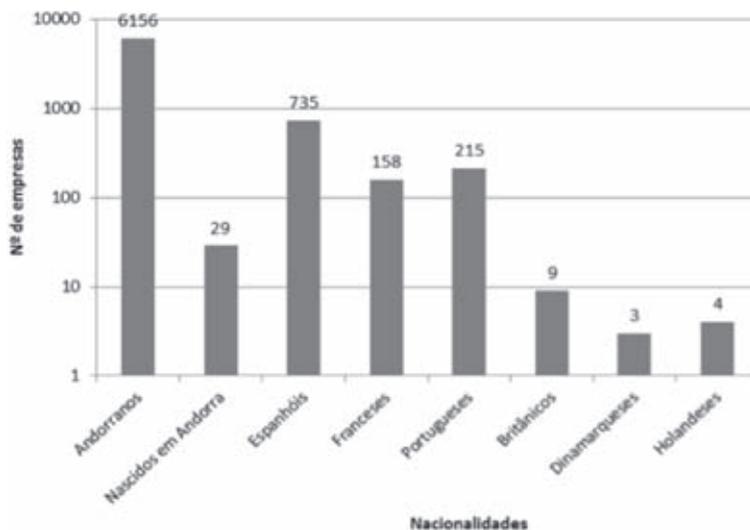
15 GEM PORTUGAL, 2012.

Gráfico n.º 2 – Taxa de Atividade Empreendedora (TEA) por género



Fonte: GEM PORTUGAL 2012 – Estudo sobre o Empreendedorismo, p.18.

Gráfico n.º 3 – Número de proprietários das empresas em Andorra por nacionalidade



Fonte: Unidade de Comércio e Consumo do Governo de Andorra, 2012 (elaboração própria).

As mulheres portuguesas empreendedoras em Andorra – o seu percurso

A cada dia que passa, mais autores procuram entender o papel das mulheres na sociedade, pois é extraordinária a sua relevância nas esferas económica (principalmente na criação de empregos para elas e para as outras pessoas), social (na capacidade de equilibrar o trabalho e família) e política (na procura por maior autonomia como grupo social minoritário). Neste sentido, deixamos aqui alguns apontamentos que retratam o percurso e a importância das portuguesas empreendedoras fora do seu país de origem, neste caso, em Andorra.

Em termos sociodemográficos, verificamos que as mulheres inquiridas tem uma média etária a rondar os 43 anos, são maioritariamente casadas e com um percurso académico relativamente curto. Do total das 26 mulheres, apenas 6 concluíram um nível de escolaridade do ensino secundário ou superior, representando apenas 23,1% do total de indivíduos. No entanto, a formação complementar parece ter uma importância bastante mais significativa, dado ter sido obtida por quase metade do grupo em estudo (11 casos, ou seja, 42,3%).

Tabela n.º 1 – Caracterização sociodemográfica em valores absolutos

Média de Idade: 43	Grau de Escolaridade
Estado Civil	1º Ciclo Ensino Básico: 3
Solteiro: 4	2º Ciclo Ensino Básico: 9
Casado: 15	3º Ciclo Ensino Básico: 8
Divorciado/separado: 7	Ensino Secundário: 3
Nacionalidade	Bacharelato: 1
Portuguesa: 25	Licenciatura: 2
Dupla nacionalidade: 1	Formação Complementar
	Sim: 11
	Não: 15

Fonte: Inquérito por questionário.

Em termos motivacionais da emigração para Andorra, é curioso verificarmos que as mulheres inquiridas apontam como principal motivo fatores de ordem familiar. Das 26 empreendedoras, 19 justificam a ida para o Principado por aí já terem familiares e amigos e pela necessidade de acompanharem o respetivo cônjuge, o que explica de alguma forma o avolumado número de portugueses em Andorra, assim como a homogeneidade na sua origem. Como pudemos verificar, a grande maioria dos 51 inquiridos (80,4%) residiam no Norte de Portugal antes de emigrar para Andorra, sendo poucos os portugueses que não se enquadraram nos espaços geográficos do Alto Minho, Beiras e Trás-os-Montes.

Como segundo principal motivo para emigrar para o Principado, as inquiridas apontam fatores de ordem laboral, nomeadamente pelo facto de em Andorra poderem encontrar mais e melhores condições de trabalho (13 respostas). E, finalmente, como terceiro principal motivo, encontramos o fator mais abrangente relacionado com a procura de melhores condições de vida (com 8 respostas).

Em termos empresariais, verificamos que o tempo que estas mulheres demoraram a criar as suas empresas e desenvolver os seus negócios, é indicador de que a experiência profissional acumulada nas suas carreiras é determinante do tipo de empreendedorismo desenvolvido. Observamos então que quase 70% das

mulheres empreendedoras, em Andorra, tomaram a decisão de criar as suas empresas mais de seis anos depois de terem chegado ao território, sendo pouco relevantes, proporcionalmente, aquelas que concretizaram o seu projeto em menos de três anos.

Verifica-se um período importante de trabalho por conta de outrem em Andorra antes de estarem criadas condições propícias ou oportunidades concretas para desenvolver negócio próprio. Este período anterior à escolha de percurso de empreendedorismo surge como uma continuidade das condições contratuais em que se encontravam em Portugal antes da emigração. Assim, estas mulheres, na sua esmagadora maioria, trabalharam como trabalhadoras por conta de outrem, assalariadas, muitas vezes no mesmo tipo de empresa que viriam a criar mais tarde. Para muitas delas, a emigração serviu como vetor de inserção no mercado de trabalho, ou mesmo como primeira experiência laboral.

O tipo de empreendedorismo desenvolvido também é revelador do percurso de emigração, com o objetivo de inserção profissional. O percurso escolhido passa, muitas vezes e gradualmente, de uma situação de trabalho por conta de outrem à posição de trabalho por conta própria, em nome individual e sem empregados. Esta situação mantém-se para metade das mulheres inquiridas. Quanto às restantes, apesar de terem empregados a seu cargo, a estrutura das suas empresas ainda se enquadra nas dimensões das microempresas com menos de 10 empregados (10 casos – 50% de todos os casos considerados).

O tipo de negócios geridos por estas mulheres está concentrado essencialmente nas áreas de comércio de proximidade, dos serviços e na restauração. É significativa a importância desta última área, pois representa 57,7% de todos os casos. Os outros serviços são sobretudo serviços pessoais, como os salões de cabeleireiros ou de estética. A faturação emitida pelas inquiridas revela volumes de negócios relativamente baixos, não excedendo os 100 mil euros por ano.

Outro ponto essencial para compreender o percurso empreendedor destas mulheres é determinar os fundamentos da escolha da área de atividade para as suas empresas, e, através da Tabela n.º 2, podemos ver que a valorização da experiência profissional e o gosto pessoal superam as razões de ordem económica, como a facilidade de financiamento ou mesmo as perspetivas do mercado (com posições médias de 4,85 e de 3,42 respetivamente).

Tabela n.º 2 – Principal razão para a escolha da atividade da empresa

	Média	%
Tinha experiência na atividade	1,77	53,8
Gosto pela atividade	2,5	23,1
Boas perspetivas de mercado	3,42	3,8
Surgiu a oportunidade	3,85	15,4
Conhecia pessoas que já trabalhavam na área	4,62	0,0
Mais facilidade de, financeiramente, implementar a atividade	4,85	3,8

A experiência profissional no setor surge como a razão mais importante para 53,8% das inquiridas e com uma média global de 1,77 de posicionamento relativamente às outras razões apresentadas (a questão encontra-se dividida em 6 razões possíveis, ordenadas da mais importante – número 1, até à menos importante – número 6). Este aspeto é corroborado ao analisamos as profissões exercidas pelas inquiridas antes da criação de suas empresas. Relevamos o domínio de profissões ligadas às áreas de atividade mais representadas, como empregadas de limpeza no sector da hotelaria, vendedoras em lojas ou cabeleireiras (9 casos para a primeira e 2 para as seguintes) que acabam por determinar, na maioria dos casos, a área de atividade dos negócios

constituídos. A afinidade e o gosto pela atividade surgem no segundo lugar, com uma média de 2,5 nas classificações, e como sendo a principal razão para a escolha do negócio para 23,1% dos casos.

Outros aspetos relevantes na análise da implementação de percursos migratórios empreendedores destas mulheres, são os níveis de integração dos seus negócios no mercado andorrano e as suas vivências sociais e familiares. Assim, importa verificar se elas exercem algum tipo de participação ativa no seio da comunidade portuguesa de que são originárias, e na comunidade andorrana na qual desenvolvem a sua atividade empresarial. Verificamos, em primeiro lugar, que a sua participação associativa é pouco significativa, com apenas 8 casos. É de notar que apenas em 3 casos existe uma participação relacionada com o meio profissional, o que representa apenas 11,5% da totalidade da amostra em estudo (3 casos das 26 inquiridas). É igualmente importante salientar que, em nenhum caso, existe uma participação nos meios de representação política (partidos ou associações).

Algumas das entrevistadas consideram que a participação portuguesa nas questões políticas de Andorra é inexistente e que as outras associações locais, nomeadamente as associações profissionais, não representam uma fonte importante de integração no mercado, nem no meio económico. O contexto legal e do título de nacionalidade restringem igualmente qualquer participação.

eA: Qual é a sua participação política no país onde desenvolve a sua atividade?

E07: Não tenho participação nenhuma.

eA: Vota?

e07: Não, até penso que aqui os portugueses não “pintam” nada.

(Entrevista n.º 7, sexo feminino, 28 anos, licenciada, microempresa em nome individual)

eA: Faz parte de alguma associação?

E01: Não e, eu na política aqui não entro não é?

eA: Vota?

E01: Não, não posso votar. Aqui os portugueses não podem votar, só pode votar a gente do país.

(Entrevista n.º 1, sexo feminino, 46 anos, 2º ciclo ensino básico, microempresa em nome individual)

Estas primeiras considerações indiciam, de alguma forma, que os níveis de integração das mulheres empreendedoras oriundas da emigração portuguesa em Andorra podem ainda aumentar, nomeadamente em referência à população andorrana. Por outro lado, destaca-se a comunidade de origem como um ponto essencial do desenvolvimento das suas vidas e da vida das suas empresas.

Observamos que existe um contacto importante na vida profissional destas mulheres com pessoas também elas emigradas em Andorra.

Tabela n.º 3 – Percentagem de relacionamento pessoal não familiar com portugueses ou pessoas de origem portuguesa (quartis)

	Frequências	Percentagens	Percentagens acumuladas
25% ou menos	6	23,1	23,1
Entre 26 e 50%	9	34,6	57,7
Entre 51 e 75%	7	26,9	84,6
Entre 76 e 100%	4	15,4	100
Total	26	100	

Os contactos de tipo não familiar com pessoas de nacionalidade portuguesa ou de origem portuguesa são maioritários para 42,3% das inquiridas, representando uma média de 50,6%¹⁶. Estes valores são reforçados quando analisamos as percentagens destes contactos com cidadãos andorranos, pois, para 61,5% das inquiridas, estas não ultrapassam os 25% (com média de apenas 30,58%). Notamos assim que, nas suas atividades económicas e sociais, as mulheres empreendedoras provenientes da emigração dependem muito da comunidade portuguesa e é essencialmente no seio desta que se encontram os seus clientes, fornecedores, etc.

Tabela n.º 4 – Percentagem de relacionamento pessoal não familiar com Andorranos (quartis)

	Frequências	Percentagens	Percentagens acumuladas
25% ou menos	16	61,5	61,5
Entre 26 e 50%	7	26,9	88,5
Entre 51 e 75%	1	3,8	92,3
Entre 76 e 100%	2	7,7	100
Total	26	100	

Estas considerações tornam-se mais evidentes quando analisamos a composição e a estrutura das empresas criadas pelas inquiridas. Verificamos que, quando os negócios não são microempresas em nome individual¹⁷, os sócios e parceiros dos mesmos são sempre de nacionalidade ou origem portuguesa.

Da mesma forma, observamos uma grande implementação da comunidade portuguesa nas outras posições das empresas em estudo. Em apenas 2 casos, os empregados não são de origem portuguesa. Assim, o percurso empreendedor destas mulheres está intimamente ligado às suas origens e à sua integração nesta comunidade em Andorra. É a partir desta que são obtidos os recursos necessários para a criação da empresa e recrutados os colaboradores para o seu funcionamento.

Se colocarmos o enfoque na perspetiva do mercado, também verificamos o mesmo. Os clientes portugueses, ou de origem portuguesa, ainda representam uma parte importante e sempre significativa do potencial de negócio ao alcance destas empresas. Assim, notamos que em 11 casos (por acumulação das categorias “entre 51 e 75%” e “entre 76 e 100%”), estes representam, pelo menos, metade dos clientes, com uma média global de cerca de 49%. É de salientar ainda que, em 7 casos, estes representam a quase totalidade da clientela global das empresas das inquiridas.

¹⁶ As inquiridas foram solicitadas a dividir os seus contactos pessoais não familiares por percentagens divididas pela comunidade portuguesa, comunidade andorrana e outras nacionalidades. As respetivas médias foram calculadas diretamente das suas respostas.

¹⁷ No caso das mulheres empreendedoras emigrantes em Andorra, apenas foram registados 4 casos em que existem sócios.

Tabela n.º 5 – Percentagem de clientes portugueses (quartis)

	Frequências	Percentagens	Percentagens acumuladas
25% ou menos	9	34,6	34,6
Entre 26 e 50%	6	23,1	57,7
Entre 51 e 75%	4	15,4	73,1
Entre 76 e 100%	7	26,9	100
Total	26	100	

A comunidade portuguesa em Andorra produz um verdadeiro mercado de base que possibilita aos seus membros a criação de empresas, o seu funcionamento e, muitas vezes, é o fator de sustentabilidade. Este suporte permite *a posteriori* o alargamento e expansão para o mercado local andorrano e internacional (potencial turístico do Principado). As considerações da entrevistada sustentam, de alguma forma, estes argumentos.

eA: Na sua vida profissional está em contacto com portugueses ou pessoas de origem portuguesa?

E07: Sim.

eA: Qual o teor desses contactos?

E07: Clientes, alguns amigos, fornecedores.

eA: E a influência destes contactos é importante para o desenvolvimento da empresa?

E07: A nível de clientes sim, torna-se importante... e também o produto português é importante, já tem uma aceitação por parte dos clientes que são portugueses.

(Entrevista n.º 7, sexo feminino, 28 anos, licenciada, microempresa em nome individual)

O enclave economicossocial e cultural torna-se ainda mais evidente à medida que são analisados outros pontos fulcrais na integração das inquiridas. A utilização da língua portuguesa surge como um ponto central das relações sociais, pois estabelece a base de comunicação e desenvolvimento destas mulheres, e isso muito para além do círculo familiar. Destacamos que a língua portuguesa é utilizada no contexto do exercício das suas atividades económicas pela quase totalidade das inquiridas (88,5%, ou seja, 23 casos). E esta utilização não é esporádica, pois, em média, em 51,39% do tempo é a forma de expressão utilizada pelas inquiridas para comunicar no seu local de trabalho, quer com clientes, quer com colaboradores. Verificamos, assim, que o facto de pertencer a uma comunidade emigrante portuguesa em Andorra é um dos vetores fundamentais que propicia e facilita o percurso empreendedor, ou seja, uma base importante a partir da qual se produz a inserção dos seus negócios no mercado andorrano.

Tabela n.º 6 – Percentagem de tempo de utilização da língua portuguesa no contexto laboral (quartis)

	Frequências	Percentagens	Percentagens acumuladas
25% ou menos	6	26,1	26,1
Entre 26 e 50%	7	30,4	56,5
Entre 51 e 75%	4	17,4	73,9
Entre 76 e 100%	6	26,1	100
Total	23	100	

A utilização da língua portuguesa também é maioritária no contexto familiar. Em 17 casos (65,4% das respostas), é a única forma de comunicar anunciada, proporção que pode chegar às 20 respostas se incluirmos os casos em que é praticado em conjunto com o castelhano. Obviamente, esta predominância linguística está diretamente relacionada com a nacionalidade dos outros membros do agregado familiar das inquiridas. Em 21 casos dos 26 em estudo, o primeiro membro do agregado familiar (geralmente o cônjuge) também é de nacionalidade portuguesa.

Tabela n.º 7 – Língua corrente mais utilizada num contexto familiar

	Frequências	Percentagens	Percentagens acumuladas
Castelhano	5	19,2	19,2
Catalão e castelhano	1	3,8	23,1
Português	17	65,4	88,5
Português e castelhano	3	11,5	100
Total	26	100	

Por outro lado, a predominância da língua portuguesa também traz desvantagens para as pessoas provenientes da emigração portuguesa. O não domínio do catalão (língua oficial de Andorra) pode mostrar-se uma barreira à integração social e económica. Este obstáculo pode ser considerado, inclusive, como um dos fatores para a prevalência de um certo enclave da população portuguesa emigrada em Andorra. O obstáculo linguístico parece definir, de alguma forma, os limites de mercado e do tipo de negócios que as mulheres empreendedoras desenvolvem, isto é, com enfoque na sua origem e na comunidade a que pertencem. É a partir deste núcleo que se fomentam as aspirações de expansão no meio em que se inserem.

eA: Por aquilo que já me têm dito, não falam o catalão... e queixam-se muito...

E07: Sim, claro... mas também não nos dão muitas oportunidades (...) de aprender... dão oportunidades a nível... se tu queres aprender catalão podes aprender catalão... mas no trabalho... claro dão-nos assim... um pouco... como não sabemos cem por cento a língua, e é uma língua um pouco difícil... mais difícil que o castelhano... claro que falamos principalmente castelhano, e então esquecemos um pouco do catalão entre aspás e põem muitos entraves por causa da língua e cada vez acho que põem mais entraves por causa da língua.

eA: É uma questão de afirmar a língua do país deles?

E07: Fala-se de tudo menos catalão... fala-se francês, fala-se castelhano, fala-se português. Por um lado é normal que eles queiram que se fale catalão, por outro lado, penso que não reagem da melhor forma com as pessoas que vão pedir trabalho, acho que deveriam de dar mais oportunidades. Nem sequer dão oportunidade de aprenderem. Dizem logo que não, que não querem pessoas que não falem catalão.

(Entrevista n.º 6, sexo feminino, 28 anos, licenciada, microempresa em nome individual)

Esta entrevistada relata ainda aspetos de uma certa discriminação por parte da população andorrana.

eA: Alguma vez se sentiu discriminada por ser de origem portuguesa aqui na sua vida quotidiana, aqui no país?

E07: Sim...

eA: Em que aspetos?

E07: Pelo facto de ser portuguesa, acho que os portugueses aqui não são bem aceites.
 eA: Sentiu-se discriminada porquê, deixaram de falar consigo, puseram-na à parte?
 E07: A nível que disseram bastantes vezes que era portuguesa e não queria mais gente portuguesa a trabalhar..
 eA: Sim, mas quando ia pedir trabalho?
 E07: Não quando ia pedir trabalho, mas quando estava a trabalhar. Disseram que eu era a única portuguesa, que não queriam mais... portugueses.
 (...)
 E07: Porque não gostam dos portugueses, não aceitam bem os portugueses aqui... não sei a nível... não estou a falar de uma forma geral, estou a falar mas de forma particular... mas é o que eu penso e muitas pessoas têm esse ponto de vista...é o que nos dá a sensação aqui. Os portugueses aqui são muito importantes, no desenvolvimento do país sempre foram muito importantes.
 (Entrevista n.º 7, sexo feminino, 28 anos, licenciada, microempresa em nome individual)

Embora sejam opiniões pessoais, não deixam de indiciar, de certa forma, que a exclusão linguística e uma ampla predominância da comunidade portuguesa, quer nos círculos privados, quer nos públicos, são fatores importantes para o desenho de um enclave cultural, económico e social. Estas são certamente questões fulcrais no entendimento da construção dos percursos empreendedores dos emigrantes em Andorra e na forma como se constrói um mercado específico, mas não propriamente fechado sobre si próprio.

Conclusão

Os principais resultados revelam que as questões familiares são determinantes na tomada de decisão para a emigração feminina, seguindo-se a procura de mais e melhores condições no mercado de trabalho. As oportunidades de negócio surgiram já no território de Andorra e não como uma continuidade do mercado português.

O percurso empreendedor destas mulheres está mais relacionado com a prática profissional do que a conclusão de algum tipo mais específico de formação. Estas mulheres, na sua esmagadora maioria, trabalharam em Andorra como trabalhadoras por conta de outrem, assalariadas, muitas vezes no mesmo tipo de empresa que viriam a criar mais tarde. Para muitas delas, a emigração serviu como vetor de inserção no mercado de trabalho, ou mesmo como primeira experiência laboral.

A participação de portuguesas nas questões políticas de Andorra é inexistente e as associações locais, nomeadamente as associações profissionais, não representam uma fonte importante de integração no mercado, nem no meio económico. O contexto legal e do título de nacionalidade acabam igualmente por restringir qualquer participação.

Os níveis de integração das mulheres empreendedoras oriundas da emigração portuguesa em Andorra são relativamente baixos, nomeadamente com a população andorrana. Destaca-se a comunidade de origem como um ponto essencial do desenvolvimento das suas vidas e da vida das suas empresas.

A predominância do uso da língua portuguesa traz desvantagens para as mulheres provenientes da emigração portuguesa; em alguns casos, a falta de prática do catalão (língua oficial de Andorra) surge como uma barreira à integração social e económica. Este obstáculo pode ser considerado, inclusive, como um dos fatores para a prevalência de um enclave socioeconómico da população portuguesa emigrada em Andorra. O entrave linguístico parece definir, de alguma forma, os limites de mercado e do tipo de negócios que as mulheres empreendedoras desenvolvem, isto, com enfoque na sua origem e na comunidade a que pertencem.

Reunimos, desta forma, um pouco mais de conhecimento sobre o empreendedorismo emigrante, com destaque para o empreendedorismo feminino (onde pouco se sabe sobre as suas competências, obstáculos e modelos de gestão), que cada vez mais é reconhecido como um importante contributo económico e social para

muitos países. A verdade é que, à medida que forem desenvolvidas mais pesquisas sobre este assunto, mais se poderá fazer por uma disseminação de uma cultura empreendedora, nomeadamente ao nível da implantação de políticas públicas de apoio, ao fomento e desenvolvimento dos negócios, ou mesmo através da formação/capacitação pessoal.

Fontes e Bibliografia

- Andorra. U.S. Department of State – Diplomacy in Action. Disponível em: <<http://paei.state.gov/p/eur/ci/an/>> [consult. 17 de jun. 2013].
- Comissão Europeia, 2008 – *Prioridade às PME*. Disponível em: <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=OCCOQFjAA&url=http%3A%2F%2Fbookshop.europa.eu%2Fpt%2Fprioridade-s-pme-pbNB3008452%2Fdownloads%2FNB-30-08-452-PT-C%2FNB3008452PTC_002.pdf%3Bpgid%3Dy8dIS7GUJWMdsROEAIEMUUsWb00009o1wCwFq%3B-sid%3E> [consult. 26 de dez. 2012].
- COUTINHO, A.; OLIVEIRA, B.; SOARES, V. *et al*, 2008 – “O empreendedorismo imigrante em Portugal: factores que influenciam este percurso profissional da ASI decorrente dos resultados do projeto PEI”. *Revista Migrações – Número Temático Empreendedorismo Imigrante*. Lisboa: ACIDI, p. 263-270.
- CUNNINGHAM, J. B.; LISCHERON, J. 1991 – “Defining entrepreneurship”. *Journal of Small Business Management*. Disponível em: <<http://www.joensuu.fi/taloustieteet/opiskelu/Llavikainen/Cunningham&Licheron.pdf>> [consult. 26 de dez. 2012].
- Diário da República*, 1.ª Série, n.º 139, 21.7.2008, p. 4479.
- DORNELAS, J. C. , 2008 – *Empreendedorismo*. Brasil: Elsevier.
- DRUCKER, P., 1986 – *Inovação e gestão*. Lisboa: Editorial Presença.
- GASPAR, F. A., 2001 – *O estudo do empreendedorismo e a relevância do capital de risco*. Disponível em: <<http://docentes.esgs.pt/fernando-gaspar/publ/Lugo.pdf>> [consult. 5 de jan. 2013].
- GEM PORTUGAL, 2012 – *Estudo sobre o Empreendedorismo*. Disponível em: <<http://www.gemconsortium.org/docs/download/3120>> [consult. 5 de jun. 2014].
- GOMES, F. A.; SANTANA, P. G.; SILVA, M. J., 2014 – *Mulheres Empreendedoras: Desafios e Competências*. Disponível em: <<http://www.cyta.com.ar/ta0406/v4n6a1.htm>> [consult. 1 de jun. 2014].
- HATZIPROKOPIOU, P. 2008 – Empreendedorismo de migrantes na Grécia. *Revista Migrações – Número Temático Empreendedorismo Imigrante*. Lisboa: ACIDI, pp. 79-90.
- HISRICH, R.; PETERS, M.; SHEPHERD, D., 2009 – *Empreendedorismo*, 7ª ed. Porto Alegre: Bookman.
- HOLTZ-EAKIN, D.; KAO, C., 2003 – “Entrepreneurship and Economic Growth: the Proof is in the Productivity”. *Center for Policy Research Working Paper N.º 50*. New York: Syracuse University.
- INFOTEC PME, 2014 – *INFOTEC PME - Empreendedorismo Feminino*. Disponível em: <http://www.anje.pt/system/files/items/172/original/EURreport%232_EmpreendedorismoFeminino.pdf> [consult. 5 de jun. 2014].
- LAZARIDIS, G.; KOUMANDRAKI, M., 2003 – “Survival Ethnic Entrepreneuers in Greece: A Mosaic of Informal and Formal Business Activities”. *Sociological Research Online*. Vol. 8, n.º 2. Disponível em: <<http://www.socresonline.org.uk/8/2/lazaridis.html>> [consult. 20 de jan. 2013].
- LLUELES, M. J., 1991 – *La transformació econòmica d'Andorra*. Barcelona: L'Avenç.
- MALHEIROS, J., 2002 – Espanha e Andorra (um estudo de caso) in BAGANHA, M. I.; FERRÃO, J.; MALHEIROS, J., 2002 – *Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional, p. 227-255.
- MATIAS, M. S., 2008 – *A que sabe um sumol a 2.200 metros de altitude?: identidade, integração e redes sociais dos cidadãos portugueses em Andorra*. Andorra: Pagés Editors.
- Observatório da Emigração. Disponível em: <<http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/paises.html?id=1>> [consult. 20 de jun. 2012].
- OLIVEIRA, C., 2005 – *Empresários de origem imigrante: Estratégias de inserção económica em Portugal*. Lisboa: Alto Comissário para a Integração e Minorias Étnicas.
- O'MEALLY, N. B., 2000 – Fostering women's entrepreneurship: education, management training and societal values in *Conference on women entrepreneurs in smes: Realising the Benefits of Globalisation and the Kno*. Paris: Anais, p. 2.
- PEIXOTO, J., 2008 – “Limites e oportunidades do empreendedorismo imigrante”. *Revista Migrações – Número Temático Empreendedorismo Imigrante*. Lisboa: ACIDI, p. 305-307.

- PORTES, A., 1999 – *Migrações Internacionais – Origens, tipos e modelos de incorporação*. Oeiras: Celta Editora.
- SARKAR, S., 2007 – *Empreendedorismo e Inovação*. Lisboa: Escolar Editora.
- SEQUEIRA, F., 2009 – *O Militante*. Disponível em: <<http://www.omilitante.pcp.pt/pt/301/Economia/338/Micro-pequenas-e-m%C3%A9dias-empresas-Import%C3%A2ncia-e-problem%C3%A1tica.htm>> [consult. 17 de mai. 2014].
- SERDEDAKIS, N.; TSIOLIS, G.; TZANAKIS, M. *et al*, 2003 – “Stategies of social integration in the biographies of Greek female coming from the former Soviet Union. Self-employment as an alternative”. *International Review of Sociology*. Vol. 13, n.º 1, p. 145-162.

Portugal e a globalização das migrações. Desafios de segurança

Teresa Ferreira Rodrigues

Susana de Sousa Ferreira

Introdução

Os movimentos migratórios têm na atualidade um carácter global. Inicialmente movimentos espontâneos, o alargamento a novos espaços política e socialmente constituídos e regulamentados transformaram-nos em vetores importantes nas economias, tecido social e segurança dos povos e das nações de acolhimento. Se até há pouco tempo as migrações eram apenas matéria de política interna dos Estados, atualmente são matéria de *high-politics* nas relações internacionais.

Com efeito, as migrações internacionais apresentam-se como uma das principais características do século XXI, a que Castles e Miller chamaram “the age of migration”¹. Dados recentemente divulgados pelas Nações Unidas estimam que existam 232 milhões de migrantes internacionais, que representam 3,2 % da população mundial². Mas apesar do seu crescente número, os migrantes internacionais continuam a representar uma percentagem diminuta no total da população mundial. As migrações são a exceção e não a regra e a mobilidade humana é uma escolha de apenas alguns.

Não obstante, a sua importância nos equilíbrios do sistema internacional é significativa em termos qualitativos. Os crescentes fluxos migratórios e o seu impacto nas sociedades de origem e de acolhimento tornam pertinente o estudo do fenómeno da globalização das migrações, designadamente no caso específico português.

A globalização, enquanto processo em contínua construção, tem como resultado mais evidente a circulação global de bens, serviços e capital, bem como de informação, ideias e pessoas. Um conceito muito atual e algo controverso, a globalização afeta hoje todos os moldes em que assenta a sociedade de risco em que vivemos³.

O mundo comprimiu-se. A ideia de espaço e tempo sofreu alterações significativas nas últimas décadas, bem como o modo como as populações humanas, também elas novas populações, o percecionam e utilizam. Mau grado esta maior interconexão da sociedade internacional, mantêm-se e agudizam-se as diferenças sociais e económicas entre povos e grupos e os desequilíbrios manifestos no que concerne ao acesso a recursos naturais indispensáveis à vida humana, ao progresso e à sustentabilidade das soluções de desenvolvimento

1 CASTLES; MILLER, 2009.

2 United Nations, 2013b.

3 RODRIGUES, 2011: 1.

humano encontradas, o que gera desafios e oportunidades à sociedade de risco que caracteriza o mundo atual.

A mobilidade humana representa no século XXI um desafio e uma oportunidade. A porosidade das fronteiras e os desenvolvimentos tecnológicos (nomeadamente ao nível dos transportes e das comunicações) levam ao estreitamento do planeta, quebrando barreiras físicas e aproximando povos e nações. A importância das migrações internacionais é por demais reconhecida. Estas contribuem para o desenvolvimento económico dos países de origem (através do envio de remessas, por exemplo) e de destino (mão-de-obra barata e/ou especializada) e para o equilíbrio demográfico e enriquecimento social. Contudo, a sua centralidade e escala transnacional implicam incertezas e facilmente são associadas a riscos de segurança. A imigração é cada vez mais vista como um problema de segurança e o seu carácter global sugere a necessidade de aprofundamento do *nexus* imigração-segurança. O grande desafio consiste em encontrar pontos de equilíbrio neste binómio, evitando os discursos radicais, sem que tal preocupação faça esquecer os desafios colocados pelos movimentos migratórios, inéditos em termos de volume, motivações e destinos⁴.

Tendo por base as migrações internacionais e os desafios à segurança, pretendemos neste artigo: a) compreender a evolução das dinâmicas migratórias em Portugal; b) aferir os diferentes perfis migratórios; c) explorar o modo como esses diferentes perfis e tendências migratórias podem representar riscos e oportunidades para o futuro.

1. A globalização das migrações

O estreitamento do planeta obriga a que se reequacione a relação entre populações, desenvolvimento, mobilidade e segurança. A circulação de serviços, pessoas e capitais, ideias e informação é central a este novo “mundo em movimento”. Os avanços tecnológicos permitem encurtar distâncias, quebrando as barreiras físicas. Contudo, a nova realidade mundial é marcada por assimetrias e convergências nas mais diversas áreas. Ao mesmo tempo que se estreitam as relações entre os povos, agudizam-se as diferenças entre ricos e pobres.

Castles e Miller consideram que “[i]nternational migration is part of a transnational revolution that is reshaping societies and politics around the globe. The old dichotomy between migrant-sending and migrant-receiving states is being eroded”⁵. Hoje, os fluxos migratórios são cada vez mais diversos e complexos.

A economia dita as regras no mundo atual. Os diferentes ritmos de crescimento económico, as assimetrias nos padrões de desenvolvimento humano, as discrepâncias de desenvolvimento regional, juntamente com as desiguais tendências demográficas desafiam o balanço geopolítico e motivam a mobilidade humana. Mau grado a crescente interdependência económica e a expansão descontrolada dos mercados e finanças terem conduzido à atual crise económica e financeira, estes contribuíram também para a melhoria dos níveis de vida em muitos países. Todavia, o desenvolvimento económico acentuou o hiato entre países ricos e países pobres⁶. Este é para Moses um dos paradoxos da globalização: “*as the world draws closer together in the wake of remarkable technical, market and political developments, it is being pulled apart by growing inequalities*”⁷.

Estas assimetrias de crescimento, aliadas aos desequilíbrios demográficos, potenciam a migração. Como refere Newland, “[e]ntwined demographic and economic trends will change the geography of migration in the 21st century in ways that will have a profound influence on development”⁸. Deste modo, assistiremos no futuro próximo a uma inversão das tendências. Os países com rendimentos médios e baixos beneficiarão de um

4 FERREIRA; RODRIGUES, 2013: 3.

5 CASTLES; MILLER, 2009: 7.

6 FERREIRA, 2014: 3.

7 MOSES, 2006: 19. Em itálico no original.

8 NEWLAND, 2013: 3.

maior crescimento económico nas próximas décadas. Já os países que atualmente detêm altos rendimentos passarão por um crescimento mais lento do que aquele experienciado nos últimos anos⁹. Estas tendências económicas e as disparidades demográficas entre países e regiões configurarão a mobilidade neste século XXI.

O desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte fomentados pela globalização e as alterações políticas, sociais e culturais a que assistimos nas últimas décadas facilitaram a mobilidade humana, pelo que, como referem Castles e Miller, “[i]nternational migration, in turn, is a central dynamic within globalization”¹⁰. A erosão das barreiras físicas e das fronteiras favorecidas pelos avanços tecnológicos permitirá a intensificação da mobilidade humana.

As migrações contribuem para o desenvolvimento económico dos países de origem (envio de remessas) e de destino (mão-de-obra barata e/ou especializada) e para o equilíbrio demográfico e enriquecimento social (maior diversidade cultural) dos países de acolhimento¹¹. Apesar disso, poderão também ter impactos negativos nas economias dos países de origem, levando à fuga de cérebros (*brain drain*). Todavia, receios quanto às suas consequências económicas, políticas e muitas vezes ao nível da identidade, tornam os Estados relutantes em abrir as suas fronteiras. A imigração é cada vez mais vista como um problema de segurança e o seu carácter global levanta questões quanto à segurança dos indivíduos, sociedades e Estados, desafiando o paradigma da segurança humana¹².

Nas regiões desenvolvidas, as migrações desempenham um papel cada vez mais importante na manutenção do crescimento da população. Ora, as migrações contribuem para atrasar o processo de envelhecimento da população nestas regiões. Contudo, as migrações por si só não resolvem este problema a longo-prazo, apenas contribuem para o desacelerar deste processo¹³.

Importa referir que “[m]igration affects migrants and non-migrants alike, in countries of origin, transit and destination. Some effects are felt directly at the household level, others by communities or national economies”¹⁴. O *nexus* migrações-desenvolvimento¹⁵ permite-nos analisar o impacto das migrações no desenvolvimento dos países (de origem e de acolhimento) e promover o impacto positivo das migrações internacionais. Esta é uma área de estudo recente ao nível das migrações internacionais e, dada a complexidade do fenómeno migratório, deve ser tratada com o devido rigor científico, podendo as generalizações ser perniciosas. No entanto, existem já estudos e dados suficientes que nos permitem esclarecer algumas questões e retirar algumas conclusões.

As migrações internacionais contribuem significativamente para a redução da pobreza, a melhoria do acesso à saúde, educação e segurança alimentar, podendo resultar, ainda, num maior grau de independência dos próprios cidadãos. Münz salienta que é “the most efficient way of lifting people out of poverty or increasing their income by giving them better access to formal and informal labor markets”¹⁶.

O impacto das migrações no desenvolvimento está dependente do próprio conceito de desenvolvimento. A noção de “desenvolvimento humano” defendida pelas Nações Unidas assenta em “the freedom and capability of people to achieve the kind of life that they themselves value”¹⁷. Neste sentido, as migrações podem ser entendidas como um tipo de liberdade¹⁸. Os migrantes e as diásporas contribuem para o desenvolvimento dos países de origem e de destino, através do envio de remessas, do investimento, da transferência de tecnologia, inovação, competências e conhecimento¹⁹.

9 NEWLAND, 2013: 3.

10 CASTLES; MILLER, 2009: 3.

11 PEREIRA, 2009: 28.

12 FERREIRA; RODRIGUES, 2013: 3-4.

13 United Nations, 2013a: 8-9.

14 United Nations, 2013a: 9.

15 DE HAAS, 2009; NEWLAND, 2013; United Nations, 2013a.

16 MÜNZ, 2013: 1.

17 NEWLAND, 2013: 2.

18 NEWLAND, 2013: 2.

19 United Nations, 2013a: 9.

As diásporas, as comunidades de emigrantes e seus descendentes estabelecem as pontes entre os países de origem e de destino, tirando o maior partido dos aspetos positivos da globalização. “There is a growing consensus that migration is an integral feature of global development in the twenty-first century”²⁰. Deste modo, os próprios Estados deveriam favorecer a mobilidade transnacional, criando “canais de migração” de acordo com as necessidades do mercado de trabalho, bem como salvaguardando os direitos humanos dos migrantes e suas famílias.

Apesar dos indivíduos terem o direito de saírem e entrarem no seu próprio país, os Estados têm soberania para regular as entradas e saídas dos cidadãos estrangeiros no seu território. Todavia, poucos são os Estados que têm um enquadramento legal que facilite as migrações regulares e reduza a incidência das migrações irregulares²¹.

Os fenómenos migratórios não são apenas fenómenos sociais, mas também fenómenos demográficos, com impactos nas dinâmicas de crescimento populacional. A população mundial atingiu em 2011 os 7 bilhões de habitantes e tem vindo a crescer, desde o início do século XX, a uma média de 77 milhões de pessoas por ano (cerca de 1,1%). O maior crescimento populacional ocorre no Sul da Ásia, Médio Oriente e África subsaariana. Apesar disso, assistimos a um desaceleração no crescimento populacional, pelo que se projeta que após atingir os 10 mil milhões de habitantes, “the global population will start declining toward the end of the 21st century or at the beginning of the 22nd”²² (Figura n.º 1).

Figura n.º 1 – Projeções de crescimento da população mundial, 2010-2050



Fonte: Münz, 2013: 3

20 United Nations, 2013a: 13.

21 United Nations, 2013a: 13-14.

22 MÜNz, 2013: 3.

A dinâmica de aumento demográfico neste século será marcada pelo decréscimo dos níveis de fecundidade e pelo aumento da esperança média de vida, o que provocará a progressiva generalização do envelhecimento da população, com impactos económicos e sociais que condicionarão o futuro dos países, nomeadamente ao nível do mercado de trabalho e sistemas de apoio social, tal como o conhecemos hoje²³.

O desequilíbrio demográfico contribui para aumentar a pressão migratória, em termos internos e internacionais. Com efeito, as migrações apresentam-se como uma das chaves para o crescimento demográfico do conjunto dos países desenvolvidos. Importa aqui considerar o conceito de “migrações de substituição”, adotado pelas Nações Unidas em 2000, que consiste na “international migration that would be needed to offset declines in the size of population, the declines in the population of working age, as well as to offset the overall ageing of a population”²⁴. Deste modo, as migrações internacionais não só concorrem para o crescimento direto da população, como também contribuem indiretamente para um aumento dos índices de fecundidade²⁵.

As crescentes disparidades económicas e demográficas são *predictors* de futuro ao nível das migrações internacionais. Como se distribuem as migrações internacionais na atualidade? Quais as principais tendências? Debruçar-nos-emos sobre estes tópicos de seguida.

1.1 A geografia das migrações internacionais

Num mundo cada vez mais interligado, em que as tecnologias permitem quebrar muitas das barreiras físicas e em que os Estados firmam entre si acordos de livre circulação de pessoas, bens e capitais, muitas são ainda as restrições à mobilidade humana. Contrariamente ao senso-comum, essas restrições são relativamente recentes. Durante séculos as populações deslocavam-se livremente entre diferentes territórios sem necessidade de vistos. Na atualidade, as migrações são frequentemente percecionadas como uma ameaça à soberania dos Estados, pelo que estes adotam medidas cada vez mais restritivas para gestão dos fluxos migratórios.

Como já referimos, 232 milhões de pessoas vivem hoje noutra país que não o seu país de origem. Destes, 59% residem nos países desenvolvidos do hemisfério Norte. Os atuais fluxos migratórios são bastante diversos e respondem às disparidades entre países ricos e pobres. Stalker considera que “[w]hile migration flows are generated primarily by wage differences, they are also distorted by social and political pressures as host communities become more resistant to new arrivals”²⁶. Daí que assistamos atualmente a uma redução dos fluxos para a Europa e à criação de novos canais migratórios, nomeadamente no Sudoeste Asiático.

Países como os EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Argentina são considerados países “clássicos” de imigração, já que a sua atual população resulta de uma imigração histórica em larga escala. Por sua vez, a Europa sempre foi palco dos movimentos migratórios, embora estes fossem predominantemente de saída. A globalização veio reverter esta tendência e, desde as últimas décadas do século XX, a Europa assiste a um intensificar dos fluxos imigratórios, tornando-se um destino preferencial. Como destino de cerca de 33% do total de migrantes internacionais, a Europa é hoje o continente mais atrativo do Mundo, embora esse facto não impeça a existência de uma enorme diversidade de situações em termos internos. No contexto europeu, a União Europeia apresenta os melhores indicadores de atratividade, embora diferentes histórias nacionais, diferentes níveis de desenvolvimento

23 MÜNZ, 2013: 2.

24 United Nations, 2001: 1.

25 As migrações oriundas de países menos desenvolvidos são as que contribuem mais diretamente para o aumento dos níveis de fecundidade, uma vez que são imigrantes que procedem de países com altos níveis de fecundidade. Contudo, ao longo do processo de integração no país de acolhimento, os padrões de reprodução das mulheres imigrantes tendem a convergir com os das mulheres da sociedade de acolhimento, pelo que o seu contributo se vai reduzindo (SALAS, 2005: 130).

26 STALKER, 2000: 33.

humano e algumas diferenças no que concerne ao modo de acolhimento desses “estrangeiros” se traduzam em alguma variedade, que as várias “políticas comuns de imigração e asilo” não conseguem anular.

O atual mapa das migrações europeias (Figura n.º 2) é caracterizado por diferentes motivações e modalidades, que explicam a existência de distintos perfis migratórios. Só recentemente os países da Europa do Sul se tornaram países atrativos para as migrações internacionais, parcialmente devido ao seu desenvolvimento económico após a entrada no projeto europeu. Portugal pertence a este grupo de países, juntamente com Espanha, Itália e Grécia.

Figura n.º 2 – Migrantes Internacionais 2013



Fonte: UNDP, 2013b.

Contudo, assistimos hoje a uma inversão desta tendência. A crise económica e financeira europeia e mundial afetou de modo especial os países da Europa do Sul, nomeadamente Grécia, Portugal e Espanha, pelo que desde o ano 2011 estes países registam números de emigração superiores aos de imigração, o que representa um saldo migratório negativo. Ao mesmo tempo, as economias emergentes (como Brasil, Índia e China) atraem cada vez mais os migrantes de países vizinhos, chamando a si novos fluxos migratórios²⁷.

Na primeira década do século XXI, o *stock* global de migrantes aumentou cerca de 4,6 milhões por ano. Neste período, o continente asiático registou o maior aumento no número de migrantes internacionais (1,7 milhões por ano), seguido da Europa (1,3 milhões/ano) e da América do Norte (1,1 milhões)²⁸. Os maiores fluxos migratórios entre países em desenvolvimento verificam-se no continente asiático, nomeadamente entre os países do Sul e Sudoeste da Ásia e os países do Conselho de Cooperação do Golfo²⁹. Nas próximas décadas, “[p]eople will continue to move from youthful to aging societies, and from poorer peripheries to richer urban agglomerations. The current geography of migration will, however, change”³⁰.

O mesmo autor aponta quatro razões para que se verifiquem alterações no atual xadrez migratório: 1) crescente competição por mão-de-obra qualificada, cada vez mais países procurarão competências e talento; 2) mudança nos padrões de crescimento económico, o maior crescimento económico regista-se agora nos

27 NEWLAND, 2013: 3-4.

28 United Nations, 2013b: 5.

29 United Nations, 2013b: 8.

30 MÜNZ, 2013: 1.

países com rendimentos médios e baixos, o que trará alterações aos fluxos migratórios, passando os países de origem a ser cada vez mais países de destino; 3) mais alternativas nacionais e regionais para a migração para o exterior, a melhoria da situação económica nas capitais e nos aglomerados urbanos criou alternativas domésticas para a migração internacional; 4) impacto das migrações no bem-estar e desenvolvimento, a mobilidade permite aos migrantes melhorar os seus rendimentos, acesso à educação ou à segurança pessoal³¹.

As políticas futuras deverão ter em conta este cenário de mudança dos fluxos migratórios e os novos desafios que os mesmos colocam. Importa, para isso, conhecer as principais tendências ao nível das migrações internacionais, para compreender melhor este fenómeno.

1.2 Tendências atuais

Castles e Miller, na sua obra *The Age of Migration*, apontam seis tendências ao nível das migrações internacionais: 1) globalização das migrações, a tendência para que um crescente número de países seja afetado pelos movimentos migratórios ao mesmo tempo; 2) a aceleração das migrações, aumento do volume das migrações internacionais; 3) a diferenciação das migrações, a maioria dos países não tem apenas um tipo de migrações, como as migrações laborais, refugiados ou outros, mas vários tipos de uma só vez; 4) a feminização das migrações, papel cada vez mais significativo das mulheres nos movimentos migratórios; 5) a crescente politização das migrações, cada vez mais as políticas nacionais, a segurança nacional e as relações bilaterais e regionais são afetadas pelas migrações internacionais; 6) a proliferação da transição migratória, que ocorre quando os tradicionais países de origem se tornam países de trânsito e de destino.

Os fluxos migratórios internacionais não têm apenas aumentado em volume, mas têm também sofrido alterações quanto às suas características, tornando-se cada vez mais complexos e diversos. De acordo com dados recentemente divulgados pelas Nações Unidas, podemos enunciar algumas das atuais tendências migratórias globais³²:

1. Crescente importância das migrações sul-sul – é notório o crescimento dos fluxos migratórios sul-sul, que são já tão comuns quanto os fluxos sul-norte. Segundo os dados recolhidos, em 2013, 82,3 milhões de migrantes internacionais eram originários de países do sul e residiam no sul.
2. A maioria dos migrantes reside na Europa e na Ásia – a Europa continua a ser a região de acolhimento com maior número de migrantes (com 72 milhões de migrantes internacionais em 2013), mas a Ásia está no caminho para ultrapassar o “Velho Continente” (já com 71 milhões de migrantes). Como as próprias Nações Unidas constataam, “Asia saw the largest increase of international migrants since 2000, adding some 20 million migrants in 13 years”.
3. As migrações internacionais permanecem bastante concentradas – a maioria dos migrantes internacionais concentra-se em dez países, sendo os EUA os que detêm maior número (45,8 milhões), seguidos da Rússia (11 milhões), Alemanha (9,8 milhões), Arábia Saudita (9,1 milhões), Emirados Árabes Unidos (7,8 milhões), Reino Unido (7,8 milhões), França (7,4 milhões), Canadá (7,3 milhões), Austrália (6,5 milhões) e Espanha (6,5 milhões).
4. Feminização das migrações – 48% dos migrantes internacionais são do sexo feminino.

Importa ainda considerar as migrações forçadas por crises políticas ou catástrofes ambientais, que assumem grande relevância na cena internacional atual e que colocam grandes desafios à segurança

31 MÜNZ, 2013: 5-7.

32 United Nations, 2013b.

internacional. As alterações climáticas (e a conseqüente subida das águas do mar e ameaça à segurança alimentar) e as catástrofes naturais podem levar à deslocação de populações em massa, criando os chamados “refugiados ambientais” ou IDPs (*Internally Displaced People*). As migrações forçadas colocam frequentemente em causa a segurança humana desses indivíduos, que se veem privados dos seus bens.

As migrações irregulares ou ilegais são outro dos grandes dilemas da atualidade. Na verdade, “[t]oo few channels exist for legal migration. The human rights of migrants, therefore are compromised. Millions travel, live and work outside the protection of laws”³³. Estes fluxos estão frequentemente associados com baixos níveis de desenvolvimento humano e são compostos por indivíduos que procuram trabalho, mas que por norma têm baixos níveis de qualificações. Os Estados consideram estas migrações como “indesejadas”, pelo que são “often seen as being at the root of public fears of mass influxes. It is therefore a catalyst for racism and is at the centre of extreme-right agitation”³⁴.

Uma vez apresentadas as principais características das migrações internacionais, importa agora conhecer a realidade portuguesa e compreender como esta se insere no quadro internacional.

2. Portugal – a realidade migratória

Portugal, no quadro da Europa comunitária, não é alheio a esta realidade de mudança. País tradicionalmente de emigração, passou a ser no início da década de 1990 país recetor de imigrantes. A sociedade portuguesa conheceu grandes transformações nos últimos 40 anos, de modo especial após a sua adesão, em 1986, à União Europeia, então Comunidade Económica Europeia (CEE). As alterações de regime político e a integração no projeto europeu trouxeram consigo mudanças sociais, económicas e também demográficas, e a conseqüente modernização social. O desenvolvimento económico entre 1986 e 2000 contribuiu para a subida dos padrões de consumo e de bem-estar das famílias³⁵. A vida dos cidadãos portugueses e os seus padrões comportamentais alteraram-se. A modernização e o progresso foram os principais atrativos para as vagas de imigrantes que começaram a afluir a Portugal a partir da década de 1990. É este diferencial de bem-estar entre os indivíduos que motiva as migrações económicas, induzindo fluxos ilimitados³⁶. Mas embora nas últimas décadas a sociedade portuguesa tenha sofrido alterações sociais e demográficas consideráveis, “estas não foram originais [...] em relação aos restantes Estados da Europa do Sul, designadamente Estados-Membros”³⁷.

As dinâmicas populacionais em Portugal convergem com as europeias: envelhecimento das estruturas etárias, diminuição do número de efetivos, dependência face às migrações³⁸. Num Portugal tendencialmente envelhecido e a atravessar um período de crise económica (europeia e mundial) importa perceber as atuais dinâmicas migratórias e os desafios que elas apresentam ao seu futuro³⁹.

2.1 As dinâmicas migratórias em Portugal (1990-2030)

Até ao início da década de 70 do século passado, Portugal pertencia ao conjunto de países europeus de emigração. Tal não significa que não se verificassem entradas de cidadãos estrangeiros. Contudo, os números

33 United Nations, 2013b: 2.

34 CASTLES; MILLER, 2009: 309.

35 RODRIGUES; MOREIRA, 2011: 30.

36 BAGANHA, 2005: 29.

37 RODRIGUES; MOREIRA, 2011: 31.

38 RODRIGUES; MOREIRA, 2011: 48.

39 FERREIRA; RODRIGUES, 2013: 6.

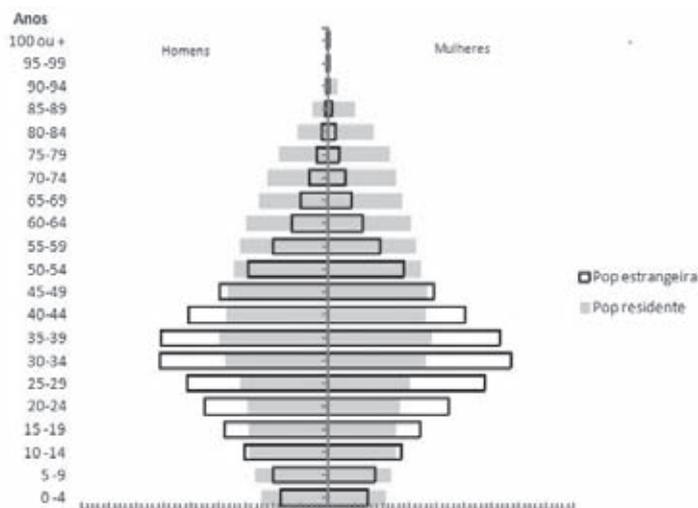
eram insignificantes quando comparados com as vagas de imigrantes que chegaram ao país a partir dos anos 80. Não obstante, ao falarmos de Portugal como novo país de imigração não podemos esquecer que a emigração é e continua a ser uma realidade no país, tendo no último ano o país registado um saldo migratório negativo. Ao mesmo tempo que as dificuldades conjunturais levam os nacionais a procurar outros países, outros há que a vêem como uma oportunidade ou mesmo como algo melhor do que o que tinham.

Em termos históricos, a imigração para Portugal, tal como para os restantes países da Europa do Sul, é uma realidade recente. Esse facto está plasmado na cronologia a que obedece a evolução do enquadramento legal das migrações no país, que só no início da década de 1980 desenvolveu uma política de imigração nacional.

Portugal tem desenvolvido políticas migratórias restritivas e seletivas nas entradas. Como esperado, essas políticas migratórias restritivas contribuíram para o aumento do total de cidadãos estrangeiros em situação irregular, embora o país não disponha de registos credíveis que permitam quantificar esse grupo. Verifica-se ainda uma resposta tardia dos governos face às mudanças regulares nas dinâmicas voláteis dos fluxos migratórios, o que leva frequentemente à criação de “bolsas de ilegais”. Torna-se necessário um melhor conhecimento das dinâmicas migratórias e das carências do mercado para que se possa definir “o perfil do/da imigrante cuja vinda se quer promover e do fluxo migratório que se permitirá entrar”⁴⁰.

De acordo com o último recenseamento geral da população de 2011, residiam em Portugal 394 496 estrangeiros⁴¹, ou seja, 3,7% do total de habitantes. Ora, na última década, verificou-se um aumento de 70% da população estrangeira, que contribuiu em mais de 90% para garantir o aumento demográfico, uma vez que o saldo natural (diferença entre o total de nascimentos e óbitos) foi quase nulo⁴².

Figura n.º 3 – Estrutura etária da população portuguesa e estrangeira (2011)



Fonte: INE, 2012: 7.

40 BAGANHA, 2005: 43.

41 INE, 2012. No mesmo período, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) contabiliza 436 822 estrangeiros (ATAÍDE; DIAS, 2012: 7).

42 RODRIGUES, 2012: 205-230.

A imigração contribui para mitigar os efeitos da não renovação das gerações e do duplo envelhecimento das estruturas etárias da população e também para a manutenção da percentagem de efetivos em idade ativa. Tal como no resto da Europa, os fluxos migratórios tornam-se essenciais para garantir a manutenção do aumento populacional e para o futuro do país (Figura n.º 4). Contudo, as projeções mostram uma tendência de inversão acentuada na migração líquida a partir do quinquénio 2010-2015, podendo Portugal atingir valores quase nulos entre 2020-2025 (Tabela n.º 1).

Tabela n.º 1 – Taxas de migração líquida¹ em Portugal entre 1990-2050 (%)

Período	Portugal	
	Migração líquida (milhares)	Taxa de migração líquida
1990-1995	30	3,0
1995-2000	35	3,4
2000-2005	36	3,4
2005-2010	30	2,8
2010-2015	20	1,9
2015-2020	15	1,4
2020-2025	10	0,9
2025-2030	10	1,0
2030-2035	10	1,0
2035-2040	10	1,0
2040-2045	10	1,0
2045-2050	10	1,1

Fonte: Elaboração própria a partir de *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2010 Revision*. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wpp/index.htm>>.

¹ A Taxa Migratória Total consiste num método indireto que permite estimar a intensidade dos saldos migratórios e permite saber qual o valor residual dos diferentes movimentos, após as compensações que possam ter existido entre entradas de imigrantes e saídas de emigrantes dessa unidade. Permite uma primeira aproximação às formas de mobilidade interna, ao distinguir regiões atrativas e regiões repulsivas (RODRIGUES, Teresa – “Demografia Social e Políticas Demográficas. População, Recursos e Desenvolvimento”. Lisboa: FCSH-UNL, (no prelo)).

A atual crise económica e financeira mundial em muito contribui para estes valores, que torna estes países europeus menos atrativos, sobretudo os mais periféricos, em termos geográficos e sobretudo económicos. Paradoxalmente, a crise generalizada contribui também para a adoção de políticas migratórias europeias e nacionais mais restritivas, com vista à proteção dos postos de trabalho para os residentes nacionais⁴³.

Mas embora distintas nas suas características, escala e áreas de recrutamento, as duas últimas décadas são marcadas por grandes alterações a nível de volume de fluxos e de perfis da imigração. Até ao início dos anos 1990 esta última era maioritariamente africana, explicada pelos laços políticos, culturais e linguísticos entre Portugal e as suas ex-colónias, composta por trabalhadores não qualificados e por quadros

provenientes da “Europa mais rica”⁴⁴. No momento em que o país se torna um destino atrativo, alarga-se o espectro de recrutamento a países de origem sem ligações históricas a Portugal. Na última década, reduziu-se a importância relativa dos cidadãos oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), que em 2001 representavam 44% do total de imigrantes oficiais a residir no país⁴⁵. Em 2011, a maior comunidade estrangeira era a brasileira, representando 28% do universo total, seguida da cabo-verdiana (10%) e da ucraniana (9%)⁴⁶.

Entre 1990 e 2010, o número médio de estrangeiros residentes em Portugal vai sofrendo aumentos contínuos, mas, a partir de 2010, estes voltam a reduzir-se. Tal fica a dever-se ao acesso de muitos cidadãos estrangeiros à nacionalidade portuguesa (Lei da Nacionalidade de 2006), à recessão económica e financeira sentida no país (que se traduz na redução dos postos de trabalho, diminuição da qualidade de vida, instabilidade económica e social, entre outros), bem como à alteração das dinâmicas migratórias nos países de origem (nomeadamente Brasil e Angola)⁴⁷.

Tabela n.º 2 – Evolução da população residente em Portugal (1990-2050)

Portugal													
Ano	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2020	2025	2030	2035	2040	2045	2050
Volume	9925	10 125	10 336	10 544	10 676	10 702	10 623	10 476	10 309	10 127	9918	9668	9379

Fonte: Elaboração própria a partir de *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2010 Revision*. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wpp/index.htm>>.

Os resultados das projeções oficiais das Nações Unidas, do Eurostat e do Instituto Nacional de Estatística não são animadores no que respeita à evolução do número de residentes. No caso português, estima-se uma redução de efetivos a partir de 2025, assumindo-se que em 2050 os volumes totais de população serão inferiores aos registados em 1990 (Tabela n.º 2). Na realidade, “[n]ão se prevê a inversão da tendência de redução gradual que caracteriza os saldos migratórios desde o início do século XXI, que continuará de acordo com os vários cenários admitidos, e que penaliza a dinâmica demográfica esperada para os próximos anos”⁴⁸. Tal como no resto da Europa, os fluxos imigratórios tornam-se essenciais para garantir a manutenção do aumento populacional e para o futuro do país (Figura n.º 4)⁴⁹.

44 PIRES, 2010: 48.

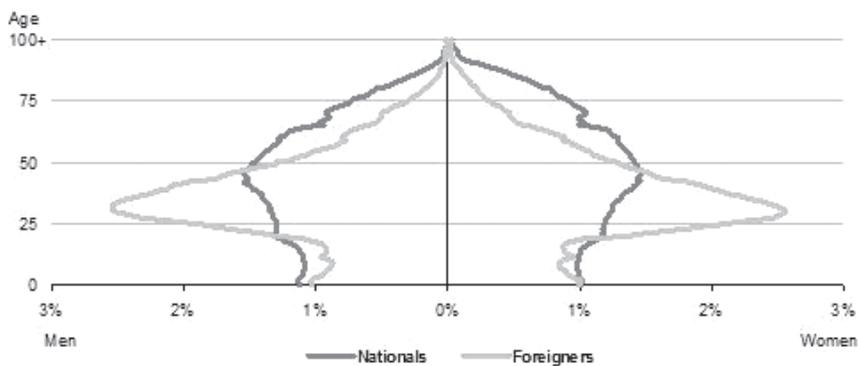
45 INE, 2012: 5.

46 FERREIRA; RODRIGUES, 2013: 10.

47 ATAÍDE; DIAS, 2012: 16.

48 RODRIGUES, 2010: 50.

49 FERREIRA; RODRIGUES, 2013: 7.

Figura n.º 4 – Estrutura etária da população residente na UE e nacionais de países terceiros (2010)

Fonte: Site Eurostat (Disponível em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Migration_and_migrant_population_statistics) [consultado a 03.04.13].

2.1 O perfil do imigrante tipo

A caracterização do imigrante tipo permite conhecer a realidade migratória e ajuda a melhor compreender e atuar sobre o fenómeno. Representa, desta forma, um exercício útil, de carácter preventivo e simultaneamente de apoio à decisão. Tendo por base os indicadores definidos por Oliveira (2009) e os dados dos Censos 2011 do Instituto Nacional de Estatística (2012), trabalhámos o perfil do imigrante tipo em Ferreira e Rodrigues (2013), o qual sistematizamos de seguida (Tabela n.º 3).

Tabela n.º 3 – Portugal – Quadro de perfis migratórios

Indicadores	Portugal
Nacionalidade	- Principais países de origem: países de língua oficial portuguesa; Europa de Leste; Europa (UE);
	- Principais nacionalidades: Brasil; Cabo Verde; Ucrânia e Angola.
Relação de masculinidade	- Feminização das migrações;
	- 52,3% da população estrangeira constituída por mulheres;
	- Comunidade brasileira com percentagem relativa de mulheres superior;
	- Comunidade ucraniana com percentagem relativa de homens superior.
Grupo etário	- Maioria tem entre 15 e 44 anos de idade.
Nível de ensino	- Maioria tem o ensino secundário;
	- Cidadãos dos PALOP têm as qualificações mais baixas;
	- Cidadãos espanhóis, britânicos e ucranianos têm as qualificações mais altas.
Situação face ao trabalho	- 60% da população em idade ativa;
	- Desempregados: 25,6%;
	- Principais setores de atividade: serviços e construção civil;
	- Comunidade chinesa: comércio a retalho e restauração;
	- Comunidade brasileira: restauração;
	- Comunidade espanhola: educação, saúde e medicina.
Atividades económicas	- Ramos de atividade: restauração, promoção imobiliária e construção de edifícios, e comércio a retalho.
Distribuição geográfica	- Concentração nas zonas urbanas e na costa litoral.
	- Regiões: Grande Lisboa, Norte, Centro e Algarve.

Fonte: Elaboração própria a partir de FERREIRA e RODRIGUES, 2013.

Também em Portugal assistimos à “feminização das migrações” e segundo os Censos de 2011, a maioria da população estrangeira residente em Portugal é constituída por mulheres, as quais representam 52,3% do total.

A distribuição geográfica da população estrangeira denota a preferência pelos grandes centros urbanos e zonas mais dinâmicas em termos de emprego menos qualificado, de indústria e/ou de turismo. Mais de metade da população estrangeira residente no país (51,6%) concentra-se na região da Grande Lisboa, seguida por ordem decrescente das regiões Norte, Centro e Algarve.

O contributo dos migrantes para o rejuvenescimento das estruturas etárias e manutenção da população em idade ativa resulta do facto da população estrangeira apresentar uma estrutura etária em média mais jovem que a nacional. Na população estrangeira a idade média é de 34,2 anos na população estrangeira face a 42,1 anos na população portuguesa. As comunidades mais velhas são constituídas pelos cidadãos europeus (britânicos, espanhóis e franceses) e os mais jovens pertencem às comunidades romenas, de São Tomé e Príncipe, da Moldávia e do Brasil.

Quanto à escolaridade, os estrangeiros em idade ativa possuem de modo geral níveis de escolaridade mais elevados que os portugueses, sendo o ensino secundário o nível escolar mais representado.

Em Portugal, mais de 60% da população estrangeira encontra-se em situação ativa. A maioria da população estrangeira empregada concentra-se no setor dos serviços e da construção civil, nomeadamente limpezas em casas particulares e hotéis, vendedores em lojas, construção civil, cozinheiros, e empregados de mesa e bar.

Da população estrangeira residente no país, 38,9% encontra-se inativa. Destes, 12,7% têm idade inferior a 15 anos, 8,5% são estudantes e 6,5% reformados. Ao compararmos estes números com os da população portuguesa, verificamos uma proporção inferior de reformados face a uma maior proporção de empregados, o que não nos surpreende, atendendo às motivações de índole económica que justificam a sua vinda e permanência no território nacional.

Os números do desemprego são cada vez mais um indicador da estabilidade socioeconómica dos países. Ora, as taxas de desemprego em Portugal atingiram no final de 2012 níveis históricos de 15,7%. Sabemos que, tendencialmente, as comunidades imigrantes são as mais afetadas, uma vez que quase sempre se encontram em situações mais precárias face ao emprego, que os torna mais vulneráveis em situações de crise. Segundo o Inquérito ao Emprego do Instituto Nacional de Estatística, no final de 2012, cerca de 42 mil imigrantes estavam desempregados, o que representa 25,6% da população estrangeira face aos 15,8% da população geral⁵⁰.

Tendo por base o perfil traçado e os indicadores analisados, Rodrigues identifica seis perfis migratórios⁵¹ (Tabela n.º 4). Uma vez identificadas as principais características de cada um deles, impõe-se analisar de que forma estes podem representar algum tipo de risco à segurança no país de acolhimento.

50 FERREIRA; RODRIGUES, 2013: 13.

51 RODRIGUES, 2010: 66.

Tabela n.º 4 – Perfis de estrangeiros estantes em Portugal

ORIGEM EUROPEIA-UE	ORIGEM EUROPEIA – extra UE
<ul style="list-style-type: none"> - Situação estável e legal - Média etária elevada (40+ anos) - Níveis de educação médios/altos - Níveis médios de religiosidade - Distribuição geográfica concentrada (AML, Algarve, Porto) - Boa inserção no mercado de trabalho e por sectores (embora elevada a % de inativos) - Grande capacidade de consumo 	<ul style="list-style-type: none"> - Imigração recente e com estatuto legal diferenciado - Escasso contributo demográfico - Níveis de educação médios/altos - Crenças religiosas diversificadas - Distribuição geográfica difusa - Dificuldade de integração no mercado de trabalho qualificado (reconhecimento de habilitações) - Níveis de integração variáveis
ORIGEM NORTE-AMERICANA	ORIGEM SUL-AMERICANA
<ul style="list-style-type: none"> - Situação estável e legal, embora pouco numerosa - Média etária elevada (45+ anos) - Níveis de educação médios/altos - Níveis médios de religiosidade - Boa inserção no mercado de trabalho e por sectores - Quadros qualificados ou muito qualificados e reformados - Grande capacidade de consumo 	<ul style="list-style-type: none"> - Imigração recente e intensa, afinidades linguísticas e históricas (Brasil, Venezuela) - Demograficamente jovem e com facilidade de integração (casamentos mistos) - Qualificações díspares: construção, hotelaria, restauração, serviços (alguns muito qualificados: marketing, publicidade, media) - Crenças religiosas diversificadas - Distribuição geográfica difusa (Portugal como destino ou passagem) - Risco médio de exclusão
ORIGEM AFRICANA	ORIGEM ASIÁTICA
<ul style="list-style-type: none"> - Mais antiga, afinidades linguísticas e históricas - Comunidades consolidadas - Percentagens altas de irregulares (trabalho informal) - Jovem em termos etários e com facilidade de integração (casamentos mistos) - Qualificações médias/baixas: construção e serviços - Níveis elevados de religiosidade - Distribuição geográfica direcionada (AML, Algarve, Grande Porto) - Risco médio/alto de exclusão social 	<ul style="list-style-type: none"> - Sem impactos demográficos de relevo - Percentagens altas de irregulares - Qualificações médias/baixas: comércio, restauração, construção - Distribuição geográfica difusa (urbana) - Elevados níveis de religiosidade - Escassa integração a nível social (língua, costumes) - Padrões múltiplos (China/outros) - Máfias e redes diversas (tráfico ilegal)

Fonte: Elaboração própria a partir de RODRIGUES, 2010: 66.

3. Migrações e riscos de segurança

As migrações internacionais apresentam-se no século XXI como um dos maiores desafios à segurança, resultado da criação de um *nexus* de ameaças cujos medos resultam na criação da “sociedade de risco”. A crescente associação das migrações às ameaças transnacionais, como o terrorismo e a criminalidade organizada, tem “a sua origem no medo perante a hipótese de mudança de referência identitária por parte das sociedades de acolhimento”⁵².

A imigração é frequentemente concebida pelos políticos, e restantes *managers of unease*⁵³, enquanto ameaça à soberania dos Estados e à liberdade da sociedade, daí a sua consequente securitização. Ora, o enquadramento securitário das migrações procura responder aos desafios que as migrações internacionais colocam às relações internacionais. Quando se torna a imigração uma ameaça à segurança e à estabilidade? Tendo em mente a diferença entre ameaças reais e ameaças existenciais, Weiner propõe-nos a seguinte categorização de situações nas quais os migrantes (aqui incluindo também os refugiados) podem ser tidos enquanto ameaças⁵⁴: 1) refugiados e migrantes vistos como ameaça para as relações entre o país de origem e o país de destino (principalmente quando se opõem ao regime do país de origem); 2) vistos como ameaça política ou um risco para a segurança do país de destino; 3) imigrantes e refugiados como ameaça à cultura dominante; 4) ou como problema social e económico para o país de acolhimento; 5) e, por último, utilização dos imigrantes, por parte da sociedade de acolhimento, enquanto instrumentos de ameaça contra o país de origem. Esta categorização permite uma melhor compreensão do binómio imigração-segurança e dos receios que daí advêm.

Ao analisarmos a relação imigração/segurança, estamos não só a focar a segurança do Estado, mas a segurança da sociedade como um todo e, até mesmo, a segurança dos vários grupos que a compõem (como as minorias étnicas, embora estes grupos não sejam objeto de estudo neste artigo).

Os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, seguidos dos ataques bombistas em Madrid e Londres, generalizaram o sentimento de insegurança e alteraram as perceções de segurança. Com efeito, a imigração passa a ser também associada à ameaça terrorista, uma vez que a mobilidade transfronteiriça de pessoas foi central a estes acontecimentos. Dado o carácter transnacional do novo terrorismo, os terroristas integram-se frequentemente nas sociedades de acolhimento enquanto imigrantes, nalguns casos adquirindo até a nacionalidade ou cidadania⁵⁵.

A imigração questiona a autonomia do Estado ao nível dos controlos fronteiriços e da identidade nacional⁵⁶. A manutenção do controlo fronteiriço é necessária para manter a segurança interna (económica e social). Desta forma, a criação de uma “Europa sem fronteiras”, onde há livre circulação de pessoas, bens e serviços, parece sugerir que a Europa está internamente mais vulnerável a ameaças. Porém, a eliminação das fronteiras internas com o Acordo Schengen, em 1985, levou ao reforço das fronteiras externas. As novas tecnologias surgem como resposta às necessidades de vigilância e controlo das fronteiras e mobilidade de pessoas. Sistemas que permitem a identificação de cidadãos e o acesso aos seus registos nos vários países facilitam o controlo das movimentações transfronteiriças.

As ameaças à segurança desenvolvem-se num *nexus* de *unease* e de incerteza, criando um “estado de *unease*”⁵⁷. Os Estados e profissionais de segurança respondem a estas ameaças (reais ou existenciais) recorrendo às novas tecnologias de vigilância e reforçando a legislação existente.

52 FERREIRA; RODRIGUES, 2013: 15.

53 Políticos, forças policiais, serviços secretos, corporações privadas e jornalistas.

54 WEINER, 1992: 105-106.

55 FERREIRA, 2013: 3.

56 ADAMSON, 2006: 176.

57 BIGO, 2002: 47.

A securitização da imigração, através do estabelecimento de normas de entrada mais restritivas e controlos fronteiriços mais apertados, através do recurso às novas tecnologias, na procura do reforço da segurança interna, leva a uma “governação insegura”, baseada em mal-entendidos. A securitização da imigração pode ser, por isso, também resultado das novas tecnologias de vigilância.

Para além do mais, a imigração ilegal⁵⁸ é muitas vezes tida também como fator de insegurança. Contudo, o imigrante ilegal é apenas alguém que saiu do seu país de origem mas não tem qualquer autorização para permanecer e trabalhar no país para onde se dirigiu. Nunca é de mais sublinhar que estes imigrantes são muitas vezes vítimas de máfias de tráfico de seres humanos, pelo que vêm frequentemente a sua segurança pessoal posta em causa. Os requisitos para a imigração legal são definidos pelas políticas migratórias nacionais. Assim, é ao poder político que cabe declarar a entrada de terceiros enquanto legal ou ilegal, o que faz com que numa situação de ilegalidade o imigrante se torne inimigo do político⁵⁹, sendo, por isso, considerado uma ameaça.

Podemos considerar que a imigração é uma matéria política sensível, na qual os Estados têm relutância em cooperar. Por isso mesmo, a harmonização das políticas de imigração europeias, através da criação de um enquadramento jurídico comum – a política de imigração comum –, tem sido pautada por avanços e recuos. De modo a desenvolver uma política de imigração compreensiva, a UE tem procurado desenvolver uma abordagem integrada com base nos princípios da solidariedade, equilíbrio, bem como parceria com os países de origem e de trânsito, tal como definido no Programa de Estocolmo, aprovado em 2010. Esta deve ser uma abordagem global e concertada, que tem em conta todas as fases do processo migratório, daí a necessidade de cooperação entre países de origem, de trânsito e de destino. Para além disso, na sequência dos ataques terroristas de 11 de Setembro, assistimos a um reforço e evolução da cooperação entre os Estados Membros nas matérias de Justiça e Assuntos Internos (JAI).

As migrações desafiam os conceitos de soberania dos Estados nacionais. Mas de que modo se apresentam as migrações em Portugal como uma ameaça à segurança nacional⁶⁰?

- a. A existência de uma grande variedade de perfis migratórios traz consigo um alargar das diferenças culturais, étnico-religiosas, linguísticas e de valores entre as comunidades imigrantes e a sociedade de acolhimento, bem como também entre as diferentes comunidades que, no seu conjunto ou cada um por si, podem ser potenciadores de tensão social.
- b. Acrescem a estes riscos potenciais as clivagens observadas ao nível das qualificações e ocupação profissional entre os grupos, que se arriscam a gerar algum grau de insatisfação junto dos imigrantes.
- c. Assistimos à concentração dos imigrantes em determinadas zonas geográficas, o que questiona a capacidade da sociedade de acolhimento na gestão da diversidade.
- d. Observamos ainda, de acordo com diferentes instituições responsáveis pela monitorização de indicadores de criminalidade e outros comportamentos desviantes algumas certezas: “importação de comportamentos de risco (criminalidade diversa, sobretudo pequeno furto), empolada pelos *media* e causa de algum incómodo [...] junto das sociedades de acolhimento. Na confluência de várias regiões de interesse e de tensões, Portugal apresenta-se como um ponto estratégico de entrada na Europa, sendo usado como base de apoio logístico por redes internacionais de tráfico de droga, prostituição e outros”⁶¹.

58 Importa aqui distinguir os conceitos de imigração ilegal e irregular, que são frequentemente confundidos na linguagem comum. A imigração irregular compreende todos os imigrantes que entraram de forma legal num território e cuja permanência no território se tornou irregular quando deixaram passar a validade dos seus documentos. Por sua vez, a imigração ilegal refere-se àqueles imigrantes que entraram num território sem qualquer tipo de documento legal (visto).

59 BIGO, 2002: 6.

60 RODRIGUES, 2010: 90.

61 FERREIRA; RODRIGUES, 2013: 20-21.

Considerações finais

A mobilidade de pessoas, capital, bens e serviços não é uma realidade recente. Contudo, com a globalização, estes fenómenos intensificaram-se, criando redes globais de interdependência económica e social. As novas tecnologias contribuem para a rápida transferência de ideias, serviços, bens, capitais e informação. Os Estados, economias e culturas estão cada vez mais integrados e interligados.

Ao mesmo tempo que a expansão da economia global dá acesso a melhores oportunidades de vida ao ser humano, assistimos à aplicação de maiores restrições aos movimentos transfronteiriços, que se traduz também num maior controlo dos fluxos migratórios. As crescentes disparidades quanto ao nível de vida, oportunidades de trabalho e até de segurança humana, exacerbada pela atual crise económica, têm um grande impacto nas migrações, nomeadamente de trabalhadores.

A imigração pode ser entendida como ameaça, tanto para o país de acolhimento como para o país de origem. Daí a necessidade de encontrar respostas articuladas entre ambos. Desta forma, só uma relação de cooperação que cubra as mais variadas áreas (desde a legislação, contratos de trabalho, às relações comerciais) pode criar políticas migratórias positivas.

Os migrantes, enquanto potenciais agentes de risco, afetam a segurança do Estado direta ou indiretamente. Não podemos, contudo, esquecer o importante contributo dos fluxos migratórios para a renovação demográfica, bem como para o desenvolvimento socioeconómico do Estado.

Os Estados devem apostar na criação de políticas de imigração inclusivas e compreensivas⁶². Políticas onde o papel e o estatuto do migrante não seja esquecido e que reconheçam as vantagens das migrações internacionais, promovendo a integração plena dos imigrantes. As medidas a adotar deverão considerar os diferentes perfis migratórios existentes, bem como a distribuição geográfica da população estrangeira no território. Para tal, deverá haver uma concertação entre poder central e poder local, e entre instituições governamentais e a sociedade civil, numa perspetiva de proximidade e promoção da uma cidadania ativa.

Fontes e Bibliografia

- ADAMSON, Fiona B., 2006 – “Crossing Borders: International Migration and National Security”. *International Security*. N.º 31 (1), p. 165-199.
- ATAÍDE, João; DIAS, Pedro (coord.), 2012 – *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo – 2011*. Oeiras: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2012, p. 16. Disponível em: <http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2011.pdf> [consult. 20 de ago. 2013].
- BAGANHA, Maria Ioanis, 2005 – “Política de imigração: A regulação dos fluxos”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N.º 73, p. 29-44.
- BIGO, Didier, 2002 – “Security and Immigration: Toward a critique of the governmentality of unease”. *Alternatives: Global, Local, Political*. N.º 27, p. 63-92. Disponível em: <http://findarticles.com/p/articles/mi_hb3225/is_1_27/ai_n28906099/pg_1?tag=artBody;col1> [consult. 9 de nov. 2008].
- BIGO, Didier, 2006 – “Security, Exception, Ban and Surveillance” in LYON, David (ed.) – *Theorizing Surveillance: The Panopticon and Beyond*. Devan: Willan Publishing, p. 46-69.
- CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J., 2009 – *The Age of Migration – International Population Movements in the Modern World*, 4th ed. Hampshire e New York: Palgrave Macmillan.
- DE HAAS, Hein, 2009 – “Mobility and Human Development”. *Human Development Research Paper 2009/01, April*, UNDP.
- EUROSTAT. Disponível em: <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/themes>>.
- FERREIRA, Susana Sousa, 2014 – “Migrations and the Arab Spring – a new security nexus?”. *Human Security Perspectives*. Vol. 10, n.º 1, p. 62-90.

62 Uma política de imigração compreensiva, como defendida pela UE, implica uma abordagem que integra a imigração, não só enquanto uma política interna mas que também tem em conta as suas implicações ao nível da política externa, bem como as implicações da política externa nesta (VAN SELM, 2002: 144).

- FERREIRA, Susana S.; RODRIGUES, Teresa F., 2013 – “A Península Ibérica – Novas Migrações e Contextos Securitários (1990-2030)”. *Revista de Ciências Militares*. Vol. 1, n.º 2, p. 87-112. Disponível em: <<http://www.iesm.pt/s/Cisdi/revista/Artigos/R2-9.pdf>>.
- Instituto Nacional de Estatística (INE), 2012 – *A população estrangeira em Portugal*. Destaque ad-hoc, 17 de dezembro.
- MOSES, Jonathon W., 2006 – *International Migration – Globalization's Last Frontier*. New York: Zed Books Ltd.
- MÜNZ, Rainer, 2013 – “Demography and Migration: An Outlook for the 21st Century”. *MPI Policy Brief*. N.º 4.
- NEWLAND, Kathleen, 2013 – “What we know about migration and development”. *MPI Policy Brief*. N.º 9.
- OLIVEIRA, Paulo, 2009 – *O Imigrante Tipo em Portugal: Definições Conceptuais e Metodologias de Abordagem*. Lisboa (dissertação de mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).
- PEREIRA, M. J., 2009 – *Imigração, Cidadania e Integração – Uma Análise das Políticas Públicas em Portugal na Viragem para o Século XXI*. Lisboa (dissertação de mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).
- PIRES, Rui Pena, 2010 – *Portugal: Atlas das Migrações Internacionais*. Lisboa: Tinta da China.
- RODRIGUES, Teresa – “Demografia Social e Políticas Demográficas. População, Recursos e Desenvolvimento”. Lisboa: FCSH-UNL (no prelo).
- RODRIGUES, Teresa Ferreira, 2012 – “O Futuro (in)Certo das Dinâmicas Demográficas em Portugal” in LOPES, António Figueiredo; TEIXEIRA, Nuno Severiano; VIANA, Vítor Rodrigues (coord.) – *Contributos para um Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 205-230.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira, 2010 – “Dinâmicas Migratórias e Riscos de Segurança em Portugal”. *IDN Cadernos*. N.º 2. Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncaderno_2.pdf>.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira, 2010 – *Globalização, População e Ambiente*. Instituto de Altos Estudos, Instituto de Estudos Académicos para Seniores, Academia das Ciências, Lisboa. Disponível em: <http://www.acad-ciencias.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1736>.
- RODRIGUES, Teresa F.; MOREIRA, Maria João G., 2011 – “Portugal e a União Europeia: Mudanças Sociais e Dinâmicas Demográficas” in RODRIGUES, Teresa F.; PÉREZ, Rafael G. (coord.) – *Portugal e Espanha – Crise e Convergência na União Europeia*. Parede: Tribuna da História.
- SALAS, Beatriz L., 2005 – “La contribución demográfica de la inmigración: el caso de España”. *Política y Cultura*. N.º 23, p. 121-143.
- SANCHES, Aniete Costa, 2013 – *As Dinâmicas Demográficas e as Assimetrias Socioeconómicas no Mediterrâneo. Implicações para as Migrações (1950-2050)*. Lisboa (dissertação de mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).
- STALKER, Peter, 2000 – *Workers without Frontiers. The Impact of Globalization on International Migration*. Colorado: Lynne Rienner Publishers, Inc.
- United Nations (UN), 2013a – “International migration and development”. Report of the Secretary General, 25 July.
- UN, 2013b – “232 million international migrants living abroad worldwide – new UN global migration statistics reveal”. UN Press Release, 11 September 2013.
- UN, 2001 – *Replacement Migration: Is It a Solution to Declining and Ageing Populations?* New York: United Nations Publication.
- UNDP, 2013a – *World Population Prospects: The 2012 Revision*. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wpp/index.htm>> [consult. 13 de jul. 2013].
- UNDP, 2013b – *International Migration 2013 Walchart*. New York: United Nations.
- VAN SELM, Joanne, 2002 – “Immigration and Asylum or Foreign Policy: The EU's Approach to Migrants and their Countries of Origin” in LAVENEX, Sandra; UÇARER, Emek M. (ed.) – *Migration and the Externalities of European Integration*. Oxford: Lexington Books, p. 143-160.
- WEINER, Myron, 1992 – “Security, Stability, and International Migration”. *International Security*. N.º 17 (3), p. 91-126.



Novos *media* e novos emigrantes portugueses: uma proposta de reflexão

Ana Canavarro

Introdução

Com este artigo pretende-se apresentar alguns contributos para a reflexão sobre o papel dos novos *media*, no contexto da chamada nova emigração portuguesa. A motivação foi, sem sombra de dúvida, a pertinência e atualidade do tema em apreço. É inegável, e facto de conhecimento público, o fenómeno da crescente emigração portuguesa nos últimos anos, nomeadamente de jovens adultos qualificados (segmentos da sociedade civil que integram a Geração Y e a Geração Móvel). Por esta via, tem vindo a verificar-se uma inflexão face ao histórico dos anos noventa, década durante a qual o nosso país era percecionado como destino de imigração. Existe, hoje em dia, um regresso às tendências emigratórias dos anos sessenta, embora com especificidades distintas. Por outro lado, assumimos um fascínio pessoal pela “quimera encantatória” que os novos *media* desempenham nas sociedades contemporâneas.

Almeja-se assim, de forma exploratória, e com uma abordagem metodológica qualitativa, um enriquecimento do conhecimento científico na área temática em causa, por meio da indagação de resposta às seguintes questões:

1. Qual a relação existente entre novos *media* – entendidos como internet e tecnologias móveis – e a nova emigração portuguesa?
2. Existirão plataformas digitais a emergir, no caso da nova emigração portuguesa, para o Reino Unido?
 - i. Em caso afirmativo, que tipo de plataformas?
 - ii. Quais os conteúdos dessas mesmas plataformas?

Concretamente, e dada a já referida atualidade do assunto, ambiciona-se, ainda, proporcionar uma maior familiaridade com as várias questões suscitadas, no quadro da relação entre os novos *media* e a nova emigração portuguesa, de forma objetiva e através de um levantamento bibliográfico nacional e internacional.

Apesar das limitações de acesso ao digital e da reduzida fiabilidade dos laços virtuais, conforme veremos mais à frente, os *media* sociais parecem assumir funções relevantes na migração internacional. Tal é ainda mais pertinente se se atender às especificidades da nova geração de emigrantes portugueses, mais jovens e qualificados face à geração anterior. Estes, submergidos em dinâmicas de globalização, e por meio dos novos canais de comunicação (internet, *smartphones*) encontram-se habituados a padrões de socialização à distância.

Efetivamente, graças ao avanço das novas tecnologias e dos meios de transporte, os emigrantes têm a possibilidade de manter um contacto mais próximo com a cultura de origem. Neste sentido, quer a esfera pública, quer a esfera privada dos indivíduos e grupos de indivíduos constroem-se, cada vez mais, em torno do sistema de *media* e rede de internet, especialmente nos espaços sociais da web 2.0 (casos do *YouTube*, *MySpace*, *Facebook*, *Twitter*, blogosfera e outras redes sociais mais específicas e temáticas que vão emergindo a par e passo). Todavia, as *e-comunidades* que são palco das relações sociais estabelecidas no *cyberspace* não são iguais às comunidades antigas e tradicionais. Embora exista o desejo de segurança de um refúgio imbuído de localidade, o individualismo, agora em rede, predomina na sociedade civil hodierna. As palavras de Bauman revelam-se de uma incontestável clarividência:

a comunidade é um lugar “cálido”, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado. Lá fora, na rua, toda sorte de perigo está à espreita; temos que estar alertas quando saímos, prestar atenção com quem falamos e a quem nos fala, estar de prontidão a cada minuto. Aqui, na comunidade, podemos relaxar — estamos seguros, não há perigos ocultos em cantos escuros¹.

1. Metodologia

Por questões de economia de tempo e recursos, optou-se por uma metodologia de carácter qualitativo, realizando-se a pesquisa bibliográfica e documental² a partir do repositório já publicado e existente sobre o tema objeto de estudo. Procedeu-se, assim, à seleção, compilação e análise de fontes documentais sobre o assunto *sub judice*, como livros, artigos científicos, periódicos e internet (em suma, fontes disponibilizadas online e offline). O objetivo foi o de recuperar conhecimento científico acumulado sobre o tema, não obstante não se pretender uma dissertação exaustiva, devido às limitações de espaço deste artigo. Assim, por meio da pesquisa bibliográfica, envidou-se um levantamento das contribuições de diferentes autores (fontes secundárias). No caso da pesquisa documental, recorreu-se a materiais que ainda não haviam recebido tratamento analítico (fontes primárias).

Paralelamente, utilizou-se o método do confronto, síntese e interpretação dos vários estudos empíricos e teorias, que foram objeto de análise e compilação.

Aproveitou-se ainda para analisar uma pequena amostra constituída por cinco plataformas digitais, que foram selecionadas de forma aleatória e não representativa, de 1 a 30 de maio de 2014. As plataformas em causa têm a particularidade de estarem relacionadas com o fenómeno da emigração portuguesa, para o Reino Unido. Todavia, dada a dimensão da amostra, não será possível extrapolar-se conclusões mais abrangentes.

De facto, entre abril de 2013 e março de 2014, 27 260 portugueses inscreveram-se na Segurança Social britânica, um aumento de 11% face ao mesmo período do ano anterior (24 550).³

Segundo os dados oficiais da Segurança Social britânica relativos ao primeiro trimestre de 2014, Portugal subiu para o sexto lugar na tabela dos países com maior número de inscrições, atrás da Polónia, Roménia, Espanha, Itália e Índia. Este dado confirma o incremento de emigrantes portugueses no Reino Unido nos últimos anos, número esse que disparou de uma média anual de 12 mil, entre 2004 e 2010, para 30 120 em 2013.

Procedeu-se, assim, a uma análise de conteúdo⁴ qualitativa de plataformas digitais (websites e redes sociais), explorando-se palavras e imagens, conexas com a emigração portuguesa, para o Reino Unido.

1 BAUMAN, 2003: 7.

2 ALVES, 2012: 37.

3 Ver Observatório da Emigração, 22.05.2014. Disponível em: <<http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/3870.html>>.

4 BARDIN, 2011.

A partir desta análise, foram inferidas as seguintes categorias temáticas (tendo como unidade de base a presença ou ausência de uma característica):

- Emprego;
- Memória e Identidade Lusófonas;
- Portugal Contemporâneo.

Na categoria “Emprego” pretendeu-se incluir todos os conteúdos que se traduzam não só na divulgação concreta de postos de trabalho, como também num conjunto de informações que se revelem facilitadoras da prospeção desse emprego no mercado britânico (ex: disponibilização de contactos institucionais).

Por sua vez, por meio da categoria “Memória e Identidade Lusófonas” almejou-se congregar referências à cultura e história portuguesas e, em sentido mais amplo, ao espaço lusófono como um todo. A memória colectiva, conceito desenvolvido por Halbwachs⁵, traduz-se numa espécie de “sociologia da memória colectiva”, significando que a memória é partilhada, transmitida e construída pelo grupo ou pela sociedade. Já a identidade, segundo Berger & Luckmann⁶, constitui um fenómeno “que emerge da dialéctica entre indivíduo e sociedade”.

Por último, a categoria “Portugal Contemporâneo” foi concebida para referenciar expressões ligadas à projecção de um Portugal criativo e inovador, *maxime* nas vertentes de Arquitetura e Arte Contemporâneas, Design e Eventos.

2. As novas gerações em rede

Atendendo à necessidade dos indivíduos estarem acessíveis a qualquer momento, em qualquer parte do mundo, e à conseqüente proliferação dos telemóveis são, cada vez mais, as aplicações web que existem em versão móvel, nomeadamente o *Google* e *Zoho*⁷, dando origem ao chamado multimédia móvel. Desta forma, as tecnologias móveis estão, sem dúvida, cada vez mais presentes no quotidiano das pessoas. Desde a Geração Y (nascidos a partir de 1977 nos grandes centros ou cidades médias de países mais desenvolvidos) até à agora designada Geração Móvel muita coisa mudou. Os primeiros são utilizadores cada vez mais exigentes, independentes e autoconfiantes. Mostram-se flexíveis, empreendedores e otimistas, são também *multitaskers*, capazes de utilizar 5,4 canais simultâneos de informação contra 1,7 canais da geração anterior⁸. É um facto que a geração móvel, nascida no seio dos dispositivos móveis, está cada vez mais dependente da tecnologia, das redes sociais e de uma utilização intensa⁹. Conforme regista um artigo da autoria de Groover¹⁰, o número de subscrições anuais de telemóveis por todo o mundo alcançou os 4,6 biliões, em finais de 2009¹¹. Os telemóveis inteligentes – os chamados *smartphones* – evoluíram oito vezes mais depressa do que os computadores pessoais, no início da era digital. A disseminação das novas ferramentas tecnológicas, de que fazem parte a internet, os telemóveis e, mais recentemente, os *ultra mobile pc's* permitem corporizar a máxima

5 1925.

6 1999 [1966]: 18A.

7 MOURA, 2008.

8 TELLES, 2008 cit. in MOURA, 2008.

9 A fim de ilustrar a dependência e urgência perante estas tecnologias de comunicação, nomeadamente no caso americano, Patterson descreve, o que ele define por *media multitasking*, da seguinte forma: “ao mesmo tempo que vemos televisão, navegamos na internet, jogamos um jogo no computador, enviamos um *sms* aos nossos amigos” (PATTERSON, 2010: 20).

10 GROOVER, 2010.

11 Dados da “National Retail Federation”, nos EUA.

*anything, anytime, anywhere*¹². A este respeito, Carrera¹³ refere o fenómeno da passagem da internet fixa à internet ubíqua, com o ensejo de melhor descrever esta necessidade de omnipresença sentida por parte de todos nós, no que respeita ao acesso diário à internet. A chegada da Web 2.0 permitiu ainda aos internautas fazerem parte do conteúdo exposto na internet.

3. A emergência das redes sociais digitais

Por meio das redes sociais digitais, o utilizador cria um perfil, a fim de expressar a sua opinião, expor a sua vida e publicar vídeos e fotos¹⁴. Recuero¹⁵ entende as redes sociais como um meio de comunicação entre as pessoas, intermediadas pelo computador, porém o que o difere das outras ferramentas é a exposição pública. Para as ciências sociais, a rede assume diversos significados, entre eles: um sistema de nodos e elos; uma estrutura sem fronteiras; uma comunidade não geográfica; um sistema de apoio ou um sistema físico que se pareça com uma árvore ou uma rede. A rede social passa a representar um conjunto de participantes autónomos, unindo ideias e recursos, em torno de valores e interesses partilhados¹⁶. Nos espaços informais, as redes iniciam-se a partir da tomada de consciência de uma comunidade de interesses e/ou de valores entre os seus participantes. Assiste-se, neste contexto, à valorização dos elos informais e das relações, em detrimento das estruturas hierárquicas. Hoje, o trabalho informal em rede é uma forma de organização humana presente na nossa vida quotidiana e nos diferentes níveis de estrutura das instituições modernas¹⁷. De acordo com investigação levada a cabo, “à formação de redes de movimentos sociais corresponde a criação de redes de conhecimentos que alimentam e dão sentido informacional às visões e estratégias de ação e direção dos agentes”¹⁸. No contexto de uma web através da qual o acesso à informação é rápido e disponível 24 horas por dia, a falta de monitorização das redes sociais pode gerar, a título de exemplo, para uma empresa, uma crise de grandes proporções. A gestão dessa crise será dificultada, se atendermos ao facto de, na internet, qualquer pessoa poder expressar a sua opinião positiva ou negativa¹⁹. Perante o rápido desenvolvimento e crescimento das Tecnologias de Informação e Comunicação e de uma globalização dos mercados, a consolidação da sociedade da informação aparece como fator estratégico para a constituição de novos modelos económicos e sociais. Segundo Amaral²⁰, do fenómeno das redes sociais emergem novas modalidades de sociabilidade que decorrem de práticas potenciadas pelas ferramentas técnicas e são distintas das tradicionais. Aquelas concretizam-se em interações e relações sociais baseadas no conteúdo, mobilizando diversas formas de capital social. Amaral²¹ identificou um padrão de individualismo em rede que traduz um potencial de ação coletiva e viralidade, velocidade de transmissão da informação e integração de audiências com redes múltiplas. Este modelo de participação evidencia ainda fraca cooperação e reciprocidade, estruturas sociais fragmentadas em pequenos grupos coesos e sedimentadas com a prevalência de laços fracos, atores centrais e redes pouco democráticas. Os novos laços sociais que interligam redes a redes no ciberespaço centram-se no conteúdo e na conversação, transformando as tradicionais audiências e os consumidores em *prosumers* e abrindo possibilidades a novos *gatekeepers*, mas não materializam o fim da centralidade dos

12 DIONÍSIO *et al*, 2009: 292.

13 CARRERA, 2009.

14 ROBERTO, 2009: 30.

15 RECUERO, 2009.

16 MARTELETO, 2001: 72.

17 MARTELETO, 2001: 72.

18 MARTELETO, 2001: 80.

19 ROBERTO, 2009: 10.

20 AMARAL, 2012.

21 AMARAL, 2012.

media profissionais. A conclusão global da investigação do autor supra referido é a de que nas redes sociais assimétricas, criadas através da indexação do conteúdo, emergem sociabilidades distintas das tradicionais, que permitem a construção de uma realidade social própria e se traduzem num termómetro desterritorializado das sociedades infoincluídas.

Nem a identidade, nem a comunidade estão disponíveis no mundo globalizado e individualizado da atualidade, por isso cada uma delas pode ser livremente imaginada, na procura de valores como segurança e confiança²².

4. Novos *media* e nova emigração portuguesa

No quadro de um espaço social desterritorializado pela *web 2.0*, Dekker e Engbersen²³ argumentam que os *media* sociais não são apenas novos canais de comunicação utilizados nas redes de migração, antes transformam ativamente a natureza dessas redes e facilitam a migração. Longe vão os tempos das tradicionais cartas, que eram guardadas e acarinhadas como símbolos de solidariedade a longa distância²⁴. Apesar de algumas limitações decorrentes do fosso digital e da reduzida fiabilidade dos laços virtuais, os dados qualitativos da investigação levada a cabo pelos autores supra referidos revelam quatro funções relevantes dos *media* sociais que facilitam a migração internacional. Em primeiro lugar, incrementam as possibilidades de manutenção de laços fortes (*strong ties*) com a família e os amigos. Em segundo lugar, são utilizados para a transmissão de mensagens direcionadas aos contactos incluídos nos laços fracos (*weak ties*), os quais são relevantes no que toca à organização do processo de migração e integração. Em terceiro, os *media* sociais estabelecem uma nova infraestrutura composta por laços latentes (*latent ties*). Por último, estes *media* oferecem uma fonte de conhecimento interno sobre a migração, de forma discreta e não oficial. Com base nesses resultados empíricos podemos concluir que os *media* sociais estão a transformar as redes migratórias reduzindo, assim, os limites à migração.

Malheiros²⁵ regista que, durante cerca de quinze anos, entre inícios da década de noventa e meados do presente decénio, a emigração portuguesa foi negligenciada, no que respeita à abordagem dos fenómenos migratórios associados a Portugal, tanto por parte de políticos, como de académicos. Por seu turno, no período supra referido, reforçou-se a visibilidade da imigração nas agendas política e pública. No mesmo sentido, concluem Marques e Góis:

De histórico e estrutural país de emigração, Portugal passou, durante a década de 90, a ser reconhecido e proclamado (científica e, sobretudo, politicamente), como país de imigração para, recentemente, se redescobrir novamente como país de emigração, ou como país em que a emigração é, se não uma “constante estrutural” (GODINHO, 1978: 23), pelo menos uma “válvula estrutural”²⁶.

Não obstante a emigração portuguesa se ter mantido ativa nos anos noventa, é no último decénio que as várias fontes apontam para um sinal de reforço no número de saídas, no contexto de um processo que conjuga a ativação de novos destinos (Reino Unido e Espanha, com mais intensidade entre finais do decénio passado e 2007; Angola, nos últimos três anos), com a reanimação de redes migratórias pré-existentes, como as do

22 BAUMAN, 2013: 20.

23 DEKKER; ENGBERSEN, 2012.

24 DEKKER; ENGBERSEN, 2012.

25 MALHEIROS, 2011: 134.

26 MARQUES; GÓIS, 2012: 214.

Luxemburgo ou da Suíça²⁷. Em Portugal, não existem dados exatos sobre os fluxos migratórios, pelo que os números sobre emigração são escassos, dispersos e incompletos.

Quadro n.º 1 – Fluxos de entrada de portugueses nos principais destinos

(Médias 2005/2006 e 2008/2009)

	Média (05-06)	Média (08-09)	Taxa de variação 05/06-08/09
Alemanha	3395	4341	27,9
Espanha	16 993	13 298	-21,7
Holanda	1021	1993	95,3
Luxemburgo	3779	4531	19,9
Reino Unido	10 705	12 605	17,7
Andorra	2438	722	-70,4
Suíça	12 290	15 629	27,2
Angola	156	12 631	7996,5
EUA	1267	859	-32,2
Brasil	536	694	29,4
TOTAL	52 577	67 302	28,0

Fonte: Observatório da Emigração (compilação de dados baseada em várias fontes, MALHEIROS, 2011: 136).

Da análise e interpretação do Quadro n.º 1 podem retirar-se algumas conclusões, nomeadamente um crescimento no número de saídas na ordem dos 30%, na segunda metade do presente decénio, e a emergência de Angola como destino crescente da emigração portuguesa. É assim evidente a relevância dos destinos economicamente emergentes e com carências de mão-de-obra qualificada, na recomposição da mobilidade internacional dos portugueses. No entanto, no que toca à emigração no quadro da União Europeia, que é significativa e facilitada pela liberdade de circulação, sobressai que uma parte importante assume um carácter temporário (o trabalho sazonal, os programas de trabalho de férias e as transferências intraempresas) e não definitivo²⁸.

Não menos relevante é a alteração que se regista nos perfis dos emigrantes portugueses, que são agora mais jovens e qualificados. Há, assim, um ligeiro rejuvenescimento e a diversificação dos tipos de emigrante português. Segundo os dados estatísticos (INE)²⁹ relativos ao ano de 2012, estima-se que tenham saído de Portugal, para residir no estrangeiro, por um período igual ou superior a um ano (emigrantes permanentes), um total de 51 958 indivíduos (43 998 em 2011, Quadro n.º 2), sendo que 49 458 (cerca de 95%) teriam nacionalidade portuguesa. Em termos de emigração temporária, o INE³⁰ estima que, em 2012, tenham saído de Portugal, por um período superior a três meses mas inferior a um ano, um total de 69 460 pessoas (56 980 em 2011), sendo que 67 468 (cerca de 97%) teriam nacionalidade portuguesa.

27 MALHEIROS, 2011: 135.

28 MALHEIROS, 2011: 135.

29 INE, 2012: 114.

30 INE, 2012: 115.

Quadro n.º 2 – Emigrantes permanentes (N¼), por sexo e grupos de países de destino, Portugal, 2008-2012

Ano	Sexo	País de destino			
		Total	União Europeia 27 (s/ PT)	Extra União Europeia	Desconhecido
2008 (Rv)	HM	20 357	15581	4776	0
	H	16 286	-	-	-
	M	4071	-	-	-
2009 (Rv)	HM	16 899	10 891	6008	0
	H	13 519	-	-	-
	M	3380	-	-	-
2010 (Rv)	HM	23 760	14 838	8922	0
	H	19 008	-	-	-
	M	4752	-	-	-
2011	HM	43 998	28 489	15 509	0
	H	31 329	-	-	-
	M	12 669	-	-	-
2012	HM	51 958	34 418	17 510	30
	H	34 540	-	-	-
	M	17 418	-	-	-

Fonte: INE, 2012: 114.

De acordo com a Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, cujos dados se baseiam segundo o ponto de vista dos países de receção (entradas), houve 130 mil portugueses a emigrar em 2012³¹. Estes números resultam da conjugação de uma série de fontes: inscrições nos consulados, sistemas locais de estatística e dados bancários, como novas contas abertas e fluxos financeiros.

José Cesário, secretário de Estado das Comunidades Portuguesas³², refere que a nova geração de emigrantes portugueses mantém uma relação muito próxima com as suas origens e relaciona-se, diariamente, com os amigos que deixa em Portugal, nomeadamente através dos meios tecnológicos. Em contrapartida, os novos emigrantes não participam na vida comunitária, em regra, o que é lamentável. Um défice de participação que cria uma dificuldade: quando há problemas de inserção e problemas sociais, de variados tipos, como a exploração, essas pessoas estão mais isoladas.

Neste mesmo sentido conclui uma investigação centrada numa amostra de 133 jovens, com idades entre os 20 e os 35 anos, qualificados e emigrantes em França. A mesma serviu para esclarecer que “não agem como comunidade. Daí a geração Europa. Não se veem na condição de emigrantes e tanto não contactam com a comunidade francesa como com as velhas comunidades portuguesas. Estão inseridos em dinâmicas de

31 SIC Notícias, 2013.

32 CESÁRIO, 2013.

globalização e vivem as relações sociais à distância sem grandes problemas”, descreve Lopes³³. A facilidade instalada em termos de comunicações e redes sociais (incluindo os *smartphones* e o telefone fixo gratuito), permite o contacto todos os dias com a família e os amigos que deixaram para trás. Mas a facilidade proporcionada pelas comunicações e pelas redes sociais cria um efeito paradoxal: os novos emigrantes qualificados não têm amigos franceses, nem se cruzam com a velha diáspora portuguesa, na qual não se reveem. Simultaneamente, os jovens objeto deste estudo não vislumbram o regresso como hipótese de curto e médio prazo.

A este propósito, é pertinente a reflexão de Hobsbawm:

a palavra “comunidade” nunca foi utilizada de modo mais indiscriminado e vazio do que nas décadas em que as comunidades no sentido sociológico passaram a ser difíceis de encontrar na vida real, (...) homens e mulheres procuram por grupos a que poderiam pertencer, com certeza e para sempre, num mundo em que tudo se move e se desloca, em que nada é certo³⁴.

Ferreira³⁵ desenvolveu um estudo de caso incidente numa amostra³⁶ de população portuguesa residente nos Estados Unidos da América. Através da aplicação de um inquérito por questionário a portugueses utilizadores de internet, chega à conclusão que as novas tecnologias de informação e comunicação facilitam a remediação da identidade cultural dos emigrantes, dado que promovem um contacto mais próximo com a cultura de origem. Estes emigrantes parecem identificar-se como membros de uma comunidade imaginada³⁷, que os liga tanto à cultura de acolhimento como à de origem. Ferreira conclui, ainda, que há alterações na forma como os emigrantes portugueses comunicam. Desde logo, o recurso à internet é, cada vez mais, generalizado, sendo que muitos emigrantes o referem como um dos meios mais utilizados no contacto com a cultura de origem, promovendo assim o diálogo intercultural que fomenta identidades em rede.

5. Análise de plataformas digitais associadas à nova emigração portuguesa ara o Reino Unido

No período de 1 a 30 de maio de 2014 foi selecionada, de forma aleatória e não representativa e via internet, uma pequena amostra de plataformas digitais conexas com o fenómeno da recente emigração portuguesa, para o Reino Unido.

É facto que, entre abril de 2013 e março de 2014, 27 260 portugueses inscreveram-se na Segurança Social britânica, um aumento de 11% face ao mesmo período do ano anterior (24 550)³⁸.

De acordo com as estatísticas oficiais de inscrições na segurança social relativas ao primeiro trimestre de 2014, Portugal subiu para o sexto lugar na tabela dos países com maior número de inscrições, obrigatória para pessoas que queiram trabalhar no Reino Unido, atrás da Polónia, Roménia, Espanha, Itália e Índia. Este dado confirma o incremento de emigrantes portugueses no Reino Unido nos últimos anos, que disparou de uma média anual de 12 mil entre 2004 e 2010 para 30 120 em 2013.

As plataformas digitais ligadas à emigração portuguesa para o Reino Unido, objeto de análise de conteúdo, foram as seguintes:

33 LOPES, 2013.

34 BAUMAN, 2013: 20.

35 FERREIRA, 2007.

36 Constituída por 151 indivíduos emigrados nos EUA, tratando-se de uma amostra não representativa.

37 Conceito desenvolvido por Benedict Anderson, através do qual se defende a ideia de que não existe nada de orgânico nestas comunidades, pois estas são criadas de forma a aproximar as pessoas, com base em rituais aglutinadores, como festas, celebrações e processos mnemónicos (FERREIRA, 2007: 139).

38 Observatório da Emigração. Disponível em: <<http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/3870.html>> [consult. 22 de mai. 2014].

Quadro n.º 3 – Plataformas digitais objeto de estudo

Designação	Formato
<i>Sooqini.com</i>	<i>(website, blog, facebook, twitter, linkedin, pinterest)</i>
<i>PortugalinUK</i>	<i>(website, facebook)</i>
<i>Portugueses em Londres</i>	<i>(facebook)</i>
<i>Portugueses Emigrantes no Reino Unido</i>	<i>(facebook)</i>
<i>Emigrar para a Inglaterra?</i>	<i>(facebook, blog)</i>

Com a assinatura *The safe place to get stuff done*³⁹, a plataforma eletrónica *Sooqini.com* (Figura n.º 1), a primeira analisada neste estudo, surgiu em 2011 em formato de *website*, com o objetivo de ajudar os emigrantes portugueses em Londres. Nas palavras do fundador, o português Tiago Mateus⁴⁰, consiste numa “plataforma de tarefas, através da qual a pessoa poderá, rapidamente, contactar alguém para fazer algo que quiser ao seu preço”. Permite, desta forma, encontrar indivíduos que queiram realizar pequenos serviços na capital britânica, em regime de *part-time*. Os interessados na contratação destes serviços oferecem um valor que estão dispostos a pagar, que é depois licitado pelos interessados, em geral estudantes ou profissionais com tempo disponível. A empresa nasceu, no seio de um centro de empresas tecnológicas no leste de Londres, e conta, atualmente, com onze trabalhadores.

Entre setembro de 2012 e 2 de março de 2013, a *Sooqini.com* angariou cerca de dez mil utilizadores⁴¹, de pequenas e médias empresas a estudantes ou profissionais liberais.

Figura n.º 1 – *Sooqini.com*



Fonte: Disponível em: <<http://sooqini.com/>> [consult. 15 de mai. 2014].

39 O lugar seguro para conseguir as coisas feitas (tradução livre).

40 MANTEIGAS, 2013.

41 *Diário Digital online*, 2.3.2013. Disponível em: <http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=618798>.

Da análise de conteúdo efectuada, conclui-se que a ideia-chave, vivamente presente em toda esta plataforma é a de “Emprego”, tanto que aí se pode ler, a certa altura, *Proudly creating jobs in the UK*⁴². A *Sooqini* assume-se como um verdadeiro repositório de aptidões e competências, que é dinamizado pelos agentes-chave do processo laboral – contratadores e contratados – numa óptica de simplicidade e rapidez. O *website* interliga-se ainda com um *blog*, e com redes sociais como o *twitter*, *facebook*, *pinterest* e *linkedin*, todas geridas pela equipa profissional da *Sooqini*. Contrariamente, a outras plataformas digitais, não encontrámos aqui nenhuma referência à memória e identidade lusófonas ou a Portugal em sentido amplo. É, claramente, uma plataforma com uma vocação internacional, escrita em língua inglesa e aberta a diferentes públicos, de várias nacionalidades.

Por sua vez, a plataforma *PortugalinUK* disponível em *website* (Figura n.º 2) e também na rede social *facebook* (Figura n.º 3) reúne várias informações destinadas, especificamente, a emigrantes portugueses no Reino Unido, desde a divulgação de eventos culturais, aquisição de produtos portugueses online, bem como diretório de empresas portuguesas sediadas naquele país.

A categoria “Emprego” marca presença na área “Informação útil”, disponibilizando-se uma listagem importante de contactos institucionais, conjuntamente com outras informações, nomeadamente regime de trabalho no Reino Unido, sistema fiscal e funcionamento do sistema de saúde britânico.

A “Memória e Identidade Lusófonas” são bem identificáveis nesta plataforma, por meio de várias referências. A título de exemplo, veja-se:

- publicitação de espetáculos de fado e de artistas do universo lusófono (ex: Anselmo Ralph)⁴³;
- comemoração do Dia de Portugal⁴⁴;
- diretório de negócios de portugueses no Reino Unido (onde se pode ler, a certa altura: “comer e beber com sabor, ambiente ou pronúncia portuguesa”⁴⁵, apelando-se à intangibilidade de uma saudade lusitana).

Por seu turno, detetam-se palavras e imagens projetando um Portugal contemporâneo, “produtor” de talentos nas mais diversas áreas de atividade – na arte, divulgação de exposições de nomes como Joana Vasconcelos, João Onofre e Ângela Ferreira; na moda, publicitação da dupla de estilistas Marques’Almeida na Semana de Moda de Londres; nos negócios, a notícia sobre prémio atribuído a empresas portuguesas⁴⁶.

42 Orgulhosamente criando postos de trabalho no Reino Unido (tradução livre).

43 Disponível em: <<http://www.portugalinuk.com/index.php/eventos/item/anselmo-ralph-em-londres>> [consult. 12 de mai. 2014].

44 Disponível em: <<http://www.portugalinuk.com/index.php/eventos/item/festa-do-dia-de-portugal-2014-foi-cancelada>> [consult. 12 de mai. 2014].

45 Disponível em: <<http://www.portugalinuk.com/index.php/2012-11-25-10-11-56/comer-e-beber>> [consult. 12 de mai. 2014].

46 Disponível em: <<http://www.portugalinuk.com/index.php/eventos/item/empresas-portuguesas-premiadas-pelo-governo-britanico>> [consult. 12 de mai. 2014].

Figura n.º 2 – PortugalinUK (website)



Fonte: <<http://www.portugalinuk.com/>> [consult. 12 de mai. 2014].

Figura n.º 3 – PortugalinUK (facebook)



Fonte: <<https://www.facebook.com/PORTUGALinUK/timeline/2013#!/PORTUGALinUK.>> [consult. 12 de mai. 2014].

A comunidade digital *Portugueses em Londres* é, conforme se pode ler na respetiva página de *facebook* (Figura n.º 4), “dedicada a todos os portugueses que vivem na cidade de Londres”, existindo, assim, um requisito combinado de nacionalidade e de residência, para se definir o público-alvo da comunidade em apreço.

Figura n.º 4 – *Portugueses em Londres (facebook)*



Fonte: <https://www.facebook.com/PortugalemLondres> [consult. 28 de mai. 2014].

As ofertas de emprego são várias, pelo que se confirma a presença desta categoria de análise. Escritas umas vezes em língua portuguesa, outras em língua inglesa, as vagas de emprego publicadas nesta página dizem respeito aos mais variados tipos de funções, desde empregados de restauração, a vigilantes, técnicos de manutenção e outros. A restante informação encontrada resume-se à promoção ocasional de negócios locais de emigrantes.

A colorida imagem da bandeira de Portugal, figurando na capa da página traduz-se num elemento integrante da “Memória e Identidade Lusófonas”, não obstante não se terem detetado outras referências do género, nem se vislumbrar o “Portugal Contemporâneo” da análise em apreço.

Por seu turno, o grupo fechado *Portugueses Emigrantes no Reino Unido* (Figura n.º 5), destina-se, segundo a respetiva página de *facebook*, a “todos os portugueses que pensam emigrar, ou já emigrados em terras de sua majestade. Aqui podem deixar dicas, sugestões e todo o tipo de ajuda, assim como a partilha de experiências passadas em terras britânicas”.

Figura n.º 5 – Portugueses Emigrantes no Reino Unido (facebook)



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/portuguesesnoinouido/?fref=ts> [consult. 29 de mai. 2014].

Neste grupo abundam publicações de portugueses oferecendo-se para trabalhar no Reino Unido, pelo que, à semelhança das outras *e-comunidades* analisadas, a categoria “Emprego” assume-se como um dos principais conteúdos da página.

No que concerne à categoria “Memória e Identidade Lusófonas” poucas referências foram detetadas nesta página, para além da língua portuguesa presente em alguns *posts*.

No que respeita à projeção de um “Portugal Contemporâneo”, encontrou-se apenas uma partilha de um vídeo do programa económico *Portugal Sou Eu*⁴⁷, apelando-se ao consumo de produtos portugueses. Não obstante, constata-se que as referências à comunidade lusófona são, efetivamente, muito escassas.

No *blog Emigrar para a Inglaterra?* é possível encontrar-se um conjunto de informação muito completa sobre o Reino Unido, nomeadamente:

1. país (melhores cidades para se viver, melhores áreas profissionais para se trabalhar, melhores operadoras de telecomunicações);
2. notícias;
3. histórias de emigrantes portugueses;
4. emigração e imigração (documentários);
5. emprego e estágios;
6. ensino universitário.

Figura n.º 6 – Emigrar para a Inglaterra? (blog)

Fonte: http://emigrar-inglesia.blogspot.co.uk/p/inicio_3.html [consult. 29.05.014]

O *blog* possui ainda um *fórum*, onde os internautas podem colocar as suas questões e partilhar experiências, aumentando a interatividade da plataforma, assim como um *link* directo para o *website* do Consulado Geral de Portugal⁴⁸.

Esta plataforma é, a par da já supra analisada *PortugalinUK*, das mais completas, quanto a conteúdos e recursos utilizados. Os vídeos disponibilizam testemunhos desta nova geração de jovens emigrantes portugueses qualificados, que deixam o sol e o mar do seu país de origem, para tentarem vencer em Londres. As histórias de Marco (licenciado em Jornalismo), de Ana (licenciada em Arquitetura) e de Fábio (formado em Cozinha, pela Escola de Hotelaria) são apenas algumas das que aqui podemos ver e ouvir, contadas na primeira pessoa.

Embora não se disponha de dados sobre o eventual retorno económico-financeiro destes *sites*, existe para os mentores destas ferramentas uma notória oportunidade de negócio, pelo recurso a angariação de publicidade e, em alguns casos, comércio de produtos portugueses.

Conclusões

No que respeita à primeira questão “Qual a relação existente entre novos *media* – entendidos como internet e tecnologias móveis – e a nova emigração portuguesa?”, a pesquisa bibliográfica e documental levada a cabo conduz-nos a apresentar as seguintes conclusões, formuladas a partir dos estudos supra referenciados:

1. Os *media* sociais não são apenas novos canais de comunicação nas redes de migração. Eles transformam ativamente a natureza dessas redes, reduzindo os limites à migração, facilitando-a;
2. Estes novos *media* incrementam as possibilidades de manutenção de laços fortes (*strong ties*) com a família e os amigos. São ainda utilizados para a transmissão de mensagens direccionadas aos contactos incluídos nos laços fracos (*weak ties*) e geram uma nova infraestruturas composta por laços latentes

48 <http://www.secomunidades.pt/web/londres> [consult. 29 mai. 2014].

(*latent ties*). Por último, oferecem ainda uma fonte de conhecimento interno sobre a migração, de forma discreta e não-oficial;

3. Os novos emigrantes portugueses revelam alterações na forma como comunicam, sendo a internet cada vez mais utilizada. Assim, parecem identificar-se como membros de uma comunidade imaginada, que os liga tanto à cultura de acolhimento como à de origem;
4. a internet promove o diálogo intercultural e a existência de identidades lusófonas em rede;
5. a nova geração emigrante não se revê na condição de emigrante, está inserida em dinâmicas de globalização e vive as relações sociais à distância sem grandes problemas;
6. a facilidade instalada em termos de comunicações e redes sociais (incluindo os *smartphones* e o telefone fixo gratuito) cria um efeito paradoxal: os novos emigrantes qualificados não têm amigos na comunidade offline de acolhimento, nem se cruzam com a velha diáspora portuguesa, na qual não se reveem. Mantêm-se num limbo.

Num mundo em que tudo se move e se desloca e em que nada é certo, parece existir uma manifesta separação entre as comunidades que se criam e se fomentam no online e as que resistem no mundo offline. Tal é patente no défice de participação que os novos emigrantes portugueses revelam nas comunidades de acolhimento.

Quanto a saber se existem plataformas digitais a emergir, nomeadamente comunidades digitais, no contexto da nova emigração portuguesa para o Reino Unido, facilitadoras dessa mesma emigração, concluímos positivamente, não obstante as limitações deste estudo, que não permitem retirar conclusões de carácter mais abrangente. Efetivamente, têm surgido vários tipos de plataformas, que assumem diversos formatos: *websites*, páginas de *facebook* e outras redes sociais digitais. Neste pequeno artigo tivemos oportunidade de analisar uma amostra de cinco plataformas digitais, conexas com a emigração portuguesa, para o Reino Unido (*Sooqini.com*; *PortugalinUK*; *Portugueses em Londres*; *Portugueses Emigrantes no Reino Unido*; *Emigrar para a Inglaterra?*). Ficou patente que o emprego é, claramente, um tema comum em todas elas, sem exceção, a par de outras informações de utilidade, que são facilitadoras da emigração para esse país. Em algumas (*PortugalinUK* e *Emigrar para a Inglaterra?*) explora-se o tema da memória e identidade lusófonas, assim como se projeta um Portugal contemporâneo, país “produtor” de talentos, nas mais diversas áreas. O sentimento de pertença a uma comunidade lusófona em rede é reforçado com a publicação de histórias de sucesso de jovens portugueses, contadas na primeira pessoa, com recurso a áudio e vídeo.

Todavia, conseguirão estas plataformas digitais ser cabal expressão do sentimento de comunidade, entendida como lugar (neste caso virtual) de conforto e aconchego? Serão os laços que se criam nestes novos palcos suficientemente fortes para substituir as comunidades tradicionais offline? Estas são apenas algumas das questões de pesquisa que se poderão colocar numa futura investigação.

Fontes e Bibliografia

- ALVES, Maria da Piedade, 2012 – *Metodologia Científica*. Lisboa: Escolar Editora.
- AMARAL, Inês, 2012 – *Redes Sociais na “internet”: Sociabilidades Emergentes*. Universidade do Minho. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/19731>> [consult. 25 de jul. 2012].
- BARATA, Sofia, 21.3.2013 – *Emigração Portugueses em rede*. Disponível em: <<http://visao.sapo.pt/portugueses-em-rede=f719536>> [consult. 11 de out. 2013].
- BARDIN, L., 2011 – *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BAUMAN, Zygmunt, 2003 – *Comunidade – A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T., 1999 – *A Construção Social da Realidade*. Lisboa: Dinalivro.
- CARRERA, Filipe, 2009 – *Marketing Digital na versão 2.0*. Lisboa: Edições Sílabo.
- CESÁRIO, J., 25.10.2013 – “Novos emigrantes portugueses não se integram na comunidade de acolhimento”. *Jornal Mundo Lusíada*. Disponível em: <<http://www.mundolusíada.com.br/comunidade/secp-novos-emigrantes-portugueses-nao-se-integram-na-comunidade-de-acolhimento/>> [consult. 11 de nov. 2013].
- COSTA, J. A.; MELO, A. S., 1995 – *Dicionário da Língua Portuguesa*, 7ª ed., Porto: Porto Editora.
- Diário Digital online*, 2.3.2013. Disponível em: <http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=618798> [consult. 2 de jan. 2014].
- DEKKER, Rianne; ENGBERSEN, Godfried, 2012 – “How social media transform migrant networks and facilitate migration”. *IMI Working Papers*. Series 2012, n.º 64 (International Migration Institute/University of Oxford). Disponível em: <<http://www.imi.ox.ac.uk/pdfs/imi-working-papers/WP-64-2012>> [consult. 12 de nov. 2013].
- DIONÍSIO, P.; RODRIGUES, J. V.; FÁRIA, H. F. *et al*, 2009 – *B-Mercator – Blended Marketing*. Alfragide: Dom Quixote.
- FÁRIA, Natália, 8.10.2013 – “Jovens portugueses qualificados emigram para ‘poder ser adultos’”. *Público online*. Disponível em: <<http://www.publico.pt/portugal/jovens-portugueses-qualificados-emigram-para-poder-ser-adultos27210526>> [consult. 1 de nov. 2013].
- FERREIRA, Cátia, 2007 – “Identidades lusófonas em rede: importância da internet na relação dos emigrantes portugueses nos EUA com a cultura de origem”. Centro de Estudos de Comunicação e Cultura: Universidade Católica Portuguesa. Disponível em: <http://www.google.pt/url?sa=t&ct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=34&ved=0CEQQFjADOB4&url=http%3A%2F%2Fwww.lasics.uminho.pt%2Ffojs.%2Findex.php%2Fanoario%2Farticle%2Fdownload%2F765%2F685&ei=6Eu_UsveCsfm7AayooCAA-Q&usq=AFQjCNHFcCAWYkM7JSikYClzJBGrIL_ySg> [consult. 22 de dez. 2013].
- GROOVER, Joel, out. 2010 – “Keeping Up With Smart Phones – Mobile Devices Pose a Major Opportunity and Threat”. *Shopping Centers Today*, p. 39-44.
- HALBWACHS, M., 1990 – *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice.
- INE, 2012 – *Estatísticas Demográficas 2012*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- LOPES, João Teixeira, 2013 – *Novos Emigrantes para França: a geração Europa* (no prelo).
- LOPES, João Teixeira, 7.10.2013 – “Jovens qualificados deixam Portugal para ter casa própria, fazer carreira e constituir família”. *Público online*. Disponível em: <<http://p3.publico.pt/actualidade/sociedade/9530/jovens-qualificados-deixam-portugal-para-ter-casa-propria-fazer-carreira>> [consult. 11 de nov. 2013].
- MALHEIROS, Jorge, 2010 – “Portugal 2010: o regresso do País de emigração?”. *JANUS.NET e-journal of International Relations*. Vol. 2, n.º 1, p. 133-142. Disponível em: <http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol2_n1/pt/pt_vol2_n1_not3.pdf> [consult. 1 de out. 2013].
- MANTEIGAS, Bruno, 2013 – *Plataforma eletrónica pode ajudar portugueses recém-chegados a Londres*. 2.3.2013. Disponível em: <http://sol.sapo.pt/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content_id=69195> [consult. 24 de dez. 2013].
- MARQUES, José Carlos; GÓIS, Pedro, 2012 – “A evolução do sistema migratório lusófono. Uma análise a partir da imigração e emigração portuguesa”. *Revista Internacional em Língua Portuguesa – Migrações*. N.º 24, p. 213-232.
- MARTELETO, Regina Maria, 2001 – “Análise de Redes Sociais – Aplicação nos Estudos de Transferência de Informação”. *CI Inf*. Brasília. Vol. 30, n.º 1, p. 71-81. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciainformacao/index.php/ciinf/article/view/226/201>> [consult. 23 de maio 2011].
- MOURA, Adelina, 2008 – “A Web 2.0 e as tecnologias móveis” in CARVALHO, Ana Amélia A. (org.) – *Manual de Ferramentas da ‘Web 2.0’ para Professores*. Lisboa: Ministério da Educação, p. 121-147. Disponível em: <http://www.crie.min-edu.pt/publico/web20/manual_web20-professores.pdf> [consult. 22 de ago. 2011].
- Observatório da Emigração. Disponível em: <<http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/3870.html>> [consult. 27 de mai. 2014].
- PINHO, Liliana, 13.2.2013 – “Grouer, uma rede social para unir os portugueses lá fora”. *Público online*. Disponível em: <<http://p3.publico.pt/atualidade/economia/6641/grouer-uma-rede-social-para-unir-os-portugueses-la-fora>> [consult. 1 de out. 2013].
- RECUERO, Raquel, 2009 – *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Editora Sulina. Disponível em: <<http://www.ichca.ufal.br/gra>>

duacao/biblioteconomia/v1/wpcontent/uploads/redessociaisnainternetreuero.pdf> [consult. 20 de nov. 2009].

ROBERTO, Laís Maciel, 2009 – *A influência das redes sociais na comunicação organizacional*. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.aberje.com.br/monografias/redessociais_comorganiz.pdf> [consult. 25 de set. 2011].

SIC Notícias, 2013 – *Mais de 130 mil portugueses saíram do País o ano passado*. 26.4.2013. Disponível em: <<http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2013/04/26/mas-de130-mil-portugueses-sairam-do-pais-o-ano-passado>> [consult. 1 de out. 2013].

WELLMAN, B., 2001 – “Physical place and cyberspace: the rise of personalized networking”. *International Journal of Urban and Regional Research*. N.º 25 (2), p. 227-252.

WELLMAN, B., 1999 – “From Little Boxes to Loosely Bounded Networks: The Privatization and Domestication of Communities” in ABU-LUGHOD, J. L. (ed.) – *Sociology for the Twenty-First Century: Continuities and Cutting Edges*. Chicago: University of Chicago Press.

Varia

Vera Cruz de Marmelar: a intervenção de Afonso Peres Farinha

Lúcia Rosas

Paula Pinto Costa

O desenvolvimento da investigação sobre a comenda de Marmelar e o amadurecimento da reflexão em torno da evidência documental, artística e arqueológica conhecida até este momento justifica a colocação de novas hipóteses sobre a clarificação do topónimo Marmelar e do diverso património edificado que lhe estava associado. Neste sentido, o presente artigo constitui um texto complementar aos resultados do projeto de investigação *Comendas das Ordens Militares. Perfil nacional e inserção Internacional* (FCT PTDC/HIS-HIS/102956/2008), recentemente publicados¹.

Na verdade, o topónimo Marmelar era utilizado na documentação medieval em referência a locais distintos de um mesmo território geologicamente definido², nem sempre fáceis de identificar. Referimo-nos em concreto a três situações: Marmelar junto à delimitação dos concelhos de Évora e Beja pela Serra da Fasquia, sempre designado na documentação medieval como “monasterium”, provavelmente em local isolado e que no tombo da comenda feito no século XVII continua a ser identificado como “terra do dito Marmelar que he termo de Beja”³; Marmelar designado de “ecclesia” de S. Pedro de Marmelar⁴, hipoteticamente a igreja paroquial de Pedrogão (concelho da Vidigueira); e, ainda, Marmelar (Vera Cruz), sempre associado a um mosteiro da Ordem do Hospital fundado por frei D. Afonso Peres Farinha e nunca documentado como da Vera Cruz até à segunda metade do século XIV⁵. No entanto, uma lápide desaparecida antes do final do século XVIII, e da qual só se conhece uma leitura em segunda mão publicada por Anastácio de Figueiredo, constitui a única menção a “hoc Monasterium Sancti Petri de Marmellalli”⁶. Esta referência justifica que os historiadores tenham assumido que a igreja da comenda de Vera Cruz de Marmelar tivesse o orago de S. Pedro e, por outro lado, que esta mesma coincidissem com o “monasterium” de Marmelar referido na documentação.

No esclarecimento desta questão torna-se fundamental identificar a classificação jurídico-funcional dos espaços religiosos edificados. A proveniência das fontes documentais (concelhia, senhorial e episcopal) de que

1 FONSECA, 2013a, onde está indicada a bibliografia específica, entre a qual se destaca a abordagem de PAGARÁ; SILVA; SERRÃO: 2006.

2 ALVES, 1971: 219.

3 FONSECA, 2013b: doc. 83, fl. 8v.

4 FONSECA, 2013b: doc. 6.

5 FONSECA, 2013b: doc. 17.

6 Importantes notas críticas em BARROCA, 2000: vol. II, t. 1, insc. 398: 1024-1025 e FONSECA, 2013b: doc. 14.

dispomos e o apuramento das designações utilizadas (“monasterium”/“ecclesia”) conjuntamente com o topónimo Marmelar constituem aspetos suficientemente sugestivos, tendo em conta o objetivo central deste texto.

Em análise estão quatro documentos datados dos anos de 1258, 1262, 1271 e 1274. O documento de 1258 da lavra do concelho de Évora, a propósito da doação que faz de uma herdade no seu termo a D. João Peres de Aboim e à sua mulher e filhos, refere-se ao “monasterium de Marmelar”⁷. As autoridades municipais, na demarcação deste território, usam como referência as vias de comunicação que teriam uma importância muito grande na vida comunitária e, como tal, eram bem conhecidas desse universo de homens. Neste sentido, dizem que um dos limites do senhorio de Portel se situava no cume da Serra da Fasquia, sendo que um dos marcos estava “in via que venit de Begia pro ad monasterium de Marmelar”. Este elemento, bem como a sequência da descrição desta demarcação geográfica, fazem pensar que este mosteiro corresponde hoje em dia ao lugar de Marmelar situado no concelho da Vidigueira, a cerca de 7 km a sul de Vera Cruz (Mapa n.º 1).

Em segundo lugar, o documento de 1262, pelo qual D. Martinho, bispo de Évora, e o seu cabido definem a jurisdição das igrejas situadas no senhorio de Portel, faz menção a um conjunto de sete igrejas, empregando sempre o termo “ecclesia”⁸. Neste grupo de igrejas inclui-se a “ecclesia Sancti Petri de Marmelar” que poderá corresponder à igreja de S. Pedro de Pedrogão (freguesia que atualmente integra o lugar de Marmelar, junto ao Guadiana), situada precisamente numa das periferias das terras que constituem o senhorio de Portel. As palavras usadas neste documento devem merecer-nos toda a atenção, na medida em que são atribuídas ao próprio bispo de Évora, conhecedor dos espaços sagrados da sua área jurisdicional e, por conseguinte, do seu estatuto jurídico-funcional, sendo significativo o facto de se referir a este templo na qualidade de igreja e não de mosteiro.

Por fim, os documentos de 1271 e 1274 reportam-se ambos a Marmelar (Vera Cruz) e à Ordem do Hospital enquanto instituição responsável pela sua gestão. Em concreto, pelo documento de 1271, D. João Peres de Aboim e a sua mulher concedem à Ordem do Hospital, por via do Mosteiro de Marmelar, que era sede da respetiva comenda em fase de organização, a igreja de Santa Maria de Portel e todas as outras igrejas que se viessem a fazer no senhorio de Portel⁹. Como veremos adiante há sérias hipóteses de aquele mosteiro se encontrar em fase de construção por essa cronologia. Por sua vez, através do documento de 1274, D. Durando, bispo de Évora, define a jurisdição e a área territorial deste mosteiro de Marmelar (Vera Cruz)¹⁰.

Face aos elementos que expusemos, fica patente a complexidade desta questão, a qual encontra algumas respostas na reflexão sobre o plano de obras desenvolvido por frei D. Afonso Peres Farinha e as formas de apropriação do território suas contemporâneas.

As circunstâncias históricas da constituição da comenda de Marmelar entre 1271 e 1274 são esclarecedoras. A documentação não deixa margem para dúvidas sobre a intervenção feita por frei D. Afonso Peres Farinha, nem sobre a constituição de uma comenda sedeada neste complexo arquitetónico. Decorridos 13 anos sobre a constituição do senhorio de Portel, teve lugar, em 1271, a concessão à Ordem do Hospital do padroado da igreja de Santa Maria de Portel, com a indicação de que o mosteiro em edificação fosse “cabeça de bailiagem”¹¹. Por outras palavras, ao mosteiro era reconhecida uma dignidade superior à de uma simples comenda, na medida em que seria a sede de uma circunscrição administrativa e de gestão – uma bailia – hierarquicamente superior. Três anos volvidos, em 1274, o bispo de Évora define a jurisdição deste

7 FONSECA, 2013b: doc. 1.

8 FONSECA, 2013b: doc. 6.

9 FONSECA, 2013b: documentos 8 e 9.

10 FONSECA, 2013b: doc. 12.

11 FONSECA, 2013b: documentos 8 e 9.

mosteiro, nomeadamente os seus compromissos face às autoridades episcopais, e demarca o perímetro geográfico da sua propriedade¹².

No entanto, uma lápide que está na atual sacristia da igreja de Vera Cruz abre com a datação de 1268¹³, o que nos faz antecipar a data do início das obras. Como já foi explicado no livro redigido ao abrigo do projeto mencionado¹⁴, esta data corresponderá à fixação/memorização do ano em que frei D. Afonso Peres Farinha se ligou a esse local. Com efeito, a década de 60 do século XIII será a altura em que terá dado início à construção da igreja e dos aposentos conventuais, quando contava cerca de 60 anos. Segundo a informação desta epígrafe, uma década mais tarde, terá concluído as obras, quando já era septuagenário, altura em que muito provavelmente foi colocada a referida inscrição na parede da igreja, como explicaremos.

Sem conseguirmos apurar com toda a certeza o projeto construtivo iniciado na década de 60, encontramos na documentação medieval coeva e nos elementos artísticos e arquitetónicos, também confirmados por abordagens arqueológicas sobre a construção pré-românica no Alentejo, argumentos que nos permitem propor uma leitura nova sobre esta problemática.

Assim, face a todos os elementos coligidos, o projeto de frei D. Afonso Peres Farinha foi construído de raiz, embora incorporasse uma grande quantidade de peças visigóticas e/ou moçárabes.

Em 1271¹⁵, no momento em que que D. João Peres de Aboim e D. Marinha Afonso doaram o padroado da igreja de Santa Maria de Portel, bem como o de todas as outras que existissem no termo, ao Mosteiro de Marmelar (Vera Cruz), fazem pela primeira vez referência a este mosteiro como cabeça de bailiagem e morada do comendador e dos freires. Trata-se de uma realidade típica da orgânica da Ordem do Hospital, bem como a menção que o referido dignitário faz a duzentos maravedis que deveriam ser entregues à casa conventual situada no Ultramar (à época em S. João de Acre) a título de uma contribuição fiscal – as “responsões” – a que os freires estariam obrigados. No entanto, caso este montante não fosse enviado para as autoridades centrais da Ordem, seria destinado ao “refazimento do mosteiro de Marmelar, e para refazimento de sas pertenças”. O pagamento da referida contribuição só se tornaria obrigatório após a morte de frei D. Afonso Peres Farinha, segundo o mesmo documento, por “se fazer o lugar que he novo”. A reiterar esta afirmação podemos dar conta de uma outra frase do mesmo D. João de Aboim em que afirma que “por o mosteiro do Marmelar, que fundou e comesou de nos, e de sa Ordem do Hospital, e por nosso mandado, e por nosso outorgamento”. Em reforço deste argumento, podemos citar o próprio bispo de Évora que, em 1274, afirma que o “monasterium in loco deserto, et vastae solitudinis eiusdem domini Joannis studio solo proprio est fundatum”¹⁶. No seguimento deste acervo de informações, adquire sentido a mensagem gravada na lápide conservada na parede norte da atual sacristia de Vera Cruz. Como já foi dito, esta lápide abre com o ano de 1268 que será o ano de início da intervenção de D. Frei Afonso Peres Farinha no local em que se encontra hoje a igreja de Vera Cruz. Esta igreja por si construída, bem como os aposentos a ela anexos, teriam uma escala inferior, pelo menos ao nível do pé-direito dos absidiolos, e soluções muito diversas das que caracterizam o templo atual, reformado nos séculos XVI e XVIII.

Pela dotação de 1271, o mosteiro de Marmelar conta com “todo aquelle nosso herdamento que aviamos em Beja”, com a já referida igreja de Santa Maria de Portel, com as igrejas “que são começadas ou se começarem desde aqui em diante em Portel e seu termo”, e com um conjunto de bens móveis. Estes últimos terão sido doados já num tempo anterior (mas relativamente próximo), coincidente com o “primeiro começo do

12 FONSECA, 2013b: doc. 12.

13 Importantes notas críticas em BARROCA, 2000: vol. II, t.1, insc. 368: 939-950 e FONSECA, 2013b: doc. 7.

14 COSTA, 2013a: 207-234.

15 FONSECA, 2013b: documentos 8 e 9.

16 FONSECA, 2013b, doc. 12.

fundamento do mosteiro”, o que pode ser aduzido em reforço da argumentação que defende o início das obras na segunda metade da década de sessenta do século XIII.

A pré-existência de um mosteiro visigótico, na opinião de alguns historiadores¹⁷, ou da sua reconstrução na época moçárabe, como advogam outros¹⁸, no exato local em que se encontra a igreja de Vera Cruz, parece-nos, neste momento, uma hipótese afastada. Neste sentido, e como já foi referido, a igreja de Vera Cruz foi construída de raiz na segunda metade do séc. XIII. Por outro lado, a evidência documental e arqueológica testemunha uma construção datável de entre os séculos VII e XI na zona de fronteira concelhia entre Beja e Évora que terá estado na origem da reutilização de materiais em Vera Cruz, tanto mais que o mosteiro de Vera Cruz recebeu uma herdade em Beja a título de dotação, como acabamos de citar.

Segundo Licínia Wrench e Mélanie Wolfram¹⁹, as peças de aparência visigótica que se encontram na cabeceira da igreja de Vera Cruz (Figura n.º 1) e outros elementos com decoração e tratamento escultórico muito semelhantes, reutilizadas em diversas construções do lugar de Marmelar, fazem crer que tivesse havido um mesmo edifício, situado algures entre Vera Cruz e Moura, desmontado em época posterior. Embora sem possibilidade de confirmação inequívoca, as fontes documentais sugerem que este edifício seria o “monasterium de Marmelar”, provavelmente com expressão na zona em séculos anteriores. No entanto, na época subsequente à reconquista cristã alentejana poderia já não fazer sentido enquanto elemento ordenador de um núcleo de povoamento e do espaço, sendo, por essa razão, desmantelado. De facto, a homogeneidade estilística e formal das peças de Vera Cruz com as de Marmelar e com uma outra depositada no Museu de Moura fazem acreditar na existência de um mesmo monumento, cujas peças foram reaproveitadas em Vera Cruz e em casas de habitação na própria aldeia de Marmelar situada mais a Sul. Apesar de estas peças apresentarem características semelhantes, a investigação não permite concluir que haja uma mesma origem oficial. Seguindo a lição das citadas autoras, a vila de Marmelar (Pedrógão) será talvez o sítio do concelho da Vidigueira onde foi encontrado o maior número de peças arquitetónicas visigóticas reutilizadas como material de construção²⁰. No âmbito deste raciocínio, Mélanie Wolfram recorda que no arqueo-sítio Marmelar 1, localizado na Horta das Almas, C. Lopes identificou uma necrópole tardo-romana e sugeriu que possa ser também da época visigótica, devido à presença abundante de peças arquitetónicas deste perfil²¹. Paulo Feio na análise que faz das marcas arquitectónico-artísticas do território entre Évora e Beja na Alta Idade Média constata através dos testemunhos arqueológicos que “apesar de não terem sido ainda descobertas quaisquer estruturas, podemos propor a localização de um edifício religioso cristão”²² na zona oriental do atual lugar de Marmelar, na sequência de uma basílica do século VII que pode corresponder a uma reconstrução de um templo datável da Antiguidade Tardia²³.

Na sequência destas abordagens arqueológicas, e confrontados com a reutilização de materiais da Alta Idade Média, já classificada como uma dominante comum no fenómeno construtivo da época²⁴, podemos tentar perceber as motivações de Frei D. Afonso Peres Farinha ao enveredar por esta solução. De um ponto de vista mais pragmático, não seria fácil prover ao transporte destes silhares aparelhados, nem de outras peças esculpidas com motivos ornamentais, no entanto, o facto de disporem de pedras já talhadas a uns quilómetros (ou léguas, na linguagem medieval) de distância, também poderia constituir razão suficiente para a sua deslo-

17 ALMEIDA, 1986: 48.

18 FERNANDES, 2009: 255-256.

19 WRENCH, 2008: 652 e 656; WOLFRAM, 2011: 201.

20 WRENCH, 2008: 652; 656.

21 WOLFRAM, 2011: 201.

22 FEIO, 2010: 67.

23 FEIO, 2010: 68.

24 FERNANDES, 2009: 260.



Figura n.º 1 – Igreja de Vera Cruz de Marmelar. Absidiolo sul. Interior. Decoração de fresta.
Fonte: Fotografia de Lúcia Rosas.

cação, tanto mais que o primitivo “monasterium” de Marmelar se situaria na herdade de Beja que D. João de Aboim outorgou aos Hospitalários, em 1271. Assim sendo, a Ordem disporia de um conjunto edificado numa área periférica em relação aos seus interesses. Deixando de lado estas razões mais pragmáticas, há outro tipo de motivações que podem ter influenciado a decisão de incorporação de peças visigóticas e/ou moçárabes nas obras do século XIII, bem como nas que seriam realizadas no século XVI. Antes de mais, a antiguidade e o prestígio do templo a que inicialmente pertenceriam e que se localizaria mais a Sul em direção ao Rio Guadiana, à margem de uma comenda que se quer centrar e aproximar do senhorio de Portel, atendendo às ligações pessoais dos seus dois titulares: D. Afonso Peres Farinha e D. João Peres de Aboim, respetivamente. Em segundo lugar, não podemos deixar de colocar a hipótese de esse templo primitivo abrigar já uma relíquia do Santo Lenho, eventualmente deslocada para a igreja de Vera Cruz numa época posterior, como de seguida explicaremos. Em terceiro lugar, a necessidade de incorporação de testemunhos pétreos de um passado pré-muçulmano, em que o espaço a Sul do Tejo tinha um carisma emblemático e se articulava em função do conceito de Guerra Santa.



Figura n.º 2 – Igreja de Vera Cruz de Marmelar. Cabeceira, absidiolo sul
 Fonte: IHRU, IP/SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico) FOTO.00188426.

O que hoje em dia podemos observar em Vera Cruz não é a igreja com o aparato que lhe foi dado no momento da sua construção do século XIII, pois houve diversas intervenções posteriores que foram alterando a sua traça original²⁵. Estas circunstâncias têm conduzido as duas interpretações. Uma considera que as capelas laterais construídas na sua base com silhares bem aparelhados em “opus quadratum”, (Figura n.º 2) datam da época visigótica²⁶. Uma outra, tendo em conta que as peças decoradas com motivos da época visigótica mostram ter sido truncadas (como, por exemplo, no caso dos frisos interiores dos dois absidiolos), defende que na época moçárabe houve uma reconstrução de um edifício de funcionalidade religiosa anterior que incorporou esses elementos mais antigos²⁷.

A igreja paroquial de Vera Cruz apresenta hoje uma nave única e retangular, cuja largura corresponde à dimensão total do conjunto da cabeceira e é construída precisamente no seu alinhamento (Figura n.º 3). Assim, supomos que a nave construída no século XIII teria uma largura equivalente à atual, embora acreditemos que o corpo da igreja nessa altura se pudesse dividir em três naves. Contudo, o seu comprimento era seguramente inferior, dada a comparação com as medidas da cabeceira, o que, caso contrário, daria lugar a uma igreja involuntariamente comprida. Em reforço desta hipótese, há vestígios de um portal entaipado na parede Sul da nave, em local mais próximo da cabeceira, que garantiria a entrada no templo (Fig. 4). A ampliação do comprimento da nave, eventualmente no século XVI ou mesmo na campanha de obras do século XVIII, levou à construção de um novo pórtico lateral (e à eliminação da anterior entrada), cujo eixo divide o comprimento da nave em duas partes iguais aproximando-se de uma solução típica da arquitetura que segue modelos tratadísticos.

25 ROSAS, 2013: 291-300.

26 HAUSCHILD, 1986: 168; ALMEIDA, 1986: 48, entre outros.

27 FERNANDES, 2009: 255-258; WOLFRAM, 2011: 37; FEIO, 2010: 81-87, entre outros.

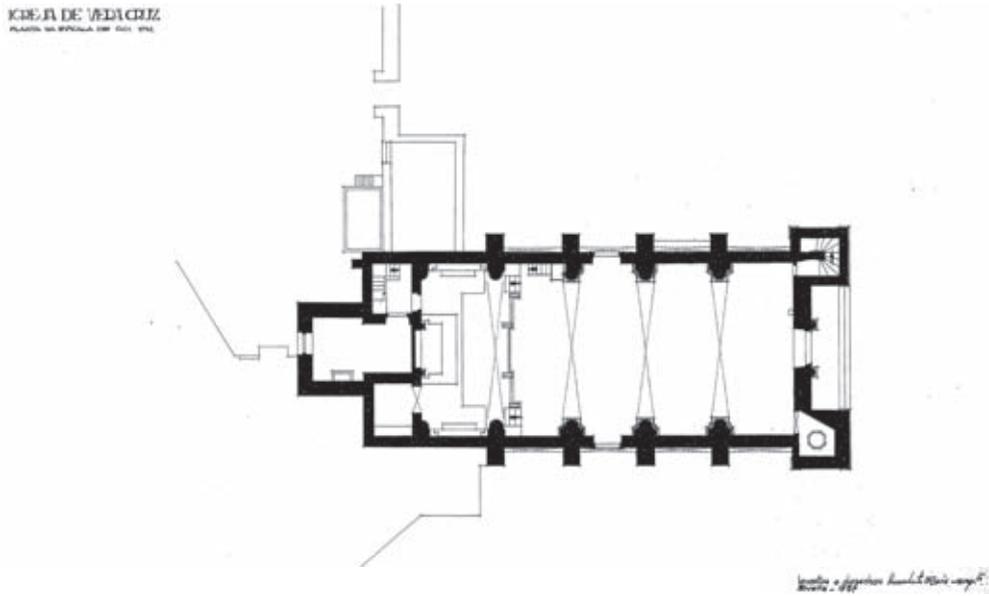


Figura n.º 3 – Igreja de Vera Cruz de Marmelar. Planta
Fonte: IHRU, IP /SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico) DES.00001896).



Figura n.º 4 – Igreja de Vera Cruz de Marmelar. Fachada sul. Portal entaipado
Fonte: IHRU, IP /SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico) FOTO.00161967.

Atualmente mantem-se na igreja de Vera Cruz uma parte da cabeceira construída com reaproveitamento de silhares visigóticos. Ou seja, os muros que definem o perímetro da cabeceira incluem-se na situação que descrevemos. Uma exceção deve ser feita para o caso do muro oriental da abside, hoje em dia inexistente, porque foi demolido para que a abside (capela mor) se transformasse em sacristia, o que terá acontecido no século XVIII, a julgar pela data incluída no vão de iluminação. Acrescente-se que o muro que dividia o absidiolo Sul da abside foi igualmente demolido, para garantir a comunicação entre a nave e a sacristia. Assim sendo, do edifício do século XIII resta ainda o muro que dividia o absidiolo Norte da abside e ao qual foi atribuída muita importância já na época de construção, uma vez que a lápide epigrafada que relata os feitos gloriosos de frei D. Afonso Peres Farinha está aí incorporada, na face que no século XIII correspondia ao muro Norte da capela mor e que hoje é a sacristia. Face aos elementos reunidos, podemos afirmar que esta lápide foi lavrada depois de 1273-1278 e antes de 1282, ou seja, entre o momento de conclusão das obras de frei D. Afonso Peres Farinha, nascido entre 1203-1208, e que contaria nessa altura 70 anos de idade, e o momento da sua morte, em 1282, altura em que deixa de estar documentado²⁸. Por sua vez, é no absidiolo Norte e, por conseguinte, contíguo à parede em que está a lápide, que se encontra a edícula que enquadra a relíquia do Santo Lenho.

Deve ainda sublinhar-se que no topo nascente da igreja foi adossada uma torre no final da Idade Média, cujas paredes laterais não estão alinhadas com as paredes dos absidiolos. A sua função principal era criar uma câmara superior, permitindo a comunicação direta entre o paço do comendador e a participação nos ofícios divinos por parte dos senhores Hospitalários que aí residissem, como garante a documentação do século XVII²⁹. Em abono desta hipótese, podemos recordar que hoje em dia há dois frontões visigóticos incorporados no muro oriental do absidiolo sul, sendo que um deles está completamente visível e no alinhamento de um contraforte, e o outro se encontra parcialmente oculto pela já referida torre que se encosta à cabeceira, e também no alinhamento de um outro contraforte (Figura n.º 5). O alinhamento destas peças triangulares esculpidas com os contrafortes constitui mais um argumento a favor da defesa da construção, na qual os frontões já não têm qualquer função. A função original destas peças poderia relacionar-se com decoração da cobertura de um baldaquino que ambientaria o altar. A sua colocação sobre vãos, orientando para o santuário, numa igreja da época visigótica, é também uma hipótese que já foi avançada³⁰.

28 VENTURA, 1992: 746-747; PIZARRO, 1999: vol. 2, 468-469; BARROCA, 2000: insc. 368, 947-950.

29 FONSECA, 2013b: doc. 83, fls. 5-5v.

30 ALMEIDA, 1986: 48.



Figura n.º 5 – Igreja de Vera Cruz de Marmelar. Cabeceira. Exterior. Peças da época visigótica reaproveitadas.
 Fonte: IHRU, IP/ SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico) FOTO.00161968.

O apuramento da cronologia da construção da torre não é tarefa fácil, se tivermos em conta o aparelho utilizado. Uma leitura apressada desta torre remete-nos para a época manuelina, na medida em que existe um vão de iluminação com padieira de arco mistilíneo. A par deste apontamento, há nas imediações da igreja outras peças decoradas ao gosto manuelino, o que era ainda mais evidente nas construções conventuais conforme documentam as fotografias das décadas de quarenta e cinquenta do século XX³¹. Porém, a existência destes elementos não é suficiente para se afirmar que a torre, pelo menos na sua origem, seja do século XVI. Na verdade, o aparelho irregular de que é feita tanto a pode situar no século XIV, como no XV, ou mesmo no XVI (Figura n.º 6). Quer isto dizer, que o vão de iluminação pode ter adquirido uma nova moldura na campanha de obras desenvolvida no século XVI, embora o esclarecimento destas questões só possa logrado com uma intervenção arqueológica completa e com o recurso à arqueologia da arquitetura.

31 Disponível em: <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=I PA.00001169>.



Figura n.º 6 – Igreja de Vera Cruz de Marmelar. Torre vista do lado sul.
 Fonte: IHRU/SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico) FOTO.00161964.

Terá sido a construção da torre que levou ao alteamento dos absidiolos da igreja. De facto, numa primeira observação parece que há uma articulação perfeita entre a volumetria e o aparelho usado na parte superior dos absidiolos e aquele que foi empregue na torre. Todo este conjunto é unificado por um coroamento em merlões, o que lhe confere um aspeto de igreja-fortaleza, que não conheceria no século XIII. Esta retórica militar era comum no seio da Ordem do Hospital, como demonstram os exemplos de Leça do Balio e da Flor da Rosa, ambos do século XIV, embora incongruente com uma época de poucos rendimentos e de ausência de guerra sistemática nos territórios em que se situavam.

A intervenção tardo-medieval pode refletir a rivalidade entre as duas linhagens mais implicadas com a história de Vera Cruz de Marmelar, ou seja os senhores de Góis-Farinha e os Pereira. Os primeiros, pela sua ancestral vinculação às origens da comenda. Os segundos, pelo seu papel na Batalha do Salado (1340), logrado com êxito pela intervenção divina da relíquia do Santo Lenho, que esteve na origem de um processo

de apropriação do espaço, materializado num plano de construção de vários edifícios no Alentejo por parte de frei D. Álvaro Gonçalves Pereira, a saber, o complexo conventual da For da Rosa (1341), o paço de Cernache do Bonjardim (1356), o castelo da Amieira (1356-62) e a cava e barbacã no Crato e na Amieira (1358)³². Este programa construtivo, desenvolvido após o Salado no quadro de um horizonte conceptual de Cruzada, traduz uma mensagem de refundação da própria Ordem e de reforço da sua identidade e apela a um cenário mais amplo. Nestes meados do século XIV, avolumavam-se as dificuldades bélicas no Mediterrâneo Oriental, os Templários tinham sido extintos e os Hospitalários fortificavam a ilha de Rodas e assumiam a defesa da Cristandade frente ao Turco. Neste contexto, ganha sentido a sua necessidade de reafirmação de vocação militar também em território português.

A ação de frei D. Álvaro Gonçalves Pereira, ou mesmo do seu filho, o condestável D. Nuno Álvares Pereira, está presente na igreja de Vera Cruz, precisamente nas duas peças mais simbólicas do seu património: a edícula que guarda a relíquia do Santo Lenho e a Cruz Processional em prata e esmaltes translúcidos, que apresentam as armas dos Pereira e da Ordem do Hospital³³ (Figuras números 7 e 8).



Figura n.º 7 – Igreja de Vera Cruz de Marmelar. Edícula da relíquia do Santo Lenho.

Fonte: Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora (PO. VE.1.012 equ.JPG).

32 COSTA, 2013b: 239-256.

33 ROSAS, 2013: 309-318.



Figura n.º 8 – Igreja de Vera Cruz de Marmelar. Cruz processional.
Fonte: Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora (PO.VE.1.021_our[2].JPG).

Em 1322, pelo testamento de D. Dinis³⁴, é a primeira vez que se estabelece a ligação da relíquia com o Marmelar, embora o diploma não esclareça a que Marmelar se está a referir, sendo muito provável que se trate da igreja do mosteiro feito por frei D. Afonso Peres Farinha, por ser da Ordem do Hospital, ligada desde as suas origens a Jerusalém. Por sua vez, o relato da batalha do Salado inserto no *Livro de Linhagens* do conde D. Pedro, por meados da década de 80 do século XIV³⁵, pode ser interpretado como uma espécie de crónica laudatória dos Pereira, em geral, e de frei D. Álvaro Gonçalves Pereira, em particular, depois da sua morte mencionada no próprio texto. De resto, em tempo posterior, um filho deste prior – o condestável D. Nuno Álvares Pereira – terá sido a figura central de uma crónica senhorial, ao estilo da que teria sido ensaiada para o seu pai. Independentemente deste processo laudatório, indiscutível é o facto de a edícula que reserva a Vera Cruz e de a Cruz Processional conterem as armas dos Pereiras. Se é certo que a origem destas duas peças se encontra na família Pereira, a definição da cronologia da sua oferta ao mosteiro abre duas possibilidades. Ou seja, o benfeitor pode ter sido o próprio Álvaro Gonçalves Pereira, que interveio em diversos edifícios situados sobretudo no território alentejano, ou o seu filho Nuno Álvares Pereira. Dado que no *Agiológio Lusitano* é dito “que depois exornou de prata a mayor custo o condestable Dom Nuno Alvres Pereira emtallando nella suas armas”³⁶, parece-nos provável que esta sua decisão se situe no contexto da *homenagem* ao pai nos anos 80 do século XIV, altura em que se produziu o discurso apologético em sua honra. É ainda possível pensar na força propiciatória da própria relíquia na batalha de Aljubarrota³⁷, protagonizada não só pelo Condestável como também por outros elementos da sua família, o que poderia ter dado origem a um enriquecimento de carácter votivo da relíquia³⁸.

A identificação do orago da igreja de Vera Cruz de Marmelar é fundamental tendo em conta as questões em estudo. A tradição histórica veiculada a este propósito, mais do que esclarecer o problema, tem alimentado uma ideia nebulosa que, à luz de um raciocínio crítico, deixa em aberto algumas interrogações. Nos quatro documentos já citados (1258, 1262, 1271, 1274) nunca é referido qualquer orago relativo a esta igreja. Por sua vez, a primeira prova documental que estabelece a relação entre uma relíquia do Santo Lenho e o Marmelar é o testamento de D. Dinis de 1322, quando o rei determina “que torne logo ao Marmelar a Cruz de Ligno Domini que ende eu mandei filhar enprestada”³⁹. No entanto, deve clarificar-se que este testamento também é omissivo quanto ao orago do templo. Por sua vez, o *Livro de Linhagens* do conde D. Pedro, reformulado nos anos 80 do séc. XIV⁴⁰, e a Crónica de 1419 são unânimes a dizer que “loguo el Rey mandou a Dom Álvaro Gil (sic) de Pereira, Prior do Crato, que antes de encontrarem mostrasse o Lenho da vera Cruz, que levara do Marmelar”⁴¹. Explicitamente, o orago continua a não ser mencionado, embora haja menção à presença da relíquia em Marmelar. Pelos documentos que se preservaram, supomos que a atribuição do orago de Vera Cruz só terá sido assumida depois da batalha do Salado. Desta forma, data apenas de 1397 o primeiro documento que se refere a “Sancta Vera Cruz do Marmelar” como topónimo. Este documento de proveniência régia é também o testemunho mais precoce e fidedigno que conhecemos sobre a invocação da Vera Cruz. A carga simbólica da devoção à sagrada relíquia é de tal modo emblemática que acabou por se converter em topónimo, designando-se a aldeia simplesmente como da Vera Cruz.

34 FONSECA, 2013b: doc. 15.

35 FERREIRA, 2011: 99-129.

36 FONSECA, 2013b: doc. 82.

37 FONSECA, 1728: 73.

38 LAVAJO, 2013: 218-221.

39 FONSECA, 2013b: doc. 15.

40 MATTOSO, 1980.

41 PINA, [1419]: cap. LIX.

Um documento episcopal⁴² já foi interpretado como prova da criação da paróquia de Vera Cruz em 1345⁴³. No entanto, a leitura deste documento mostra que o que está em causa são as igrejas de S. Salvador, Santa Maria, S. João e S. Tiago de Beja, todas elas situadas no “loci” de Marmelar, promovendo-se ao estatuto de paroquial a de Santa Maria. A lista das igrejas de 1320, no que toca a Beja, refere apenas as igrejas de S. Salvador, S. João e S. Tiago, bem como a igreja de Vila Boa, esta última tributada com um valor muito inferior comparativamente às restantes⁴⁴. Assim, a igreja de Santa Maria de Marmelar será de construção trecentista e hoje em dia tem o orago de Santa Brígida. Nos anos 80 do século XIV, Gonçalo Vasques de Moura, titular do morgado de Marmelar, e a sua mulher querem ser tumulados nesta igreja de Santa Maria de Marmelar, admitindo a hipótese de serem sepultados na sé de Évora, no caso de a igreja ainda não estar concluída⁴⁵.

Talvez o primitivo “monasterium” de Marmelar tivesse o orago de S. Pedro, à semelhança da “ecclesia Sancti Petri”, provavelmente a matriz da atual freguesia de Pedrogão, justificando a transição deste orago para o novo mosteiro construído por frei D. Afonso Peres Farinha, depois da desmontagem do antigo. Só assim se explica que a hipotética informação contida na perdida lápide de 1328⁴⁶ – “hoc Monasterium Sancti Petri de Marmellall” – tenha alguma credibilidade. A aceitação tácita deste orago para proteção da nova casa sagrada pode justificar o silêncio do bispo de Évora quanto à sagração e ao orago em 1274.

Num códice do século XVI, que arrola os sumários de diversos documentos relativos à Ordem do Hospital, encontra-se o registo de documentação pontifícia também omissa quanto ao orago do mosteiro existente em Vera Cruz. Porém, esta documentação traduz a necessidade de atrair peregrinos a esse local. O papa Clemente IV concedeu entre 40 e 100 dias de perdão a quem se deslocasse a Marmelar nas festividades de S. Pedro, Santa Maria, S. Brás e Santa Maria Madalena e a “quantos derem ajuda pera fazer a igreja do Marmelal”⁴⁷. Atendendo a que o seu pontificado termina em 1268⁴⁸, podemos estar perante mais um indicador que corrobora o arranque das obras neste mesmo ano.

Em síntese, podemos concluir que com a criação do senhorio de Portel em 1258 e com a associação da Ordem do Hospital ao lugar que hoje é a Vera Cruz, se verificou um recentrar do território de Marmelar no seguimento da criação da comenda, na década de 70 do século XIII, em detrimento da zona mais periférica da comenda junto à fronteira concelhia entre Évora e Beja.

Neste sentido, pensamos que a igreja de Vera Cruz, que fazia parte do complexo conventual hospitalário, foi feita de raiz a partir da década de sessenta do século XIII, por iniciativa de Frei D. Afonso Peres Farinha, com a reutilização de peças visigóticas e/ou moçárabes provenientes do “monasterium” de Marmelar, situado junto ao limite entre Évora e Beja, e dentro da área limítrofe da comenda hospitalária. No século XIV, a relíquia da Vera Cruz e o significado que lhe é atribuído no contexto da batalha do Salado vão justificar a renovada importância da igreja da Ordem do Hospital, nomeadamente com a intervenção dos Pereira. Por fim, terá sido esta conjuntura que favoreceu o uso da designação da relíquia, isto é Vera Cruz, como topónimo identificativo da paróquia.

42 Arquivo do Cabido da Sé de Évora, EE8d.

43 BEIRANTE, 1995: 163.

44 FORTUNATO, 1971: vol. IV, 136.

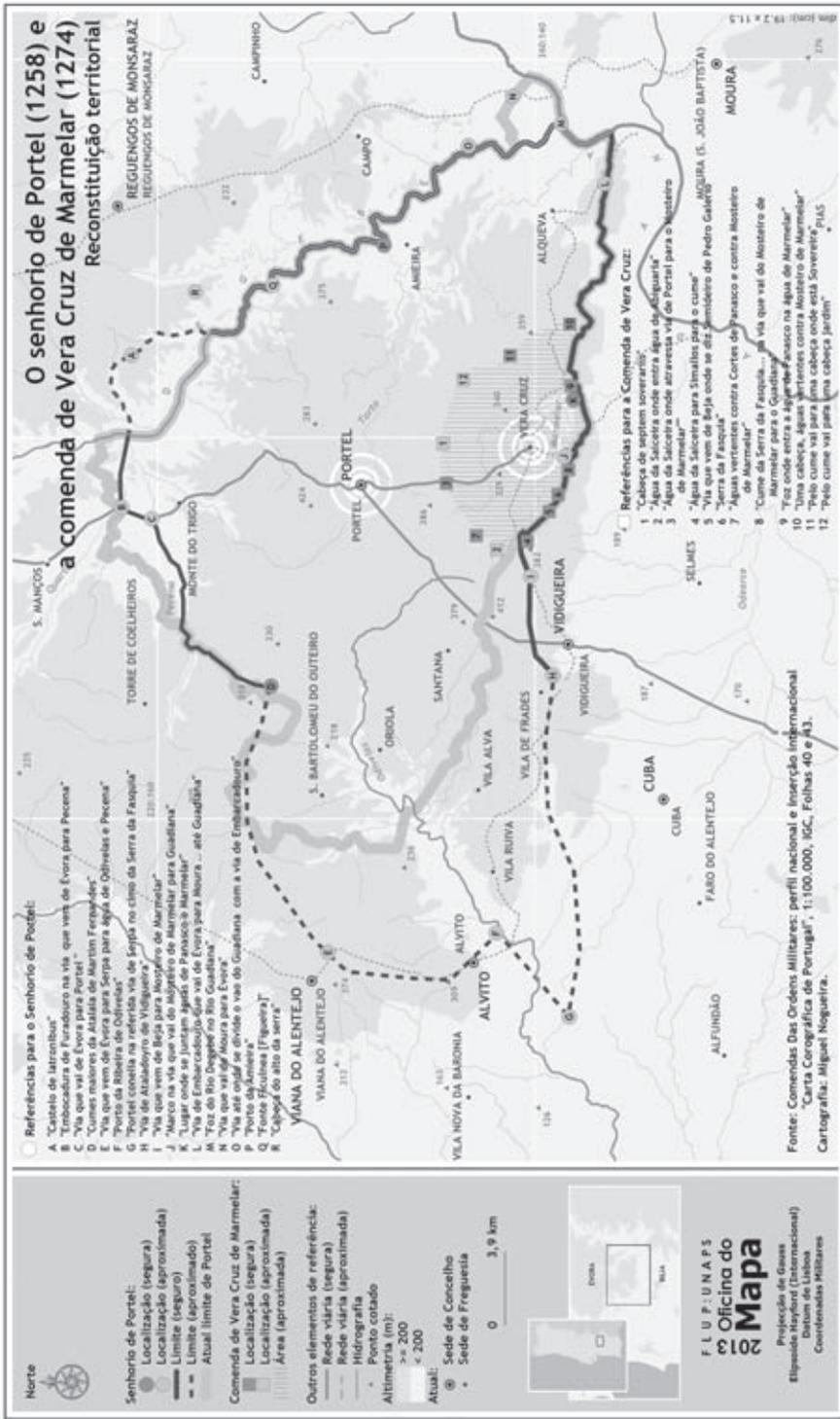
45 VASCONCELOS; CRUZ; FREITAS, s.d.: vol. I, t. 4, 323.

46 BARROCA, 2000: vol. II, t. 1, insc. 398, 1024-1025.

47 FONSECA, 2013b: doc. 54.

48 OLIVEIRA, 1994: 288.

Mapa n.º 1 – O Senhorio de Portel (1258) e a Comenda de Vera Cruz de Marmelar (1274).
Reconstituição territorial



Fonte: Elaboração própria/Oficina do Mapa da FLUP.

Bibliografia

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1986 – *História de Arte em Portugal*, vol. II. Lisboa: Publicações Alfa.
- ALMEIDA, Fortunato de, 1971 – *História da Igreja em Portugal*, vol. IV. Porto/Lisboa: Livraria Civilização.
- ALVES, Celeste Oliveira, 1971 – “A Bacia de Marmelar. Aplicação de métodos sedimentológicos ao estudo da evolução do relevo”. *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, vol. 6, n.º 12, p. 219-245.
- BARROCA, Mário Jorge, 2000 – *Epigrafia Medieval Portuguesa 862-1422*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 3 volumes.
- BRANDÃO, Francisco, 1650 – *Monarquia Lusitana*, vol. 5. Lisboa: Officina de Paulo Craesbeeck.
- COSTA, Paula Pinto, 2013a – “História da comenda” in FONSECA, Luis Adão da (coord.) – *Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional. Noudar e Vera Cruz de Marmelar*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, coleção *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 17, p. 207-234.
- COSTA, Paula Pinto, 2013b – “As estruturas fortificadas de Belver, do Crato, da Amieira e da Sertã: entre o domínio territorial e a afirmação senhorial” in FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) – *Castelos das Ordens Militares*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura /Direção Geral do Património Cultural, p. 239-256.
- FEIO, Jorge Manuel da Palma Moreira, 2010 – *Marcas Arquitectónico-Artísticas da Cristianização de Território entre Évora e Beja*. Lisboa (dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).
- FERNANDES, Paulo Almeida, 2009 – “Esplendor ou Declínio? A Arquitectura do século VII no território português” in CABALLERO ZOREDA, Luis; UTRERO AGUDO, María de los Ángeles (coord.) – *El siglo VII frente al siglo VII*. Mérida: CSIC/Junta de Extremadura, p. 241-273.
- FERREIRA, Maria do Rosário, 2011 – “A estratégia genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as refundições do Livro de Linhagens” in MARTIN, Georges; MIRANDA, José Carlos Ribeiro (org.) – *Legitimação e Linhagem na Idade Média. Homenagem a D. Pedro, Conde de Barcelos*. Porto: Estratégias Criativas, p. 99-129.
- FIGUEIREDO, José Anastácio de, 1800 – *Nova História da Militar Ordem de Malta e dos Senhores Grão-Priores della em Portugal, Parte II*. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira.
- FONSECA, Francisco da, 1728 – *Évora Gloriosa*. Roma: Officina Kamarekiana.
- FONSECA, Luis Adão da (coord.), 2013a – *Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional. Noudar e Vera Cruz de Marmelar*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, coleção *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 17.
- FONSECA, Luis Adão da (coord.), 2013b – *A Comenda de Marmelar. Corpus Documental (1258-1640)*. Porto: CEPESE, coleção *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 16. Disponível em: <<http://www.cepese.pt/portal/investigacao/moa-16/view>>.
- HAUSCHILD, Theodor, 1986 – “Arte Visigótica” in *História de Arte em Portugal*, vol. I. Lisboa: Publicações Alfa, p. 149-169.
- LAVAJO, Joaquim Chorão, 2013 – “Vera Cruz de Marmelar e Santo Lenho de Évora, contextualização histórico-religiosa”. *Eborensia*. Ano XXVI, n.º 47, p. 205-240.
- MATTOSO, José (ed. crítica), 1980 – “Livro de Linhagens do Conde D. Pedro” in *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova série, vol. II. Lisboa: Academia das Ciências.
- OLIVEIRA, Miguel de, 1994 – *História Eclesiástica de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- PAGARÁ, Ana; SILVA, Nuno Vassalo e; SERRÃO, Vítor, 2006 – *Igreja de Vera Cruz de Marmelar*. Portel: Câmara Municipal.
- PINA, Rui de, [1419] 1977 – “Crónica do Senhor Rey D. Afonso V” in ALMEIDA, Manuel Lopes de (ed.) – *Crónicas de Rui de Pina*. Porto: Lello & Irmão Editores.
- PIZARRO, José Augusto Sottomayor, 1999 – *Linhagens Medievais Portuguesas: genealogias e estratégias 1279-1325*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família/Universidade Moderna, 3 volumes.
- ROSAS, Lúcia, 2013 – “Património artístico” in FONSECA, Luis Adão da (coord.) – *Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional. Noudar e Vera Cruz de Marmelar*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, coleção *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 17, p. 291-300 e 309-318.
- VASCONCELOS, Alexandre António Pereira de Miranda; CRUZ, António Augusto Ferreira da; FREITAS, Eugénio Eduardo Andréa da Cunha (ed.), s.d. – *Pedatura Lusitana* (MORAIS, Cristovão Alão de, 1673), tomo 4, vol. I. Porto: Livraria Fernando Machado.
- VENTURA, Leontina, 1992 – *A nobreza de corte de Afonso III*, vol. II. Coimbra: Faculdade de Letras.
- WOLFRAM, Mélanie, 2011 – *A Cristianização do mundo rural no Sul da Lusitânia*. Lisboa: École Doctorale VI (tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/Université Paris IV, Sorbonne École Doctorale VI).
- WRENCH, Lúcia Nunes Correia, 2008 – *Decoração arquitetónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitetónicos e de mobiliário litúrgico provenientes do território português*. Lisboa (tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

A Sociedade estabelecida para a subsistência dos Teatros Públicos da Corte – uma “companhia pombalina”

Duarte Gonçalves

Introdução: um contexto cultural dinâmico

A segunda metade de setecentos foi um período de grande relevância para a História do Teatro em Portugal. A sua pujança e o seu dinamismo deveram-se a vários elementos, onde se conjugam uma riqueza extraordinária em termos de repertório italiano¹, com especial atenção para Goldoni, francês², espanhol³ e português⁴, para referir aqueles mais proximamente relacionados com o contexto nacional. Neste período, desenvolve-se uma individualização dos espaços teatrais⁵, com a edificação de teatros⁶ gizados por importantes figuras da arquitetura teatral europeia⁷. Tal consagração espacial diferenciada marca a importância que este fenómeno cultural foi adquirindo na sociedade, nomeadamente enquanto meio de representação de estatuto social. Teatros esses que pontificaram este meio século, culminando com a construção do Teatro de S. Carlos em 1793, uma incontornável constante na vida cultural lisboeta e nacional até aos dias de hoje⁸.

O vigor das artes teatrais esteve também associado à construção de teatros públicos – Teatro da Rua dos Condes, construído entre 1756 e 1765⁹, Teatro do Bairro Alto, reconstruído em 1760-1761 e rebatizado de Ópera do Conde de Soure¹⁰, Teatro da Graça, fundado possivelmente em 1767 e em funcionamento até 1781¹¹, e Teatro do Salitre, fundado em 1792¹². Com estes teatros públicos, onde qualquer indivíduo podia assistir a um espetáculo através da compra do título de ingresso¹³, as portas para um espaço de cultura e sociabilidade abriam-se então, não mediante a dignidade social do indivíduo, mas por meio do seu poder

1 REBELLO, 1989: 70-84; MIRANDA, 1973a; ALMEIDA, 2004; ALMEIDA, 2007; BRITO, 1991: 313-318.

2 CICCIA, 2003; MIRANDA, 1973b: 181-348.

3 MIRANDA, 1978: 371-382; SIMÕES, 2007: vol. I, 72

4 CRUZ, 2003: 102-115; BORRALHO, 1995.

5 CÂMARA, 1991.

6 Como os teatros régios de Queluz, de Salvaterra, a famosa “Ópera do Tejo” e ainda o Real Teatro de S. Carlos (financiado por homens de negócio da praça de Lisboa).

7 REBELLO, 1989: 71-72.

8 CARVALHO, 1993.

9 SIMÕES, 2007: vol. I, 23-29.

10 SIMÕES, 2007: vol. I, 30-34.

11 SIMÕES, 2007: vol. I, 35-36.

12 CRUZ, 1983: 90.

13 BARATA, 1998: 146-164.

aquisitivo¹⁴. O elemento de entrada por aquisição vem então inaugurar o período de comercialização do teatro enquanto produto, constituindo um traço da mentalidade mercantil da época, certamente relacionado com a estrutura mental dos homens de negócio que impulsionaram a criação da sociedade aqui em análise. Por outra parte, o elemento censitivo pode associar-se a uma legitimação social pelo poder de compra, mas constitui também um elemento de democratização do espaço teatral ao distanciar-se das barreiras à entrada baseadas na dignidade social em prol de um critério mais permeável como é a capacidade aquisitiva.

À dinâmica cultural manifesta na cabeça do reino talvez não tenha sido alheia a atuação de Sebastião José de Carvalho e Melo, secretário de Estado de D. José (há quem arrisque seu valido¹⁵). O reformismo que tradicionalmente lhe atribuem, sobretudo nas áreas mais relacionadas com a administração régia e do reino¹⁶, as atividades económicas¹⁷ e a configuração social¹⁸, abrangeu também os domínios da cultura. Desde logo a criação da Real Mesa Censória¹⁹, da Junta de Providência Literária, da Aula do Comércio e do Colégio dos Nobres marca a tentativa de elevação do padrão cultural, associando-se também à reconfiguração social que pretende levar a cabo, com a dignificação dos homens de negócio. Por outra parte, tem-se também a reforma da Universidade coimbrã de 1772²⁰ e o apoio à instituição da Arcádia Lusitana²¹, sendo este um conjunto de atuações que incluir-se-ão, decerto, num movimento de “reforma intelectual e moral da sociedade, eixo de bem-estar, progresso e felicidade”²² – palavras caras ao espírito das “Luzes”.

Por sua vez, como constata Maria Helena Carvalho dos Santos, os

intelectuais da época pombalina não contestaram o poder porque ele servia objetivamente os seus interesses e permitia-lhes travar uma certa luta contra o preconceito, a ignorância e a intolerância religiosa e os elevava a uma categoria de apoiantes jurídicos do poder. Eles podiam ser a teoria da prática pombalina²³.

Desta forma, vemos fundada uma certa aliança – instável e não-abrangente, dado o enquadramento censório – entre a elite intelectual e o ímpeto reformista do secretário de Estado de D. José I.

Este movimento de “reforma cultural” abarcou inexoravelmente o mundo do teatro. É essencial ter-se presente o “esforço dos dramaturgos e intelectuais portugueses para reformar o teatro”, esforço esse bem visível no projeto que subjaz à criação da Arcádia Lusitana²⁴. Além disso, de notar que, com provável relação com a reconstrução de Lisboa pós-1755, uma das magnas obras do futuro Marquês, as construções e reconstruções de espaços teatrais públicos na urbe coincidiram com a vigência do “consulado” pombalino, exceptuando o caso do Teatro do Salitre.

Para dar conta deste impulso renovador, é essencial dar o seu lugar a uma sociedade denominada

14 Os teatros régios/cortesãos tinham um público seletivo que correspondia à elite cortesã.

15 MONTEIRO, 2006. Sobre as diferentes perspectivas sobre o mesmo, veja-se, ainda, RIBEIRO, 2010: 49-91.

16 Entre outras medidas, destacam-se a afirmação da primazia da Secretaria de Estado do Reino, a criação da Intendência-Geral da Polícia e do Real Erário.

17 Nomeadamente, a instituição da Junta do Comércio, a criação de companhias comerciais e o fomento manufatureiro (MACEDO, 1982a: 20-21; MONTEIRO, 2006; SERRÃO, 1990: 191-236).

18 Por exemplo, uma certa reconfiguração da nobreza (MONTEIRO, 2001: 27-38), e a dignificação dos homens de negócio, sendo este grupo um dos alicerces do “pombalismo” (PEDREIRA, 1995).

19 Repare-se que A. C. Martins aponta para uma associação da Real Mesa Censória às “luzes”, à “concepção do decoro no progresso, e do decoro crescente como sinal de progresso, a própria rejeição do que era tomado por barbaridade ou por vestígio soez da barbaridade passada, do que pudesse passar por plebeísmo” (MARTINS, 1984: vol. I, 236). Veja-se ainda CARREIRA, 1988 e MIRANDA, 1984: vol. II, 271-286.

20 MACEDO, 1982a: 28-29; VICENTE, 2003: 20-21.

21 CRUZ, 2003: 102-115; REBELLO, 1984: vol. I, 100.

22 CÂMARA; ANASTÁCIO, 2005: 14.

23 SANTOS, 1984: vol. I, 128.

24 BORRALHO, 1995; BARATA, 1991: 238-247.

“Sociedade estabelecida para a subsistência dos Teatros Públicos da Corte”²⁵, o objeto deste estudo. De tal forma foi esta Sociedade importante no panorama teatral português que os historiadores, ao referirem-se aos teatros públicos na segunda metade de setecentos, até à criação do Teatro de S. Carlos, tendem a dividir o período em “Antes da Sociedade”, “A Sociedade” e “Depois da Sociedade”²⁶. A ter existido uma “reforma pombalina do Teatro”²⁷, sendo este tomado como “escola dos povos” e instrumento civilizador²⁸, esta Sociedade terá sido um dos elementos e instrumentos primordiais, aprofundando uma nova conceção do Teatro²⁹.

As motivações para a fundação da Sociedade

Esta Sociedade tinha o seu fito patente na própria denominação, tendo como objetivo central não o lucro, mas finalidades mecenáticas³⁰: “sustentar os (...) Theatros [Públicos]”³¹. Confirmada por alvará régio a 17 de julho de 1771³², a instituição foi ocasionada por uma petição dos “Homens de Negocio desta Praça de Lisboa”³³, na qual vêm explanadas as suas motivações (ou algumas delas, como veremos). Entre elas destacam-se uma função educativa e civilizadora do Teatro, sendo portanto de “utilidade pública”³⁴ – era o “Estabelecimento dos Theatros Públicos” fator de “grande esplendor, e utilidade (...) a todas as Nações”³⁵ – e um carácter lúdico que é inerente aos espetáculos, implícito na afirmação de o Teatro ser um meio de “fazer felices” os indivíduos. Encontramos, portanto, o discurso de elevação cultural associado ao entretenimento instrutivo, como guindaste da disseminação de novos padrões sociais, contribuindo para o engrandecimento do reino, tópico da retórica iluminista.

Contudo, outros interesses terão estado subjacentes, como uma “aspiração à sociabilidade”³⁶ pelos mesmos homens de negócio, isto é, uma pretensão dos homens de negócio de criar espaços de sociabilidade comuns ou análogos aos das elites no poder³⁷. Esta sociabilidade, segundo Maria Alexandre Lousada, teria uma dupla finalidade: a da projeção social, motivada pela necessidade de visibilidade pública dos homens de negócio, mas também a obtenção “de conhecimentos e de códigos de comportamento não só políticos mas também sociais”, tornando-se a sociabilidade uma “pré-condição de prestígio”³⁸.

O teatro cortesão era um espaço de excelência para cimentar as relações sociais entre a elite nobiliárquica e a Corte, lugar que estava vedado o acesso dos homens de negócio. A promoção dos teatros públicos era, por isso, para os homens de negócio, um modo de criar espaços de sociabilidade³⁹ comuns ou análogos àqueles outros vedados⁴⁰. Deve-se atentar na dualidade de publicidade da exposição social viabilizada pelos espaços

25 Grafia atualizada. Doravante, será referida meramente como Sociedade.

26 ALMEIDA, 2004.

27 CÂMARA; ANASTÁCIO, 2005: 24.

28 CRUZ, 2003: 107.

29 CÂMARA; ANASTÁCIO, 2005: 19 ss.

30 ALMEIDA, 2004: 208-209. O art.º VII.º dos Estatutos (*Instituição da Sociedade estabelecida para a subsistencia dos theatros públicos da Corte : [estatutos / Sociedade estabelecida para a subsistencia dos Theatros Públicos da Corte]*, Lisboa: Regia Typ. Silviana, 1771) indicia que não seria o lucro a finalidade. O rendimento é tido por “incerto” e realça-se os objectivos mecenáticos da Sociedade: “o fim principal, para que se destina a Sociedade, he a conservação, e subsistencia dos mesmos Theatros”.

31 *Instituição da Sociedade estabelecida para a subsistencia dos theatros públicos da Corte...*, p. 1.

32 *Instituição da Sociedade estabelecida para a subsistencia dos theatros públicos da Corte...*, p. 18.

33 *Instituição da Sociedade estabelecida para a subsistencia dos theatros públicos da Corte...*, p. 1.

34 ALMEIDA, 2004: 197.

35 *Instituição da Sociedade estabelecida para a subsistencia dos theatros públicos da Corte...*, p. 1.

36 CARVALHO, 1993: 45.

37 Segundo CÂMARA, 1991: 197, procuravam calcar o “mesmo espaço pisado pelo rei, ao mesmo tempo que procuravam gravitar na órbita do poder”. Sobre isto veja-se, principalmente, CARVALHO, 1993: 43-49, 54 e 58-60.

38 LOUSADA, 1998: 151.

39 CÂMARA, 1991: 197.

40 CARVALHO, 1993: 43-49, 54 e 58-60.

teatrais. Se, por um lado, encontramos a pública exposição social pela convivência em local comum, temos também a privacidade através dos espaços de admissão restrita e confinada⁴¹, como os camarotes, pelo que desta forma dúplice se deve compreender esta sua iniciativa empreendedora.

O espaço do espetáculo era eminentemente um espaço de representação, pois “o homem (...) exteriorizava na festa não o que de facto era mas sim o que gostaria de ser”⁴², enquadrando-se a sociabilização neste espaço como um dos elementos centrais no que Lousada considera ser a “difusão de novos códigos de civilidade e de novos modelos de sociabilidade entre os negociantes”, onde destaca a importância de famílias burguesas nobilitadas ou favorecidas pela política pombalina, nomeadamente dos Cruzes, como adiante veremos⁴³. Assim, a promoção dos teatros públicos serviu a geração de espaços de representação social para os homens de negócio no seu percurso social ascendente, desbloqueando um entrave institucional – a impossibilidade de admissão na esfera da Corte e, logo, nos teatros cortesãos – pela mimetização das lógicas representacionais no seu raio de alcance social.

Os propósitos estabelecidos na petição estão pois plenamente associados com o que é costume designar de “Iluminismo”⁴⁴, fazendo, aliás, eco de uma ideia do Teatro como “civilizador”, que os círculos mais “ilustrados” em Portugal defendiam, nomeadamente Luís António Verney e alguns árcades como Francisco José Freire, Correia Garção e Manuel de Figueiredo⁴⁵. Civilizador, veja-se, ao alargar os circuitos de representação de poder – ou seja, de padrões de relação social – para lá do restrito domínio cortesão.

Ao lermos a documentação que estabelece esta Sociedade, várias questões são passíveis de ser colocadas, algumas já parcialmente respondidas. Quem eram estes homens de negócio? Quem foram os acionistas? Porque pretendiam eles sustentar os teatros públicos? Que teatros públicos? Como se organizava esta Sociedade? Que relação pode ter tido o Marquês de Pombal com esta Sociedade, sabendo-se que a ela pertenceu o Conde de Oeiras, seu filho? Porque se dissolveu a Sociedade? Qual foi o seu impacto na sociedade e no cenário cultural? Tentemos, na medida das nossas capacidades, desfiar brevemente este novelo.

A caracterização da Sociedade

Apesar do seu curto período de vigência, entre os anos de 1771 e 1775, afigura-se interessante analisar as características da Sociedade, dado obedecer, *grosso modo*, ao formato das restantes companhias “pombalinas”, como veremos.

Visando a sustentação financeira e direção geral dos teatros públicos de Lisboa (o Teatro da Rua dos Condes, o Teatro do Bairro Alto e o Teatro da Graça), a Sociedade era constituída por ações, reunindo um capital social de cem mil cruzados⁴⁶ – pouco mais de 8% do capital da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão⁴⁷ – repartido em cem ações de 400\$000 réis. À semelhança das restantes companhias desta época⁴⁸, o seu

41 BARATA, 1998: 146-164.

42 BARATA, 1991: 208.

43 LOUSADA, 1998: 113.

44 ARAÚJO, 2003.

45 Veja-se o capítulo *O Teatro como “Escola dos Povos”* em CÂMARA; ANASTÁCIO, 2005.

46 Art.º 1.º dos Estatutos da Sociedade (*Instituição da Sociedade estabelecida para a subsistência dos theatros públicos da Corte...*).

47 Art.º 48.º dos Estatutos (*Instituição da Companhia Geral do Grão Pará, e Maranhão*, 1755. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca).

48 Nas Companhias Gerais do Grão-Pará e Maranhão (Estatutos, art.º 48.º), de Pernambuco e Paraíba (Estatutos, art.º 58.º – *Instituição da Companhia Geral de Pernambuco, e Paraíba*, 1759. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentíssimo Senhor Cardial Patriarca) e da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (Estatutos, art.º XLVII.º – *Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. 1756, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca), o capital ficava cativo, em todas três, por vinte anos.

capital ficava cativo por seis anos⁴⁹, de forma a assegurar estabilidade financeira para o empreendimento.

Também de forma semelhante ao que ocorria com as Companhias Gerais de Comércio⁵⁰, a Sociedade tinha, estatutariamente, uma série de privilégios confirmados pelo monarca. Maria João de Almeida refere que os privilégios eram “como contrapartidas destinadas a maximizar o investimento dos accionistas em prol da subsistência dos teatros”. Todavia, podiam bem enquadrar-se no modo de atuação típico dos acionistas, homens de negócio, e por eles conhecidos, nomeadamente no âmbito das Companhias Gerais de Comércio⁵¹. Pelos pontos de contacto com as ditas companhias, é de referir que a Sociedade tinha o exclusivo comercial do seu “produto”, isto é, tinha o “monopólio dos espectáculos públicos pagos, na capital e subúrbios”⁵² (art.º IX.º), o que a salvaguardava de potencial concorrência. Além disso, usufruía ainda de jurisdição privativa (sobre os atores – art.º XI.º), isenção de direitos (alfandegários) sobre determinados bens necessários à sua “produção” (art.º XVI.º) e tinha direito de cobrar dívidas “como Fazenda de V. magestade; da mesma sorte que foi concedido ás Companhias Geraes do Commercio” (art.º XXIX.º). Por outras palavras, estava imbuída da conceção mercantilista comum à criação das ditas companhias monopolistas, numa lógica de proteção comercial por meio da concessão de exclusivos, derrogação de obrigações e de atributos qualificantes que a diferenciavam de semelhantes empreendimentos.

Já o modelo organizacional e funcional⁵³ da Sociedade era tributário do arquétipo da “Società di cavalieri ou de cittadini” italiana⁵⁴. A Sociedade era dirigida por quatro diretores, eleitos anualmente entre todos os acionistas, não existindo, portanto, um critério censitário, como nas companhias gerais de comércio – talvez porque o volume do capital também não o justificasse ou porque existia controlo inicial dos proprietários das ações, permitindo, desta forma, o controlo consequente da eleição dos diretores. Os quatro diretores, constituindo o “Corpo da Direcção”, tinham uma distribuição funcional de tarefas, existindo então diretor financeiro, diretor artístico, diretor de cena e diretor incumbido de “toda a Musica” e ainda das instalações sob tutela da Sociedade, como os teatros, os armazéns e os alojamentos dos artistas⁵⁵.

É curioso reparar na dupla tutela, municipal e régia, sobre esta Sociedade, que se esboça logo nos seus Estatutos. Por um lado, o presidente do Senado da Câmara de Lisboa surge como um dos promotores da Sociedade⁵⁶, sendo a sua tutela explicitada no art.º XXXI.º dos Estatutos. Duarte Ivo Cruz, por exemplo, não hesita em designar a Sociedade como “uma espécie de Companhia Municipal”⁵⁷, afirmação também implícita nas asseverações de Maria João de Almeida⁵⁸. Por outro, esse mesmo artigo e, sobretudo, o VI.º, no qual se determina que os diretores deverão apresentar as contas e dar conta do estado da Sociedade à Coroa,

49 Art.º V.º dos Estatutos. Também os lucros ficavam cativos, segundo o art.º VII.º.

50 Compare-se com os Estatutos das Companhias Gerais de Comércio supraditas. Veja-se CARREIRA, 1983.

51 ALMEIDA, 2004: 198.

52 ALMEIDA, 2004: 198.

53 Será difícil atestar o funcionamento quotidiano da Sociedade, pois, embora as contas da Sociedade tenham, parcialmente, subsistido, não temos qualquer documento que evidencie «o estado, e circunstancias, em que se achar a Sociedade» (art.º VI.º dos Estatutos) muita outra documentação que se encontra em falta ou por descobrir. Seria necessário realizar um levantamento das peças representadas, petições realizadas à Real Mesa Censória, verificar quem era cada um dos acionistas e que cargos ou funções desempenhava e desenvolver o trabalho de estudo dos livros de contas, já iniciado por SIMÕES, 2007.

54 Veja-se ALMEIDA, 2004: 199-203. A autora avança aí uma possível explicação: “O exemplo italiano pode ter sido observado *in loco* e importada a sua concepção geral pelo então futuro accionista da “Sociedade” de 1771, Anselmo José da Cruz, que aprendeu o ofício do comércio em Génova” (ALMEIDA, 2004: 201).

55 Vejam-se os artigos XVII.º a XXI.º dos Estatutos.

56 Veja-se, na petição, a expressão “conduzidos, e animados pelo conselho, e aprovação do Conde de Oeyras, Presidente do Senado da Camera desta Corte, e Cidade de Lisboa” (*Instituição da Sociedade estabelecida para a subsistencia dos theatros publicos da Corte . . .*, p. 1).

57 CRUZ, 2003: 103.

58 “Nas cidades italianas, a constituição das “Società” procurava responder à necessidade social e cultural de uma instituição teatral cidadina e à determinação em garantir a respectiva continuidade operativa. Tais iniciativas assentavam, portanto, no reconhecimento da dimensão cívica do teatro e da sua inerente utilidade pública, envolvendo de modo directo os governos locais a nível financeiro e legislativo” (ALMEIDA, 2004: 201).

evidenciam inequivocamente a superintendência régia, sendo clara a encomendação à “Real, e Immediata Protecção” no último artigo dos Estatutos⁵⁹. Ainda a explicitar são os pontos que aproximam a Sociedade das companhias ditas “pombalinas”, acima relevados.

Breve análise prosopográfica dos acionistas

Retomamos então algumas das interrogações feitas. Quem eram estes homens de negócio? Quem foram os acionistas? A petição tinha sido assinada, ao que conseguimos apurar⁶⁰, por quarenta homens de negócio da praça de Lisboa, à data obrigatoriamente matriculados na Junta do Comércio⁶¹. Os indivíduos que conseguimos apontar como acionistas da Sociedade são os assinantes dos seus Estatutos⁶² – Joaquim José Estulano de Faria, Anselmo José da Cruz, Alberto Meier e Teotónio Gomes de Carvalho – e os patentes na “Portaria do presidente do senado da camara de 18 de março de 1773”⁶³ – Inácio Pedro Quintela, José Galli, António Soares de Mendonça e Francisco Peres de Sousa. Além destes, são referidas as famílias Bandeira, Machado e Caldas como fazendo parte do grupo dos acionistas⁶⁴.

Estes são os indivíduos que José-Augusto França seguiu de perto em estudos seus, tentando traçar os seus percursos⁶⁵. Os mais destacados destes, Anselmo José da Cruz e Inácio Pedro Quintela, não só faziam parte da “clientela pessoal”⁶⁶ de Sebastião José de Carvalho e Melo, como ainda tinham os seus próprios apaniguados⁶⁷. Detentores de notáveis “cabedais”, Anselmo José e Inácio Pedro exerceram várias funções institucionais prestigiantes, tendo o primeiro sido, nomeadamente, inspetor das Obras Públicas, o segundo procurador da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, e ambos provedores e deputados da Junta do Comércio⁶⁸. Destes oito indivíduos, cinco⁶⁹ receberam, por certo, hábito de ordem militar⁷⁰ e cinco eram, seguramente, membros da nobreza. Para além do mais, uma carta de lei de 1775 declara explicitamente a assimilação dos homens

59 Também Maria João de Almeida se reporta à “regulamentação da actividade teatral” com a “intervenção legislativa dos órgãos estaduais” e “concessão de privilégios” (ALMEIDA, 2004: 203).

60 As apólices mencionadas no art.º I.º dos Estatutos da Sociedade encontram-se desaparecidas, malgrado o esforço por nós encetado para as encontrar. São, contudo, referidas por vários autores.

61 Por Carta de Lei de 30 de agosto de 1770 foi introduzida a obrigatoriedade de matrícula na Junta do Comércio (PEDREIRA, 1995: 73).

62 *Instituição da Sociedade estabelecida para a subsistencia dos theatros públicos da Corte...*, p. 16.

63 *Portaria do presidente do senado da camara de 18 de março de 1773*, apud OLIVEIRA, 1883: 401-402.

64 Mário Vieira de Carvalho afirma “Joaquim Pedro Quintella, Anselmo José da Cruz Sobral, Jacinto Fernandes Bandeira, António Francisco Machado, João Pereira Caldas ou os seus ascendentes directos eram já membros da sociedade teatral de 1771” (CARVALHO, 1993: 271), depois de afirmar que é destes homens de negócio que o projeto do Teatro de S. Carlos surge, exatamente indivíduos já anteriormente ligados à nossa Sociedade (p. 52).

65 FRANÇA, 1983: 248-250 e FRANÇA, 1984: vol., 19-23. Veja-se também PEDREIRA, 1992: 407-440.

66 PEDREIRA, 1995: 159.

67 Pedreira aponta Peres de Sousa como membro da clientela de Inácio Pedro Quintela (p. 163) e o Caldas e o Machado como membros da de Anselmo José da Cruz (p. 158) (PEDREIRA, 1995).

68 Veja-se Quadro n.º 3.9 em PEDREIRA, 1995: 164-167.

69 Excetuam-se Alberto Meier, José Galli e Francisco Peres de Sousa, que não conseguimos confirmar.

70 Confira-se *Registo Geral de Mercês de D. José I*, liv. 19, fol. 32 (Joaquim José Estulano de Faria –1764), *ib.*, fol. 244 (Anselmo José da Cruz – 1765), *Registo Geral de Mercês de D. Maria I*, liv. 2 (2), fol. 175v (Teotónio Gomes de Carvalho – 1777) e *Registo Geral de Mercês de D. José I*, liv. 12, f. 276v (Inácio Pedro Quintela – 1758). António Soares de Mendonça também o deverá ter recebido, uma vez que ultrapassou o valor mínimo de ações da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba para que o recebesse (art.º 43.º dos Estatutos da mesma Companhia) – 10 mil cruzados, isto é, dez ações – cf. Quadro n.º 3.9 em PEDREIRA, 1995: 165.

de negócio à nobreza⁷¹. Estando eles ligados a várias companhias comerciais, unidades fabris⁷², estancos⁷³, e firmando alguns deles contratos com o Estado (nomeadamente, o importantíssimo contrato do tabaco)⁷⁴, é significativa a conclusão de Jorge Pedreira: “O dinheiro podia, de facto, adquirir a distinção”⁷⁵. Tanto que Teotónio Gomes de Carvalho chegou a conselheiro régio⁷⁶, distinção também granjeada por Anselmo José da Cruz⁷⁷, que se torna ainda fidalgo-cavaleiro⁷⁸ e, mais tarde, acrescentando de forma significativa o apelido Sobral⁷⁹, torna-se titular (ainda que sem grandeza). O filho deste, também elevado à condição de fidalgo pouco depois do pai⁸⁰, atingiu o lugar de desembargador da Casa da Suplicação⁸¹. Torna-se claro que estes homens de negócio, acionistas da Sociedade, se viram, portanto, dignificados, nobilitados e reabilitados⁸² em época pombalina, sendo que alguns continuaram a sua ascensão social no período subsequente.

De mencionar também o facto de Teotónio Gomes de Carvalho ter sido em tempos dramaturgo e, em 1756, um dos fundadores da Arcádia Lusitana⁸³, o que insere mais explicitamente estes homens de negócio na órbita do movimento civilizacional das Luzes e torna evidente a ligação da Sociedade com este traço cultural da época, associando-a ainda a uma dada elite cultural urbana. Uma anotação interessante é o facto de Gustavo Matos Sequeira o apontar como responsável pela redação dos Estatutos da Sociedade⁸⁴, dando-lhe relevo como figura que exemplifica esta interpenetração de meios – socioeconómico, político e cultural.

Uma sociedade “pombalina”?

Poder-se-á considerar a Sociedade uma companhia “pombalina”? Na nossa opinião, não será um qualificativo inapropriado, dadas as ligações diretas e indiretas ao Marquês de Pombal.

Desde logo, o modelo da Sociedade pode considerar-se decalcado das “companhias” pombalinas, sendo esta associação reforçada ainda pelo facto de o seu filho, o Conde de Oeiras, surgir como um dos promotores da mesma. A relação entre a Sociedade e um membro da Arcádia Lusitana (ainda que esta já há muito estivesse inoperacional) e a proximidade dos seus subscritores e diretores a Sebastião José de Carvalho e Melo são ainda outros elementos que a vinculam à sua esfera de influência, possivelmente com a multiplicidade de interesses inerente à ação cultural. Estariam em questão não apenas as motivações dos peticionários e acionistas e daqueles envolvidos no meio cultural lisboeta, mas ainda do próprio Marquês de Pombal, tendo em

71 Segundo MONTEIRO, 2001: 28, “a lei sobre casamentos sem o consentimento paterno de 29 de novembro de 1775, distingue o grupo antes citado do “outro resto da Nobreza da Corte ou das Províncias”, na qual inclui explicitamente “os Negociantes de grosso trato”. Na verdade, essa lei não inclui os negociantes de grosso trato na categoria da nobreza de corte ou das Províncias, mas, colocando-os à parte, cede-lhes o mesmo tratamento, referindo-os elevados à condição de nobreza por leis anteriores do mesmo monarca: veja-se Lei de 29 de novembro de 1775, in *Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, 1870: livro IV, 1052.

72 Anselmo José da Cruz era proprietário de uma fábrica de papel na Lousã – criada em 12.7.1770; isenta de direitos por 10 anos e 5 no Brasil, por alvará de 27 de julho de 1775 (Cf. MACEDO, 1982b: 158).

73 Por exemplo, Francisco Peres de Sousa era contratador da pesca da baleia e do estanco do sal do Rio de Janeiro (GUIMARÃES; PESAVENTO, 2008: 120).

74 Veja-se, sobretudo, PEDREIRA, 1995: 164-167.

75 PEDREIRA, 1995: 102.

76 *Registo Geral de Mercês de D. Maria I*, liv.20, fol. 188v (1793).

77 *Registo Geral de Mercês de D. Maria I*, liv.25, fol. 18v (1789).

78 *Registo Geral de Mercês de D. Maria I*, liv.6, fol. 316 (1779).

79 Doação para sucessão do senhorio Honorífico da Vila do Sobral de Monte Agraço (*Registo Geral de Mercês de D. Maria I*, liv.17, fol. 125 (1788)).

80 *Registo Geral de Mercês de D. Maria I*, liv.7, fol. 331v (1779).

81 *Registo Geral de Mercês de D. Maria I*, liv.7, fol. 331v (1789).

82 É de referência obrigatória a Carta de Lei de 1773 que finda com a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos, isto é, acaba com um estigma que afligia o grupo mercantil, havia muito associado com ascendentes judaizantes e sangue impuro (*Carta de Lei pela qual D. José suprime as designações de cristão-novo e cristão-velho*. Lisboa: Regia Ofic. Typ, 1773, *apud* PEREIRA, 1988: 27-38).

83 REBELLO, 1989: 80 e CRUZ, 2003: 111. Neste último estudo, é explicada a importância da Arcádia para o projeto de renovação do teatro português e a sua associação com o poder.

84 SEQUEIRA, 1933: 373.

conta poder ser esta associação mais uma trave na dinâmica transformacional da sociedade em geral, sendo que este foi até indicado por alguns como o inspirador da iniciativa da criação da Sociedade e seus Estatutos⁸⁵.

Existia, senão um “projeto”, pelo menos uma orientação consistente para a nobilitação do comércio de grosso trato e da finança⁸⁶, algo que é evidenciado por Nuno Gonçalo Monteiro:

Estes [os negociantes de grosso trato, especialmente os matriculados da praça de Lisboa], com a elite restrita dos grandes financeiros da monarquia à cabeça, constituem sem dúvida uma elite emergente na sociedade portuguesa, que recebe uma renovada consagração institucional, jurídica e material durante o período pombalino⁸⁷.

A Sociedade é, pois, mais um meio de incrementar a projeção social dos homens de negócios da praça de Lisboa⁸⁸ a partir do reforço das suas lógicas representacionais de poder, com a deslocação do vetor dignidade hereditária para a dignidade censitária.

Impacto(s) da Sociedade

Qual foi o impacto da Sociedade? Desde logo, os seus Estatutos determinam a reabilitação da profissão do ator (art.º X.º) e ensaiam um tratamento condigno destes profissionais artísticos⁸⁹.

Em termos de pujança teatral, talvez seja suficientemente significativo referir que a média anual das produções de ópera italiana em teatros públicos entre 1765-1771 foi de 2,6 e que a do período correspondente ao funcionamento da Sociedade foi de 6,7, exatamente idêntica à das produções cortesãs⁹⁰. Sendo este um indicador importante para o domínio cultural do contexto histórico sob análise, devido ao seu destaque sociocultural, pode-se concluir que o curto período de funcionamento da Sociedade trouxe a Lisboa e ao reino uma acrescida dinâmica no âmbito teatral, mais que duplicando o número de produções de ópera italiana, que, é necessário frisar, não era a exclusiva tipologia do repertório dos teatros sustentados pela dita Sociedade.

A diferentes tipos de repertório⁹¹ – que, além da ópera italiana, abrangia o teatro francês, espanhol⁹² e nacional – foram-se associando os diferentes teatros que a Sociedade financiava, acentuando a tendência para a «autonomização dos espaços cénicos, especializados nos gostos das suas plateias-alvo»⁹³. Por outras palavras, a Sociedade promoveu uma especialização espacial da oferta cultural, apenas possível pelo aumento da oferta e expansão dos públicos.

Quanto às pretensões de sociabilidade dos homens de negócio, é de referir a presença documentada do monarca e da família real nos teatros públicos da Sociedade, com relativa frequência⁹⁴. Aí, aliás, “figuravam, entre os espectadores, alguns dos nomes mais distintos e representativos da sociedade portuguesa da altura

85 FRANÇA, 1983: 253, CARVALHO, 1993: 46, MOREAU, 1999:1722.

86 FRANÇA, 1983: 248 ss.

87 MONTEIRO, 2001: 36.

88 Veja-se também ALMEIDA, 2004: 200 e 206-210.

89 Vejam-se os artigos X.º, XI.º e XII.º. Sobre a reabilitação do estatuto profissional do ator, veja-se BARATA, 1998: 164-180 e REBELLO, 1989: 71.

90 Cf. CARVALHO, 1993: 311-319, 329-331. Mário Vieira de Carvalho parece equivocar-se no cálculo das médias, o que justifica a discrepância entre os valores que apresentamos e os valores que este apresenta. Quanto às datas de início e de fim, ocorre que não há notícia de produção operática italiana em teatros públicos entre 1775-83 e que, na vigência da Sociedade, esta se iniciou somente em 1772, o que resulta no subperíodo de 1772-74. Utiliza-se o mesmo período de referência (1772-1774) para o teatro cortesão.

91 SIMÕES, 2007: vol. I, 72-75.

92 Este último com grande sucesso, dado o êxito de uma companhia espanhola contratada pela Sociedade em torno de 1774-1775 (SIMÕES, 2007, I: 72).

93 SIMÕES, 2007: vol. I, 21.

94 Veja-se BRITO, 1989: 90 e 104.

(...) [nomeadamente] duques, condes, marqueses, embaixadores, ministros e tenentes”⁹⁵. Ou seja, foi de facto criado um espaço de convivência social, no qual os homens de negócio lograram fazer confluir membros dos mais altos estratos sociais, podendo desenvolver a sua aproximação ascendente em termos sociais e colmatar a lacuna de representatividade nesta esfera do espaço sociocultural, dado que haveria fortes restrições à sua admissão nos teatros cortesãos.

A Sociedade, talvez a primeira que em Portugal consegue estabelecer uma produção teatral continuada⁹⁶, poderá ter sido dissolvida por insolvência⁹⁷, mas o seu “breve período de existência”, de 1771 a 1775, “foi decerto o mais intenso em termo de produção operática”, e teatral em geral, nas salas de espetáculo lisboetas⁹⁸.

O espírito deste contexto cultural seria parcialmente recuperado no final do século, com a fundação do Real Teatro de S. Carlos, em 1793. A ideia da criação, financiamento e construção provem das mesmas famílias de acionistas da Sociedade – dos próprios ou descendentes⁹⁹, como Joaquim Pedro Quintela¹⁰⁰, José da Cruz Sobral, Jacinto Fernandes Bandeira, António Francisco Machado e João Pereira Caldas –, com o beneplácito régio, tendo ficado como parte integrante da Casa Pia, mas sob a tutela da Intendência da Polícia, sendo a exploração entregue a estes homens de negócios¹⁰¹.

Na cidade do Porto, o panorama teatral neste período é socialmente semelhante – (i) quer em termos de mecenato associado aos homens de negócios e de importância para a sociabilidade da cidade¹⁰², (ii) quer no que respeita ao móbil de representação social de um grupo emergente, os homens de negócio, em relação à actividade teatral, (iii) quer inclusivamente de ligações familiares ao Marquês de Pombal¹⁰³. Destaca-se, nesta região, a ação da família Almada, em especial de João de Almada e Mello, a quem se deveria a construção do Teatro do Corpo da Guarda, e do seu filho Francisco de Almada, responsável pela subsequente construção do Real Teatro de S. João. Não obstante, em ambos os casos – Real Teatro de S. Carlos e Real Teatro de S. João – será necessário aprofundar os estudos no que concerne à sua estrutura de governança para aferir as semelhanças e diferenças face ao que se pode denominar de “modelo pombalino”.

95 SIMÕES, 2007: vol. I, 91. No documento intitulado *Folhas do Rendimento do Teatro da Rua dos Condes*, de setembro de 1772, no Caderno n.º 96 (SIMÕES, 2007: vol. II: 140-143), encontram-se como frequentadores dos TBA e TRC indivíduos de singular prestígio social, como o embaixador de Espanha.

96 ALMEIDA, 2004: 196-197.

97 Tenha sido pelas grandes despesas com os cantores e bailarinos, e a correspondente inadequação das receitas, tenha sido pelo preço excessivamente baixo dos bilhetes, ou pela pequena dimensão das salas de espetáculo, limitando o volume de receitas obtidas em situação de défice de oferta. Veja-se BRITO; CYMBRON, 2005: 115 e SIMÕES, 2007: vol. I, 91 ss. Outra explicação apontada por Benevides, e seguida por Mário Vieira de Carvalho, assenta na história da alegada expulsão da prestigiada cantora lírica Zaperini (motivada pela escândalo causado pela suposta ligação amorosa com o Conde de Oeiras), que terá levado ao declínio e conseqüente dissolução da Sociedade (CARVALHO, 1993: 51, 271).

98 BRITO; CYMBRON, 2005: 317.

99 CARVALHO, 1993: 52; SEABRA, 1993: 50; COSTA, 1993: 13-15.

100 Joaquim Pedro Quintela (1.º barão de Quintela), sobrinho de Inácio Pedro Quintela, era proprietário dos terrenos onde o Real Teatro de S. Carlos seria construído, cedendo-os em contrapartida da atribuição “a título perpétuo de um camarote da ordem nobre (ou 1.ª ordem, na designação atual) junto ao proscénio, do lado oriental, com aposentos anexos e entrada independente” (MOREAU, 1999: 17).

101 CARVALHO, 1993: 52-53.

102 “Os estratos possidentes fazem, naturalmente, desse “baptismo de cultura”, um acto de pompa e circunstância, de apresentação de argumentos na compita inter“classicista”. Na noite de 15 de maio de 1762, no Largo do Corpo da Guarda, podemos rever os epígonos da grande burguesia comercial portuguesa, lado a lado com os da burguesia provinciana das “vilas circumpostas” a 50 quilómetros da cidade. Ambas prefiguram naquela data, tendo a ópera como móbil, e graças ao empenho de João de Almada e Mello, um modelo até então exclusivo das cortes e da aristocracia e que iria implantar-se, entre nós, no futuro Teatro de S. Carlos: a ópera italiana na presença do rei. Não como soberano, mas apenas enquanto governador do Porto, o primeiro dos Almadás como que inaugura, então, à escala reduzida, a já referida estratégia de conquista de sociabilidade dos estamentos burgueses.” (FERNANDES, 1993: 17).

103 No que concerne às ligações familiares: [a]s ligações dos Almadás à árvore filogenética de Sebastião Carvalho e Melo estão bem estabelecidas e delas nos dá conta Maria Teresa Sena: o Marquês de Pombal era primo de João de Almada e Mello, já que o pai deste era irmão de D. Teresa Luísa de Mendonça, mãe do Conde de Oeiras” (FERNANDES, 1993:14).

Considerações finais

A Sociedade estabelecida para a subsistência dos Teatros Públicos da Corte, criada em 1771 e em funcionamento até 1775, constitui um marco na emergência e consagração do ideário iluminista, parte do “programa” pombalino de reforma cultural, social e política. Cedendo destaque ao poder censitivo, tornado meio para alcançar a projeção neste espaço de representação e sociabilidades e, desta forma, para a dignificação, os homens de negócio afirmam uma nova centralidade social. A Sociedade apresenta-se então como um elemento de proximidade à Coroa e emulação (parcial) dos meios cortesãos. Por outra parte, o modelo de governança da Sociedade aproxima-se do modelo pombalino, situação relevada ainda pelo facto dos seus acionistas o serem também de outras companhias pombalinas.

Podemos então afirmar que, tanto no plano das intenções de sociabilidade dos acionistas, como no cultural, como ainda pela dignificação que tenta imprimir ao estatuto do ator, a Sociedade foi um sucesso cultural, não obstante o possível fracasso financeiro. Foi, sem dúvida, um marco na História do Teatro e da Cultura em Portugal, quer enquanto peça dos jogos de poder e representação social, quer como motor de divertimento quotidiano e efervescência cultural da época.

Fontes

ANTT – *Ministério do Reino*, mçs. 355, 454 e 992.

ANTT – *Registo Geral de Mercês de D. José I*, livros 12, 19 e 28.

ANTT – *Registo Geral de Mercês de D. Maria I*, livros 2, 2 (2), 6, 6 (2), 7, 14, 17, 19, 20, 22, 25 e 27.

Estatutos da Junta do Comércio, 1756. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca.

Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, 1756. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca.

Instituição da Companhia Geral de Pernambuco, e Paraíba, 1759. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentíssimo Senhor Cardial Patriarca.

Instituição da Companhia Geral do Graõ Pará, e Maranhão, 1755. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca.

Instituição da Sociedade estabelecida para a subsistencia dos theatros públicos da Corte: [estatutos / Sociedade estabelecida para a subsistencia dos Theatros Públicos da Corte], 1771. Lisboa: Regia Typ. Silvana.

Lei de 29 de novembro de 1775 in ALMEIDA, Cândido Mendes de (ed.), 1870 – *Código Phillipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, livro IV. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, p. 1052.

Portaria do presidente do senado da camara de 18 de março de 1773 in OLIVEIRA, Eduardo Freire, 1883 – *Elementos para a história do município de Lisboa*, 1ª parte, t. XVI. Lisboa: Tip. Universal, p. 401-402.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria João de, 2007 – *O teatro de Goldoni no Portugal de Setecentos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

ALMEIDA, Maria João de, 2004 – *Goldoni e o sistema teatral português: (século XVIII)* [policopiado]. Lisboa: s. n.

ARAÚJO, Ana Cristina, 2003 – *A cultura das luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte.

BARATA, José Oliveira, 1998 – *História do teatro em Portugal: séc. XVIII: António José da Silva (o judeu) no palco joanino*. Miraflores: Difel.

BARATA, José Oliveira, 1991 – *História do teatro português*. Lisboa: Universidade Aberta.

BORRALHO, Maria Luísa Malato da Rosa, 1995 – *Manuel de Figueiredo: uma perspectiva do neoclassicismo português: 1745-1777*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

BRITO, Manuel Carlos de; CYMBRON, Luísa, 2005 – *História da música portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

BRITO, Manuel Carlos de, 1991 – “Da Ópera ao Divino à Ópera Burguesa: A Música e o Teatro de D. João V a D. Maria I” in SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.) – *Portugal no século XVIII: de D. João V à revolução francesa: comunicações*. Lisboa: Universitária Editora, p. 313-318.

BRITO, Manuel Carlos de, 1989 – *Opera in Portugal in the eighteenth century*. Cambridge: Cambridge University Press.

CÂMARA, Maria Alexandra Gago da; ANASTÁCIO, Vanda, 2005 – *O teatro em Lisboa no tempo do Marquês de Pombal*. Lisboa: IPM – Museu Nacional do Teatro.

CÂMARA, Maria Alexandra Gago da, 1991 – *Os espaços teatrais na Lisboa setecentista: subsídios para o estudo da arquitectura teatral*. Lisboa (tese de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

CARREIRA, António, 1983 – *As companhias pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. Lisboa: Presença.

CARREIRA, Laureano, 1988 – *O teatro e a censura em Portugal na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

CARVALHO, Mário Vieira de, 1993 – *Pensar é morrer ou o Teatro de São Carlos na mudança de sistemas sociocomunicativos desde fins do séc. XVIII aos nossos dias*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

CICCIA, Marie-Noëlle, 2003 – *Le théâtre de Molière au Portugal : au XVIII siècle de 1737 à la veille de la révolution libérale*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

COSTA, Joel, 1993 – *Teatro São Carlos: breve resenha histórica*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.

CRUZ, Duarte Ivo, 2003 – “O Teatro no período de Pombal: doutrina, prática e ideologia”. *Camões: revista de letras e culturas lusófonas*. Lisboa: Instituto Camões, vol. 15/16, p. 102-115.

CRUZ, Duarte Ivo, 1983 – *Introdução à história do teatro português*. Lisboa: Guimarães Editores.

FERNANDES, Joaquim, 1993 – “João de Almada e Mello e as Artes Cénicas no Porto” in BARROSO, Eduardo Paz (coord.) – *Teatro Nacional S. João: um Renascimento*. Porto: Porto Editora.

FRANÇA, José-Augusto, 1984 – “Burguesia pombalina, nobreza mariana, fidalguia liberal” in SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.) – *Pombal revisitado: comunicações*, vol. I. Lisboa: Estampa, p. 19-33.

- FRANÇA, José-Augusto, 1983 – *Lisboa pombalina e o iluminismo*. Venda Nova: Bertrand.
- GUIMARÃES, Carlos; PESAVENTO, Fabio, 2008 – “Os contratadores e os contratos do Rio de Janeiro colonial, 1769-1779: estudo de uma sociedade mercantil” in CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antonio (orgs.) – *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argvmentvm, p. 107-126.
- LOUSADA, Maria Alexandre, 1998 – “Sociabilidades mundanas em Lisboa. Partidas e assembleias, c. 1760-1834”. *Penélope*, vol. 19-20, p. 126-160.
- MACEDO, Jorge Borges de, 1982a – *O Marquês de Pombal: (1699-1782)*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- MACEDO, Jorge Borges de, 1982b – *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*. Lisboa: Moraes.
- MARTINS, António Coimbra, 1984 – “As versões pombalinas de Molière reprovadas pela Real Mesa Censória” in SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.) – *Pombal revisitado: comunicações*, vol. I. Lisboa: Estampa, p. 189-245.
- MIRANDA, José da Costa, 1984 – “Teatro no tempo do Marquês de Pombal: Divertimento e Poder” in SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.) – *Pombal revisitado: comunicações*, vol. II. Lisboa: Estampa, p. 271-286.
- MIRANDA, José da Costa, 1978 – “Acerca do teatro espanhol em Portugal: século XVIII: alguns apontamentos críticos da Mesa Censória”. *Separata Bracara Augusta*, n.º 72-74, p. 371-382.
- MIRANDA, José da Costa, 1973a – “Apontamentos para um futuro estudo sobre o teatro de Metastásio em Portugal no século XVIII”. *Separata Estudos italianos em Portugal*, vol. 36. Lisboa.
- MIRANDA, José da Costa, 1973b – “Notas para um estudo sobre o teatro de Molière em Portugal (século XVIII)”. *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. 14, n.º 2, p. 181-348.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 2008 – *D. José: na sombra de Pombal*. Lisboa: Temas e Debates.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 2001 – “Pombal, a monarquia e as nobrezas” in *Actas. Congresso O Marquês de Pombal e a sua época – Colóquio O Século XVIII e o Marquês de Pombal*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras/Câmara Municipal de Pombal, p. 27-38.
- MOREAU, Mário, 1999 – *O Teatro de S. Carlos. Dois Séculos de História*, vol. I. Lisboa: Hugin Editores.
- PEDREIRA, Jorge, 1995 – *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa: de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social* [policopiado]. Lisboa: s. n.
- PEDREIRA, Jorge, 1992 – “Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais”. *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), p. 407-440.
- PEREIRA, Isaías da Rosa, 1988 – *Considerações em torno da Carta de Lei de D. José I, de 1773, relativa à abolição das designações de “Cristão-Velho” e “Cristão-Novo”*. Lisboa: Ofic. Gráf. Rádio Renascença.
- REBELLO, Luiz Francisco, 1989 – *História do teatro português*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- REBELLO, Luiz Francisco, 1984 – “O Marquês de Pombal e o Teatro” in SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.) – *Pombal revisitado: comunicações*, vol. I. Lisboa: Estampa, p. 97-120.
- RIBEIRO, Mônica da Silva, 2010 – *“Se Faz Preciso Misturar o Agro com o Doce”: A Administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América Portuguesa (1748-1763)*. Niterói (tese de doutoramento apresentada à Universidade Federal Fluminense).
- SANTOS, Maria Helena Carvalho dos, 1984 – “Poder, intelectuais e contra-poder” in SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.) – *Pombal revisitado: comunicações*, vol. I. Lisboa: Estampa, p. 121-128.
- SEABRA, Augusto M., 1993 – *Ir a S. Carlos*. Lisboa: Correios de Portugal.
- SEQUEIRA, Gustavo, 1933 – *Teatro de Outros Tempos. Elementos para a História do Teatro Português*. Lisboa: s. n.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1990 – *História de Portugal*, vol. VI, *O despotismo iluminado: 1750-180*. Lisboa: Verbo.
- SIMÕES, Adriana Cláudia Redondo, 2007 – *Contas dos teatros públicos da Corte: teatro da Rua dos Condes, teatro do Bairro Alto, teatro da Graça*. Coimbra (dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de letras da Universidade de Coimbra).
- VICENTE, António Pedro, 2003 – “Marquês de Pombal: um governante controverso”. *Camões: revista de letras e culturas lusófonas*. Lisboa: Instituto Camões, vol. 15/16, p. 17-21.

Da subsidiariedade da governação à importância do municipalismo em Portugal

Agostinho Cardoso

Introdução

É inegável que, atualmente, os cidadãos já não aceitam uma administração pública autoritária, arrogante e divorciada da sociedade. Pelo contrário, exigem-na aberta, transparente, dialogante, rápida e eficiente. Por conseguinte, deve ser promotora da excelência e capaz de aumentar a satisfação dos cidadãos, assim como reforçar a sua confiança, por via de processos transparentes de *accountability* e do diálogo democrático¹.

A este respeito, Paulo Júlio, ex-secretário de Estado da Administração Local e da Reforma Administrativa (no seu livro *Crónicas de um autarca*), adverte que, após a revolução de 1974, foi instituído um modelo de organização do Estado muito centralista, que deve ser “refletido e corrigido”, uma vez que “a democracia degradou-se e os cidadãos afastaram-se das eleições”².

De facto, de forma sistemática, é notório o desinteresse, o descontentamento e o défice de participação política dos cidadãos. Esta situação é evidenciada pelas elevadas taxas de abstenção verificadas nos diversos atos eleitorais.

Ainda sobre a degradação da democracia, o ex-secretário de Estado defendia que o poder local é uma exceção, justificando que “basta analisar as taxas de abstenção dos atos eleitorais para se perceber que a proximidade reforça a participação e a exigência, como consequência do escrutínio do exercício do cargo político”³.

Assim, coloca-se a questão suscitada por João Bilhim: qual o melhor ou melhores modelos de organização e gestão pública (administração central, desconcentrada, periférica e autarquias), para que seja dada resposta adequada às necessidades de bens e serviços públicos dos cidadãos?⁴

A resposta a esta questão torna-se ainda mais fascinante se pretendermos compreender e estudar a realidade municipal, na medida em que está coberta pelo princípio (constitucional) da subsidiariedade, isto é, tudo quanto possa ser eficazmente decidido e executado ao nível autárquico não deve ser atribuído ao poder central e aos seus agentes, mas antes à governação local, dado que é esta a que regista maior proximidade entre os eleitos e os cidadãos.

1 CARAPETO; FONSECA, 2005.

2 JÚLIO, 2011:16-17.

3 JÚLIO, 2011:16.

4 BILHIM, 2004: 22.

1. Poder, democracia e governação

A sociedade internacional é tão antiga como os primeiros contactos diplomáticos e as guerras entre as cidades antigas. Na opinião de Huntzinger, a teoria das relações internacionais “é feita de reflexões de Tucídides, de Vitória, de Maquiavel ou Marx, bem como de Hans Morgenthau ou Raymond Aron”⁵.

A este propósito, e referindo-se à competição da política global, Anderson considera que as guerras, acordos comerciais, sanções económicas, o volume das transferências financeiras entre os estados ricos e pobres, são tudo resultado da competição entre elites e no seio das mesmas e, algumas vezes, entre as elites e o círculo alargado das populações que as envolvem. Destaca, ainda, que “este processo de competição pode acontecer dentro do próprio Estado, entre os estados e para além deles”⁶.

Mas, então, o que é o poder? De acordo com Amaral, o poder é a “faculdade de mandar e a capacidade de se fazer obedecer”⁷. Por sua vez, Moreira esclarece que o voto é “a expressão jurídica e formal do poder de sufrágio e satisfaz o normativismo inspirado pelo modelo contratual. Mas, politicamente exprime a submissão ao poder que o captura e que não se embaraça excessivamente sobre os meios de o obter.” No entanto, esclarece que “podem ser meios legais, por coincidência, mas antes de mais são os meios capazes de levar à definição de uma sede de apoio que permita, respeitando a legalidade formal, ocupar a sede de poder”⁸.

Quanto ao papel do poder e da influência, Anderson adverte que “para o cidadão comum, o poder do Estado é matéria quantitativa, é o somatório do seu arsenal militar e forças de combate e o seu poder económico”⁹. No entanto, também acrescenta que a influência pode ser utilizada para resolver conflitos (dentro do Estado e entre estados e outros atores globais).

Sobre este assunto, Zakaria alerta para o facto de que, num mundo globalizado, quase todos os problemas ultrapassam as fronteiras. Seja o terrorismo, seja a proliferação nuclear, as doenças, a degradação ambiental, as crises económicas ou a escassez de água, não há questão que possa ser resolvida sem coordenação e cooperação entre muitos países. Porém, constata que os “estados estão a revelar cada vez menos vontade de se unirem para resolver problemas comuns”¹⁰. Sublinha, ainda, que “num mundo pós-americano, pode não existir um centro integrador”, dado que o “foco deslocou-se” e “os países estão cada vez mais interessados em si próprios – na história da respetiva ascensão – e ligam menos atenção ao Ocidente e aos Estados Unidos”¹¹.

No mesmo sentido, mas referindo-se à escala de cada Estado, Rego refere que o poder da “máquina governamental central” dilui-se por diferentes entidades/agentes governamentais locais e regionais, e, também, pelos grupos económicos, pela sociedade civil e pelas organizações não-governamentais (ONG)¹².

No entanto, e para Sá, o conceito de democracia não se pode separar, na sua génese, das ideias de igualdade, de participação e de governo do povo. Para as conceções liberais, “a democracia foi sucessivamente esvaziada da sua dimensão igualitária e depois do próprio elemento de participação e intervenção popular nos assuntos públicos”¹³.

No contexto europeu, particularmente no que diz respeito à União Europeia, nas últimas décadas, temos assistido a movimentos de cedência de poder do Estado para instituições supranacionais, ao mesmo tempo

5 HUNTZINGER, 1987: 17.

6 ANDERSON, 1996: 15.

7 AMARAL, 2004: 17.

8 MOREIRA, 2003: 187.

9 ANDERSON, 1996: 28.

10 ZAKARIA, 2008: 38.

11 ZAKARIA, 2008: 42.

12 REGO, 2011: 19.

13 SÁ, 1989: 31.

que se constata a ocorrência de processos de descentralização para os governos locais e até mesmo para entidades privadas. De acordo com Moro, os Estados-nação e as administrações públicas perderam o seu monopólio tradicional no exercício das suas funções de governo em três diferentes direções: para cima, para as instituições supranacionais; para baixo, para a administração regional e local; e ainda, para fora, para a sociedade civil, organizações e redes privadas¹⁴.

Segundo Baleiras, em Portugal assiste-se a dois níveis de governação definidos sobre o território do continente: nível central e nível local. Sendo que, ao nível local, há dois subníveis: municípios e freguesias. Por sua vez, no espaço dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, há um terceiro nível: regional. Tal como sucede no espaço da União Europeia, há a registar a existência de um nível de governo com jurisdição sobre os próprios territórios nacionais: nível supranacional. Em relação a este nível, Portugal, com a sua adesão, em 1986, à entidade supranacional Comunidade Europeia, deu os primeiros passos na senda da europeização da administração pública, em particular ao nível da administração local¹⁵.

Nesse sentido, o Tratado da União Europeia ao instituir o princípio da subsidiariedade, visava determinar que as tomadas de decisões ocorressem ao nível mais próximo dos cidadãos. Assim, a União Europeia não deveria, à exceção dos domínios que fossem da sua competência, resolver à escala comunitária aquilo que pudesse ser melhor decidido no plano nacional ou regional¹⁶.

Também a este propósito, Okot-Uma releva que, enquanto conceito central, a boa governação deve ser participada, transparente e aditável nas suas características, bem como deve tirar partido da governação eletrónica (*e-governance*)¹⁷.

Em síntese, a governação consistirá na adaptabilidade da gestão pública às necessidades explícitas ou implícitas dos cidadãos¹⁸ e na colocação do cidadão em lugar central nas preocupações dos decisores públicos, através de mecanismos de consulta e participação¹⁹. Com efeito, é crucial incentivar e facilitar a participação e vigilância cívicas, por parte dos cidadãos, "limitando os abusos de poder político, na medida em que permite mais transparência na forma de atingir os resultados e mais *accountability* na avaliação dos eleitos ou das políticas públicas"²⁰. Também, como refere Bilhim, a "governação é um conceito que unifica a diversificada literatura sobre a gestão pública e políticas públicas"²¹.

2. Do modelo tradicional à nova governação pública

Atualmente, e em particular nos países desenvolvidos, a discussão está mais centrada nos papéis que o Estado pode desenvolver face às avalanches e contágios da crise económica e financeira, o que induz novos debates sobre o Estado regulador *versus* Estado prestador no que concerne à satisfação dos cidadãos.

No entanto, Rocha observa que a evolução da administração pública está associada à do Estado, havendo paralelismos nessa caracterização e que falar do modelo de gestão pública "significa falar, simultaneamente, de tipo de Estado. Significa, ainda, que o tipo de Estado e correspondente modelo de gestão pública assentam numa dada posição ideológica"²².

14 MORO, 2001.

15 BALEIRAS, 2001.

16 ALVARES, 2004.

17 OKOT-UMA, 2001.

18 VORLEY, 1993.

19 BOURGAULT, 1999.

20 MOREIRA; ALVES, 2010: 46.

21 BILHIM, 2004: 22.

22 ROCHA, 2011: 23.

De facto, há necessidade de se introduzir novos métodos de gestão e a refundação das suas funções. Mas, e a este propósito, reitera-se que para a promoção de melhorias ao nível da administração pública e desenvolvimento de novos modelos de governação é crucial “colocar o problema, não como de primazia do Estado ou do mercado, mas mais em termos de melhor compreensão do necessário equilíbrio entre o Estado, mercado e sociedade civil”²³.

Relacionado com este assunto, e no que concerne à evolução e às tendências da administração pública, Bilhim aponta três modelos²⁴. O primeiro, catalogado como tradicional, contrapõe leis e procedimentos administrativos a valores e a pessoas, separa políticos e administradores públicos, afirmando-se pela racionalidade do “homem administrativo”. Os seus pressupostos isolam a organização ao exterior, pois centra a sua atuação nos procedimentos jurídico-administrativos, em que os dirigentes se preocupam apenas com a manutenção do sistema, das rotinas e em darem ordens, impondo regras e descurando os resultados, bem como o grau de satisfação dos seus clientes. O segundo, designado de liberal, é tido como desregulador e centrado numa administração pública mínima, submetida ao rigoroso controlo político, caracterizada pela racionalidade do “homem económico”. O terceiro, designado de novo serviço público, embora parta do modelo tradicional, evoluiu no sentido de integrar aspetos inovadores, norteando a administração para a realização de objetivos, colocando o cidadão/cliente no centro das suas atenções.

Por sua vez, Rego refere que o modelo tradicional de administração pública está associado a um Estado hierárquico (“do topo para as bases”)²⁵, baseado na teoria da burocracia de Max Weber (1864-1920), que se caracteriza pela administração estar subordinada ao controlo de uma liderança política (poder e autoridade), cujo *staff*, no entendimento de Hughes, é constituído por agentes permanentes, neutrais e anónimos, motivados apenas pelo interesse público, que agem de forma igual e não definem a política, mas antes gerem e administram as políticas definidas e decididas pelo poder político²⁶.

No entanto, Rego aponta outra proposta de modernização da gestão pública, a *National Performance Review (NPR)*, mais concretamente, *Reinventing Government*, que surgiu nos Estados Unidos da América, em 1992, pelo presidente Bill Clinton, e define-a como uma abordagem menos liberal da gestão dos organismos públicos, que não aceita a privatização dos serviços e das funções do Estado, enquanto “motor da reforma”²⁷.

No mesmo prisma, também se salientam a evolução do paradigma e o movimento que da “administração pública passou à gestão pública, dando agora pleno acolhimento à ideia de governação”, salientando que a administração pública tradicional está “orientada para a legislação”, enquanto a nova gestão pública é “orientada para o serviço” e, por último, a governação pública é “orientada para o cidadão”²⁸.

Assim, atualmente emerge o paradigma da governação “gestão do valor público”, em que o valor público é o que é acrescentado à esfera pública, podendo abranger o domínio social, económico, político, ambiental e qualidade de vida²⁹.

Silvestre considera que a diferença entre este novo conceito de governação – em relação à nova gestão pública – “é uma nova postura governativa perante o cidadão, com o envolvimento e responsabilização do último, que está mais e melhor informado e cujas expetativas nos e para os serviços públicos são crescentes”³⁰.

23 MOREIRA; ALVES, 2010: 44.

24 BILHIM, 2004.

25 REGO, 2011: 19.

26 HUGHES, 1998.

27 REGO, 2011: 28.

28 MOREIRA; ALVES, 2010: 46.

29 HARTLEY; SKELCHER, 2008: 9.

30 SILVESTRE, 2010: 70.

3. Retrospectiva e importância do municipalismo em Portugal

Quase em jeito de ode, Alexandre Herculano exulta o municipalismo em Portugal, considerando-o como “princípio vivificador, essa pedra angular da república, que, embora revolvida pela base, mutilada e convertida em instrumento de servidão pelo despotismo, resistira à dissolução política e social do império”³¹.

Na sua obra *História da civilização portuguesa*, Afonso Martins afiança que não é consensual circunscrever a origem das instituições municipais. Para reforçar esta sua opinião, recorre aos legados de proeminentes historiadores ibéricos e concluiu:

Segundo Herculano, os nossos concelhos têm origem remota no *município romano*; o espanhol Hinojosa é de opinião que o concelho peninsular deriva do “*conventus publicus vicinorum*”; outros autores, como o prof. Paulo Merêa, filiam os concelhos nas *comunidades rurais* da monarquia astur-leonesa³².

Também no início do segundo quartel do século passado, Torcato Soares, na sua interessante tese de doutoramento, intitulada *Apostamentos para o estudo da origem das instituições municipais portuguesas*, salienta que “o problema da origem das nossas instituições municipais é de tal maneira complexo e a documentação é tão deficiente e omissa, que não admira que, ao abordá-lo, as opiniões dos historiadores se tivessem dividido”³³.

A respeito da inquietante questão “Como surgiram os concelhos?”, Moreno conclui que, apesar dos esforços realizados por Herculano para desvendar as origens dos concelhos portugueses, não foi possível a este historiador esclarecer devidamente os fatores intrínsecos a esses núcleos administrativos, mas acrescenta:

À sua tese da origem romana do município, que havia resistido às invasões dos povos germânicos e muçulmanos, contraponha-se a posição de Hinojosa, que antecedia nas origens dos concelhos uma nítida influência dos visigodos. Contudo, nem num, nem noutro estavam na razão, conforme a doutrina exposta por Levy Provençal, ao revelar que as instituições municipais romanas, conservadas no final da monarquia visigótica, haviam desaparecido durante o domínio muçulmano. Na referida linha de pensamento coube a Sanchez-Albornoz demonstrar que o concelho peninsular representa uma realidade nova no âmbito da reconquista, sem relação com os municípios existentes anteriormente³⁴.

No mesmo sentido, Nabais assume que a tese romana foi defendida com brilho por Alexandre Herculano. Porém, hoje, prevalece a ideia de que o “município medieval não é uma continuação do município romano, mas antes um produto das circunstâncias da Reconquista”³⁵. Também Romero Magalhães defende que o “reino de Portugal criou-se a partir do norte e foi incorporando os territórios conquistados a sul, num processo em que ambos os espaços e tradições foram interagindo”³⁶. Neste processo, o papel do movimento concelhio em Portugal foi tão importante, e não raras vezes esquecido, tendo este facto influenciado Alexandre Herculano a sublinhar que “tal foi essa revolução assaz lenta e obscura na aparência para ter escapado aos historiadores, mas assaz grave nos seus resultados para nos obrigar a não omitir o expô-la”³⁷. Em relação aos concelhos ou comunas, atenta:

31 HERCULANO, 1983: 48.

32 MARTINS, 1964: 105.

33 SOARES, 1931: 11.

34 MORENO, 1986: 11.

35 NABAIS, 2007: 21.

36 MAGALHÃES, 1993: 40.

37 HERCULANO, 1983: 78.

O que devia suceder era que ou o poder central, os nobres, os abades e os bispos, acedendo às tentativas e pretensões das classes inferiores, reconheciam a legitimidade da emancipação popular, concedendo por cartas de foral certa porção de garantias e liberdades aos habitantes do lugar e criavam comunidade, ou esta se constituía a si pela revolução³⁸.

Na dissertação de mestrado, intitulada *O modelo espacial do Estado Moderno – reorganização territorial em Portugal nos finais do antigo regime*, é defendido que a unidade espacial mínima era a que correspondia ao território concelhio, sede de jurisdição de primeira instância, cujo governo estava entregue às câmaras. Embora os concelhos cobrissem, de forma contínua, o espaço de todo o Reino, a sua desigualdade, em termos de dimensão territorial e populacional (e de recursos), era gigantesca³⁹.

Uma vez mais, desfolhando a origem do município, Beirante nota que “desde a sua fundação, os concelhos possuíam um estatuto próprio, espécie de constituição local, que regulava a vida coletiva dos cidadãos”⁴⁰ e sustenta que os concelhos ou municípios são:

As instituições mais típicas da nossa democracia medieval, necessariamente imperfeitas, como órgãos de uma nova sociedade em gestação, ganhando lentamente consciência de si. Apesar dos seus defeitos, os municípios eram órgãos do poder local que defendiam a liberdade da maioria da população que se acolhia à sua proteção⁴¹.

Também no seu livro de sumários da História de Portugal, Tomás Barros considera os concelhos ou municípios como sendo as povoações ou localidades que, além de outros privilégios e regalias, “gozavam o direito de se governarem por si. Essas concessões eram reguladas por *forais*, espécie de cartas de lei ou escrituras outorgadas pelos reis”⁴². No entanto, defende que “as cartas de foral, sucessivamente outorgadas às povoações da Reconquista, constituem, para o estudo da organização municipal, documentos de valor incalculável” e reforça esta ideia, sublinhando que estes “documentos foralengos” funcionam como verdadeiros “códigos de direito público local”, que visavam “regular as múltiplas relações entre o concelho e o rei ou o senhor”⁴³.

Para Moreno, desde o século XIV até ao início do século XIX – período marcado pelo desenvolvimento do absolutismo, passando pela crescente interferência da coroa e por medidas fortemente centralizadoras (por exemplo, a reforma dos forais levada a cabo por D. Manuel), – a vida municipal regista uma constante decadência. O código administrativo de 1836 imprimiu um novo entusiasmo na senda da descentralização e um ligeiro aumento de autonomia local. Porém, a legislação de Costa Cabral (Código de 1842) foi um retrocesso ao período de 1832. Assim, viveu-se uma fase de avanços (por exemplo, em 1878, Rodrigues Sampaio aumentava a autonomia local) e recuos (em 1886, por José Luciano e Castro, e, em 1895, por João Franco, a supremacia é colocada no poder central sobre o poder local)⁴⁴.

Percorrendo a linha cronológica e a história, constatamos que ao longo do tempo temos assistido à redução do número de concelhos, que outrora tinham tendência para proliferar. A este respeito, observamos que no “século XIX existiam mais de oitocentos concelhos”, mas já depois de alguns ajustamentos “o censo de 1864

38 HERCULANO, 1983: 70.

39 SILVA, 1998.

40 BEIRANTE, 1978: 21.

41 BEIRANTE, 1978: 11.

42 BARROS, 1948: 27.

43 BARROS, 1948: 45.

44 MORENO, 1986: 13.

registava a existência de apenas 268 concelhos” e, mais tarde, “com o censo de 1911 eram 291”⁴⁵. Sobre este assunto, verificamos que atualmente a nossa divisão municipal é muito próxima da que existia no início da I República, em 1911. Pois, “daí até aos nossos dias, o seu número passou de 291 para os atuais 308, sendo que quatro destes foram criados após o 25 de Abril”⁴⁶.

Já centrando a análise no século passado, observamos que, com o advento da República, em 1910, “a Constituição do ano seguinte aumentava as atribuições do poder local, mas a sua supressão em 1928 deu azo a que o novo regime tornasse a cercear a autonomia das instituições municipais”⁴⁷, na medida em que os códigos administrativos de 1936 e 1940 aumentaram fortemente a tendência centralizadora, uma vez que tanto os presidentes de câmara como os regedores eram exclusivamente nomeados pelo poder central.

Também Montalvo observa que o regime do Estado Novo demarcou-se pela concentração do poder político no governo e pela “organização corporativa do Estado fundada num organicismo social hierarquizado, contrário ao individualismo atomista próprio do liberalismo”⁴⁸, acabando por marcar indelevelmente a organização dos municípios nesse período e, por conseguinte, a própria estrutura política municipal. O autor acrescenta, ainda, que se assistia a um severo controlo político e financeiro dos municípios pelo governo, à subalternização da estrutura política municipal (simbólica e destituída de capacidade de intervenção – o presidente de câmara, na prática, era uma extensão e um representante local do governo) e ao grande relevo da estrutura administrativa municipal (dirigida pelos chefes das secretarias municipais).

Fruto da alteração do regime político-constitucional, com a “revolução dos cravos” de 25 de Abril de 1974, ocorreu a demissão de todas as câmaras municipais que, entretanto, foram substituídas por comissões administrativas até à realização das primeiras eleições livres em 12 de dezembro de 1976. Essas eleições autárquicas “realizaram-se não apenas num contexto de normalização democrática da vida política portuguesa, mas com os órgãos de soberania instalados e em pleno exercício de funções”⁴⁹.

A este propósito, Montalvo concretiza que a Constituição de 1976 plasmou as linhas fundamentais da organização dos municípios, determinando a existência de um “órgão deliberativo – a Assembleia Municipal – eleita por sufrágio universal, direto e secreto, e um órgão colegial executivo – a Câmara Municipal – eleito pela mesma forma e responsável perante ela”⁵⁰. Também, em jeito de síntese, Moreno advoga que com a queda do regime, designado de “Estado Novo”, em 1974, “a nova Constituição passou a apontar para a descentralização, como reforço do poder local e a designação dos seus magistrados através de mecanismos eletivos livremente realizados pelas populações locais”⁵¹.

No mesmo sentido, considera-se que são as autarquias locais (municípios e freguesias) que realmente “têm a ver com o dia-a-dia de cada cidadão, dizendo-lhe bastante mais do que outras instâncias de poder, de facto mais longínquas e diluídas no que respeita ao quotidiano das populações locais”⁵². Em suma, é “o governo do país pelo país”⁵³.

Recentemente, e reforçando a ideia anterior, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais

45 PEREIRA; ALMEIDA, 1985: 14.

46 ROCHA, 2005: 73.

47 MORENO, 1986: 14.

48 MONTALVO, 2003: 143.

49 OLIVEIRA, 1996: 361.

50 MONTALVO, 2003: 146

51 MORENO, 1986: 14

52 PEREIRA; ALMEIDA, 1985: 13

53 BEIRANTE, 1978: 7

e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico –, plasmou a importância da subsidiariedade da governação na medida em que, entre outros aspetos, estabeleceu a possibilidade da celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a câmara municipal e as juntas de freguesia.

Conclusão

É crucial que, independentemente do modelo de governação adotado, se substitua a lógica centrada no cumprimento estrito de procedimentos, por uma lógica centrada no cidadão, de modo a que seja possível pôr em prática uma administração recetiva à cidadania.

Para além disso, também é necessário inverter o sentimento de descrença que paira na alma dos cidadãos, uma vez que “os políticos e a política vão-se descredibilizando, o taticismo vai-se impondo à mudança, os interesses carreiristas de alguns contribuem para que o mérito de outros se vá desvanecendo”⁵⁴.

Como tal, a governação pública, sobretudo a local, deverá estar atenta e dar resposta às necessidades explícitas ou implícitas dos cidadãos. Este novo quadro implica que se “reinvente a governação”, apostando claramente na gestão do valor público, mas sem nunca perder o norte a princípios basilares como a legalidade, a igualdade, a proporcionalidade, a justiça ou a transparência.

Daí que, neste momento, em Portugal muito se tem falado da necessidade de operar uma reorganização do poder local e que esta tarefa não foi, não é, nem será pacífica e consensual.

Bibliografia

- ÁLVARES, P., 2004 – *Uma sebesta europeia – roteiro da Europa do futuro*. Lisboa: INA.
- ANDERSON, Peter, 1996 – *Política global do poder, justiça e morte*. Lisboa: Instituto Piaget.
- BALEIRAS, R., 2001 – *Governação subnacional: legitimidade económica e descentralização da despesa pública*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- BARRROS, Tomás, 1948 – *História de Portugal*. Porto: Editora Educação Nacional.
- BEIRANTE, Cândido, 1978 – *Descentralização: municipalismo e cooperativismo*. Lisboa: Editorial Veja.
- BILHIM, J., 2004 – *Governação das autarquias locais*. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação.
- BOURGAULT, J., 1999 – “Implications de la bonne gouvernance” in CORKERY, Joan (org.) – *Governance: concepts and applications*. Bruxelas: Institut International des Sciences Administratives, p. 173-189.
- CARAPETO, C.; FONSECA, F., 2005 – *Administração Pública: modernização, qualidade e inovação*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- HARTLEY, J.; SKELCHER, C., 2008 – *Managing to improve public services*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HERCULANO, Alexandre, [1853] 1983 – *História de Portugal*, tomo IV. Amadora: Livraria Bertrand.
- HUGHES, O., 1998 – *Public management and administration*, second edition. Hampshire: Palgrave.
- HUNTZINGER, J., 1987 – *Introdução às relações internacionais*. Lisboa: Pe Edições.
- JÚLIO, Paulo, 2011 – *Crónicas de um autarca*. Coimbra: Beirastexto, SA.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, 1993 – “O enquadramento do espaço nacional” in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*, vol. 3. Lisboa: Editorial Estampa.
- MARTINS, Afonso, 1964 – *História da civilização portuguesa*, 4.ª ed. Porto: Porto Editora.
- MONTALVO, Rebordão A., 2003 – *O processo de mudança e o novo modelo da gestão pública*. Coimbra: Almedina.
- MOREIRA, José; ALVES, André, 2010 – *Gestão pública e teoria das burocracias: entre a visão clássica da administração pública e o novo paradigma da governação pública*. Oeiras: INA Editora.
- MORENO, Humberto B., 1986 – *Os municípios portugueses nos séculos XII a XVI – estudos de história*. Lisboa: Editorial Presença, Lda.
- MORO, G., 2001 – *The Citizen's Side of Governance*. Lisboa: INA.
- NABAIS, José C., 2007 – *A autonomia financeira das autarquias locais*. Coimbra: Almedina.
- OKOT-UMA, R., 2001 – *Electronic Governance: re-inventing Good Governance*. London: Commonwealth Secretariat.
- PEREIRA, A.; ALMEIDA, M., 1985 – *Conhecer as autarquias locais*. Porto: Porto Editora, Lda.
- REGO, Guilhermina, 2011 – *Gestão empresarial dos serviços públicos – uma aplicação aos serviços de saúde*, 2.ª ed. Porto: Vida Económica.
- ROCHA, J., 2011 – *Gestão Pública – teorias, modelos e práticas*. Lisboa: Escolar Editora.
- ROCHA, J., 2005 – *Regionalização no âmbito da Gestão Autárquica*. Coimbra: Almedina.
- SÁ, Luís, 1989 – *Regiões administrativas – o poder local que faltava*. Lisboa: Caminho.
- SILVA, A., 2007 – “Famílias, géneros, gerações: domínios esquecidos mas centrais na cidadania democrática” in *Cidadania: uma visão para Portugal*. Lisboa: Gradiva Publicações, Lda.
- SILVESTRE, Hugo, 2010 – *Gestão Pública – modelos de prestação no Serviço Público*. Lisboa: Escolar Editora.
- SOARES, Torcato, 1931 – *Apontamentos para o estudo da origem das instituições municipais portuguesas*. Lisboa: Ottosgrafica.
- VORLEY, G., 1993 – *Quality Assurance Management: Principles & practice*. Swanly Kent: Nexus Business Communications Limited.
- ZAKARIA, Fareed, 2008 – *O mundo pós-americano*. Lisboa: Gradiva.

Sobre os autores

Pedro CANDEIAS (pedromecandeias@gmail.com)

Mestre em Sociologia. Bolseiro de investigação do SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (ISEG, Universidade de Lisboa).

Publicações recentes: "Immigrant Perceptions of Ethnic and Racial Discrimination in a council of Lisbon Metropolitan Area (LMA)". *International Review of Sociology*. Routledge, 23 (2), p. 401-420, 2013 (em colaboração). Disponível em: http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03906701.2013.804299#.Ui0iUT_gcYo; *(In)Tolerância social na Europa: minorias étnicas, grupos estigmatizados e toxicodependentes*. Lisboa, 2012 (dissertação de mestrado em Sociologia apresentada ao ISCTE do Instituto Universitário de Lisboa).

Bárbara FERREIRA (barbaraferreira@campus.ul.pt)

Mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Bolseira de investigação do IGOT – Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Publicações recentes: "Portuguese housing policies at a crossroads: a step forward or a leap backwards?" in *RC43 Conference 2013 (Research Committee on Housing & the Built Environment) – At home with the Housing Market*. Amsterdam, 2013 (em colaboração); "Das metrópoles às cidades médias: cartografias mediáticas e geográficas dos bairros sociais em Portugal" in *XIII Colóquio Ibérico de Geografia: Respostas de la Geografía Ibérica a la crisis actual*. Santiago de Compostela, 2012 (em colaboração).

João PEIXOTO (jpeixoto@iseg.utl.pt)

Doutorado em Sociologia Económica e Sociologia das Organizações. Professor catedrático do ISEG da Universidade de Lisboa e investigador do SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (ISEG, Universidade de Lisboa).

Publicações recentes: *Migrações na Europa e em Portugal: Ensaios de Homenagem a Maria Ioannis Baganha*. Coimbra: Almedina, 2013 (corganizador); "Back to the South: social and political aspects of Latin American migration to Southern Europe". *International Migration*. Vol. 50, n.º 6, 2012, p. 58-82.

Helder DIOGO (helderdiogo@sapo.pt)

Doutorado em Geografia Humana. Investigador do CEGOT – Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território.

Publicações recentes: "Imigração portuguesa em França (1999-2012): que mudanças?", in *Atas CEGOT 1st international meeting – Geography & Politics, Policies and Planning*. Porto: FLUP-CEGOT, 2013, p. 721-734; "Portugueses de França – contributo da mobilidade geográfica e das práticas transnacionais para a afirmação identitária" in *Atas do XIII Colóquio Ibérico de Geografia – Respostas de la Geografía Ibérica a la crisis actual*. Santiago de Compostela: Meubooock, 2012, p. 1226-1236; "Territórios e paisagens culturais na emigração lusa", *GOT - Geografia e Ordenamento do Território*. Porto: CEGOT 1, 2012, p. 41-58; "Empreendedorismo e mobilidade da comunidade lusa na região Rhône-Alpes: dinâmicas locais e internacionais" in *Atas do XII Colóquio Ibérico de Geografia*. Porto: FLUP e APG, 2012, p. 1-22.

José Carlos MARQUES (jclaranjo@sapo.pt)

Doutorado em Sociologia. Docente na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, investigador integrado no núcleo do IPL do CesNova e investigador colaborador do CES.

Publicações recentes: *Processos de admissão e de integração de imigrantes altamente qualificados em Portugal e a sua relação com a migração circular*. Lisboa: OI/ACIDI, 2014 (em colaboração); *Impacto das políticas de reagrupamento familiar em Portugal*. Lisboa: OI e ACIDI, 2014 (em colaboração); *Migrações na Europa e em Portugal. Ensaios de homenagem a Maria Ioannis Baganha*. Coimbra, Almedina, 2013 (em colaboração).

Pedro GÓIS (pgois@fba.up.pt)

Doutorado em Sociologia. Docente da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto e investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – Laboratório Associado.

Publicações recentes: *Processos de admissão e de integração de imigrantes altamente qualificados em Portugal e a sua relação com a migração circular*. Lisboa: OI/ACIDI, 2014 (em colaboração); *Impacto das políticas de reagrupamento familiar em Portugal*. Lisboa: OI e ACIDI, 2014 (em colaboração); *Migrações na Europa e em Portugal. Ensaios de homenagem a Maria Ioannis Baganha*. Coimbra: Almedina, 2013 (em colaboração).

Marta SILVA (silvamartanunes@gmail.com)

Doutoranda em História Contemporânea na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa com o tema *Emigração clandestina e mundo rural, entre 1957 e 1974*. Investigadora do Instituto de História Contemporânea.

Publicações recentes: *Penedono na I República*. Viseu: Quartzo Editora, 2013 (coorganizadora); "Redes de emigração clandestina no concelho de Penedono (1960-1974)". *Ler História*. N.º 62, 2012, p. 157-167; *Os trilhos da emigração. Redes clandestinas de Penedono a França (1960-1974)*. Lisboa: Colibri, 2011.

Yvette SANTOS (yvettedossantos@gmail.com)

Doutoranda em História Contemporânea na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa com o tema *A Junta Nacional de Emigração e a política de emigração do Estado Novo*. Investigadora do Instituto de História Contemporânea.

Publicações recentes: "L'État portugais face à l'émigration et aux impératifs de la Première Guerre Mondiale". *Riveneuve Continents et Exils et Migrations Ibériques au XX^e siècle*. Paris, Nouvelle Série, n.º 15, Printemps 2013, p. 138-154; *Penedono na I República*. Viseu: Quartzo Editora, 2013 (coorganizadora); "État et migration: une action officielle préférentiellement tournée vers l'émigration transocéanique, 1880-1969". *Cahiers de la Méditerranée*. Nice: Universidade de Nice Sophia Antipolis, n.º 80, 2010, p. 65-86.

João Teixeira LOPES (jmteixeiralopes@gmail.com)

Doutorado em Sociologia. Professor catedrático do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações recentes: *Os Burgueses. Quem são, como vivem, como mandam*. Lisboa: Bertrand, 2014 (em colaboração); *Percursos de estudantes no Ensino Superior*. Lisboa: Mundos Sociais, 2014 (coorganizador); *Registos do actor plural. Bernard Lahire na Sociologia Portuguesa*. Porto: Afrontamento, 2012 (organizador); *Escolas singulares. Estudos locais comparativos*. Porto: Afrontamento, 2012 (organizador); *Cientistas sociais e responsabilidade social no mundo actual*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2012 (organizador).

Rute TEIXEIRA (ruteateixeira@gmail.com)

Doutoranda em Sociologia. Investigadora do ISFLUP – Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações recentes: "Cultura e diversidade de públicos: Panóias – um estudo de caso" in PALARES, José Augusto; AFONSO, Almerindo Janela (org.) – *O não-formal e o informal em educação: centralidades e periferias. Atas do I Colóquio Internacional de Ciências Sociais da Educação / III Encontro de Sociologia da Educação*. Braga: Centro de Investigação em Educação/Universidade do Minho, 2013; "O linear entre o formal e o não-formal: cultura, educação e o museu – uma relação intrínseca" in *Actas do 1.º Congresso Internacional de Psicologia, Educação e Cultura*, Vila Nova de Gaia: Instituto Superior Politécnico Gaya, 2013, p. 316-328; *A cultura e seus públicos: Panóias – um estudo de caso*. Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013.

Maria Ortelinda GONÇALVES (Ortelinda.barros@aue.pt)

Doutorada em Geografia. Docente e vice-presidente da Associação Universitária de Espinho e investigadora do CEPESE.

Publicações recentes: "Empreendedorismo emigrante na Europa" in *Encontros Curtos, apresentação de projetos, imagens da cultura*, e-book. CEMERI e Universidade Aberta, 2010, p. 393-399 (em colaboração); "Dicotomias socioeconómicas regionais do território português". *População e Sociedade*. Porto: CEPESE e Edições Afrontamento, n.º 18, 2010, p. 255-265. "Emigração, regresso e desenvolvimento sustentável no Barroso (Portugal)". *Polígonos – Revista de Geografia*. Univ. de Léon, Univ. de Salamanca, Univ. de Valladolid e CEPESE, n.º 20, p. 171-194; *Polígonos – Revista de Geografia. Migraciones Ibéricas. Memoria y Proceso de Desarrollo*. Univ. de Léon, Univ. de Salamanca, Univ. de Valladolid e CEPESE, n.º 20 (cocoordenadora).

Judite Ferreira COELHO (judite.coelho@gmail.com)

Investigadora do CEPESE.

Publicações recentes: *Obstáculos ao empreendedorismo emigrante português em Andorra*, 2013 (dissertação de mestrado apresentada ao ISLA – Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia).

Michaël PEREIRA (michael_pereira@sapo.pt)

Sociólogo. Consultor independente.

Publicações recentes: "Multiple Citizenship: Cases Studies Among Individual Citizens in Portugal" in PITKÄNEN, Pirkko; KALEKIN-FISHMAN, Devorah (eds.) – *Multiple State Membership and Citizenship in the Era of Transnational Migration*. Rotterdam: Sense Publishers, 2007 (em colaboração).

Teresa Ferreira RODRIGUES (trodrigues@fcsn.unl.pt)

Doutorada. Professora Associada com Agregação no Departamento de Estudos Políticos da FCSH/NOVA. Investigadora do IPRI – Instituto Português de Relações Internacionais.

Publicações recentes: *Globalization and international security. An overview*. Nova Iorque: NOVA Publishers, 2014 (coeditora); "A Península Ibérica – novas migrações e novos contextos securitários (1990-2030)". *Revista de Ciências Militares*. Vol. 1, n.º 2, 2013, p. 87-112 (em colaboração). Disponível em: <http://www.iesm.pt/s/Cisdi/revista/Artigos/R2-9.pdf>; "O futuro do Mediterrâneo – ensaio de prospetiva demográfica". *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*. 2013 (em colaboração). Disponível em: <http://database.jornaldefesa.pt/geopolitica/JDRI%20063%20170713%20demografia%20no%20mediterraneo.pdf>; *Espanha e Portugal na União Europeia. Os caminhos da Convergência*. Porto: Tribuna da História, 2011 (cocoordenadora).

Susana de Sousa FERREIRA (srsferreira@gmail.com)

Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e doutoranda em Relações Internacionais na mesma Universidade. Investigadora do IPRI – Instituto Português de Relações Internacionais e *Visiting Fellow* no Instituto Universitario General Gutierrez Mellado (UNED).

Publicações recentes: "Migrations and the Arab Spring – a new security nexus?". *Human Security Perspectives*. Vol. 10, n.º 1, 2014, p. 62-90; *Globalization and international security. An overview*. Nova Iorque: NOVA Publishers, 2014 (coeditora); "A Península Ibérica – novas migrações e novos contextos securitários (1990- 2030)". *Revista de Ciências Militares*. Vol. 1, n.º 2, 2013, p. 87-112 (em colaboração). Disponível em: <http://www.iesm.pt/s/Cisdi/revista/Artigos/R2-9.pdf>; "O futuro do Mediterrâneo – Ensaio de prospetiva demográfica". *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*. 2013 (em colaboração). Disponível em: <http://database.jornaldefesa.pt/geopolitica/JDRI%20063%20170713%20demografia%20no%20mediterraneo.pdf>.

Ana CANAVARRO (anacanavarroster@gmail.com)

Doutorada em Relações Internacionais. Investigadora doutorada da Universidade Lusófona do Porto.

Publicações recentes: "Os novos media no universo político: sociedade civil e participação política". *International Journal of Marketing, Communication and New Media. Online*. Vol. 1, n.º 1, 2013, p. 5-27. Disponível em: <http://u3isjournal.isvoug.pt/index.php/ijmcmn>; "Os novos media nas campanhas presidenciais: o caso português". *Anais do I Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana*. S. Paulo, 2011. Disponível em: <http://confibercom.org/anais2011/pdf/20.pdf>.

Paula Pinto COSTA (ppinto@letras.up.pt)

Professora associada com agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora do CEPESE.

Publicações recentes: "Formas e dinâmicas de apropriação do espaço nas coroas ibéricas da época moderna" in FONSECA, Luís Adão da (coord.) – *Entre Portugal e a Galiza. Um olhar peninsular sobre uma região histórica*. Porto: CEPESE e Fronteira do Caos, 2014, p. 99-111 (em colaboração); "Locais de peregrinação e de memória" in FONSECA, Luís Adão da (coord.) – *Entre Portugal e a Galiza. Um olhar peninsular sobre uma região histórica*. Porto: CEPESE e Fronteira do Caos, 2014, p. 350-356 (em colaboração); "A historiografia" in FONSECA, Luís Adão da (coord.) – *Entre Portugal e a Galiza. Um olhar peninsular sobre uma região histórica*. Porto: CEPESE e Fronteira do Caos, 2014, p. 413-423 (em colaboração); "Relações entre a cabeça da Ordem e as Comendas. A Ordem do Hospital" in FONSECA, Luís Adão da (coord.) – *Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional. Noudar e Vera Cruz de Marmelar, Coleção Militarium Ordinum Analecta*, n.º 17, Porto: CEPESE e Fronteira do Caos, 2013, p. 37-46 (em colaboração).

Lúcia ROSAS (lrosas@letras.up.pt)

Doutorada em História da Arte. Professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora do CEPESE.

Publicações recentes: "A lição dos Mosteiros nas margens do rio Minho" in FONSECA, Luís Adão da (coord.) – *Entre Portugal e a Galiza (sécs. XI a XVII). Um olhar peninsular sobre uma região histórica*. Porto: CEPESE e Fronteira do Caos, 2014, p. 279-281; "A Arte Manuelina e a definição de um *Estilo Nacional*" in FONSECA, Luís Adão da (coord.) – *Entre Portugal e a Galiza (sécs. XI a XVII). Um olhar peninsular sobre uma região histórica*. Porto: CEPESE e Fronteira do Caos, 2014, p. 368-371; "Locais de peregrinação e de memória" in FONSECA, Luís Adão da (coord.) – *Entre Portugal e a Galiza. Um olhar peninsular sobre uma região histórica*.

Porto: CEPESE e Fronteira do Caos, 2014, p. 350-356 (em colaboração); "Património artístico" in FONSECA, Luís Adão da (coord.) – *Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional. Noudar e Vera Cruz de Marmelar*. Coleção *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 17. Porto: CEPESE e Fronteira do Caos, 2013, p. 291-300 e 309-318.

Duarte GONÇALVES (duarte.goncalves@live.com.pt)

Doutorando em Filosofia, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Investigador do IFL – Instituto de Filosofia da Linguagem.

Publicações recentes: "Celui-ci n'est pas Keynes: Uma aproximação oblíqua às ideias de John Maynard Keynes". *WP*. N.º 2011/07, *DINÂMIA'CET*. Disponível em: <http://dinamiacet.iscte-iul.pt/wp-content/uploads/2012/02/DINAMIA_WP_2011-07.pdf>; "O tabelionato e o seu regimento de 1305. Notariado e coroa no Portugal medieval". *Signum: Estudos da Linguagem*. Vol. 12, n.º 2, 2011, p. 139-162. Disponível em: <http://www.revistasignum.com/signum/index.php/revistasignumn11/article/view/64/65>; "O tabelionato no Portugal moderno: uma perspectiva sobre o tabelionato através das Ordenações Filipinas e outras considerações". *Sapiens: História, Património e Arqueologia*. N.º 3/4, dez. 2010, p. 27-39. Disponível em: <http://www.revistasapiens.org/Biblioteca/numero3_4/o_tabelionato_no_portugal_moderno.pdf>.

Agostinho CARDOSO (cardoso.agostinho@gmail.com)

Doutorado em Ciência Política, Cidadania e Relações Internacionais. Docente no Instituto Superior Politécnico Gaya.

Publicações recentes: "A governação municipal e a gestão do relacionamento com o cidadão – o caso português" in *e-Book do I Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana*. S. Paulo, 2011; "Qualidade apercebida e satisfação do munícipe – avaliação nos municípios da AMAVE NUTIII/Ave". *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, vol. 45, n.º 4, 2011; "Qualidade – um compromisso com a inovação e com a melhoria contínua". Suplemento do jornal *Público*, jun. 2012.

Resumos/Abstracts

Resumos

Pedro CANDEIAS

Bárbara FERREIRA

João PEIXOTO

Emigração portuguesa: o que temos vindo a estudar e o que nos falta saber – uma análise bibliométrica entre 1980 e 2013

O presente artigo consiste numa análise bibliométrica da produção científica sobre a emigração portuguesa, publicada no período entre 1980 e 2013. Esta análise é um dos *outputs* iniciais do projeto de investigação REMIGR, cujo objetivo principal é analisar as tendências da emigração mais recente e a sua relação com a sociedade portuguesa. Num contexto de crescentes fluxos de saída a captar as atenções do público e da academia, entende-se ser relevante e útil examinar as principais preocupações científicas dos investigadores que se têm dedicado ao tema da emigração, nas últimas três décadas. Consequentemente, a análise de conteúdo quantitativa realizada procura descrever algumas das características e tendências fundamentais destas publicações, relativamente à sua abordagem temática e delimitação temporal e geográfica, bem como à sua distribuição longitudinal. O facto de alguns temas, períodos ou países de destino serem, enquanto objetos de estudo, mais negligenciados do que outros, carece de uma investigação mais aprofundada.

Palavras-chave: emigração portuguesa; migrações; produção científica; análise bibliométrica; análise de conteúdo

Helder DIOGO

Geodinâmicas contemporâneas na diáspora portuguesa

Ao longo dos séculos, a diáspora lusa tem vivido entre um sentimento de sofrimento e de libertação. Sofrimento pelo abandono do país, dos amigos ou da família, provocado pelas várias convulsões que assolaram a sua história, e libertador por significar uma mudança de vida: a esperança de uma vida melhor.

Os últimos dez anos confirmam um surto do fenómeno emigratório português que nos transporta para o ambiente de sangria populacional vivido nos anos de 1960-1970. Assistimos a uma tendência para a recrudescência de fluxos para países lusófonos e para destinos tradicionais da Europa ocidental, geralmente apoiados por redes comunitárias e ainda por fluxos mais marginais para outros horizontes.

Às primeiras gerações de emigrantes e seus descendentes, integradas socioeconomicamente e culturalmente, tem-se juntado uma nova vaga de emigrantes com perfis socioculturais diferenciados. Surgem dicotomias em termos de relacionamento entre grupos e vagas distintas, bem como problemas de integração. O sucesso da integração das primeiras gerações nos destinos de acolhimento tem moldado as paisagens locais com dinâmicas ao nível da habitação, por vezes com traços da portugalidade, mas também ao nível das atividades étnicas disseminadas nos territórios da diáspora.

No contexto da atual mundialização, os contactos com Portugal passam por práticas transnacionais múltiplas, continuando a destacar-se as de índole financeira.

A mobilidade geográfica na diáspora assume esquemas diversificados desde os vaivéns mais regulares a Portugal, a circulação migratória multipolar, a circulação migratória nos países de acolhimento, os movimentos pendulares transfronteiriços ou ainda a mobilidade virtual (transvirtualismo) facultada pelas novas tecnologias.

Palavras-chave: diáspora; gerações; integração; dinâmicas; mobilidade

José Carlos MARQUES

Pedro GÓIS

Emigração portuguesa contemporânea e o Estado: uma Nação dispersa, um Estado longínquo

Portugal é um país de emigração que, afinal, nunca deixou de ser mesmo quando se tornou um país de imigração. Este artigo mostra que, às diferentes vagas migratórias ao longo dos últimos 30 anos para destinos tradicionais, se juntou o aparecimento de novos destinos migratórios de natureza temporária ou permanente numa dinâmica migratória assinalável. A emigração portuguesa atual está mais dispersa geograficamente e é mais diversa quanto aos perfis dos emigrantes. No que se refere à geometria sistémica das migrações portuguesas, ao longo da última década, a integração no sistema migratório europeu e a intensificação da participação, enquanto país emissor, no designado sistema migratório lusófono sublinhou a semiperiferia de Portugal no sistema migratório mundial.

A análise da forma como o Estado português se procura relacionar com os portugueses não residentes no território nacional permite, no entanto, defender que a maioria das políticas de vinculação adotadas pelo Estado português assentam ainda na imagem da emigração dos anos 60 e inícios dos anos 70 não se tendo adequado a esta evolução sociológica dos emigrantes e à geopolítica dos destinos migratórios.

Palavras-chave: emigração; políticas migratórias; sistema migratório; políticas de vinculação; cidadania externa

Marta SILVA

Yvette SANTOS

Discursos sobre emigração em tempos de crise: uma abordagem comparativa

Este artigo pretende analisar o discurso oficial sobre emigração portuguesa em contexto de crise económica, utilizando como ponto de partida artigos do jornal nacional *Diário de Notícias*, publicados em momentos de emergência de crise a nível internacional, quando os primeiros efeitos se começaram a fazer sentir em Portugal e na emigração portuguesa, e quando esta se tornou um tema central e recorrente de debate. Privilegiar-se-á uma abordagem comparativa, de forma a confrontar três contextos de crise — o *crash* de 1929, o choque petrolífero de 1973 e a crise financeira de 2008. Neste sentido, evidenciar-se-ão as dinâmicas dos discursos, as

problemáticas colocadas, as perspetivas adotadas e as omissões, assim como a(s) rutura(s) e continuidades na abordagem da questão emigratória, tendo em consideração os contextos políticos nacionais em que se inserem os discursos.

Palavras-chave: *Diário de Notícias*; discursos; crise; emigração; Portugal

João Teixeira LOPES

Rute TEIXEIRA

“Geração Europa?”: um estudo sobre jovem emigração qualificada para França

Este estudo resulta da resposta positiva a um desafio lançado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto pela Direção Geral das Comunidades Portuguesas e dos Assuntos Consulares no sentido de se desenvolverem estudos de caso sobre os fenómenos emigratórios na atualidade portuguesa.

Uma das razões da sua centralidade como tema de esfera pública prende-se sem dúvida com o seu cariz cumulativo, estrutural e histórico. Portugal conhece-se e reconhece-se como nação de emigrantes, o que tem reflexos intensos no imaginário coletivo, na mitologia reinante, mas também em representações e práticas sociais concretas.

O desenho metodológico pautou-se, primeiramente, por um inquérito por questionário (aplicado a 113 indivíduos), destinado a jovens e jovens adultos entre os 20 e os 35 anos, com pelo menos uma licenciatura completa, de modo a mapear regularidades sociodemográficas; seguiram-se catorze entrevistas semi-diretivas, com caráter biográfico, onde procuramos conhecer em detalhe o percurso que culminou na decisão de emigrar.

Palavras-chave: emigração; perfis de emigração; emigração qualificada; França; juventude

Maria Ortelinda GONÇALVES

Judite Ferreira COELHO

Michaël PEREIRA

Mulheres portuguesas empreendedoras em Andorra

O presente trabalho refere-se ao empreendedorismo feminino português em Andorra e insere-se no Projeto de Investigação intitulado “Empreendedorismo Emigrante português em Andorra, Londres, Nice e Mônaco”. Apresenta os seguintes objetivos: caracterizar a sociedade onde as mulheres estão a trabalhar; aferir estratégias da sua inclusão social e contribuir para um melhor conhecimento do empreendedorismo feminino fora do país de origem.

Este estudo integra formas e dinâmicas da integração económica, política e social dos emigrantes portugueses em Andorra, cuja ação inovadora importa a Portugal, países de acolhimento e comunidade científica. Foi usado um enfoque quantitativo, utilizando para o efeito um inquérito por questionário para a caracterização sociodemográfica das mulheres e das empresas, usando uma amostra por conveniência de 51 empreendedores.

Palavras-Chave: emigração; mulheres; obstáculos; Andorra; empreendedorismo

Teresa Ferreira RODRIGUES

Susana de Sousa FERREIRA

Portugal e a globalização das migrações. Desafios de segurança

A globalização afeta hoje todos os moldes em que assenta a sociedade de risco na qual vivemos. As atuais migrações são reflexo de uma conjuntura internacional de desequilíbrios e das diferenças socioeconómicas e, por seu turno, a mobilidade da população questiona a segurança dos próprios migrantes, das sociedades e dos Estados.

Historicamente Portugal pode ser definido como um país de emigração, mas desde o início da década de 1990 tornou-se um território atrativo para as migrações internacionais. Na atualidade, encontramos no nosso país uma maior variedade de dinâmicas migratórias, bem como perfis migratórios regionalmente distintos, facto que gera riscos, desafios e oportunidades para o futuro.

Tendo por base o contexto migratório internacional e os desafios à segurança, pretendemos compreender a evolução das dinâmicas migratórias em Portugal; aferir os diferentes perfis migratórios atualmente existentes; e explorar o modo como diferentes perfis e tendências migratórias representam riscos e oportunidades para as próximas décadas.

Palavras-chave: migrações; segurança; globalização; Portugal; perfis migratórios

Ana CANAVARRO

Novos media e novos emigrantes portugueses: uma proposta de reflexão

Com este artigo apresentam-se contributos sobre o papel dos novos *media*, no contexto da atual emigração portuguesa. Num mundo globalizado, em que nada é certo e tudo se move, esta vaga de emigração assume particularidades. Propõe-se explorar o estado da arte sobre a utilização de canais digitais, incluindo as redes sociais, pelos jovens adultos emigrados.

As identidades lusófonas encontram-se em rede, comunicando entre si os sujeitos, em qualquer lugar do mundo. Estamos na presença de uma geração inserida numa dinâmica de globalização, que vivencia as relações sociais à distância. Assiste-se à emergência de uma gama de plataformas digitais criadas em função destas vagas de emigração e que são uma tendência incontornável.

Será que estes *e-canaís*, palco de comunidades imaginárias, transformam as redes migratórias? De que forma o fazem? E que plataformas são estas, quais os conteúdos e níveis de adesão? Reforçar-se-á o sentimento de identidade de um povo, à distância de um clique?

Palavras-chave: novos *media*; redes; nova emigração, portugueses; comunidades

Lúcia ROSAS

Paula Pinto COSTA

Vera Cruz de Marmelar: a intervenção de Afonso Peres Farinha

A criação do senhorio de Portel em 1258 e a associação da Ordem do Hospital ao lugar que hoje é a Vera Cruz permitiram o recentrar do território de Marmelar no seguimento da criação da comenda, na década de setenta do século XIII, em detrimento da sua zona mais periférica junto à fronteira concelhia entre Évora e Beja. A igreja de Vera Cruz, que fazia parte do complexo conventual hospitalário, foi feita de raiz a partir da década de

sessenta do século XIII por iniciativa de frei D. Afonso Peres Farinha com a reutilização de peças visigóticas e/ou moçárabes provenientes do *monasterium* de Marmelar. No século XIV, a relíquia da Vera Cruz e o significado que lhe é atribuído no contexto da batalha do Salado vão justificar a renovada importância da igreja e a fixação do topónimo identificativo da paróquia.

Palavras-chave: Vera Cruz; relíquia; Marmelar; Ordem do Hospital; Afonso Peres Farinha

Duarte GONÇALVES

A Sociedade estabelecida para a subsistência dos Teatros Públicos da Corte – uma “companhia pombalina”

Este breve estudo incide sobre uma sociedade criada por iniciativa de homens de negócio, tendo como objetivo o financiamento e direção dos teatros públicos de Lisboa – teatros da Rua dos Condes, do Bairro Alto, da Graça e do Salitre. Procura-se identificar os acionistas desta sociedade, as suas motivações e os vários impactos da referida sociedade, que vigorou entre 1771 e 1775, reconhecendo-a como uma instituição “pombalina”.

A ligação do futuro Marquês de Pombal a algumas famílias de comerciantes de grosso trato é um fator relevante, bem como a aspiração destes homens de negócio, acionistas de “companhias pombalinas”, a uma projeção social condicente com o seu estatuto económico, sendo decisivo o alargamento a este espaço de sociabilidade.

Em termos de impacto artístico, o período sob análise correspondeu a um momento de intensa produção operática lisboeta protagonizado por estes mesmos teatros públicos, não obstante o possível fracasso financeiro que terá ditado o término do projeto.

Palavras-chave: Sociedade; teatro; Lisboa; Marquês do Pombal; homens de negócio

Agostinho CARDOSO

Da subsidiariedade da governação à importância do municipalismo em Portugal

Portugal vive momentos complicados no plano nacional, regional e local. É facto inédito? Obviamente que não. Ao longo da nossa história, encontramos facilmente exemplos de períodos conturbados e de sucessos; de crise e ascensão; de derrotas e glórias; de mitos e realismo. Há um elemento que se tem constituído como fator de organização e equilíbrio do país – o municipalismo. De facto, Portugal vingou muito por causa dos concelhos que, legitimados pelas cartas de foral, cultivaram o sentimento de pertença e de identidade à escala local. Por isso, não raras vezes, se afirma que o poder local é a escola da democracia em Portugal.

Palavras-chave: município; governação; participação; transparência; prestação de contas

Abstracts

Pedro CANDEIAS

Bárbara FERREIRA

João PEIXOTO

Portuguese Emigration: what has been studied and what remains to be known – a bibliometric analysis from 1980 to 2013

This paper consists of a bibliometric analysis of scientific production focusing on the topic of Portuguese emigration, from 1980 to 2013. This analysis is one of the initial outputs of the research project REMIGR, which aims to examine the recent trends of emigration and its relation to the Portuguese society. In a context of rising emigration flows capturing public and academic attention, it is relevant and useful to examine the major scientific concerns of researchers dedicated to the study of emigration, over the last three decades. The content analysis seeks to describe some of the characteristics and trends of the available publications, in respect to their thematic approach and temporal and geographical delimitation, as well as to their longitudinal distribution. The fact that certain themes, periods or recipient countries have not been as thoroughly researched as others, requires further investigation.

Keywords: Portuguese emigration; migrations; scientific production; bibliometrics; content analysis

Helder DIOGO

Contemporary geodynamics in the Portuguese diaspora

Through the centuries, the Portuguese diaspora has lived between a feeling of suffering and freedom, the former for the abandonment of the country, friends and family, caused by the many convulsions that have devastated the country through history, and the latter meaning that there is a life change, a hope for a better living.

The last ten years have confirmed a surge of the Portuguese migratory phenomenon that takes us to the population cupping environment lived between 1960 and 1970. We are observing a tendency to a recrudescence of flows for Lusophone countries and for western European traditional destinations, usually supported by communitarian networks and also for more marginal flows to other horizons.

To the first generations of emigrants and their descendants, culturally and socioeconomically integrated, a new wave of emigrants with diverse sociocultural profiles has joined. Dichotomies have arisen in terms of the rela-

tionship between groups and distinct waves, as well as integration problems. The success of the integration of the first generations in the host destinations has moulded the local landscapes with dynamics at the level of housing, sometimes with Lusophone traits, but also at the level of the ethnic activities scattered in the diaspora territories.

In the context of the current globalization, the contacts with Portugal include multiple transnational practices, with relevance for those of a financial nature.

The geographic mobility in the diaspora takes the form of diversified schemes, from the more regular going to/coming from Portugal, the multipolar migratory circulation, the migratory circulation in the host countries, to the border commuting, as well as the virtual mobility (transvirtualism) made possible by the new technologies.

Keywords: diaspora; generations; integration; dynamics; mobility

José Carlos MARQUES

Pedro GÓIS

Contemporary Portuguese emigration and the State: a scattered Nation, a faraway State

Portugal never stopped being a country of emigration, even when it became a country of immigration. This article shows that over the past 30 years the different migration flows to traditional destinations were complemented with the emergence of new migratory destinations of temporary or permanent nature thus showing a remarkable migratory dynamic. The contemporary Portuguese emigration is geographically more dispersed and is more diverse as the profiles of emigrants. With regard to the systemic geometry of Portuguese migration over the last decade, the integration into the European migratory system and the increased participation as a country of origin in the so named Lusophone migration system highlighted the semi-periphery of Portugal in the global migration system. The analysis of the forms that the Portuguese State uses to connect with non-resident Portuguese citizens allows to argue that most of the engagement policies adopted by the Portuguese State are still based on a image of emigration of the '60s and early '70s and that, therefore, it had not adequate to the sociological evolution of the emigrants and the geopolitics of migration destinations.

Keywords: emigration; migration politics; migration system; engagement politics; external citizenship

Marta SILVA

Yvette SANTOS

Discourses on migration in times of crisis: a comparative approach

This article aims to study the official discourses about Portuguese emigration in a context of economic crisis, analysing the articles published by the Portuguese newspaper *Diário de Notícias*, published in times of international crisis, when the first effects began to be felt in Portugal and in the Portuguese emigration, and when emigration became a central and recurring subject of debate. We want to give privilege to a comparative perspective, in order to confront three moments of crisis – the 1929's crash, the oil shock of 1973 and the 2008's financial crisis. Therefore, we want to show the dynamics of the discourses, the issues raised, the perspectives adopted and the omissions. On the other hand, we want to identify the ruptures and continuities in the discourses, considering the national political context where the discourses are inserted.

Keywords: *Diário de Notícias*; discourses; crisis; migration; Portugal

João Teixeira LOPES

Rute TEIXEIRA

“Generation Europe?” A study on the young qualified emigrants for France

This study results from the positive response to a challenge to the Arts Faculty of Oporto University by the Portuguese Communities and General Directorate of Consular Affairs in order to develop case studies on emigration phenomena at the present time. One of the reasons for its centrality as the theme of the public sphere is no doubt related with its cumulative nature, historical and structural. Portugal is known and acknowledged as a nation of immigrants, which has intense reflections in the collective imagination, the reigning mythology, but also in concrete social representations and practices. The methodological design was based in a survey (applied to 113 individuals), aimed at youths and young adults between 20 and 35 years old, with at least one full degree, in order to map socio-demographic patterns and fourteen semi-directive interviews, of biographical nature, where we seek to know in detail the pathways that culminated in the decision to emigrate.

Keywords: emigration; profiles of emigration; skilled emigration; France; youth

Maria Ortelinda GONÇALVES

Judite Ferreira COELHO

Michaël PEREIRA

Portuguese women entrepreneurs in Andorra

The present work refers to portuguese women's entrepreneurship in Andorra and is part of the research project entitled “Portuguese Emigrant Entrepreneurship in Andorra, London, Nice and Monaco”, with the following objectives: to characterize the society where these women are working; to assess strategies for their social inclusion; and to contribute for a better understanding of female entrepreneurship outside the country of origin.

This study integrates forms and dynamics of economic, political and social integration of Portuguese migrant women in Andorra, whose innovative action matters both to Portugal, to the host countries and to the scientific community. A quantitative approach was adopted, using for this purpose a questionnaire on the socio-demographic characteristics of women and enterprises, based on a convenience sample of 51 entrepreneurs.

Keywords: emigration; women; obstacles; Andorra; entrepreneurship

Teresa Ferreira RODRIGUES

Susana de Sousa FERREIRA

Portugal and the globalization of migrations. Security challenges

Nowadays globalization affects all molds upon which rests the risk society in which we live. Current migrations reflect this conjuncture of international imbalances and socio-economic differences. Nonetheless, the mobility of populations questions the security of migrants themselves, of societies and states.

Until recently, Portugal was mainly a country of emigration. However, since the beginning of the 1990s the country became attractive to international migrations. Today, we have different migratory dynamics and migratory profiles. This creates risks, challenges and opportunities for the future.

Based on international migrations and security challenges, we aim to understand the evolution of migratory

dynamics in Portugal; assess the different migratory profiles; and explore how different profiles and migratory trends represent risks and opportunities for the future.

Keywords: migrations; security; globalization; Portugal; migratory profiles

Ana CANAVARRO

New media and new portuguese emigrants: a reflection

With this article we present contributions on the role of new media, in the context of new portuguese emigration. In a globalized world, where nothing is certain and everything moves, this new wave of emigration has different characteristics. It is proposed to exploit the existing state of the art about digital channels, including social networks, used by young adult emigrants. Lusophone identities are networked, communicating from anywhere in the world. We are in the presence of a generation inserted in a dynamic of globalization, which experiences social distance relationships. We are witnessing the emergence of a range of digital platforms, created to reflect these new surges of emigration.

Do these *e-channels*, scene of imagined communities transform the migratory networks? How? And what are these emerging platforms, their contents and levels of membership? In this way, will the sense of identity of a people be strengthened by the distance of a click?

Keywords: new media; networks; new emigration; Portuguese emigrants; communities

Lúcia ROSAS

Paula Pinto COSTA

Vera Cruz de Marmelar: the intervention by Afonso Peres Farinha

The creation of Portel Lordship in 1258 and the association of Saint John's Order to the place which is now Vera Cruz allowed the refocusing of the territory of Marmelar following the creation of this commendary, in the seventies of the thirteenth century, in disadvantage of its more peripheral zone along the boundary between Évora and Beja. The church of Vera Cruz, which was part of the convent complex of Saint John, was built in the sixties of the thirteenth century on the initiative of D. Afonso Peres Farinha by reusing some Visigothic and/or Mozarabic stones from the *monasterium* of Marmelar. In the fourteenth century, the relic of the True Cross and the meaning ascribed to it in the context of the Battle of Salado will justify the renewed importance of this church and the setting of the toponym with the aim of the identification of the parish.

Keywords: Vera Cruz; relic; Marmelar; Saint John's Order; Afonso Peres Farinha

Duarte GONÇALVES***The Company established for the subsistence of public theaters of the Court – a “Pombaline company”***

This paper focuses on a company, created by initiative of business men, with the purpose of financing and managing the public theaters in Lisbon – theatres of Rua dos Condes, of Bairro Alto, of Graça and of Salitre. It identifies the shareholders of this company, their motivations and the different impacts of the company, which operated between 1771 and 1775, recognizing it as a “pombaline” institution.

The connection of the future Marquis of Pombal to some merchant families is an important factor, as well as the aspiration of these businessmen, shareholders in the “pombaline companies”, to social projection that corresponded with their economic status, to this decisive enlargement of this space of sociability.

In terms of artistic impact, the period under consideration corresponds to an intense moment of operatic production in Lisbon, led by these same public theatres, notwithstanding the possible financial failure that seems to have dictated the end of the project.

Keywords: company; theatre; Lisbon; Marquis of Pombal; business men

Agostinho CARDOSO***Of subsidiarity in governance to the importance of municipalism in Portugal***

Portugal lives difficult moments at national, regional and local levels. Is the fact new? Obviously not. Throughout our history, we easily find examples of troubled times and also of successes; of crisis and rising; of glories and defeats; of myths and realism. There is one element that has consistently contributed to the organization and balance of the country – the municipalism. In fact, Portugal's development has much due to municipalities, which, legitimized by royal charters, nurtured a sense of belonging and identity at the local level. Therefore, is often stated that local power is the school of democracy in Portugal.

Keywords: municipality; governance; participation; transparency; accountability

Notícias

Seminários e Conferências

12.º curso sobre Ordens Militares – Homens de oração e homens de ação: Mestres e Freires

(Palmela, 20 e 21 de abril de 2013)

Dando continuidade à tradição de estudos sobre as Ordens Religioso-Militares, o 12.º curso, organizado pelo CEPESE em conjunto com a Câmara Municipal de Palmela e a FLUP, teve como objetivo principal reunir num encontro científico especialistas das áreas da História e da Literatura sobre as Ordens Religioso-Militares. Enquadrando-se nas mais recentes orientações historiográficas, este curso, dedicado à reflexão sobre certas dinâmicas sociológicas presentes no seio das Ordens Militares, versou sobre os homens de oração e os homens de ação, dando cumprimento a uma das questões mais significativas no atual estado do conhecimento, refletindo sobre a articulação entre estas instituições e a nobreza portuguesa.

Carmen Annual Meeting

(Porto, 13 a 15 de setembro de 2013)

A reunião anual da Network Carmen foi organizada pelo CEPESE e realizada na Fundação Eng. António de Almeida. Subordinada ao tema “Impact in the Humanities”, contou com 65 participantes, oriundos de diversos países europeus, e com um *Market Place* em que estiveram representadas 17 instituições relacionadas com o estudo da Idade Média. Neste evento, foram abordadas questões como o estado da arte na investigação medieval em Portugal, a definição e avaliação do impacto nas Humanidades, o uso de índices de citação para avaliar o impacto de livros e editoras académicas e as relações científicas luso-brasileiras.

O Porto como Destino Turístico: Turismo de Cidades

(Porto, 26 a 28 de setembro de 2013)

A cidade do Porto é cada vez mais um destino turístico consolidado, com um potencial baseado na sua riqueza cultural e patrimonial. O aumento significativo do número de turistas tem vindo a contribuir para o desenvolvimento e renovação da cidade e toda a região do Porto e Norte de Portugal. Este Seminário Internacional, inscrito num projeto de investigação do CEPESE sobre esta temática, pretendeu constituir-se como um fórum para a discussão e partilha de modelos de desenvolvimento e fortalecimento do turismo nas cidades, abarcando temas como o Turismo Sustentável; Mercados, Inovação e Empreendedorismo; Turismo e Desenvolvimento Regional; Turismo Académico; Turismo e Eventos; Turismo de Negócios; *Branding* de Cidades; Turismo e Património Cultural; Enogastronomia e Turismo; Crescimento e Desenvolvimento Económico.

Triângulo Atlântico – Encontro Internacional

(Porto, 11 de outubro de 2013)

Este Encontro Internacional, que decorreu no Palacete Burmester (Sala CEPESE), reuniu dois especialistas em Relações Internacionais e no relacionamento entre Brasil e Portugal, nomeadamente o adido de Defesa e Naval do Brasil em Portugal e o presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul, que abordaram temas como o Planeamento Estratégico Militar; a Estratégia Nacional de Defesa; a Política Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional; a importância de Portugal no Atlântico Sul, seguindo-se uma mesa-redonda presidida pelo cônsul geral do Brasil no Porto.

Portugal-Brasil: Pontes sobre o Atlântico

(Rio de Janeiro, 11 a 14 de novembro de 2013)

A IX edição do ciclo de Seminários Internacionais sobre Emigração Portuguesa para o Brasil, que o CEPESE organiza anualmente desde 2004, foi subordinada ao tema “Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico”. O evento decorreu na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, reunindo, além de investigadores do CEPESE, mais de quatro dezenas de especialistas brasileiros, portugueses e argentinos, agrupados nos seguintes painéis temáticos: deslocamentos transatlânticos; processos e paradigmas; processos migratórios: novas abordagens; emigração: processos e discursos; portugueses(as) no Brasil: acolhimento e associativismo; imigração: identidade, cultura e cidadania; a presença portuguesa no Rio de Janeiro, Amazônia, São Paulo, Santos e no Paraná; Portugal-Brasil: imigração, família e género; Portugal-Brasil: trajetórias, narrativas e cultura; REMESSAS: pontes múltiplas sobre o Atlântico.

Oporto ECHIC Conference 2014

(Porto, 3 a 5 de março de 2014)

O CEPESE organizou, no Círculo Universitário do Porto, o *Oporto ECHIC Conference 2014*, de que o nosso Centro é membro fundador. Criado oficialmente em fevereiro de 2011, o *European Consortium for Humanities Institutes & Centres* integra numerosos centros de investigação europeus, e tem, entre outros objetivos, dialogar com a *European Science Foundation*, a União Europeia e outros organismos financiadores e decisores políticos, sobre a necessidade da investigação em Humanidades, estando em condições de falar em nome das Humanidades e de desenvolver uma linguagem a favor da promoção dos Institutos de Humanidades nas universidades europeias de hoje. Este Seminário reuniu diversos especialistas europeus que durante três dias discutiram questões como a articulação entre as Humanidades e o mundo empresarial, as Humanidades Ambientais e as Humanidades Europeias no Mundo Globalizado.

A Imprensa de Língua Portuguesa no Mundo

(Porto, 18 e 19 de março de 2014)

O CEPESE, em colaboração com a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, organizou, na Fundação Manuel António da Mota, um Seminário Internacional sobre a Imprensa de Língua Portuguesa no Mundo. Contando com a presença de mais de duas dezenas de representantes de órgãos de comunicação (imprensa escrita, rádio e televisão) de língua portuguesa espalhados pelo mundo, do Canadá a Macau, passando pela América do Sul, África e Europa, foi debatido, ao longo do evento, o papel da imprensa lusófona enquanto veículo de informação, cultura e identidade, os desafios que esta enfrenta no presente e as perspetivas quanto à sua evolução futura.

Os Governos Cívicos de Portugal e a Estruturação Político-Administrativa do Estado no Ocidente

(Porto, 3 de junho de 2014)

Este Seminário Internacional, realizado na Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, inscreveu-se no Projeto de Investigação “Os Governos Cívicos de Portugal. História, Memória e Cidadania”, que o CEPESE se encontra a desenvolver, e teve como principais objetivos apresentar a evolução da organização administrativa do território português desde a criação dos Governos Cívicos, em 1835; estabelecer uma análise comparativa entre a realidade portuguesa e a de outros países ocidentais nos séculos XIX e XX; chamar a atenção para a importância das fontes documentais dos Governos Cívicos de Portugal para o conhecimento da História do Portugal Contemporâneo; apresentar a metodologia e técnicas utilizadas no tratamento e inventariação dos fundos documentais dos Governos Cívicos de Portugal, no contexto do referido Projeto.

International Seminar on Ageing and Health

(Lisboa, 14 de julho de 2014)

Organizado pelo CEPESE em parceria com o Instituto de Higiene e Medicinal Tropical (UNL), este Seminário Internacional teve como principal objetivo apresentar os resultados do Projeto “Envelhecimento e Saúde em Portugal, Políticas e Práticas”, desenvolvido por uma equipa de investigadores do CEPESE, sob a coordenação da professora Teresa Rodrigues, e comparar a perspetiva portuguesa com a de outros países da União Europeia. Procurou-se, assim, abordar questões do âmbito da demografia e da saúde subjacentes ao processo de envelhecimento, esperando desta forma abrir um debate público sobre as principais implicações dos resultados alcançados nas políticas de saúde em Portugal, nomeadamente a nível regional.

Publicações

ARRUDA, J. Jobson Andrade; FERLINI, Vera Lucia Amaral; MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUSA, Fernando de (orgs.) – *De Colonos a Imigrantes. I(E)migração portuguesa para o Brasil*. Porto / São Paulo: CEPESE / Alameda, 2013.

Este livro reúne quarenta trabalhos de investigadores portugueses, brasileiros e espanhóis, entre os quais uma dezena de investigadores do CEPESE que, em 2011, se reuniram na Universidade de São Paulo, no âmbito de mais uma edição do ciclo de Seminários sobre Emigração Portuguesa para o Brasil, para discutir questões que envolvem esta problemática singular da historiografia luso-brasileira. Estes trabalhos agrupam-se em torno das seguintes grandes áreas: Questões Conceituais; Identidades; Fontes e Abordagens; Trajetórias; Aportes Culturais; Grande Imigração; Fluxos de Riqueza; Contextos Regionais.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (coord.) – *Os Franciscanos no Mundo Português III. O Legado Franciscano*. Porto: CEPESE, 2013 (e-book disponível no portal www.cepesepublicacoes.pt).

Esta obra resulta da compilação dos estudos apresentados durante o VI Seminário Luso-Brasileiro, realizado em Ponte de Lima, de 4 a 6 de outubro de 2012. Graças a este trabalho, que reuniu investigadores de Portugal, Brasil, Espanha e Argentina, foi demonstrada a importância que os franciscanos, religiosos e leigos, tiveram ao longo dos tempos nas suas diversas valências – espiritual, assistencial e artística – contribuindo de forma significativa para a afirmação da mensagem cristã no mundo onde foi marcante a presença portuguesa. A visão polifacetada do mundo ibero-americano trouxe ao conhecimento público uma reflexão coletiva que, pela sua diversidade, aponta novas perspetivas para o estudo da espiritualidade franciscana e da arte produzida sob a sua égide.

FONSECA, Luís Adão da; PIMENTA, Maria Cristina; LENCART, Joana – *A Comenda de Noudar. Corpus Documental (1248-1554)*. Coleção *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 14. Porto: CEPESE, 2013 (e-book disponível em <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/militarium-ordinum-analecta-n-o-14>)

Este volume é resultado do projeto PTDC/HIS-HIS/102956/2008, aprovado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia em 2009. Foi desenvolvido entre 2010 e 2013, no âmbito das atividades do Grupo de Investigação de Estudos Medievais e do Renascimento do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE) da Universidade do Porto, e tem como objetivo desenvolver um estudo monográfico de duas comendas das Ordens Militares no Sul de Portugal (Noudar e Marmelar, a primeira da Ordem de Avis e a segunda da Ordem do Hospital), tendo em conta a sua contextualização, nomeadamente no âmbito peninsular. Este volume reúne as fontes que foi possível coligir relativas à comenda de Noudar da Ordem de Avis, desde 1248 até 1554.

FONSECA, Luís Adão da; PIMENTA, Maria Cristina; LENCART, Joana – *A comenda de Noudar. O Tombo de 1606-1607*. Coleção *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 15. Porto: CEPESE, 2013 (e-book disponível em <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/militarium-ordinum-analecta-n-o-15>).

Este volume é resultado do projeto PTDC/HIS-HIS/102956/2008, aprovado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia em 2009. Foi desenvolvido entre 2010 e 2013, no âmbito das atividades do Grupo de Investigação de Estudos Medievais e do Renascimento do CEPESE, e tem como objetivo desenvolver um estudo monográfico de duas comendas das Ordens Militares no Sul de Portugal (Noudar e Marmelar, a primeira da Ordem de Avis e a segunda da Ordem do Hospital), tendo em conta a sua contextualização, nomeadamente no âmbito peninsular. Este volume transcreve um inventário da dimensão patrimonial de Noudar, de 1606-1607, mandado elaborar por provisão régia de D. Filipe II a pedido de D. Fernando de Noronha, Conde de Linhares e Comendador de Noudar.

FONSECA, Luís Adão da; COSTA, Paula Pinto; LENCART, Joana – *A Comenda de Vera Cruz de Marmelar. Corpus documental (1258-1640)*. Coleção *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 16. Porto: CEPESE, 2013 (e-book disponível em <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/militarium-ordinum-analecta-n-o-16>).

Este volume é resultado do projeto PTDC/HIS-HIS/102956/2008, aprovado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia em 2009. Foi desenvolvido entre 2010 e 2013, no âmbito das atividades do Grupo de Investigação de Estudos Medievais e do Renascimento do CEPESE, e tem como objetivo desenvolver um estudo monográfico de duas comendas das Ordens Militares no Sul de Portugal (Noudar e Marmelar, a primeira da Ordem de Avis e a segunda da Ordem do Hospital), tendo em conta a sua contextualização, nomeadamente no âmbito peninsular. Este volume reúne as fontes que foi possível coligir relativas à comenda hospitalária de Vera Cruz de Marmelar, desde meados do século XIII até 1640.

FONSECA, Luís Adão da (coord.) – *Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional. Coleção *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 17. Porto: CEPESE, 2013 (e-book disponível em <http://www.cepese-publicacoes.pt/portal/pt/obras/militarium-ordinum-analecta-n-o-17>).*

Estudo monográfico de duas comendas das Ordens Militares no Sul de Portugal (Noudar e Vera Cruz de Marmelar, a primeira da Ordem de Avis e a segunda da Ordem do Hospital), a presente obra, fruto da colaboração de vários autores, procura estudar o funcionamento das referidas comendas nos seus diferentes aspetos, tendo em vista o enquadramento geral dos problemas no contexto da Península Ibérica. Depois de uma breve introdução onde são explicitadas as questões mais importantes e a metodologia adotada na investigação, o texto divide-se em três partes, sendo a primeira de caráter geral, procurando explicar o conceito de Comenda na Idade Média e a função das comendas na Época Moderna, e as restantes dedicadas a cada uma das comendas, abordando matérias como a sua origem e evolução histórica, implantação patrimonial, jurisdicional e social, aspetos devocionais e património artístico.

FONSECA, Luís Adão da (coord.) – *Entre Portugal e a Galiza (Sécs. XI a XVII). Um olhar peninsular sobre uma região histórica. Porto: CEPESE / Fronteira do Caos, 2014.*

Esta obra, debruçando-se materialmente sobre a história portuguesa, é, no entanto, formalmente uma obra sobre transferências culturais. Não sendo, portanto, uma História de Portugal, integrou-se num projeto transnacional que pretendeu analisar e comparar as regiões históricas da Europa. O grupo português – ciente de que Portugal tinha tido origem numa região muito antiga da Península Ibérica, cujas raízes remontavam à época romana, e que no século XII tinha iniciado um processo de afirmação autónoma – orientou uma parte significativa dos seus trabalhos para o estudo das relações entre transferências culturais e as historiografias nacionais, portuguesa e espanhola, tanto na sua vertente galega como castelhana.

GÓIS, Damião de – *Livro de Linhagens de Portugal. Edição crítica de António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos. Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 2014.*

O estudo e edição crítica do *Livro das Linhagens de Portugal*, da autoria de Damião de Góis, teve como objetivo dar continuidade a um conjunto de trabalhos de publicação e edição de alguns livros de linhagens que incidiram particularmente em épocas como a Alta Idade Média até meados do século XIV, e, por outro lado, colmatar uma lacuna no estudo destas fontes linhagísticas para o período que vulgarmente denominamos de Baixa Idade Média e Renascimento – finais do século XIV até ao último quartel do século XVI.

O texto que aqui se publica é o resultado de um levantamento e estudo das diferentes cópias do original perdido, após a morte de Diogo de Castilho Coutinho, guarda-mor da Torre do Tombo entre 1612 e 1632. Representa, provavelmente, uma das mais importantes fontes genealógicas para o conhecimento das principais linhagens da nobreza portuguesa no período em referência.

OLIVEIRA, Paulo – *Portugal e os seus Imigrantes. Perfis Socioeconómicos no início do séc. XXI. Porto: CEPESE, 2013 (e-book disponível no portal www.cepese-publicacoes.pt).*

Pretendeu-se com este estudo construir um perfil socioeconómico do cidadão estrangeiro, em idade ativa, que anualmente e no somatório dos anos em análise, 2000-2006, solicitou estatuto legal de residente em Portugal. Para o efeito, utilizou-se um conjunto de variáveis sociodemográficas e económicas, de forma a responder a questões como: quem é o imigrante, qual foi o motivo da sua entrada em Portugal, que nível de ensino possuía, qual a sua profissão, que ramo de atividade exercia, se por conta própria ou por conta de outrem, e como se distribuía, profissional e geograficamente, com base numa amostra constituída pelas vinte nacionalidades que tiveram um maior número de concessões de residência.

SOUSA, Fernando de (coord.) – *Bragança na Época Contemporânea (1820-2012). Porto / Bragança: CEPESE / Câmara Municipal de Bragança, 2013.*

Este trabalho aborda a cidade e o concelho de Bragança nos seus múltiplos e variados aspetos, ao longo de dois volumes. Aqui se incluem temas como a paisagem rural de Bragança; a evolução administrativa do concelho e a organização do seu poder municipal; as estruturas e comportamentos demográficos da sua população; as estruturas económicas e a sua lenta transformação; a sociedade e os quotidianos da cidade, incluindo a presença militar, o clero e a Igreja; a educação, a cultura e a imprensa local; os principais acontecimentos políticos que ali tiveram lugar desde a Revolução Liberal de 1820 e seus protagonistas; as grandes transformações do espaço urbano nos últimos dois séculos; as relações de Bragança com Espanha; e os desafios de Bragança na transição e início de milénio.

SOUSA, Fernando de (coord.) – *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2013)*. Porto: CEPESSE, 2013.

Em 2009, o CEPESSE publicou *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)*, onde, de forma exaustiva, em dois volumes, se traçou o perfil biográfico daqueles que dirigiram o município do Porto nos séculos XIX e XX. Impondo-se a sua reedição, entendeu-se proceder a uma refundação da obra, retirando alguns capítulos do estudo introdutório, reduzindo a dimensão das biografias daqueles que efemeramente assumiram tais funções e aprofundando as que dizem respeito aos Presidentes que mais tempo se mantiveram à frente do Município, e, finalmente, aproveitando a oportunidade para corrigir algumas imprecisões e colmatar lacunas detetadas na versão original.

SOUSA, Fernando; MENDES, Pedro (coord.) – *Dicionário de Relações Internacionais*, 3.ª ed. Porto: CEPESSE / Edições Afrontamento, 2014.

A terceira edição do *Dicionário de Relações Internacionais*, sujeito a uma rigorosa revisão e substancialmente aumentado, destina-se, antes de tudo, a servir de instrumento de base para os alunos universitários de Relações Internacionais, o que não impede que seja também uma obra de consulta para todos aqueles que se preocupam com as Relações Internacionais Contemporâneas, com a Política Internacional, com a Globalização, com as profundas transformações/ruturas da viragem do século XX para o século XXI, enfim, para todos aqueles que procuram compreender a realidade internacional e as grandes tendências do mundo em que vivemos.

Protocolos

Universidade de Évora

O CEPESSE celebrou, em janeiro de 2014, um protocolo de cooperação com a Universidade de Évora, visando a promoção da participação de professores e investigadores em projetos de responsabilidade conjunta que se venham a realizar; a incorporação de colaboradores na constituição de grupos de trabalho, favorecendo a colaboração mútua nesta matéria; a prossecução de trabalhos de investigação conjuntos; e a realização de atividades culturais ou sociais de interesse para as duas partes.

Provas académicas de associados do CEPESSE

Maria Cecília Baptista Nunes Rodrigues e Sousa Reis – *O Porto e o comércio na segunda metade do século XVIII. A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e os negócios do vinho*.

Tese de doutoramento no ramo de conhecimento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 2 de maio de 2014, orientada pela professora Maria da Conceição Meireles Pereira.

Outras Notícias

Semana da Ciência e da Tecnologia 2013

Entre os dias 18 e 23 de novembro de 2013, no âmbito da Semana da Ciência e da Tecnologia, uma iniciativa do Programa Ciência Viva promovida pela Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, o CEPESSE acolheu pequenos grupos de alunos universitários, numa ação que visou dar a conhecer a atividade desenvolvida por um centro de investigação em ciências sociais e humanas e sensibilizar os jovens para a investigação. Além das sessões de apresentação do CEPESSE, foram oferecidas a todos os alunos publicações editadas por este Centro.

Programa de Estágios Profissionais

Ao abrigo do Programa de Estágios Profissionais do Instituto do Emprego e Formação Profissional, e a exemplo do que tem sido feito nos últimos anos, o CEPESE acolheu, nos últimos meses, cinco bolsas de estágio profissional, para os jovens licenciados Ana Simões, José Fidalgo, Sara Rocha e Sérgio Pinto, da área de Arquivo e Documentação, e Daniela Nogueira, licenciada em Relações Internacionais. Refira-se que este programa tem-se revelado um sucesso no que diz respeito à criação de emprego científico no CEPESE, que conta nos seus quadros, ao presente, com três colaboradores permanentes recrutados através desta iniciativa.

Acolhimento de Investigadores Estrangeiros

O CEPESE acolheu, durante os meses de abril, maio e junho de 2014, o investigador brasileiro Marcos Silva, professor adjunto no Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, cujo estudo se debruçou sobre a correlação histórica entre as características cabalísticas da cultura sefardita ancestral e a Religião Oryamita criada por Artur Carlos de Barros Basto, principal impulsionador do “movimento de retorno” dos criptojudéus do norte de Portugal e criador da comunidade judaica do Porto, tendo por base o conceito de continuidade histórica para fundamentar a hipótese de que a Religião Oryamita seria uma espécie de herança histórica do cabalismo ancestral dos criptojudéus da era moderna.

Base de dados Gavetas da Torre do Tombo. Documentos sobre Ordens Militares

No quadro do projeto de investigação *Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional*, apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, entendeu-se ser útil a disponibilização dos documentos sobre Ordens Militares existentes no fundo das Gavetas da Torre do Tombo, uma vez que a sua temática diversificada permite enquadrar o referido projeto no seu âmbito. Assim, organizou-se uma base de dados, onde se incluem 742 documentos deste fundo, maioritariamente relativos às Ordens de Avis, Santiago, Hospital e Cristo. Esta base pode ser consultada em www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/bases-de-dados.

População e Sociedade – Objetivos e Perfil

A revista *População e Sociedade*, editada pelo CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, em cujo *site* todos os volumes estão disponíveis online (<http://cepese.up.pt>), publica-se desde 1995 e observa uma periodicidade anual.

População e Sociedade é uma revista de História e Ciências Sociais afins, assumindo como objetivo principal a publicação de textos inéditos, de nível académico, nacionais e estrangeiros, em cinco línguas (português, inglês, espanhol, francês e italiano). Ainda, e em consonância com os propósitos da missão científica do CEPESE e sua Unidade de I&D, esta revista pretende criar um espaço de divulgação e debate relativos à produção dos seus investigadores, bem como das suas atividades e publicações.

Indexada nos sistemas internacionais de avaliação de periódicos científicos (ERIH, LATINDEX), esta revista pratica a arbitragem científica sob regime de anonimato, à qual submete todos os artigos a incluir na *Secção Temática* e na *Varia*, para as quais aceita colaborações nas condições referidas.

Instruções aos autores

- a. A revista *População e Sociedade* aceita artigos inéditos que podem ser apresentados em língua estrangeira (castelhano, inglês, francês e italiano). Os artigos em português devem observar o novo acordo ortográfico. Sendo uma revista com arbitragem científica, a publicação dos trabalhos, após apreciação da sua Direção, está dependente dos pareceres de dois especialistas externos e/ou internos.
- b. Cada artigo deverá ter a dimensão máxima de 60 000 caracteres (espaços incluídos), espaçamento de 1,5, letra Times New Roman corpo 12, margens 2,5 (superior e inferior) e 3 (esquerda e direita), excetuando ilustrações, quadros e gráficos, estes sempre em tons de cinzento.
- c. Os quadros e gráficos devem ser elaborados, a preto e branco, em formato *Microsoft Word* e *Excel*, respetivamente, e não em formato de imagem. Devem ser enviados em ficheiros separados do texto, embora este deva conter a indicação do local da sua inserção.
- d. Os mapas e ilustrações devem ser enviados em formato de imagem (tiff, jpeg, com 300 dpis), em ficheiros separados do texto, embora este deva conter a indicação do local da sua inserção.
- e. Os quadros, gráficos, mapas e figuras devem estar identificados por ordem numérica (exemplos: Gráfico n.º 1; Mapa n.º 3) seguidos de travessão e do título dos mesmos. Por baixo deve ser indicada a fonte em letra corpo 10.
- f. Quando as transcrições são superiores a 3 linhas de texto devem ser apresentadas sob a forma de citação recuada (letra corpo 11), entrada de 3 cm do resto do texto, com uma linha em branco em cima e em baixo.

- g. Cada artigo do *dossier* temático deve ser acompanhado de uma imagem alusiva ao tema do respetivo artigo, em tamanho A4, vertical, a ser publicada a preto e branco, para servir de separador, enviada em formato de imagem (tiff, jpeg, com resolução proporcional à dimensão).
- h. O artigo deverá ser enviado para o endereço electrónico revista@cepese.pt.
- i. Cada artigo deve ser acompanhado do título em inglês, de dois resumos, um na língua original e outro em inglês, entre 800 a 1000 caracteres (espaços incluídos) cada um, 5 palavras-chave (também na língua original e inglês) e identificação do autor (nome, instituição, cargo / categoria, e-mail e publicações recentes).
- j. As notas de rodapé devem ser identificadas por ordem numérica, sem ultrapassar 5 linhas.
- k. As provas tipográficas dos artigos serão enviadas aos autores, sempre que possível, por correio electrónico, para revisão, com fixação de prazo; se este não for cumprido, subentende-se que os autores prescindem dessa revisão.
- l. A cada autor serão oferecidos dois exemplares da revista *População e Sociedade* em que se encontra publicado o seu artigo, cedendo à revista o direito de publicação em suporte papel e on-line.
- m. As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores.
- n. Quaisquer imagens reproduzidas nos artigos são da responsabilidade do autor que deverá assegurar previamente a devida autorização.
- o. Visando-se a uniformidade nos princípios de citação documental e bibliográfica, deverão ser seguidos pelos autores os critérios que se seguem.

Critérios de citação documental e bibliográfica

- a. Nas notas de rodapé, as citações e referências de autores e obras (monografias e artigos de publicações periódicas ou de obras coletivas) deverão referir o apelido do autor, em maiúsculas, o ano de publicação da obra e a página ou páginas a que a citação se reporta. Se houver menções a mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, elas serão identificadas por uma letra minúscula a seguir à data. Quando o número de autores for superior a três, deve indicar-se o nome destes seguidos da indicação *et al* e quando se tratar de dois autores ou mais os seus nomes devem estar separados por ponto e vírgula (normas também aplicáveis à bibliografia). São exemplos:
SANTOS, 2006a: 75-76.
SANTOS; CRUZ; LOUSADA *et al*, 2006: 104.
(Todas as citações em nota deverão seguir este critério, excluindo-se, assim, menções como: *op. cit.*; *ob.cit.*; *idem*; *lbidem*).
- b. As citações de documentos deverão integrar todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie. É exemplo:
ANTT – *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fol. 3v-4.
- c. Na bibliografia, os livros devem ser citados consoante os exemplos:
SOUSA, Fernando de, 2006a – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: CEPESÉ.
SOUSA, Fernando de, 2006b – *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*. Porto: Edições Afrontamento.
- d. Na bibliografia, os artigos em publicações periódicas devem ser citados consoante o exemplo:
WILLIAMS, Andrew, 2004 – “The state after the new world order: liberal dreams and harsh realities”. *População e Sociedade*. Porto: CEPESÉ/Edições Afrontamento, n.º 11, p. 27-42.

e. Na bibliografia, os artigos em obras coletivas devem ser citados consoante o exemplo:

MENEZES, Lená Medeiros de, 2006 – “Os processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930)” in MARTINS, Isménia Lima; SOUSA, Fernando de (org.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã, p. 86-117.

f. Na bibliografia eletrónica devem seguir-se os critérios atrás referidos (autor, data título, quando existam) seguidos do sítio onde está disponível na Internet e data de consulta entre parênteses retos, como é exemplo o seguinte artigo de publicação em série eletrónica:

WRIGHT, Robert E., 2000 – “Women and Finance in the Early National U. S.”. *Essays in History*, 42. Disponível em: <<http://etext.virginia.edu/journals/EH/EH42/Wright42.html>> [consult. 15 de abr. 2009].

População e Sociedade – Aims and Scope

The journal *População e Sociedade*, published by CEPESE – Centre for the Study of Population, Economy and Society, which displays all volumes available online on its website (<http://cepese.up.pt>), was founded in 1995 and has been published since then on an annual basis.

População e Sociedade is a scientific journal about History and related Social Sciences, having as main goal the publication of original papers of academic level, both Portuguese and foreigner, in five languages (Portuguese, English, Spanish, French and Italian). Furthermore, and following the principles of the scientific mission of CEPESE and its R&D Unit, this journal aims at creating a promotion and debate space for its researchers, as well as its activities and publications.

Indexed in the international systems of assessment of scientific journals (ERIH, LATINDEX), this magazine carries out a process of anonymous scientific peer review to which all articles to be included in *Secção Temática* and *Varia*, are submitted. Contributions under the mentioned conditions are accepted.

Instructions for the authors

- a. The journal *População e Sociedade* accepts original articles that can be submitted in foreign languages (Spanish, English, French and Italian). Articles written in Portuguese should note the new spelling agreement. As this is a journal with scientific refereeing, the publication of works, first screened by the board of directors, depends on the opinion of two internal and/or external experts.
- b. Each article must have the maximum size of 60 000 characters (spaces included), 1.5 spacing, Times New Roman Font, size 12, margins 2,5 (up/down) and 3 (right/left), except for images, tables and graphics, always with a grey shading.
- c. Tables and graphics must be drawn up in black and white, in *Microsoft Word* and *Excel* format, respectively, and not in image format. They must be sent in files separated from the text, without forgetting to mention the exact place where they must be inserted.
- d. Maps and images must be sent in image format (tiff, jpeg, with 300 dpis), in files separated from the text. Once again, reference should be made to the exact place where they are to be inserted.
- e. Tables, graphics and images must be numbered (Examples: Graphic nr. 1; Image nr. 3) followed by dash and their titles. Underneath, do not forget to indicate the source in font size 10.
- f. Transcriptions over three lines in length must be submitted in the form of indented quote (font size 11): have a blank line above and below and indented 3 cm from the other text.
- g. Each article of the thematic dossier should be accompanied by an image depicting the theme of the paper, A4 size, vertical, to be printed in black and white, to serve as a separator, sent in an image format (tiff, jpeg, with resolution proportional to its size).
- h. The article must be sent to the following email: revista@cepese.pt

- i. Each article must include its title in English, two abstracts, one in the original language and another one in English, 800/1000 characters (spaces included) each, 5 keywords (also in the mother tongue and in English) and the identification of the author (name, institution, position / category, email address and last publications).
- j. Footnotes must be numbered and should not exceed 5 lines.
- k. Proof sheets of the articles will be sent back to the authors, whenever possible, by email for revision with a deadline; if this deadline is not fulfilled it is understood that authors waive that proof-reading.
- l. Two copies of the journal *População e Sociedade* will be offered to each author, assigning to the magazine the copyright both in paper and online.
- m. The contents of the articles are of the full responsibility of the authors.
- n. Any image reproduced in the articles is of the responsibility of the author who, beforehand, must ensure its due authorization.
- o. In order to keep the consistency of the principles of documentary and bibliographic reference the following criteria must be followed by the authors.

Documentary and bibliographic reference principles

- a. Footnotes, quotes and references to authors and works (monographs and articles of periodic publications or collective works) must include the surname of the author, in uppercase, year of the publication of the work and page or pages when the reference can be found. If there is more than one reference to a title of the same author in the same year, they should be identified by a lowercase following the date. When the number of authors is more than three, one must write their names, followed by *et al* and when there are two authors or more their names must be separated by a semicolon (rules applicable to bibliography). For example: SANTOS, 2006a: 75-76.
SANTOS; CRUZ; LOUSADA *et al*, 2006: 104.
(All references in footnote must follow this criteria, excluding notes such as: *op. cit.*; *ob. cit.*; *idem*; *Ibidem*).
- b. Quoting of documents must include all necessary elements for a thorough identification of the source.
For example:
ANTT – *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fol. 3v-4.
- c. In the bibliography section, the books must be referred as follows:
SOUSA, Fernando de, 2006a – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: CEPESE.
SOUSA, Fernando de, 2006b – *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*. Porto: Edições Afrontamento.
- d. In the bibliography section, articles on periodic publications must be quoted as in the following example:
WILLIAMS, Andrew, 2004 – “The state after the new world order: liberal dreams and harsh realities”. *População e Sociedade*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, n.º 11, p. 27-42.
- e. In the bibliography section, articles in collective works must be quoted according to this example:
MENEZES, Lená Medeiros de, 2006 – “Os processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930)” in MARTINS, Isménia Lima; SOUSA, Fernando de (orgs.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã, p. 86-117.
- f. In electronic bibliography the above-mentioned criteria must be followed (author, date, title, whenever possible), followed by the website where it is available on the internet and date of research between brackets, as exemplified in the following article of electronic publication:
WRIGHT, Robert E., 2000 – “Women and Finance in the Early National U. S.”. *Essays in History*, 42. Available in: <<http://etext.virginia.edu/journals/EH/EH42/Wright42.html>> [accessed on 15th April 2009].

CATÁLOGO DAS PUBLICAÇÕES DO CEPESE

**População e Sociedade**

(Revista do CEPESE)
Revista n.º 21
Relações Externas de Portugal
Conceição Meireles Pereira (diretora)
CEPESE, Edições Afrontamento
2013

**Coleção Militarium Ordinum Analecta**

Volume n.º 17
Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional. Noudar e Vera Cruz de Marmelar
Luís Adão da Fonseca (coord.)
CEPESE
2013

**Coleção Economia e Sociedade**

A Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1835-1870)
Fernando de Sousa
CEPESE, Ed. Cosmos
2001

**Coleção Os Portugueses no Mundo**

A Comunidade Lusíada em Joanesburgo
Paulo Bessa
CEPESE, Fronteira do Caos
2009



A População Portuguesa no Século XIX
Teresa Rodrigues Veiga
CEPESE, Edições Afrontamento
2004



Migrações e Desenvolvimento
Maria Ortelinda Barros Gonçalves
CEPESE, Fronteira do Caos
2009



História da População Portuguesa
Teresa Rodrigues (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2008



A Emigração Portuguesa para o Brasil e as Origens da Agência Abreu (1840)
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2009



A Emigração na Freguesia de Santo André da Campeã (1848-1900)
Celeste Castro
CEPESE, Edições Afrontamento
2010



As Relações Portugal-Brasil no século XX
Fernando de Sousa; Paula Santos; Paulo Amorim (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2010



Laços de Sangue. Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil.
José Sacchetta Ramos Mendes
CEPESE, Fronteira do Caos
2010



Relações Portugal-Espanha: Uma História paralela, um destino comum?
Conceição Meireles Pereira (coord.)
CEPESE, FRAH
2002



O Investimento das Empresas Portuguesas no Brasil – Uma experiência de diplomacia económica?
Catarina Mendes Leal
CEPESE, Fronteira do Caos
2012



Relações Portugal-Espanha: O Vale do Douro no Âmbito das Regiões Europeias
Conceição Meireles Pereira (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2006



A Emigração do Distrito do Porto para o Brasil (1930-1945)
Diogo Ferreira, Bruno Rodrigues, Paulo Amorim, Sílvia Braga
CEPESE
2012



Migrações Ibéricas: Memória e Processos de Desenvolvimento
Polígonos, Revista de Geografia, n.º 20
CEPESE, Universidades de León, Salamanca e Valladolid
2010



Economia e Instituições
A Economia da Corrupção nas Sociedades Desenvolvidas Contemporâneas
Cristina de Abreu (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2011



Douro e Real Companhia Velha
Os Arquivos do Vinho em Gaia e Porto
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2000



Relações Portugal-Espanha
Relações Portugal-Espanha: Cooperação e Identidade
Conceição Meireles Pereira (coord.)
CEPESE, FRAH
2000



Os Arquivos da Vinha e do Vinho no Douro
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2003



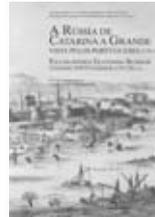
O Vinho do Porto em Gaia & Companhia
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2005



O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha
Fernando de Sousa e Conceição Pereira
CEPESE
2008



A Companhia e as Relações económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2008



A Rússia de Catarina a Grande vista pelos portugueses (1779-1781)
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2012



O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro – Real Companhia Velha
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2003



Arte e Património

Artistas e Artífices e a sua Mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2005



O Património Cultural da Real Companhia Velha
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2004



O Património Histórico-Cultural da região de Bragança-Zamora
Luís Alexandre Rodrigues (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2005



A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2006



Francisco José Resende (1825-1893)
António Mourato
CEPESE, Edições Afrontamento
2007



Artistas e Artífices no Mundo de Expressão Portuguesa
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2008



A Encomenda. O Artista. A Obra
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2010



Dicionário de Artistas e Artífices do Norte de Portugal
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2008



A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2011



Espólio Fotográfico Português
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2008



João Baptista Ribeiro, 1790-1868
António Mourato
CEPESE, Edições Afrontamento
2011



O Património Cultural da região de Bragança-Zamora
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro
2008



Os Franciscanos no Mundo Português II. As Veneráveis Ordens Terceiras de São Francisco
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2012



Os Franciscanos no Mundo Português: Artistas e Obras I
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2009



Os Franciscanos no Mundo Português III. O Legado Franciscano
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2013



Emigração Portuguesa para o Brasil

Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos
Ismênia de Lima Martins e Fernando de Sousa (org.)
CEPESE, FAPERJ
2006



Entre Mares. O Brasil dos portugueses
Fernando de Sousa;
Nazaré Sarges; Izilda Matos;
Otaviano Vieira;
Cristina Cancela (org.)
CEPESE, Editora Paka Tatu
2010



A Emigração Portuguesa para o Brasil
Fernando de Sousa;
Ismênia Martins;
Conceição Meireles (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2007



Um Passaporte para a Terra Prometida
Fernando de Sousa,
Ismênia Martins, Lená Menezes, Izilda Matos, Nazaré Sarges, Susana Silva (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2011



Deslocamentos & Histórias: Os Portugueses
Izilda Matos; Fernando de Sousa;
Alexandre Hecker (org.)
CEPESE, EDUSC
2008



De Colonos a Imigrantes. I(E)migração portuguesa para o Brasil
J. Jobson Arruda; Vera Ferlini; Izilda Matos; Fernando de Sousa (org.)
Alameda
2013



Os Novos Descobridores
Fernando de Sousa e
Conceição Meireles Pereira (org.)
CEPESE
2008



Relações Internacionais

Desafios da Democratização no Mundo Global
Maria Raquel Freire (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2004



Nas duas Margens: Os Portugueses no Brasil
Fernando de Sousa;
Ismênia Martins;
Izilda Matos (org.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2009



A Instituição de Asilo na União Europeia
Teresa Cierco
CEPESE, Alameda
2010



A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional
José Francisco Pavia (coord.)
CEPESE, Quid Juris?
2011



História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes
Fernando de Sousa
CEPESE, Edições Afrontamento
2006



Magrebe, Islamismo e a Relação Energética de Portugal
Catarina Mendes Leal
CEPESE, Tribuna da História
2011



A Morte na Região de Lisboa nos Princípios do Século XX
Fernando Augusto de Figueiredo
CEPESE
2006



Portugal e a Europa. Factores de Afastamento e Aproximação da Política Externa Portuguesa (1970-1978)
Pedro Mendes
CEPESE
2012



Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)
Fernando de Sousa (coord.)
2 vols.
CEPESE
2009



Dicionário de Relações Internacionais (3.ª edição)
Fernando de Sousa;
Pedro Mendes (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2014



Ibéria: Quinhentos/Quatrocentos. Duas décadas de Cátedra. Homenagem a Luís Adão da Fonseca
Armando Luis de Carvalho Homem; José Augusto Pizarro;
Paula Pinto Costa (ed.)
CEPESE, Livraria Civilização
2009



Publicações autónomas
Estudos e Ensaios em Homenagem a Eurico Figueiredo
Isabel Babo Lança (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2005



Moncorvo. Da Tradição à Modernidade
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2009



Olhares sobre o Mercurio Portuguez, 1663-1667
2 vols.
Eurico Gomes Dias (coord.)
Imprensa Nacional -
Casa da Moeda, CEPESE
2010



Memórias de Bragança
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Câmara Municipal de
Bragança
2012



A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. História e Património
Fernando de Sousa (coord.)
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2011



Os Paços do Concelho do Porto
Fernando de Sousa (coord.)
Joaquim Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2012



Governação de Organizações Públicas em Portugal: A Emergência de Modelos Diferenciados
Carlos Rodrigues
CEPESE, Edições Pedagogo
2011



Bragança na Época Contemporânea (1820-2012)
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Câmara Municipal
de Bragança
2013



O Estado em Portugal (séculos XII-XVII)
Judite Gonçalves de Freitas
CEPESE, Alêtheia Editores
2011



Portugal e os seus Imigrantes – perfis socioeconómicos no início do séc. XXI
Paulo Oliveira
CEPESE
2013



Identidade Nacional. Entre o discurso e a prática
Maria de Fátima Amante (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2011



Entre Portugal e a Galiza (Sécs. XI a XVII). Um olhar peninsular sobre uma região histórica
Luís Adão da Fonseca (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2014



Porto as a Tourism Destination
Alexandra Matos Ferreira
(coord. *et al*)
CEPESE, Formalpress
2014



Livro de Linhagens de Portugal
António Pestana de Vasconcelos
CEPESE
2014

SÓCIOS FUNDADORES, SÓCIOS COLETIVOS E PATRONOS DE HONRA DO CEPESE

Sócios Fundadores

Universidade do Porto
Fundação Eng. António de Almeida



Sócios Coletivos

Novo Banco
CESPU – Cooperativa de Ensino Superior, Politécnico e Universitário
ISMT – Instituto Superior Miguel Torga
ISVOUGA – Instituto Superior de Entre Douro e Vouga
Fundação Manuel António da Mota
Real Companhia Velha
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNISLA
Universidade Lusófona do Porto



Patronos de Honra

Agência Abreu
Câmara Municipal de Bragança
Câmara Municipal de V. N. Gaia
Câmara Municipal do Porto
Camady – Comércio Internacional
Cordeiros Galeria
Douro Azul
Vicaima



Colaboraram neste número

Agostinho Cardoso
Ana Canavaro
Bárbara Ferreira
Duarte Gonçalves
Helder Diogo
João Peixoto
João Teixeira Lopes
José Carlos Marques
Judite Ferreira Coelho
Lúcia Rosas
Mária Ortelinda Gonçalves
Marta Silva
Michaël Pereira
Paula Pinto Costa
Pedro Candeias
Pedro Góis
Rute Teixeira
Susana de Sousa Ferreira
Teresa Ferreira Rodrigues
Yvette Santos